

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THAÍS CRISTINA SCHNEIDER

**COMUNICAÇÃO, MEIO AMBIENTE E ALIMENTAÇÃO:
A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE
AGRICULTURA URBANA EM CURITIBA (PR)**

CURITIBA
2014

THAÍS CRISTINA SCHNEIDER

**COMUNICAÇÃO, MEIO AMBIENTE E ALIMENTAÇÃO:
A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE
AGRICULTURA URBANA EM CURITIBA (PR)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre. Linha de pesquisa: Ruralidades, Ambiente e Sociedadade.

Orientador: Prof. Dr. Paulo André Niederle
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Myrian Regina Del Vecchio de Lima

CURITIBA
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora composta pelos professores: Paulo André Niederle (orientador/UFPR), Myrian Regina Del Vecchio de Lima (UFPR), Islandia Bezerra da Costa (UFPR) e Celsi Brönstrup Silvestrin (UFPR) para arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata **Thaís Cristina Schneider** intitulada "*Comunicação, Meio Ambiente e Alimentação: a construção de sentidos a partir de uma experiência de agricultura urbana em Curitiba (PR)*" deliberaram pela Aprovação (X) Reprovação () Com menção: (X) Distinção (X) Louvor. Tendo a candidata completado todos os requisitos necessários para receber o grau e o Diploma de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

OBS: _____

Curitiba, 29 de maio de 2014.

Prof. Dr. Paulo André Niederle

Paulo A. N. Niederle

Profa. Dra. Myrian Regina Del Vecchio de Lima

Myrian RG Del Vecchio

Profa. Dra. Islandia Bezerra da Costa

I. Bezerra

Profa. Dra. Celsi Brönstrup Silvestrin

Celsi Brönstrup

AGRADECIMENTOS

Ao longo do mestrado, vários foram os desafios e as alegrias encontradas. Registro nestas linhas a minha gratidão aos que compartilharam comigo essa experiência e contribuíram para que ela pudesse acontecer.

Ao professor Paulo André Niederle, agradeço por me acompanhar de perto mesmo quando longe, e por me orientar com entusiasmo e paciência nesta aproximação a temas que eram novos para mim. À professora Myrian Regina Del Vecchio de Lima, agradeço também pela orientação em mais esta etapa, e por ter me incentivado e apoiado, desde a graduação, acadêmica e profissionalmente.

Aos integrantes de minhas bancas de qualificação e defesa, José Edmilson de Souza Lima, Celsi Brönstrup Silvestrin e Islandia Bezerra da Costa, pela atenciosa leitura e apontamentos, e, sobretudo, pelo estímulo que suas palavras proporcionaram.

Aos amigos da Casa da Videira, e especialmente ao Eduardo Feniman, ao Claudio Oliver e ao Rene Seifert Jr., que colaboraram nesta trajetória desde o início e de tantas formas, e aqui se tornaram também pesquisados.

À Eloisa Beling Loose, por todas as contribuições e disposição em ajudar sempre, demonstrando-se, mais que colega de profissão e de pós-graduação, uma amiga. Assim também agradeço à Valéria Sousa Duarte, à Patricia Betti, à Beatriz Cabral e à Tatiana Kaminski, com quem tive a oportunidade de dividir trabalhos e reflexões, e, enfim, aos amigos que encontrei nesse tempo e aos que já estavam por perto, que dentro e fora da academia deixaram a caminhada mais leve e plena.

Ao Helon V. Hultmann Ayala, que em meio a esta jornada se fez grande companheiro, por partilhar cada passo e estar sempre ao meu lado.

À minha família, pela compreensão e suporte, que possibilitaram dedicar-me a este projeto e perseverar.

Aos participantes da pesquisa, que gentilmente concederam entrevistas e fotografias; à UFPR e à CAPES, que deram condições para o desenvolvimento de meus estudos; aos professores e parceiros da linha “do rural” e do grupo de pesquisa Interfaces, que contribuíram com ideias e materiais, e a todos os que de alguma forma fizeram parte desta realização, o meu muito obrigada.

O amor destrói a morte e a torna vazia; ele dá sentido a coisas sem sentido; da infelicidade, o amor faz a verdadeira felicidade.

L. Tolstoi

RESUMO

Com base nas discussões sobre as potencialidades da agricultura urbana para o enfrentamento de uma série de crises que se estabelecem na atualidade, especialmente a socioambiental, a pesquisa parte do olhar da comunicação e se debruça sobre o caráter simbólico de tal atividade, procurando identificar suas compreensões entre praticantes e não praticantes, e averiguar se estas apontam para um possível rompimento com a racionalidade econômica que demarca a separação sociedade-natureza nesse contexto. Para tanto, realiza-se um estudo de caso a partir da experiência da *Quinta da Videira*, ligada à Casa da Videira, organização sediada na cidade de Curitiba (PR). Trata-se de um de caso em que a agricultura urbana é apropriada com uma intencionalidade comunicativa, visando reforçar uma crítica ao sistema alimentar convencional e oferecer uma alternativa ao mesmo. Com o objetivo de analisar os sentidos construídos no processo de comunicação da iniciativa a partir de suas diversas práticas, todas consideradas comunicativas, formula-se a hipótese de que, na experiência em questão, a agricultura urbana tensiona uma série de sentidos que permeiam o sistema alimentar convencional – o que, a partir da interpretação de diferentes interlocutores, resulta tanto em uma reação crítica que leva à busca por reafirmar tal sistema, quanto em uma reação favorável que envolve o questionamento desse sistema. O estudo é feito por meio de entrevistas em profundidade com quatro tipos de interlocutores que têm vivência *in loco* na *Quinta da Videira*, a saber: integrantes, participantes de visitas técnicas, equipe e vizinhos. O referencial teórico adotado é a perspectiva relacional/praxiológica da comunicação, combinada a uma aproximação com o conceito de prática oriundo da teoria das práticas, e a análise dos dados é feita com o direcional da Análise de Conteúdo. Entre os principais achados, tem-se que o caráter de crítica da experiência é compreendido pelos diversos interlocutores em diferentes níveis de profundidade, mas a segunda face de sua intencionalidade comunicativa não se efetiva entre todos os entrevistados, confirmando a hipótese colocada. Contudo, observa-se que o processo de comunicação resulta, em vários casos, na adoção de hábitos e de perspectivas que revelam uma associação da prática de agricultura urbana com diversas instâncias de cuidado ambiental e com um modo de vida baseado em pequenas escalas de produção e consumo.

Palavras-chave: agricultura urbana; práticas comunicativas; meio ambiente; alimentação.

ABSTRACT

Based on the discussions about the potential of urban agriculture as a means of facing a series of crises established at the present time, especially the Social and Environmental crisis, the research starts from the viewpoint of communication and focuses on the symbolic nature of such activity. It aims on identifying its understanding among practitioners and non-practitioners and verifying if they indicate a possible disruption with the economic reason that marks the society-nature dissociation in this context. In order to do so, a case study has been conducted, based on the experience of *Quinta da Videira*, which is related to *Casa da Videira*, an organization located in Curitiba (PR). This is a case where urban agriculture is used with a communicational intentionality, addressed to reinforce a criticism to the conventional food system and offer an alternative to it. Driven at analyzing the meanings built among the communication process of the initiative from its various practices, which are all considered communicative, the formulated hypothesis is that, in this experience, urban agriculture creates a tension over a series of meanings that permeate the conventional food system – which, once interpreted by different interlocutors, results in much a critical reaction that leads to a pursuit of reasserting such system as in a favorable reaction that includes putting it into question. The study is conducted by deeply interviewing four types of interlocutors who have *in loco* experience at *Quinta da Videira*, namely: members, participants of technical visits, staff and neighbors. The theoretical framework adopted is the relational/praxiological perspective of communication, together with an approach to the concept of practice, derived from the practices theory. The method for data analysis is Content Analysis. Among the most important findings, it has been noticed that the critical nature of the experience is perceived by the various interlocutors in different levels of depth, but the second face of its communicational intentionality is not effective among all respondents, confirming the hypothesis raised. However, it has been observed that, in many cases, such communication process results in adopting habits and perspectives that indicate an association between the practice of urban agriculture, several instances of environmental care and a way of life based on small scales of production and consumption.

Keywords: urban agriculture; communicative practices; environment; feeding.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LIXEIRAS VIVAS	94
FIGURA 2 – CULTIVO DE HORTA – <i>COMUNIDADES VERDEJANTES</i>	95
FIGURA 3 – PLANTIO DE MUDAS – <i>COMUNIDADES VERDEJANTES</i>	95
FIGURA 4 – FACHADA DA SEDE DA CASA DA VIDEIRA	98
FIGURA 5 – CANTEIROS DE CAPILARIDADE.....	106
FIGURA 6 – HORTA MAIOR DA <i>QUINTA DA VIDEIRA</i>	107
FIGURA 7 – ARMADILHA PEGA-MOSCAS	108
FIGURA 8 – CORTADOR DE GRAMA VIVO.....	109
FIGURA 9 – COLETA DE HORTIFRÚTIS NO “GIRO”.....	110
FIGURA 10 – CABRA E CAPRIL	110
FIGURA 11 – PLANTAÇÃO SUSPensa DE MORANGOS	112
FIGURA 12 – REGA DA HORTA MAIOR.....	113
FIGURA 13 – PRODUÇÃO ARTESANAL DE SUCO.....	114
FIGURA 14 – FEIRA DE AGRICULTURA URBANA.....	115
FIGURA 15 – VISITA TÉCNICA I.....	136
FIGURA 16 – VISITA TÉCNICA II.....	137
FIGURA 17 – A <i>QUINTA DA VIDEIRA</i> VISTA DE PROPRIEDADE VIZINHA.....	163

LISTA DE SIGLAS

Acopa	- Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná
Embrapa	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	- Food and Agriculture Organization of the United Nations/ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
HUP	- Horticultura Urbana e Periurbana
IBGE	- Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística
MCM	- Meios de Comunicação de Massa
MS	- Ministério da Saúde
NTIC	- Nova Tecnologia de Informação e Comunicação
OGM	- Organismo Geneticamente Modificado
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
Oscip	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
RUAF	- Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 UM OLHAR A PARTIR DA COMUNICAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS ...	21
1.1. O CAMPO COMUNICACIONAL: FORMAÇÃO E ABORDAGENS.....	21
1.2. A COMUNICAÇÃO NUM MODELO RELACIONAL E PRAXIOLÓGICO	26
1.3. COMUNICAÇÃO, MEIO AMBIENTE E ALIMENTAÇÃO	36
2 ALIMENTAÇÃO E MEIO AMBIENTE	40
2.1. OS DIVERSOS ASPECTOS DA ALIMENTAÇÃO	40
2.2. O SISTEMA ALIMENTAR MODERNO	46
3 AGRICULTURA URBANA	62
3.1. AGRICULTURA E MEIO URBANO: UM BREVE HISTÓRICO.....	62
3.2. A AGRICULTURA URBANA NA ATUALIDADE	68
3.2.1. Funções atribuídas à agricultura urbana.....	73
3.2.2. Legitimação institucional e incentivos	79
3.2.3. Tipos de agricultura urbana e perfis de praticantes.....	83
3.3. A AGRICULTURA URBANA COMO UM ATO COMUNICACIONAL	86
4 ESTUDO DE CASO: A EXPERIÊNCIA DA QUINTA DA VIDEIRA.....	90
4.1. AS ETAPAS DE CAMPO	90
4.2. A CASA DA VIDEIRA.....	92
4.3. A QUINTA DA VIDEIRA.....	101
4.3.1. Práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos .	105
4.3.2. Práticas de comensalidade e cozinha artesanal.....	113
4.3.3. Práticas de troca e comercialização	114
4.3.4. Práticas expositivas.....	116
4.4. DELINEAMENTO DO PROCESSO COMUNICACIONAL ESTUDADO	119

5	A COMUNICAÇÃO A PARTIR DA QUINTA DA VIDEIRA	123
5.1.	OS INTERLOCUTORES: SENTIDOS CONSTRUÍDOS SOBRE A QUINTA DA VIDEIRA	124
5.1.1.	Integrantes	125
5.1.2.	Participantes de visitas técnicas (estudantes)	139
5.1.3.	Equipe	147
5.1.4.	Vizinhos	158
6	AGRICULTURA URBANA: SENTIDOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DA QUINTA DA VIDEIRA	175
6.1.	OUTRA FORMA DE AGRICULTURA?	176
6.2.	OS ANIMAIS NA AGRICULTURA URBANA	183
6.3.	A AGRICULTURA URBANA COMO FORMA DE CUIDADO AMBIENTAL	194
6.4.	UMA CRÍTICA ÉTICA AO SISTEMA ALIMENTAR CONVENCIONAL	200
6.5.	UMA (POSSÍVEL) ALTERNATIVA	206
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
	REFERÊNCIAS	223
	APÊNDICES	240

INTRODUÇÃO

Muitos dos problemas ambientais de que se fala hoje, como o desmatamento, a poluição, a redução da biodiversidade e o descarte de lixo, estão relacionados às formas como a sociedade vem se organizando para atender a uma questão fundamental: a alimentação. No contexto da modernidade tardia, com o avanço do capitalismo, a produção de alimentos se consolidou como um setor econômico globalizado, voltado não apenas à satisfação das necessidades alimentares das populações, mas também ao lucro. Assim, o sistema alimentar dito convencional, baseado nas grandes escalas de produção, na industrialização, na padronização dos alimentos, na divisão internacional do trabalho e nos menores custos financeiros, tornou-se hegemônico.

Nas últimas décadas, em meio a crises financeiras, ambientais e energéticas, fala-se também em uma crise alimentar, na medida em que sobem os preços dos alimentos que constituem a base desse sistema – grãos como a soja, o milho e o trigo – e aumenta o número de pessoas que sofrem com a má nutrição no mundo (FAO, 2009a). Paralelamente, vive-se a maior epidemia de obesidade já registrada na história humana (WHO, 2013a), e com frequência vêm à tona discussões sobre problemas de saúde pública, contaminações, fraudes e diversos impactos associados a essa forma de pensar e fazer a alimentação conformada a partir da segunda metade do século XX.

Nesse cenário, caracterizado por Leff (2002) como uma crise de civilização, volta a crescer uma atividade que sempre esteve presente, com maior ou menor importância, nas cidades de todo o mundo: a agricultura urbana. Vários têm sido os fatores a que se atribui esse crescimento, como a própria urbanização, que avança sobre áreas previamente rurais e recebe populações oriundas do campo, trazendo consigo, muitas vezes, o costume de produzir a própria comida – hábito também encontrado entre pessoas nascidas no meio urbano, por conta de tradições familiares ou mesmo como forma de lazer. Mas, a exemplo do que se observa em outros períodos históricos, a agricultura urbana também vem sendo apontada como potencial resposta a vários aspectos dessa crise que emerge nos últimos anos.

Despontam, assim, políticas públicas, programas de incentivo e projetos de organizações não governamentais (ONGs) que procuram incentivar essa prática,

especialmente junto a populações de baixa renda, como forma de acesso à alimentação e combate à pobreza. Ao mesmo tempo, ela é considerada uma oportunidade de melhoria da qualidade ambiental e de vida nas cidades. Veem-se, também, indivíduos e grupos de variados perfis socioeconômicos que adotam tal atividade como uma forma de reduzir a dependência do mercado e evitar os produtos oriundos do sistema alimentar convencional. Logo, em meio às suas diferentes apropriações, diversos também têm sido os entendimentos e noções a respeito da agricultura urbana.

De todo modo, o ato de produzir comida no meio urbano provoca, na atualidade, um estranhamento: o mundo moderno separou o campo da cidade, deslocando os espaços e as atividades de produção alimentar para longe da maioria das pessoas (MORGAN, MARSDEN e MURDOCH, 2006; POLLAN, 2007, 2008). Embora as fronteiras entre rural e urbano estejam cada vez mais fluidas, ainda persiste a noção de campo como ambiente rústico e tradicional, enquanto a cidade torna-se a representação do moderno, organizado, higiênico e tecnológico. Mais que isso, tem-se uma separação entre a cidade – espaço construído e controlado pelo homem – e aquilo que se entende por natureza. Como afirma o filósofo Michel Serres (1991), quem mora na cidade pouco conhece do mundo (natural), pois cada vez menos é preciso lidar com coisas que fazem referência direta a esse mundo – inclusive com as plantas e animais que eventualmente vêm a compor a alimentação das pessoas.

Com isso, o debate sobre a agricultura urbana remete à discussão da separação cidade-campo/sociedade-natureza e da racionalidade econômica, industrial e tecnológica que predomina no contexto atual. Leff (2002) argumenta que tal racionalidade levou à mercantilização da natureza e à sua consequente exploração e destruição. Assim também aponta Schumacher (1983), o qual afirma que a economicização do mundo destruiu as relações de cooperação e sacralidade dos seres humanos entre si, com os demais seres e o seu meio, comprometendo sua própria possibilidade de sobrevivência no planeta. Consequentemente, os autores defendem a importância da superação dessa racionalidade ou lógica econômica para lidar com as crises que se instalam na modernidade, sobretudo a socioambiental. A exemplo destes, Serres (1991) e Latour (1994, 2004) indicam a necessidade de uma ressignificação da noção de natureza, ou mesmo do seu abandono, de modo a romper com a sua compreensão como um objeto, alheio e

distante das pessoas, e como recurso econômico disponível para uso e exploração, permitindo a emergência de outra lógica ou racionalidade baseada nos valores de ética, respeito e cuidado com a “outridade” (LEFF, 2002).

Trata-se, portanto, de um debate que perpassa questões de ordem simbólica. Com base em uma concepção construcionista e interacionista, pressupõe-se que as pessoas agem em relação às coisas de acordo com os sentidos que atribuem a elas (RECKWITZ, 2002; BLUMER, 1969) – e que os sentidos são construções sociais constantemente reforçadas e contestadas, que englobam tanto significados convencionados quanto valores morais, entendimentos pessoais, gostos, sentimentos, ideologias (GREIMAS e COURTÉS¹, 1979 *apud* PERUZZOLO, 2006; KURZMAN, 2008).

Nessa linha de raciocínio, alguns estudos vêm abordando o caráter simbólico da agricultura urbana. Coutinho e Costa (2011), por exemplo, afirmam que tal prática desafia a noção de cidade como um ambiente artificial e separado da natureza, apontando para uma possível superação dessa dicotomia e para a construção de novas relações da população urbana com o seu espaço. Da mesma forma, Deelstra e Girardet (2000) indicam que ela favorece uma aproximação e mudança de relação das pessoas com a comida e o próprio meio ambiente. Por sua vez, trabalhos como os de Comassetto *et al.* (2011) e Bouvier (2013) propõem que a simples presença de uma horta ou a criação de animais “de produção” (galinhas, patos, coelhos, cabras, porcos) na cidade pode constituir um ato comunicacional de crítica e contestação do sistema alimentar convencional, assinalando a possibilidade de desenvolvimento ou resgate de outras formas de organização da produção, do espaço e da vida.

A partir de tais reflexões, tendo em conta que a alimentação é um ponto-chave da maneira como a humanidade entende e se situa no (ou perante o) meio ambiente, o presente trabalho parte das seguintes perguntas: pode a agricultura urbana contribuir no tensionamento da racionalidade econômica que predomina na atualidade e demarca a separação sociedade-natureza? De que formas ela é entendida, tanto entre praticantes quanto não praticantes? Que sentidos tais entendimentos revelam no âmbito das relações entre meio ambiente e alimentação?

¹ GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dictionnaire raisonné de la théorie du langage**. Paris: Hachette Universitaire, 1979.

A resposta a essas perguntas envolve uma construção interdisciplinar, em especial entre as ciências sociais e as ciências ambientais. Todavia, o foco fundamental de análise advém, neste caso, do campo da comunicação. Além de se tratar da área de formação básica desta pesquisadora, tal foco é adotado principalmente pelo fato do campo comunicacional envolver, por excelência, a constituição de sentidos e significados, a partir dos contextos vividos pelos atores sociais e de seu caráter relacional, manifestados por meio das mais diversas práticas, constituidoras de discursos ou atos comunicacionais.

As perguntas delineadas se desdobram em diversos aspectos envolvidos nesses temas, como os sentidos que se constroem para cidade, agricultura, pecuária, consumo, lixo, sustentabilidade e, fundamentalmente, comida. DaMatta (1986) e Pollan (2007, 2008), por exemplo, falam em uma transformação, operada no contexto de industrialização da agricultura, da noção de comida (que está ligada culturalmente a rituais, como cozinhar e fazer refeições em conjunto) para a de alimento (substância, nutriente, aquilo que sacia a fome). Cavalcanti (2012), por sua vez, chama a atenção para o uso indiscriminado que tem sido feito do termo sustentabilidade como um verdadeiro mantra na atualidade, sem a devida reflexão sobre seu significado.

Presume-se que, ao trazer para o universo cotidiano das cidades e das residências urbanas elementos que foram delas afastados, a agricultura urbana pode indicar a formação de diferentes posturas sobre vários tópicos que perpassam as questões socioambientais na atualidade, dependendo da forma como é feita e, em especial, compreendida. Cabe, então, estudar os sentidos que vêm sendo construídos a partir dela e sobre ela, por meio das práticas comunicativas daqueles que a fazem, observam e com ela se relacionam – algo ainda pouco explorado em pesquisas acadêmicas. Tal compreensão pode contribuir também no esclarecimento do que se entende por agricultura urbana hoje e a diversidade de perfis, motivações e propósitos que ela envolve, uma vez que o tema vem ganhando atenção e muito se tem discutido sobre seu papel, estímulo e regulamentação.

Assim, esta dissertação, situada na interface entre os campos do meio ambiente, desenvolvimento e comunicação, tem como objetivo **analisar os sentidos construídos no processo de comunicação de uma experiência de agricultura urbana em Curitiba (PR), especialmente no que se refere à relação entre meio ambiente e alimentação.**

Em busca de responder as questões inicialmente colocadas, optou-se por realizar um estudo de caso. A experiência escolhida foi a *Quinta da Videira*, que é ligada a uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) – a Casa da Videira, com sede na Rua Pedro Nicco, 707, no Mossunguê. O bairro é situado na parte Noroeste de Curitiba (PR), ao longo da rodovia BR-277, na saída da cidade em direção ao interior do estado, próximo à divisa com o município de Campo Largo (PR). Anteriormente ocupada por descendentes de imigrantes europeus, praticantes da agricultura familiar, tal região vem passando, desde a década de 1990, por um intenso processo de urbanização, tendo adquirido um perfil de classe média-alta, com a construção de diversos prédios e condomínios de alto padrão (POLUCHA, 2010).

Nesse cenário é fundada, em 2009, a *Quinta da Videira*, iniciativa realizada por três famílias ligadas à Casa da Videira, uma delas residente na própria sede e as outras duas, na vizinhança. Assim, a *Quinta da Videira* é definida ao mesmo tempo como uma “casa de verdade” e um centro de pesquisas independente que realiza experimentos em agricultura urbana domiciliar de base ecológica, incluindo a criação de animais como cabras, coelhos e galinhas, associada ao manejo de resíduos. Alguns dos experimentos são conduzidos em parceria com instituições de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), e o trabalho é feito de forma colaborativa entre as famílias participantes, com a ajuda de voluntários² e bolsistas. Tal experiência se mostrou interessante para o estudo por uma série de motivos.

Além de não se restringir ao cultivo de vegetais, constituindo uma experiência com várias frentes de atuação e discussão, até o fechamento do projeto de dissertação, a *Quinta da Videira* foi identificada como o único grupo organizado com um trabalho permanente de agricultura urbana em Curitiba. Trata-se de um caso em que a atividade é entendida por seus praticantes como um meio de mostrar que é possível ter um modo de vida diferente daquele predominante na atualidade, ou que “outro mundo acontece”, como afirma o *slogan* da Casa da Videira, revelando,

² Ressalta-se que, na presente dissertação, o termo ‘voluntário’ é utilizado em referência à característica do serviço prestado, em concordância com o conceito amplo de trabalho voluntário, como o que é proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU): “[...] voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido a seu interesse pessoal e seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades de bem-estar social ou outros campos”. (ONU, 2014). Cabe registrar, assim, que a definição adotada não considera, necessariamente, a existência de uma formalização, prevista para o serviço voluntário no Brasil se tomada como base a Lei nº 9.608 (BRASIL, 1998), que dispõe sobre o assunto.

portanto, um caráter intencionalmente comunicativo. Por conta das diversas atividades desenvolvidas, que incluem diferentes meios de divulgação e interação, o grupo tem contato com várias pessoas, com ou sem proximidade com o tema – vizinhos, estudantes, professores, pesquisadores, aquelas com quem realiza trocas e comércio, os próprios voluntários e bolsistas, etc. –, tendo sido também abordado diversas vezes pela imprensa local e nacional. Além disso, a experiência se situa em um bairro que vive uma transição rural-urbana, enriquecendo as possibilidades da reflexão proposta.

Outro fator relevante nesta escolha foi a proximidade e a experiência prévia da pesquisadora com o grupo, que começou em 2009. Naquele ano, ainda como estudante de jornalismo, esta procurou a Casa da Videira para realizar uma reportagem sobre agricultura urbana para seu trabalho de conclusão da graduação. Devido à semelhança da proposta com outra desenvolvida pela organização, deu-se uma aproximação, amizade e parceria na realização de alguns projetos, que levaram a uma atuação como voluntária na *Quinta da Videira* entre 2011 e 2013. Parte desse trabalho foi contribuir na produção de textos para a atualização do site da Casa da Videira, primeiramente, e, mais tarde, do blog da *Quinta da Videira*. O que, combinado à vivência no projeto e a outras experiências da pesquisadora, fez despertar alguns dos questionamentos que norteiam a presente pesquisa.

O percurso para a definição do estudo envolveu, ainda, os aportes de uma outra pesquisa, que chegou a ser iniciada como proposta para esta dissertação. A partir das discussões realizadas no primeiro ano do mestrado, dedicado ao curso das diversas disciplinas obrigatórias e optativas em conjunto com a turma de doutorado, sob a metodologia interdisciplinar adotada pelo programa de pós-graduação, e da afinidade com o tema das alternativas na alimentação, a primeira intenção foi estudar significados da comida e sua relação com questões ambientais por meio de uma análise de discursos produzidos a partir de quatro organizações: além da Casa da Videira, a Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (Acopa), o Movimento *Slow Food* – Convivium Curitiba e a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) – Grupo Curitiba. Assim, até o mês de junho de 2013, a pesquisadora realizou entrevistas exploratórias, recolheu materiais de divulgação, acompanhou atividades de duas das referidas organizações e fez análises prévias. Contudo, ao longo de tal caminhar, surgiu também o interesse em investigar o entendimento que pessoas não participantes desses

grupos fazem a respeito de suas práticas. Com isso, foi preciso escolher apenas um dos casos para o estudo, priorizando-se, por interesse pessoal e proximidade com a linha de pesquisa, o da agricultura urbana.

Para dar conta do **objetivo geral** colocado para a pesquisa, propuseram-se os seguintes **objetivos específicos**:

- Descrever as práticas comunicativas da experiência da *Quinta da Videira*, de modo a compreender, junto aos integrantes, os sentidos nelas contidos.
- Verificar quais os sentidos construídos a partir dessas práticas junto a diferentes tipos de interlocutores.
- Analisar os diversos sentidos encontrados.

A hipótese formulada é que, no processo de comunicação da *Quinta da Videira*, a agricultura urbana se confirma como um meio de provocar o tensionamento de sentidos que permeiam o sistema alimentar convencional, marcado pela racionalidade econômica, que remete às relações entre meio ambiente e alimentação e à própria separação sociedade-natureza. Por meio de suas práticas comunicativas, a *Quinta da Videira* busca consolidar e dar visibilidade a um modo de vida organizado em torno da agricultura urbana de base ecológica, que é orientado por sentidos que destoam daqueles predominantes no sistema alimentar convencional. Ao ser interpretada pelos diversos interlocutores, entre as pessoas que têm um modo de vida consonante com o hegemônico, o tensionamento causa um choque de sentidos e uma reação crítica que leva à busca de reafirmação do sistema convencional, uma vez que a experiência representa algo incoerente ou inaplicável no meio urbano moderno. Entre as pessoas que apresentam incômodos em relação ao modo de vida hegemônico, o tensionamento gera confluência de sentidos e engajamento ou simpatia, levando a uma reação favorável que envolve o questionamento do sistema convencional – a experiência é vista como algo coerente e aplicável no meio urbano moderno.

O estudo contou com três etapas empíricas. Na primeira, buscou-se identificar e recolher informações sobre um conjunto de práticas características da *Quinta da Videira*, todas consideradas comunicativas, com base em pesquisas documentais e na própria vivência da pesquisadora junto ao grupo. Na segunda, procurou-se resgatar o histórico da iniciativa e identificar os sentidos imbuídos em

suas práticas junto a três informantes-chave ligados à mesma, que foram caracterizados como integrantes. A partir das informações obtidas, foram identificados os demais tipos de interlocutores que têm contato com a *Quinta da Videira*. A terceira etapa consistiu, então, na seleção de três deles para compor o estudo – participantes de visitas técnicas (neste caso, estudantes de diferentes cursos de graduação), equipe (voluntários e bolsistas) e vizinhos – e na coleta de dados junto aos mesmos. Tanto na segunda quanto na terceira etapa, utilizou-se como método a entrevista em profundidade e, em algumas situações pontuais, a observação direta. As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2013, com seis participantes de visitas técnicas, nove membros da equipe e 13 vizinhos, representando nove residências do entorno. Para as análises, foram consideradas, então, as entrevistas referentes aos seis participantes de visitas técnicas, seis membros da equipe e seis residências, além dos três integrantes da *Quinta da Videira*.

O critério para a escolha dos tipos de interlocutores contemplados foi a vivência *in loco* na *Quinta da Videira*, uma vez que, em busca de responder às perguntas colocadas para a pesquisa, voltadas à agricultura urbana como um ato comunicacional em si, optou-se por priorizar o processo de comunicação dado a partir de seu contexto real, de forma ampla. Assim, o estudo leva em conta o que os diversos entrevistados conhecem e entendem a respeito da mesma, sem se debruçar sobre a análise dos sentidos construídos especificamente a partir das diferentes práticas comunicativas. Consta sobre estas, então, apenas um descritivo, de caráter contextualizante. Com isso, não se realiza, por exemplo, uma análise específica acerca da comunicação do grupo na esfera midiática, como sua atuação na rede social Facebook, ou em quaisquer outras instâncias.

Como referencial teórico, apresentado no Capítulo 1, adotam-se as perspectivas recentes do campo comunicacional, que permitem abordar variados fenômenos sociais a partir de um modelo relacional e praxiológico da comunicação. Recorre-se sobretudo aos aportes da pesquisadora brasileira Vera Veiga França (2001a, 2001b) e sua leitura sobre o trabalho do pesquisador francês Louis Queré (FRANÇA, 2003), que também é trazido por Mafrá (2010). Com isso, entende-se que qualquer materialidade imbuída de sentidos – dos objetos às ações, aqui englobados na noção de práticas – geram comunicação. Propõe-se, assim, uma aproximação de com o conceito de prática, conforme descrito no âmbito da teoria

das práticas (RECKWITZ, 2002). A partir de uma breve reflexão acerca da construção de sentidos sobre meio ambiente na atualidade, a discussão é situada, então, no imbricamento entre alimentação, comunicação e meio ambiente.

O Capítulo 2 traz, por sua vez, uma revisão sobre as aproximações entre alimentação, cultura e meio ambiente em meio aos sistemas alimentares, contando com aportes da antropologia da alimentação (CONTRERAS e GRACIA, 2011; CANESQUI e GARCIA, 2005). Na sequência, aborda-se a conformação do sistema alimentar convencional moderno e seus desdobramentos em relação ao meio ambiente, delineando o cenário em que emerge a agricultura urbana no contexto atual. Para tanto, além da antropologia, são consideradas as contribuições de autores de diversos campos, como os da geografia política (MORGAN, MARSDEN e MURDOCH, 2006) e da história agrária e da alimentação (MAZOYER e ROUDART, 2010; CARNEIRO, 2005, 2012), bem como o trabalho do jornalista Michael Pollan (2007, 2008) acerca de tais questões.

O Capítulo 3, por sua vez, traz uma revisão sobre o tema da agricultura urbana, abarcando o desenvolvimento de tal atividade ao longo da história e sua situação atual, principalmente a partir dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores norte-americanos Jac Smit, Joe Nasr e Annu Ratta (SMIT e NASR, 1992; SMIT, NASR e RATTA, 2001a, 2001b), e pelo canadense Luc Mougeot (1999). Por fim, apresenta-se a questão do caráter simbólico da agricultura urbana e de sua apropriação como um ato simbólico/comunicacional (COMASSETTO *et al.*, 2011; BOUVIER, 2013).

O Capítulo 4 detalha as etapas e procedimentos metodológicos adotados no estudo, além de descrever a experiência de agricultura urbana da *Quinta da Videira*, trazendo antes um resgate do histórico da Casa da Videira e uma breve contextualização a respeito do local de pesquisa, o bairro do Mossunguê. São apresentadas, então, as práticas comunicativas da iniciativa, tipificadas da seguinte forma: práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos; práticas de comensalidade e cozinha artesanal; práticas de troca e comercialização, e práticas expositivas. Consta também, junto à descrição da terceira etapa empírica da pesquisa, o delineamento do processo comunicacional estudado.

As análises dos sentidos encontrados são feitas, então, nos Capítulos 5 e 6, que correspondem às duas categorias de análise identificadas, tendo como base os direcionais do método de Análise de Conteúdo. A primeira, apresentada no Capítulo

5, é voltada à análise dos diversos sentidos construídos sobre a *Quinta da Videira*, caracterizando os interlocutores e situando seu quadro relacional no processo de comunicação da experiência. A segunda, descrita no Capítulo 6, é direcionada à análise da construção do sentido de agricultura urbana a partir da *Quinta da Videira*, englobando as cinco principais discussões que emergem nesse processo: os sentidos construídos para agricultura e pecuária e a caracterização da agricultura urbana; a possibilidade de inclusão das criações animais no conceito de agricultura urbana; o caráter de cuidado ambiental atribuído a tal atividade, envolvendo o sentido de sustentabilidade; os diferentes entendimentos da *Quinta da Videira* como crítica ao sistema convencional, que envolvem, por sua vez, o sentido de consumo; e a constituição de tal crítica como uma alternativa a esse sistema ou não. O Capítulo 7 traz as considerações finais da dissertação.

Com isso, espera-se contribuir no debate sobre o desenvolvimento da agricultura urbana e seu potencial em tantas frentes, especialmente no que se refere às questões ambientais – não só quanto aos benefícios objetivos que ela pode trazer, mas também do ponto de vista simbólico. Ao mesmo tempo, espera-se oferecer uma contribuição ao campo da comunicação, com a aplicação da abordagem relacional/praxiológica a partir da aproximação com o conceito de práticas enquanto materialidades simbólicas, que pode ser útil para compreender uma ampla variedade de fenômenos.

1 UM OLHAR A PARTIR DA COMUNICAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Realizar um estudo científico a partir do olhar da comunicação requer, primeiramente, uma reflexão acerca dos diversos entendimentos sobre o que é a comunicação, que remetem à própria formação deste campo das ciências sociais, de constituição relativamente recente. Como indica Wolton (2004), a comunicação consiste numa experiência antropológica fundamental. Uma vez que ninguém é desvinculado ou exterior a ela, pensá-la e teorizá-la sempre representou um desafio. Nessa busca, a comunicação vem sendo historicamente concebida com diferentes objetivos e funções, de acordo com as características dos variados períodos e contextos e com a importância que seu estudo recebe em cada um deles.

Cabe descrever, então, o percurso epistemológico que leva à emergência da concepção relacional/praxiológica adotada neste estudo, que vem sendo construída em meio a perspectivas recentes no campo em âmbito nacional e internacional, tendo em vista suas diferenciações em relação a outras, mais difundidas. Salienta-se que, com base em tal abordagem, é possível estudar variados fenômenos sociais enquanto processos comunicacionais, a exemplo do que se propõe no presente trabalho quanto a um conjunto de práticas relacionadas à agricultura urbana.

1.1. O CAMPO COMUNICACIONAL: FORMAÇÃO E ABORDAGENS

Segundo Martino (2001), a palavra comunicação aparece pela primeira vez na Idade Média, no vocabulário dos mosteiros cristãos antigos, onde a vida eclesiástica era marcada pela contemplação e isolamento, que eram rompidos apenas no momento de fazer a refeição da noite em conjunto, prática chamada de *communicatio*. A esse termo latino é associada sua etimologia. Nele aparecem as raízes *com* (junto), *munis* (sujeito a, encarregado de) e *tio*, com a ideia de ação, atividade. Logo, em sua origem, a palavra diz respeito a exercer uma atividade em conjunto – e tem relação com a alimentação.

Significada a partir de tal base, comunicação, portanto, é diferente da mera convivência, de ter algo em comum em termos de características ou objetos. Trata-

se de um encontro com o outro, que rompe o isolamento do indivíduo e constitui uma relação, baseada em uma ação comum, ou, de forma bastante simplificada, numa ação que gera uma reação. Assim, a noção de comunicação é apropriada para se referir a diversas relações que ocorrem entre todos os tipos de seres, sejam eles “brutos” (como nos processos de troca de calor ou força descritos pelo campo da física) ou “orgânicos”. Entre estes, as relações adquirem diferentes níveis de complexidade, podendo se dar no nível da elaboração mental, uma vez que os estímulos são selecionados e interpretados. Nesse domínio, “[...] em sua acepção mais fundamental, o termo ‘comunicação’ refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências.” (MARTINO, 2001, p. 14-15).

Semanticamente, a palavra também indica transporte, transferência, transmissão, circulação, colocar informações em comum. Segundo Wolton (2004), ela ganhou esse significado no século XVI, por conta do surgimento da imprensa. A partir disso, a noção de comunicação é dada principalmente em relação às tecnologias a ela relacionadas: “Comunicar é difundir, por meio da escrita, do livro, do jornal, do telefone, do rádio, do cinema e, por fim, da televisão e da informática.” (WOLTON, 2004, p. 57). O autor lembra que essa noção também é relacionada aos sistemas de transporte – trem, automóvel, avião – e todas as técnicas físicas que têm importante papel complementar para a comunicação. Para ele, os diferentes significados atribuídos ao termo demarcam justamente as duas dimensões que a comunicação possui: a normativa, como ideal de troca e de partilha, e a funcional, como instrumento de difusão, marcado pela técnica.

É em torno da dimensão funcional que se constitui, apenas no início do século XX, o campo científico especificamente voltado ao estudo da comunicação. Para Wolton (2004), isso se deve ao fato de que, na modernidade, a comunicação (enquanto transmissão de informações) se tornou uma necessidade, uma condição para o funcionamento da sociedade complexa que se forma no contexto de uma economia globalizada. Do mesmo modo, França (2001a) aponta que a modernidade não descobriu a comunicação, mas a problematizou, pois se fez necessário melhor compreendê-la para poder executar seus projetos.

De fato, diferentes contribuições para a reflexão teórica sobre a comunicação foram desenvolvidas em vários períodos da história. De acordo com Hohlfeldt (2001), em meio às civilizações ocidentais, elas podem ser encontradas já entre os

filósofos da Grécia Antiga, como em apontamentos de Aristóteles, especialmente no que diz respeito à oratória, incluindo um esquema descritivo inicial para o processo: pessoa que fala > assunto > pessoa a quem se fala.

Vale ressaltar que o pensamento teórico neste campo, abarcado pelas ciências sociais e humanas, tem raízes nas teorias de outros campos e disciplinas, que eventualmente vêm a compor seu aporte, tornando o campo interdisciplinar em sua origem e conferindo “a impureza como seu objeto”, como entende Bougnoux (1994, p. 27). Assim esclarece França (2001a, p. 49-50):

Fenômeno empírico com tantas facetas, a comunicação suscita múltiplos olhares; é um objeto complexo que apresenta recortes passíveis de serem investigados por várias disciplinas. De tal maneira que aquilo que chamamos de “teoria da comunicação”, principalmente em seus primórdios, apresenta-se como um corpo heterogêneo, descontínuo e mesmo incipiente de proposições e enunciados sobre a comunicação, fruto de investigações oriundas das mais diversas filiações (sociologia, antropologia, psicologia, entre outras) – cada uma refletindo o olhar específico e o instrumental metodológico de sua disciplina de origem.

Os estudos caracterizados como formadores das primeiras teorias da comunicação propriamente ditas surgem nos EUA da década de 1930, a partir da sociologia (funcionalista) e da psicologia social (de orientação behaviorista) (FRANÇA, 2001b), sob influência do “paradigma da sociedade de massa”. Nesse cenário, marcado pela intensa industrialização e urbanização, as “massas” são entendidas como um todo homogêneo de indivíduos atomizados (FERREIRA, 2001). Com o surgimento e a proliferação dos meios de comunicação de massa (MCM), alguns cientistas sociais voltam seus olhares para os fenômenos de produção e consumo de mensagens homogêneas em larga escala, como a publicidade e as campanhas políticas, e passam a pesquisá-las principalmente em relação a sua eficiência, dando início à *communication research* (DALLA COSTA, MACHADO e SIQUEIRA, 2006).

Entre tais abordagens estão a teoria da agulha hipodérmica, as chamadas teorias dos efeitos e a teoria matemática da comunicação – também conhecida como teoria informacional ou modelo de Shannon-Weaver, levando o nome de seus criadores, os matemáticos Claude Shannon e Warren Weaver. Tratam-se, pois, de vertentes que conferem grande importância aos MCM, atribuindo-lhes um poder que vai da manipulação à persuasão e à influência sobre o público, além de apresentar uma função de caráter vital na sociedade – a de promover a circulação de

informações (DALLA COSTA, MACHADO e SIQUEIRA, 2006). Em meio a tais concepções, a comunicação é abordada de forma instrumental e quantitativa, vista basicamente como um processo de transmissão de mensagens de um emissor a um receptor, por meio de um canal (que pode ter a influência de “ruídos” – interferências que distorcem a mensagem), produzindo algum efeito, e considerada eficiente quando reproduz no segundo a mensagem pretendida pelo primeiro (QUERÉ, 1991 *apud* FRANÇA, 2003; MAFRA, 2010)³. Vê-se que estas concepções funcionalistas se aproximam do esquema básico de Aristóteles, embora este tenha dado maior ênfase à questão do diálogo (HOHLFELDT, 2001).

A partir disso, o campo se desenvolve majoritariamente acerca de reflexões e pesquisas voltadas à comunicação enquanto processo midiaticizado ou institucionalizado, desdobrando-se, por exemplo, em teorias sobre o jornalismo e a publicidade. Entre outras abordagens apropriadas para se pensar os fenômenos de comunicação de massa está a de Theodor Adorno e Max Horkheimer, ligados à teoria crítica da Escola de Frankfurt, que elaboram o conceito de Indústria Cultural⁴. Posteriormente, o também frankfurtiano Jürgen Habermas adota, com a teoria da ação comunicativa, uma postura diferenciada, dando grande relevância à comunicação enquanto forma de articular consensos e superar a razão instrumental vigente, criticada por tal escola (DALLA COSTA, MACHADO e SIQUEIRA, 2006).

Da tradição francesa, tornam-se referência para os estudos na área concepções do estruturalismo e do pós-estruturalismo – a exemplo da semiótica de Roland Barthes e do pensamento de Michel Foucault sobre a questão do discurso. Por sua vez, sob a influência dos pesquisadores ingleses ligados aos Estudos Culturais da década de 1960 – que se debruçam sobre os processos de recepção e o papel dos meios de comunicação na produção de cultura –, emergem na década de 1970 as teorias latino-americanas sobre recepção, mediações sociais, imperialismo cultural e comunicação popular (FRANÇA, 2001b). Nesse ponto, destaca-se a teoria das mediações de Jesús Martín Barbero, que “[...] desvia, assim, o foco de atenção dos meios e de seus efeitos para as mediações, ou seja, tudo

³ QUERÉ, L. D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxeologique. *Réseaux*, Paris, n. 46/47, 1991.

⁴ A noção de Indústria Cultural diz respeito à uma estratégia que seria usada pela classe burguesa para manipular as “massas” por meio de produtos culturais, “[...] tirando-lhes o espírito crítico e fazendo com que se conformem com o *status quo*” (DALLA COSTA, MACHADO e SIQUEIRA, 2006, p. 39).

aquilo que influencia a maneira como um indivíduo vai receber e reelaborar as mensagens a que é exposto.” (DALLA COSTA, MACHADO e SIQUEIRA, 2006, p. 113).

De modo geral, ao longo do tempo, as pesquisas em comunicação passam a empregar metodologias mais qualitativas e a dar maior atenção à relação das pessoas com e através dos meios de comunicação, bem como a seus desdobramentos culturais e políticos. A partir da década de 1990, no contexto de uma sociedade midiaticizada ou em rede (CASTELLS, 1999), a proliferação das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), como a internet, abre novas frentes de estudo e discussão. Isso se dá na medida em que o paradigma da comunicação de massa passa por transformações, com a emergência do papel ativo do receptor no processo, possibilitado pelas redes interativas digitais online.

Nas últimas décadas, vem se estabelecendo uma compreensão mais profunda, do ponto de vista epistemológico, sobre o que o campo da comunicação engloba – o que lhe é próprio enquanto campo de fluxos, sistemas e redes interativos e de processos relacionais constituidores de sentidos – e sobre sua permanente capacidade de se compor como atitude metodológica ou “interdisciplina fecunda para os outros saberes” (BOUGNOUX, 1994, p. 32). Em consonância com as reflexões que emergem no final de século XX sobre a complexidade (MORIN, 1991) e o modo de fazer ciência (SANTOS, 2003; LATOUR, 1994, 2004), constitui-se a noção de que os objetos não são dados na realidade, prontos para serem decifrados, mas construídos pelo pesquisador a partir de seu referencial (LOPES, 2010). Assim, entende-se que qualquer fato humano é problematizável sob o enfoque da comunicação, mesmo porque tal fenômeno perpassa todas as atividades humanas e sociais. Logo, trata-se de um campo interdisciplinar⁵ por natureza, não só por compartilhar conhecimentos, metodologias e objetos com outros, mas por conta de suas várias interfaces possíveis (BRAGA, 2011).

Segundo França (2001b), o que determina a especificidade do olhar da comunicação é, portanto, sua abordagem, dada pelo conceito e pelo viés que permitem compreender um objeto enquanto comunicação, em sua natureza comunicativa. Contudo, esse tipo de compreensão encontra limitações junto aos referenciais historicamente estabelecidos no campo. Ainda que tenham vindo a

⁵ Lopes (2006) o define como transdisciplinar.

englobar aspectos como a intertextualidade das mensagens, as relações entre emissores e receptores e a bilateralidade do processo, prevalece entre eles a noção de comunicação como troca de mensagens.

Em trabalho posterior (FRANÇA, 2003), a autora afirma que o conceito derivado do “paradigma informacional” se naturalizou de tal forma que nunca deixou de estar presente, seja no âmbito das pesquisas acadêmicas ou no do “senso comum”, apesar dos numerosos questionamentos e críticas que recebeu ao longo do tempo. O que, de acordo com ela, deve-se em parte à falta da construção e aceitação de outro paradigma satisfatório. Discussões recentes no âmbito teórico do campo têm apontado, então, para novas perspectivas de abordagem a partir da comunicação.

1.2. A COMUNICAÇÃO NUM MODELO RELACIONAL E PRAXIOLÓGICO

No movimento de busca por um novo modelo, vêm-se incorporando reflexões de autores de diferentes épocas e origens teóricas, que indicam outras possibilidades de olhar sobre o fenômeno da comunicação (FRANÇA, 2003). Em geral, são aportes que apontam para um resgate da noção ampla de comunicação como relação imbuída de sentidos e processo social constante. Essa perspectiva relacional, como denomina Mafra (2010), é evidenciada no conceito proposto por França (2001b):

Em suma, a comunicação compreende um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos.

Os autores sublinham que, apesar de apresentar os mesmos elementos presentes no esquema informacional (interlocutores, discursos, produção, compartilhamento), essa noção busca evidenciar sua inter-relação, a globalidade e a circularidade da comunicação. “O processo comunicativo, numa perspectiva relacional, deixa emergir sua vida e seu dinamismo próprios, enxergando os interlocutores (produção/recepção) como instituidores de sentidos, que partem de

lugares e papéis sociais específicos.” (MAFRA, 2010, p. 108). Quando se fala em produção e compartilhamento de sentidos, não se trata da ideia de um sentido construído por um emissor que procura entregá-lo a um receptor; o que se quer dizer é que os discursos são interpretados, havendo atribuição de sentidos tanto por quem os produz quanto por quem tem acesso a eles – sentidos esses que não são necessariamente os mesmos. Cabe esclarecer ainda que, nesse contexto, o termo ‘discurso’ pode ser entendido de forma ampla, não apenas como expressão verbal/textual/linguística, mas como materialidade passível de interpretação simbólica⁶. Em semelhante linha de raciocínio, Peruzzolo (2006) propõe ser mais condizente dizer que as pessoas **se comunicam em algo** – na materialidade de que emergem os sentidos – em vez de **comunicar algo** – transmitir os sentidos em si.

Nessa conjuntura, França (2003) apresenta o trabalho do pesquisador francês Louis Queré como uma contribuição especialmente significativa, por promover uma sistematização de tal debate. Como destaca a autora, a argumentação por ele colocada é que a abordagem comunicacional dos fenômenos sociais só é possível a partir de uma perspectiva praxiológica, em que a comunicação deixa de pertencer à esfera do conhecimento, da *episteme* – baseada no esquema da representação⁷ –, e se insere na esfera da ação (embora esta, por sua vez, não deixe de ser uma reflexão epistemológica).

O autor contrapõe, então, essa primeira concepção, que chama de **modelo epistemológico da comunicação**, com a proposta de uma outra referência: o **modelo praxiológico**. Em tal modelo, a comunicação não mais é vista como um processo instrumental de transmissão de conteúdos, descolado e fechado em si

⁶ De acordo com Peruzzolo (2006, p. 75), a linguagem no nível simbólico se refere à “[...] capacidade de separar um corpo dos elementos que organizam uma expressão atinente a ele [...]”. Assim, o símbolo diz de algo de forma indireta, por inferência, a partir de sua interpretação, que caracteriza a linguagem simbólica. Ainda sobre o conceito de linguagem, cabe esclarecer que, embora seja relacionado às noções de fala e língua (código estruturado), trata-se, de forma ampla, da capacidade de expressão e interpretação a partir de estímulos diversos, podendo operar tanto no nível das imagens e sinais (a linguagem dos animais, comparada à linguagem emocional humana) quanto no nível simbólico, que é próprio dos humanos (PERUZZOLO, 2006).

⁷ Santos (2011) aponta que ‘representação’ é um termo empregado entre diversas áreas e abordagens para denominar diferentes conceitos, tendo por isso adquirido certa complexidade. Neste caso, refere-se basicamente à compreensão do conhecimento enquanto imagem daquilo que é conhecido. Essa noção pressupõe a existência de um mundo real, predefinido, em uma instância, e em outra o conhecimento sobre ele, no nível da abstração (SANTOS, 2003; LATOUR, 1994, 2004). Assim, caberia à comunicação transmitir essas representações a indivíduos para que estes, por sua vez, possam captá-las e reconstituí-las (MAFRA, 2010).

mesmo, e assume um caráter de constituição e organização tanto da objetividade do mundo quanto da subjetividade do sujeito. Parte-se do pressuposto de que é por meio da ação, dotada de simbolismo cultural, que os homens constroem o seu mundo, sendo a linguagem a experiência simbólica por excelência. Esta, portanto, também se caracteriza como uma ação constitutiva, uma expressão que materializa, define e organiza aquilo que há para ser expresso. Tal noção difere essencialmente da ideia presente no modelo epistemológico tradicional, de um mundo dado, separado dos sujeitos, que deve ser explicado pela linguagem a partir de representações a serem trocadas via comunicação. A própria concepção de sujeito difere: em vez de observadores do mundo, emissores ou receptores de mensagens, têm-se sujeitos que se constituem na expressão, em relação ao outro e à situação (FRANÇA, 2003; MAFRA, 2010).

Assim, o modelo praxiológico da comunicação incorpora, aproxima-se e/ou dialoga com concepções de diversos autores, campos e correntes teóricas (SOUSA, 2013). No âmbito do presente estudo, destaca-se entre elas a do interacionismo simbólico, por conta de suas contribuições para pensar o caráter comunicativo, constituidor de sentidos, de todo o tipo de ação humana.

A perspectiva interacionista tem origem com o pensamento pragmático do americano George Mead, na década de 1930. De acordo com um de seus principais seguidores, Herbert Blumer (1969), tal concepção parte de três premissas: 1) as pessoas agem com relação às coisas de acordo com os sentidos atribuídos a elas – entendendo-se por coisas tudo o que elas possam perceber em seu mundo: objetos físicos, outras pessoas, categorias de pessoas (amigos, inimigos), instituições, atividades, valores (honestidade, por exemplo), enfim, todo o tipo de situação que um indivíduo encontra em sua vida diária; 2) os sentidos emergem da interação entre os indivíduos – não são intrínsecos nem a eles nem às coisas; 3) as pessoas lidam com esses sentidos e os modificam ao agir em relação às coisas que encontram, por meio de processos interpretativos.

Esses processos acontecem em duas etapas: em uma instância, o indivíduo interage consigo mesmo, identificando os objetos que fazem parte de seu mundo. Blumer (1969) enfatiza que as pessoas entendem e conformam o seu meio apenas a partir dos objetos que reconhecem, aos quais são atribuídos sentidos. “Individuals, also groups, occupying or living in the same spatial location may have, accordingly, very different environments; as we say, people may be living side by side yet be

living in different worlds.”⁸ (BLUMER, 1969, p. 11). Em outra instância, o indivíduo lida com os sentidos (seleciona, descarta, reagrupa, transforma) de acordo com a situação na qual se encontra. A interpretação é, portanto, um processo formativo, e não uma aplicação sistemática de sentidos já estabelecidos (HAGUETTE, 2005).

Para a perspectiva interacionista, os sentidos que uma pessoa atribui às coisas que reconhece são produtos da forma como outras pessoas agem em relação a tal coisa, definindo-a. Nas palavras de Blumer (1969, p.5), “thus, symbolic interactionism sees meaning as social products, as creations that are formed in and through the defining activities of people as they interact”. O autor explica que, na concepção de Mead, as interações ocorrem basicamente em duas formas: as “conversações de gestos” e o “uso de símbolos significantes”, que ele renomeia como “interação não simbólica” e “interação simbólica”. A primeira acontece quando se responde automaticamente a uma ação, no nível dos reflexos. A segunda envolve compreender a intenção e o sentido dos gestos, a partir de que o indivíduo faz sua interpretação e determina sua ação – o que, pode-se inferir, constitui uma relação de comunicação. Nesse processo, os indivíduos (abordados por Mead a partir dos conceitos de eu, mim, *self* e espírito) avaliam a si mesmos e colocam-se uns nos lugares dos outros (*role-taking*), de forma reflexiva⁹.

Para Mead, é a habilidade humana de responder aos próprios gestos que permite o estabelecimento de relações entre os seres humanos e, portanto, a sociedade. A ação de grupos é explicada a partir das mesmas considerações que valem para os indivíduos, funcionando com base na partilha de sentidos comuns, em constante arranjo e negociação. Assim, a vida de um grupo humano é entendida como um amplo processo de formação, sustentação e transformação de objetos, na medida em que seus sentidos se modificam (HAGUETTE, 2005).

Outra concepção derivada das proposições iniciais de Mead é a de Erving Goffman, que compara o processo de interação e reflexividade com uma atuação

⁸ Indivíduos, também grupos, que ocupam ou que vivem no mesmo local espacial podem ter, portanto, ambientes muito diferentes; como se costuma dizer, as pessoas podem estar vivendo lado a lado e ainda assim em mundos bem diferentes. (Tradução livre).

⁹ Metodologicamente, o interacionismo simbólico dá origem a abordagens qualitativas como a etnometodologia e a observação participante, indicando que o pesquisador assuma o papel do outro para compreender seu ponto de vista, de modo a captar os sentidos que orientam os diversos fenômenos sociais. Valorizam-se, assim, procedimentos baseados na conversação, como as entrevistas, os painéis de discussão e a história de vida (HAGUETTE, 2005).

cênica, em que os indivíduos adotam papéis e atuam em correspondência a eles. Para isso, eles precisam ter informações sobre o outro e dar informações sobre si mesmos, ou seja, expressar-se. Isso pode acontecer tanto com símbolos verbais e imagéticos, utilizados propositalmente, quanto de forma não verbal, com elementos que fazem indicações sobre o indivíduo (suas roupas e forma de falar, por exemplo) (SOUSA, 2013).

Com isso, o interacionismo simbólico propõe uma leitura diferente de outras abordagens que dão grande ênfase às macroestruturas sociais (normas e classes, por exemplo) ou aos elementos psicológicos individuais para explicar o comportamento humano e sua organização coletiva. De fato, ele é concebido em meio a uma primeira fase construcionista que se observa entre as teorias sociais a partir da década de 1930, que vem contestar o essencialismo de outras concepções (MAINES, 2000) – Mead é caracterizado por Griffin (2012) como um construcionista social inicial. Todavia, ainda que leve em conta a questão do contexto, ele recebe críticas justamente por não abordar de que forma aspectos políticos e socioeconômicos, por exemplo, operam nas ações e relações humanas. Como resume Haguette (2005, p. 59),

A concepção interacionista não parece considerar os efeitos mútuos entre os microprocessos de ação individual e grupal e as macroestruturas sociais que, a nosso ver, funcionam em termos de *feedback* constante. A reação contra as análises estruturais que descuram os microprocessos levou ao extremo oposto, ou seja, ao negligenciamento da consideração das influências exercidas por aquelas em relação a estes.

De toda forma, no que tange ao entendimento amplo da comunicação, apropriado pela concepção relacional/praxiológica, o interacionismo simbólico traz importantes contribuições. Ao compreender que os sentidos são dinâmicos, emergentes, interpretados e apropriados em cada situação, essa abordagem rompe, portanto, com a ideia de sua transmissão ou transferência. Na medida em que o interacionismo simbólico situa o social nas interações dotadas de sentido, a comunicação é englobada em todos os processos sociais. Os esquemas descritivos das interações de Mead e Goffman proporcionam, então, elementos para pensar questões referentes à comunicação não verbal (SOUSA, 2013).

Nessa linha de raciocínio, não existem objetos propriamente comunicativos, ou práticas que são comunicativas e outras que não são. No intercruzamento de

suas variadas referências, o modelo praxiológico da comunicação se torna, assim, uma perspectiva para pensar a própria vida social, a partir das dinâmicas comunicativas que a constituem (FRANÇA, 2003). Assim resume Queré (1991, p. 71 *apud* FRANÇA, 2003, p. 42): “Por abordagem comunicacional, entendo o uso da noção de comunicação como esquema conceitual para dar conta da atividade e da organização social, das relações sociais e da ordem social”.

À luz dessas proposições, resgata-se a reflexão de França (2001b), para quem a especificidade do olhar comunicacional ao abordar fenômenos sociais está, portanto, em captar a **interseção** entre três dinâmicas básicas: **a situação sociocultural, o quadro relacional dos interlocutores e a produção de sentidos a partir de uma materialidade simbólica**. Assim, busca-se conjugar o situacional e o histórico (FRANÇA, 2003; SOUSA, 2013) na abordagem dos mais diversos fenômenos sociais a partir da comunicação.

Nesse ponto, cabe aprofundar o que se entende por sentido. Ao refletir sobre a delimitação do conceito em meio às teorias sociais, Maines (2000) aponta que a influência da referida perspectiva construcionista se intensifica a partir da década de 1960, com a publicação do trabalho de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre a “construção social da realidade”. Reckwitz (2002) também fala em uma “virada” culturalista ou interpretativista na teoria social na década de 1970. Disso decorre que grande parte das abordagens contemporâneas envolvidas com a questão do sentido, a despeito de suas diferenças conceituais, compartilham o entendimento de que estes são construídos e modificados socialmente, independente do seu grau de sedimentação (MAINES, 2000).

A etimologia da palavra remete ao latim: *sensus* (perceber), também relacionada a *sentire* (sentir) – assim, fala-se nos sentidos do organismo enquanto sistemas sensoriais de captação de estímulos. Semanticamente, ela aparece como sinônimo de significado, bem como de orientação, direção. Assim, compreende-se que o sentido é algo que envolve justamente essas duas dimensões, como esclarece Peruzzolo (2006, p.127) em nota sobre as reflexões de Greimas e Courtés (1979): “O sentido, além do que se quer dizer com uma palavra ou frase (o que é expresso pela categoria de significado), assume as feições de gosto, sentimento, ideologia, finalidade, valor, etc. Por isso, ele se compõe tanto de significado quanto de orientação”. Para Kurzman (2008, p. 5),

Meaning includes moral understandings of right and wrong, cognitive understandings of true and false, perceptual understandings of like and unlike, social understandings of identity and difference, aesthetic understandings of attractive and repulsive, and any other understandings that we may choose to identify through our own academic processes of meaning-making.¹⁰

Para fins de uma abordagem praxiológica da comunicação, que vai se debruçar sobre a produção de sentidos a partir de uma materialidade simbólica nos mais diversos fenômenos sociais, emergem então algumas questões: o que, em meio a esses fenômenos, pode ser considerado uma materialidade simbólica, passível de interpretação e atribuição de sentido tanto por quem a concretiza quanto por quem tem acesso a ela? Em relação a quê, especificamente, buscar a produção de sentidos?

De acordo com Perinbanayagam¹¹ (1986 *apud* MAINES, 2000), a construção de sentidos só pode ocorrer na presença de modelos estáveis que constituem suas unidades, sendo a língua, dotada de gramática, sintaxe e vocabulário, a instância mais óbvia dessa estabilidade. De fato, pressupõe-se que é possível inferir de forma mais direta como as pessoas atribuem sentido às “coisas” – recorrendo ao conceito de Blumer (1969) – quando se fala delas, estruturadamente, ou mesmo quando se apresenta algo de modo organizado a partir de um produto comunicacional “clássico” – um gesto, um texto, uma foto ou um vídeo, por exemplo. Contudo, em meio às concepções aqui adotadas, compreende-se que a forma como as pessoas agem em relação às coisas – sendo que falar ou apresentar são maneiras de agir – é definidora dessas coisas e, portanto, imbuída de sentidos tanto para quem age quanto para quem toma conhecimento da ação. Assim, assume-se que as ações realizadas de forma rotinizada, que remetem à instância das práticas, são possibilidades de recorte para uma abordagem comunicacional de um fenômeno social. A partir desse entendimento, propõe-se uma aproximação com o conceito de prática, conforme proposto por Reckwitz (2002) no âmbito da chamada teoria das práticas.

¹⁰ Sentidos incluem entendimentos morais de certo e errado, entendimentos cognitivos de verdadeiro e falso, entendimentos de percepção de gosto e desgosto, entendimentos sociais de identidade e diferença, entendimentos estéticos da atração e repulsa, e quaisquer outros entendimentos que podemos escolher para identificar através de nossos próprios processos acadêmicos de construção de sentidos. (Tradução livre).

¹¹ PERINBANAYAGAM, R. S. The meaning of uncertainty and the uncertainty of meaning. **Symbolic Interaction**, v. 9, n.1, p. 105-126, 1986.

Segundo o autor, a teoria das práticas, ou perspectiva praxiológica na teoria social, trata-se de uma sistematização didática, um tipo ideal para fins de comparação e estudo, de elementos que podem ser encontrados nas obras de variados autores do último terço do século XX, a exemplo de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Charles Taylor, Michel Foucault “tardio”, Harold Garfinkel, Bruno Latour e Theodore Schatzki. Entre os aspectos em comum que o autor identifica em meio a tais obras estão a influência culturalista, o interesse pelo estudo da vida cotidiana e a referência filosófica em Ludwig Wittgenstein e Martin Heidegger (RECKWITZ, 2002).

Para essa concepção, diferente de outras que também têm base culturalista, a unidade de análise para compreender a organização do mundo partilhado não está na mente das pessoas, nem nas estruturas simbólicas (como na língua ou nos símbolos de modo geral), ou mesmo nas interações – ela está nas práticas. Nisso, o termo ‘prática’ difere de *práxis*, o todo da ação humana, oposto de teoria ou mero pensamento:

A 'practice' (Praktik) is a routinized type of behaviour which consists of several elements, interconnected to one other: forms of bodily activities, forms of mental activities, 'things' and their use, a background knowledge in the form of understanding, know how, states of emotion and motivational knowledge. (RECKWITZ, 2002, p. 249).¹²

Neste caso, o conceito de conhecimento pode ser entendido como sinônimo de sentido: In a very elementary sense, in a practice the knowledge is a particular way of 'understanding the world', which includes an understanding of objects (including abstract ones), of humans, of oneself.”¹³ (RECKWITZ, 2002, p. 253). Assim, as práticas são padrões que podem ser preenchidos por ações únicas que as reproduzem, englobando, por exemplo, formas de cozinhar, de consumir, de trabalhar. Uma prática compreende a ação do corpo e da mente, coisas (não-humanos), conhecimentos, estruturas e processos, funcionando sempre em

¹² Uma ‘prática’ (Praktik) é um tipo rotinizado de comportamento que consiste em vários elementos, interligados uns aos outros: formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, ‘coisas’ e seus usos, um conhecimento de fundo na forma de entendimento, habilidades, estados emocionais e conhecimentos motivacionais. (Tradução livre).

¹³ Em um sentido bastante elementar, o conhecimento em uma prática é uma forma particular de ‘compreender o mundo’, que inclui a compreensão de objetos (incluindo os abstratos), dos humanos, de si mesmo. (Tradução livre).

conjunto. O indivíduo, como agente mental e corporal, é o portador da prática – logo, não apenas o portador de um padrão de comportamento, mas de maneiras rotinizadas de entender o mundo, as coisas, a si e aos outros. Os conhecimentos – ou os sentidos – são qualidades das práticas e não dos indivíduos. As práticas são sociais porque são compartilhadas por diferentes praticantes, em diferentes tempos e locais – não pressupõem, pois, que os praticantes interajam para lhe conferir o caráter social (RECKWITZ, 2002).

No âmbito desta teoria, aquilo que o autor chama de prática discursiva (como a palavra falada ou o texto escrito) é uma prática como outras: contém, da mesma forma, padrões de ação mental e corporal, conhecimento, motivação, *know-how* (como as regras da gramática) e objetos (de sons a computadores) ligados uns aos outros. “[...] in discursive practices the participants ascribe, in a routinized way, certain meanings to certain objects (which thus become 'signs') to understand other objects, and above all, in order to *do something*.” ¹⁴(RECKWITZ, 2002, p. 255). A fim de evitar confusão com a noção de discurso considerada no presente trabalho, propõe-se uma adaptação da definição feita pelo autor, buscando traduzir seu entendimento de prática discursiva com o termo ‘prática expositiva’, que passa a ser adotado aqui. Entende-se por práticas expositivas, então, em suma: a fala, a escrita, os gestos convencionados, a fotografia, o vídeo e suas combinações¹⁵.

Assim, a teoria das práticas também rompe com a ideia de transferência de sentidos de uma pessoa a outra – as próprias práticas envolvem sentidos, e são passíveis de entendimento tanto para quem as pratica quanto para quem as observa, ao menos em meio à mesma cultura (RECKWITZ, 2002). Logo, é possível pensar que as práticas, assim definidas, podem constituir materialidades simbólicas de comunicação. Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer ainda que as práticas ganham a qualidade de informação – aquilo que está disponível para leitura, como um livro numa estante, e a partir do momento em que é acessado, interpretado, pode gerar comunicação (MARTINO, 2001). É o que se aplica, nesta pesquisa, em

¹⁴ Nas práticas discursivas os participantes atribuem, de maneira rotinizada, certos sentidos para certos objetos (que então se tornam ‘signos’) para entender outros objetos, e, acima de tudo, a fim de fazer alguma coisa. (Tradução livre).

¹⁵ Cabe esclarecer que, a partir da abordagem comunicacional adotada no trabalho, todas as práticas são consideradas comunicativas, discursivas ou expositivas, uma vez que, nessa concepção, as práticas em si são entendidas como discursos. Contudo, a diferenciação proposta por Reckwitz (2002) é adotada para fins de uma simplificação didática, utilizada na construção da tipologia das práticas da *Quinta da Videira*, de modo a facilitar sua compreensão.

relação às práticas da experiência escolhida para o estudo: entende-se que o simples fato de ver ou tomar conhecimento da existência de uma horta e/ou criação animal na cidade, por exemplo, como acontece no caso de alguns vizinhos, demarca um processo de comunicação.

Trata-se de um potencial comunicacional intrínseco: uma vez notadas, as práticas naturalmente revelam, sugerem, provocam a associação de sentidos; em suma, **mostram algo** – sobre os objetos, os praticantes, enfim, tudo o que a prática envolve, de acordo com a leitura do sujeito que as percebe e interpreta. Todavia, tal comunicação pode também ser buscada de forma intencional. Quer-se dizer, com isso, que determinada prática pode ser realizada **com a intenção de mostrar algo**. É o caso, como visto, das práticas expositivas, que têm esta como sua finalidade primordial. Contudo, há exemplos de práticas relacionadas a outras finalidades imediatas que também envolvem, combinam, essa intenção: vestir roupas que representem uma causa, preferir um tipo de produto e boicotar outro como forma de protesto, e assim por diante. Nesse sentido, tais reflexões se aproximam, por exemplo, de discussões sobre o consumo enquanto via de ação política e a questão das identidades na contemporaneidade (PORTILHO, 2009; HALL, 2005; CANCLINI, 2008), remetendo às relações entre práticas, cultura e comunicação.

No que tange às duas últimas, pode-se dizer que a comunicação é um fenômeno cultural, mas também que a própria cultura é produzida pela comunicação, uma vez que implica, no mínimo, a transmissão de patrimônio entre gerações. Entendida como uma matriz de sentidos (PERUZZOLO, 2006) ou um conjunto de interpretações e categorias consolidadas (KURZMAN, 2008) que servem de ponto de partida para as pessoas assimilarem informações e orientarem sua ação, a cultura institucionaliza modos de ser e agir. Como o homem não está totalmente programado do ponto de vista biológico, pode escolher de forma arbitrária seus modos de ser (na medida das possibilidades contextuais). As relações estabelecidas como resposta a impulsões da vida vão sendo, então, fixadas e ajustadas na forma de modelos culturais, oferecendo referências principalmente em situações de insegurança e desconhecimento. De modo geral, a produção de modelos culturais está ligada à necessidade e ao desejo humano de fixar relações que se mostram benéficas ou mesmo úteis: trabalha-se para que elas durem para sempre, na forma de um uso, um hábito, um costume, dando continuidade à sua

comunicação (PERUZZOLO, 2006). Tais questões permeiam, como se verá adiante, a postura humana em relação ao meio ambiente, por exemplo.

Como sempre estão inseridas em alguma cultura, as práticas podem estar em consonância com um modelo cultural vigente ou, por outro lado, destoar dele, inclusive como forma de questioná-lo e tensioná-lo, na busca pela construção/comunicação de outros modelos. É o caso de algumas apropriações da agricultura urbana, que vêm a fazer frente, por exemplo, às próprias noções de agricultura e cidade estabelecidas na atualidade, como se vê junto à *Quinta da Videira*. O que, no limite, trata-se da contraposição de sentidos envolvidos em práticas e modelos culturais – como afirma Kurzman (2008), a construção de sentidos é um terreno de contestação. O autor lembra que indivíduos e grupos que produzem sentidos fora do modelo cultural dominante são frequentemente identificados em categorias como visionários, profetas, pessoas com doenças mentais, etc. Para ele, outra instância de contestação de sentidos é encontrada nos movimentos sociais, que geralmente emergem como forma de resistência e questionamento a normas, instituições e estruturas dominantes. Como promovem diferentes formas de enxergar e tratar as mais diversas questões, eles desafiam tanto seus integrantes quanto seus observadores a repensar sentidos que são tidos como dados – é o que se quer dizer, no âmbito do presente estudo, quando se fala em tensionamento de sentidos.

1.3. COMUNICAÇÃO, MEIO AMBIENTE E ALIMENTAÇÃO

As reflexões apresentadas sobre a construção de sentidos a partir das práticas como meio de afirmação ou tensionamento de modelos culturais são de grande valia para o estudo das questões socioambientais, cujo debate se populariza e intensifica entre as décadas de 1960 e 1970, em grande parte por conta das contestações promovidas pelos movimentos ambientalistas que se constituem nessa época. Paralelamente, despertam-se reflexões sobre o papel da comunicação nesse debate. Manuel Castells (1999) e John Hannigan (2009) mostram, por exemplo, como esses movimentos procuram promover visões de mundo contrárias às lógicas, estruturas e instituições dominantes na atualidade, tidas como geradoras de conflitos

e problemas socioambientais. Outros autores das ciências sociais, como Alison Anderson, John Dryzek e Julia Corbett, também despontam na análise da produção de conteúdos, discursos e ideologias acerca do meio ambiente que passam a se difundir desde então (AGUIAR e CERQUEIRA, 2012).

Em afinidade com os pressupostos do modelo relacional/praxiológico da comunicação, Cox (2009) afirma que toda forma de ação simbólica que atua sobre a maneira como se percebe o meio ambiente – direcionando olhares e gerando sentidos – tem um efeito sobre a maneira como se age em relação a ele. Logo, diferentes formas de retratar ou de se referir à natureza podem sugerir a compreensão de rios e florestas como recursos para o uso e exploração, por exemplo, ou como sistemas vitais a serem protegidos. Essa é, justamente, uma questão que se busca explorar com a presente pesquisa, em relação a diferentes sentidos envolvidos no tema da alimentação e da agricultura urbana.

Uma vez que as relações humanas com o mundo natural envolvem diferentes interesses, valores e visões de mundo, pode-se identificar uma série de vozes, que se manifestam em variadas instâncias em meio ao que Cox (2009) chama de “esfera pública verde”: nas mídias (como na publicidade e no jornalismo), nos espaços de participação pública (dentro e fora das mídias, incluindo as redes sociais da internet), na cultura popular, no cotidiano. Entre tais vozes, além dos ambientalistas, o autor aponta os cientistas, os críticos contrários ao movimento ambientalista (céticos), os jornalistas, os cidadãos e grupos comunitários, os políticos, os empresários. Estes, por exemplo, frequentemente se opõem a medidas e legislações ambientais por conta das restrições que elas impõem sobre o uso de recursos, as escalas de produção e assim por diante, afetando sua lucratividade. Por outro lado, muitos incorporam as questões ambientais em suas estratégias de marketing, buscando construir uma imagem amigável perante o meio ambiente (a ideia em voga de “economia verde”) (COX, 2009). A tais vozes, acrescenta-se ainda a dos chamados educadores socioambientais, que vêm atuando em vários âmbitos, formais ou informais¹⁶.

¹⁶ Cabe registrar que, embora Cox (2009) utilize o conceito de *environmental communication*, o qual poderia ser traduzido como comunicação ambiental, os autores brasileiros que vêm trabalhando com o mesmo o empregam em um sentido mais estrito. De fato, trata-se de um conceito ainda em discussão e construção, como mostram Aguiar e Cerqueira (2012) e Del Vecchio *et al.* (2013). Estes, por exemplo, o definem como uma atividade própria dos profissionais da comunicação, que incorporam fundamentos epistemológicos do campo ambiental na divulgação de informações e conhecimentos socioambientais. Assim, o ‘ambiental’ no termo não se trata de um mero adjetivo que

Hannigan (2009) analisa essa discussão em termos de disputas discursivas, por meio das quais essas diferentes vozes buscam fazer valer seus entendimentos e pontos de vista. Ele apresenta uma tipologia proposta por Carl Herndl e Stuart Brown¹⁷ (1996 *apud* HANNIGAN, 2009), que identifica três tipos de discursos predominantes acerca do meio ambiente: o regulatório (a natureza como recurso), o científico (a natureza como objeto de conhecimento) e o poético (a natureza como poder emocional, beleza, espiritualidade). Por sua vez, Hannigan (2009) propõe uma tipologia para os principais discursos encontrados em suas análises sobre movimentos ambientalistas norte-americanos que surgem na década de 1970: o arcádico (que se refere à natureza idealizada, aos campos e florestas bucólicas); o do ecossistema (ligado à ciência, apontando impactos da ação humana para o equilíbrio ecológico) e o da justiça ambiental (relacionado aos direitos das populações humanas afetadas por problemas ambientais). O autor ressalta que, em ambos os casos, esses discursos não devem ser tratados como sendo estáticos ou mutuamente exclusivos. Pelo contrário, eles se misturam, complementam-se, dialogam entre si – “e, às vezes, retornam em um embrulho diferente”. (HANNIGAN, 2009, p.83).

No trabalho de Castells (1999), a questão dos sentidos aparece em termos conceituais de identidade. De acordo com ele, os ambientalistas inspiram a criação de uma nova identidade cultural por meio de suas lutas: “[...] uma identidade biológica, uma *cultura da espécie humana como componente da natureza*.” (CASTELLS, 1999, p. 159).

Em geral, compartilha-se da visão de que, a exemplo dos entendimentos sobre o meio ambiente, a noção de problema ambiental também é uma construção: uma situação só é identificada como problema quando assim é abordada e legitimada. Com isso, os autores dão grande destaque ao papel da ciência e das produções midiáticas (de massa, como o jornalismo e a publicidade, ou das NTICs, como as redes sociais da internet) para chamar a atenção, caracterizar, endossar e fornecer informações sobre questões socioambientais, a fim de que sejam

demarca a referência a temas ambientais, mas o compromisso com aspectos como a interdisciplinaridade, a complexidade, o olhar holístico e a ética humana em relação à natureza no tratamento dessas questões.

¹⁷ HERNDL, C. G.; BROWN, S. C. (Ed.). **Green culture: environmental rhetoric in contemporary America**. Madison: University of Wisconsin Press, 1996.

incorporadas nas decisões políticas e/ou na vida cotidiana.

De todo modo, a partir das noções discutidas, entende-se que o potencial da comunicação para promover diferentes visões e atitudes em relação ao meio ambiente pode estar nas mais variadas práticas, a partir dos mais variados atores. Considera-se, então, a alimentação – tema englobado pelo presente trabalho – um terreno de ação e de estudo bastante rico nesse âmbito. Afinal, a necessidade fundamental de se alimentar é uma das que, acima de tudo, convoca aprendizados em relação ao meio ambiente e a atribuição de sentidos para tudo o que isso envolve – água, ar, terra, plantas, animais, etc. Como se discutirá com maior profundidade no próximo capítulo, os modos como cada grupo ou povo organiza sua alimentação, da produção ao manejo dos resíduos, é também grandemente responsável pela conformação do mundo em que se vive. Assim, o imbricamento entre comunicação, meio ambiente e alimentação vem ganhando atenção. Em 2010, por exemplo, um dos principais periódicos internacionais na área de comunicação ambiental – *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, mantido pela International Environmental Communication Association (IECA), dedicou uma edição especialmente à questão da alimentação¹⁸, caracterizando-a como um dos pilares da consciência ambiental (COX, 2009).

Da mesma forma, o processo de comunicação aqui estudado se situa em tal imbricamento, uma vez que se busca analisar os sentidos construídos a partir da experiência de agricultura urbana da *Quinta da Videira* especialmente no que se refere à relação entre meio ambiente e alimentação. Resgatando os pontos discutidos neste capítulo sobre a abordagem comunicacional de diferentes fenômenos sociais, tem-se que a construção de sentidos por diferentes atores nos processos de comunicação se dá a partir de materialidades simbólicas (neste caso, práticas relacionadas à alimentação), e que esses processos estão sempre inseridos em um contexto sociocultural, que os influencia e é influenciado pelos mesmos (FRANÇA, 2001b). O Capítulo 2 aborda, então, o tema da alimentação e suas diversas relações com o meio ambiente, procurando situar o contexto sociocultural referente à experiência escolhida para o estudo, no âmbito do sistema alimentar moderno, como se verá a seguir.

¹⁸ Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture, v. 4, n. 3, 2010.

2 ALIMENTAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Com base em referências oriundas de diferentes disciplinas, como a antropologia, a história e a geografia política, este capítulo busca evidenciar as diversas relações entre meio ambiente e alimentação, que permeiam a discussão proposta na presente dissertação, bem como situar o contexto sociocultural em que se dá o processo de comunicação da experiência de agricultura urbana da *Quinta da Videira*. A partir do conceito de sistema alimentar, procura-se, primeiramente, identificar diferentes aspectos envolvidos no tema da alimentação, ressaltando as influências que esta recebe da e exerce sobre a cultura – terreno de construção e contestação de sentidos, inclusive no que se refere ao meio ambiente, como se discutiu no Capítulo 1. Faz-se, então, uma revisão sobre a conformação do sistema alimentar moderno e seus desdobramentos, especialmente do ponto de vista socioambiental, de modo a caracterizar o cenário em que emerge e se estabelece a agricultura urbana na atualidade, a exemplo da experiência da *Quinta da Videira*.

2.1. OS DIVERSOS ASPECTOS DA ALIMENTAÇÃO

Cercada de saberes práticos e tradicionais que remontam aos primórdios da existência humana, nos últimos séculos, a alimentação se tornou também objeto de estudo científico pelos olhares de diversas disciplinas, como a biologia, a ecologia, a medicina, a nutrição, a psicologia, a história, a sociologia e a antropologia. Se do ponto de vista fisiológico a alimentação diz respeito à transmissão de energia e nutrientes entre diferentes espécies nas cadeias alimentares, com fins de suprir as necessidades e manter a saúde do corpo, trata-se também de um fenômeno social e cultural, com dimensões subjetivas e simbólicas. Dada a complexidade do tema e as diversas inter-relações que abrange, compreende-se que seu estudo requer um olhar holístico, interdisciplinar. Do diálogo entre as várias perspectivas, emerge a noção de alimentação como fenômeno biocultural, ou fato biopsicossocial complexo (CONTRERAS e GRACIA, 2011).

O conjunto dessas relações interdependentes demarca o conceito de sistema alimentar, que, de acordo com Contreras e Gracia (2011), diz respeito a quatro grandes operações: cultivar, repartir, cozinhar e comer, que representam as fases de produção, distribuição, preparação e consumo. Todavia, admite-se que a noção de sistema alimentar abarca ainda, ou deveria abarcar, a questão do descarte/manejo de resíduos, como apontam os próprios autores: “A elas deveria se adicionar uma quinta fase, frequentemente esquecida, mas que tem importância cada vez maior, dado o seu aumento progressivo: a evacuação dos detritos (operação de livrar-se, colocando-o no lixo).” (CONTRERAS e GRACIA, 2011, p. 165).

Um sistema alimentar engloba, portanto, todos os atores envolvidos nessas diversas etapas, incluindo aqueles que, no âmbito doméstico, participam da aquisição de alimentos (por meio da compra e/ou coleta, caça/pesca, cultivo e criação), de sua transformação culinária e da organização das condições de consumo. Ressalta-se ainda que os sistemas alimentares não são fechados em si, variando, assim como a própria alimentação, de acordo com fatores biológicos, ambientais, tecnológicos, culturais, socioeconômicos e políticos, que interagem dinamicamente e operam uns sobre os outros. Além disso, ao mesmo tempo em que são influenciados, a alimentação e os sistemas alimentares também exercem influência sobre tais aspectos.

Logo, a alimentação está no cerne das relações estabelecidas pelos seres humanos entre si, com outras espécies e seu meio. Tais relações são marcadas, em primeira instância, pela condição onívora da espécie humana, que, ocupando o “topo da cadeia alimentar”, tem ainda a capacidade de modificá-la. Do latim *omnivorus* (*omnes*, *omnia*, que se refere a ‘tudo’, e *vorare*, devorar), o onívoro é capaz de obter energia e nutrientes a partir de variadas fontes, entre plantas, animais, fungos e algas. Mas, diferente de outras espécies onívoras, como ratos, galinhas e peixes, os seres humanos desenvolveram habilidades como cozinhar com fogo, caçar com utensílios, cultivar a terra e conservar comida (POLLAN, 2007), que ampliam não só suas possibilidades de alimentação e adaptabilidade, mas também de atuação no e transformação do respectivo meio.

No princípio da história humana, a obtenção de alimentos se dava pela caça e pela coleta, ao passo em que os grupos viviam de forma nômade, estando, portanto, totalmente sujeitos ao que podiam encontrar no meio em termos de comida. Como mostram Rigon *et al.* (2006), “à medida que o nomadismo foi sendo substituído pela

fixação do homem nos lugares, tornou-se necessário o desenvolvimento de técnicas que lhe permitissem interagir mais intensamente com o meio visando a produção de alimentos para consumo”. Assim, o advento da agricultura e do pastoreio, entre dez e cinco mil anos atrás, é considerado uma das maiores revoluções da humanidade (MAZOYER e ROUDART, 2010), pois foi determinante para o desenvolvimento de uma nova relação do homem com o meio.

A partir daí, tornou-se possível adaptar a terra ao invés de a ela ter de se adaptar. Como mostra Ribeiro (1998, p.84),

[...] tais procedimentos acabam por fixar-se como um processo produtivo novo que, permitindo reordenar intencionalmente a natureza, a colocava (sic) a serviço do homem para prover a massa principal de alimentos vegetais de que carecia.

Vale ressaltar, contudo, que o controle humano sobre a produção de alimentos jamais foi absoluto. Apesar do desenvolvimento de diferentes técnicas e tecnologias, a agricultura e a criação animal sempre estiveram sujeitas, em alguma medida, a condições naturais, como as características do clima e do espaço e a própria biodiversidade local, para citar apenas algumas. Logo, a exemplo do que afirma Veiga (2008, p. 209), “apesar de seus mais de dez mil anos, a agricultura permanece sendo a atividade humana que mais intimamente conecta a sociedade com a natureza”. A indissociabilidade entre alimentação e os contextos ambientais aparece, por exemplo, em meio às cozinhas locais e étnicas, que também constituem elementos de cultura e identidade regional. Analisando a experiência de uma família judia no Brasil, Amon e Menasche (2008) argumentam que a comida e as práticas de alimentação constituem vozes que comunicam, ao trazer a narrativa da memória social de uma comunidade: “As histórias que a comida de um outro lugar conta no lugar que a hospeda resgatam a memória do lugar de origem” (AMON e MENASCHE, 2008, p. 20).

Com isso, à necessidade primeira de identificar o que é comida ou não, dada a condição onívora da espécie e sua grande adaptabilidade, soma-se a de resolver o que deve ser extraído, produzido, distribuído e consumido, quando, como, por quem/ para quem, em que quantidades, o que constitui um resíduo e como tratá-lo. Tais definições levam em conta uma combinação de fatores entre diferentes grupos humanos e contextos históricos. De fato, ao longo do tempo, diferentes sistemas e

técnicas de extrativismo, agricultura e pastoreio foram desenvolvidos e utilizados para dar conta da demanda fundamental e constante da alimentação, essencial à sua sobrevivência, saúde e reprodução – algo que implica divisão de tarefas e de resultados e que se desdobra, ao longo do tempo, em questões de gênero, classe, ocupação e infraestrutura, ou da própria organização social. Para Antonio Candido (2010), a compreensão da vida social de um grupo se dá justamente a partir dos seus meios de satisfação de necessidades, como a alimentação, uma vez que “[...] a obtenção, para cada grupo, do equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio depende dos tipos de organização que desenvolver neste sentido” (CANDIDO, 2010, p. 30).

Por sua vez, a dimensão cultural humana exerce um papel fundamental junto à alimentação ao expressar, por exemplo, a sabedoria acumulada por gerações anteriores para fazer a distinção sobre o que é considerado comestível ou não diante de tudo o que biologicamente o poderia ser – o que envolve a construção de sentidos. Historicamente, tal sabedoria foi expressa por meio de tabus, rituais, costumes e tradições, constituindo referências além do sistema sensorial, da memória genética e dos aprendizados individuais para resolver o chamado dilema do onívoro (POLLAN, 2007). Mais que isso, tal dimensão atua indicando, em meio ao que é considerado comestível, o que é também adequado (CANESQUI e GARCIA, 2005).

Dada a variedade de culturas existentes, há também uma variedade de vertentes que buscam explicar com base em quê se dá a construção dessas referências, atribuindo maior ou menor importância a diferentes fatores presentes nos contextos em que elas se desenvolveram. De fato, diversas culturas oferecem prescrições e aversões alimentares que são até mesmo opostas. Como mostram Contreras e Gracia (2011), isso pode ser observado na comestibilidade de animais, mais frequentemente proibida do que a de vegetais, devido às características morfológicas daqueles serem mais semelhantes às dos humanos. De acordo com os autores, uma das explicações para a transformação de alguns animais em comida e a ojeriza a fazê-lo com outros seria, sob a influência do pensamento cultural-simbólico, o seu entendimento enquanto sujeitos ou objetos na relação com o ser humano. Assim, cavalos e cachorros, que convivem de forma próxima com as pessoas e são mimados e humanizados, tornam-se sujeitos na sociedade ocidental, enquanto bois são tidos como objetos e podem, portanto, ser comestíveis. Já sob a

influência do pensamento econômico, esses tabus e preferências poderiam ser explicados em termos materialistas, partindo do pressuposto de que cada grupo humano procura a relação de melhor custo-benefício nutricional, ecológica e economicamente, diante das possibilidades que se apresentam em seu contexto. Admite-se, inclusive, que alguns tabus alimentares possam ter em suas origens a função de preservação ambiental.

Nesse aspecto, ficam evidenciadas as relações entre alimentação e religião, uma vez que muitas referências culturais para a primeira são expressas a partir de princípios e valores referentes à segunda. Ao mesmo tempo, comidas e bebidas fazem parte dos ritos e da simbologia dos diferentes sistemas de crenças, assim como a sua privação, representada pela prática de jejuns. Como resume Carneiro (2005, p. 72),

A identidade religiosa é, muitas vezes, uma identidade alimentar. Ser judeu ou muçulmano, por exemplo, implica, entre outras regras, não comer carne de porco. Ser hinduísta é ser vegetariano. O cristianismo ordena sua cerimônia mais sagrada e mais característica em torno da ingestão do pão e do vinho, como corpo e sangue divinos. A própria origem da explicação judaico-cristã para a queda de Adão e Eva é a sua rebeldia em seguir um preceito religioso: não comer do fruto proibido.

Sob um ponto de vista mais amplo, embora não trate especificamente do tema da alimentação, Boff (2008) aborda a questão da espiritualidade, que pode ou não aparecer ligada a religiões e doutrinas. De acordo com o autor, ao remeter a uma dimensão profunda do ser humano, ao sentido dado à própria existência e à vida, a espiritualidade se desdobra em todas as atividades humanas. Nessa linha de raciocínio, as diversas escolhas e atividades referentes à alimentação podem estar bastante relacionadas à maneira como a espiritualidade é compreendida e praticada por indivíduos e grupos, independente de sua adesão a determinada religião. É o que se vê justamente em algumas manifestações do vegetarianismo¹⁹, por exemplo.

Tais questões emergem de maneira central junto à experiência contemplada pela presente pesquisa: a espiritualidade se mostra uma orientação essencial para os integrantes da *Quinta da Videira* e para a iniciativa como um todo, entendida a partir da tradição judaico-cristã. No que tange, por exemplo, à postura humana diante dos animais, vê-se uma tentativa de desconstruir tanto a sua objetificação (no

¹⁹ De acordo com o conceito adotado pela International Vegetarian Union (IVU), o vegetarianismo é um tipo de dieta baseada em vegetais, que pode incluir ou não laticínios, ovos e/ou mel (IVU, 2014).

sentido de encará-los como uma mercadoria ou item de produção) quanto a sua humanização (no sentido de tratá-los como animais de estimação), em busca de estabelecer uma relação compreendida pelo grupo como sendo de troca e de cuidado, mantendo a sua comestibilidade.

Ainda quanto às inter-relações entre cultura e alimentação, cabe notar o caráter hedonista que esta apresenta junto aos seres humanos, que não comem apenas para ou até saciar a fome; comer é também uma fonte de prazer, distinção e crítica social (BOURDIEU, 2006). Além disso, as pessoas têm a capacidade de comer mesmo quando o sabor não agrada, valendo neste caso, por exemplo, o intuito de participar de um ritual ou agradar outra pessoa. Assim, o paladar, embora tenha influências biológicas e evolutivas, também pode ser “aprendido” socialmente. Da mesma forma, a despeito das diferentes condições de acesso aos alimentos, o não comer pode igualmente ter influência da cultura, como nos mencionados jejuns ligados à questão da religião/espiritualidade, ou mesmo como parte de dietas radicais com fins estéticos, guiados pelos ideais de beleza e representações do corpo presentes entre os grupos humanos em diferentes épocas. Nos tempos atuais, por exemplo, a busca pelo padrão da magreza tem sido associada a transtornos alimentares como a anorexia e a bulimia (CONTRERAS e GRACIA, 2011).

Logo, a alimentação também envolve a questão da sociabilidade, sendo o alimento muitas vezes oferecido como um presente ou componente significativo em ocasiões como festas e cerimônias. O que também ocorre nas interações cotidianas: a comensalidade (comer em conjunto) é uma forma de promover e exercer a convivência nos diversos âmbitos da vida social. Este é outro aspecto encontrado junto à experiência estudada: a comensalidade faz parte das práticas da *Quinta da Videira*, e ganha um sentido essencial para o grupo em sua apropriação da agricultura urbana como forma de negação do sistema alimentar convencional, como se verá adiante.

Com efeito, Canesqui e Garcia (2005) ressaltam que a alimentação e a própria comensalidade também sofrem influência de fatores econômicos e políticos próprios de cada organização social:

O fato de a comida e o ato de comer serem prechos de significados não leva a esquecer que também comemos por necessidade vital e conforme o meio e a sociedade em que vivemos, a forma como ela se organiza e se estrutura, produz e distribui os alimentos. Comemos também de acordo com a distribuição da riqueza na sociedade, os grupos e classes de pertencimento,

marcados por diferenças, hierarquias, estilos e modos de comer, atravessados por representações coletivas, imaginários e crenças. (CANESQUI e GARCIA, 2005, p. 11).

Por todos esses aspectos, a alimentação constitui um terreno privilegiado para estudar as diversas atividades e comportamentos humanos: “[...] o estudo das práticas alimentares, mediante o exame de seus aspectos materiais, sociais e dimensão simbólica, constitui um ‘meio’ para analisar muitos outros aspectos da sociedade” (CONTRERAS e GRACIA, 2011, p. 17). Assim também o indica Carneiro (2005), ao afirmar que o costume alimentar de uma civilização pode revelar pontos como sua eficiência produtiva e reprodutiva, suas representações políticas, religiosas e estéticas, seus critérios morais, seu sistema de parentesco e a organização da vida cotidiana.

A exemplo do que argumentam Amon e Menasche (2008), chega-se a propor, entre diferentes teorias, que a alimentação constitui uma forma de comunicação, dotada de gramática e símbolos próprios, a qual expressa, por exemplo, identidades e condições de status, mas sobretudo, visões de mundo e modos de vida. No que se refere ao presente estudo, estando a alimentação no cerne das relações estabelecidas pelos seres humanos entre si, com outras espécies e seu meio, trata-se de uma importante instância para discutir as questões socioambientais e a separação sociedade-natureza, que se intensifica nos últimos dois séculos, em meio à conformação do sistema alimentar moderno.

2.2. O SISTEMA ALIMENTAR MODERNO

No contexto da modernidade²⁰, em decorrência do modo de vida constituído pelo sistema capitalista, a alimentação vem passando por uma série de mudanças em escala global. Fala-se em uma transição dos “sistemas alimentares tradicionais” (pré-industriais) para um “sistema alimentar moderno” (não tradicional, industrial). Contudo, como explicam Contreras e Gracia (2011), esta não se trata de uma

²⁰ Giddens (1991, p. 11) define a modernidade como “[...] estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”.

ruptura radical, uma vez que alguns elementos permanecem invariáveis, ao passo em que outros sofrem uma extraordinária transformação.

De acordo com Morgan, Marsden e Murdoch (2006), essa transição diz respeito, essencialmente, à consolidação da produção de alimentos como um setor econômico globalizado²¹, voltado não apenas à satisfação das necessidades alimentares das populações, mas também ao lucro. Tal fenômeno demarca, então, o estabelecimento do chamado sistema alimentar convencional, baseado nas grandes escalas de produção, na industrialização e na padronização dos alimentos, que se expandiu internacionalmente, tornando-se hegemônico.

Assim, embora reconheçam a coexistência e correlação de diversos “mundos da comida” no sistema alimentar moderno, ou naquilo que chamam de “nova geografia da comida”, Morgan, Marsden e Murdoch (2006) o descrevem em termos de uma oposição entre o sistema caracterizado como convencional ou hegemônico e outro, dito alternativo. Cabe notar que, como esclarecem os autores, esta se trata de uma simplificação teórica, que se faz útil, contudo, para ilustrar a realidade atual. Nesse esquema, portanto, o sistema convencional (também chamado de fordista) é aquele no qual imperam a agricultura mecanizada e produtivista, as grandes indústrias, os mercados de massa, a globalização, a padronização e desterritorialização da comida. O alternativo (pós-fordista), por sua vez, diz respeito a formas de agricultura ecológica, pequenas indústrias, mercados locais e reterritorialização da comida.

A consolidação do sistema convencional também está diretamente relacionada às revoluções tecnológicas agroindustriais que aconteceram nos últimos séculos. Vale ressaltar, contudo, que os primórdios de tais revoluções e da própria globalização, no que diz respeito à alimentação, se situam em períodos anteriores à modernidade, remontando ao próprio advento da agricultura e do pastoreio. Tem-se que, num primeiro momento, o domínio de técnicas de produção alimentar proporcionou um grande crescimento populacional, levando ao surgimento das primeiras civilizações, como as sociedades agrárias da Mesopotâmia, do Egito, da Índia, da China e das Américas (Incas, Maias e Astecas).

²¹ Tida como uma característica fundamental da modernidade, a globalização, por sua vez, é definida por Giddens (1991, p. 69) como “[...] a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.

Durante a Idade Média, novos aprimoramentos técnicos foram sendo desenvolvidos, como os sistemas de cultivo e tração pesada registrados na Europa. A partir dos séculos XV e XVI, com o mercantilismo e a expansão das grandes expedições comerciais, geográficas e coloniais, tais técnicas começaram a ser disseminadas nas Américas, África e Oceania, em detrimento daquelas que eram utilizadas pelas populações autóctones (MAZOYER e ROUDART, 2010). Como indicam Contreras e Gracia (2011), essa expansão ocidental iniciada por volta do ano de 1500 pode ser relacionada com o conceito de globalização²². Aos poucos, o fluxo de trocas entre os continentes foi aumentando, influenciando e modificando hábitos alimentares locais, inclusive com a introdução e adaptação de culturas exóticas, que não faziam parte daquilo que os contextos regionais ofereciam originalmente. A esse fenômeno é relacionado o desaparecimento de muitas produções de caráter local, tanto em termos de técnicas quanto de variedades, em paralelo à expansão de outras.

Com a Revolução Industrial, vieram novas possibilidades tecnológicas para potencializar a produtividade e o lucro no setor de alimentos. Como mostra Carneiro (2012), as revoluções agroindustriais que acontecem já no contexto do capitalismo envolvem o emprego de novas técnicas de adubação, drenagem e rotação de culturas. No século XX, a chamada Revolução Verde introduz, entre outros, a tração mecânica, a criação em massa de animais confinados e o uso de pesticidas e fertilizantes sintéticos.

Tais esforços foram feitos, em grande parte, no sentido de minimizar os limites impostos pela natureza e a dependência em relação às condições e processos naturais, como a sazonalidade e perecibilidade (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990). As técnicas industriais e a (bio)tecnologia permitiram uma gradual “libertação” nesse sentido, desenvolvendo métodos de produção, conservação e logística capazes de sustentar esse sistema. Tais métodos envolvem o plantio e o cultivo baseados na monocultura mecanizada e no uso de insumos e pesticidas químicos derivados de petróleo, bem como de organismos geneticamente modificados (OGMs); a criação de animais com alimentação artificial e intensa

²² De acordo com os autores, “[...] por globalização pode-se entender o amplo processo de transformações sociais, incluindo o crescimento do comércio, investimentos, viagens e redes informáticas, no qual numerosas forças entrelaçadas estão fazendo com que as fronteiras de todo tipo e em todos os níveis sejam mais permeáveis do que nunca.” (CONTRERAS e GRACIA, 2011, p. 389).

medicação; a conservação dos alimentos para que tenham prazos de validade mais longos, com o controle de temperaturas, a aplicação de aditivos e conservantes químicos e o uso de embalagens; e uma cadeia de transportes capaz de distribuir a produção às mais variadas distâncias com relativa rapidez.

Esses acontecimentos acompanham a mercantilização das terras, o cercamento e a expulsão dos camponeses do campo (CARNEIRO, 2012) e um acelerado processo de urbanização. Com a mecanização agrícola, grandes contingentes populacionais migraram para o meio urbano, e a agricultura e a criação de animais, historicamente presentes nas cidades, foram sendo concentradas no meio rural. Neste novo contexto, atividades como trabalho, estudo, lazer, etc., passaram a se dar de forma fragmentada e especializada, aumentando o tempo passado fora de casa, diferentemente da realidade de poucas gerações anteriores. Assim, as residências se tornaram, em grande parte e principalmente nas cidades, dormitórios e centros de consumo – o que se intensificou com a entrada da mulher no mercado de trabalho e a consequente diminuição do tempo disponível entre todos os membros das famílias para as atividades domésticas.

Em meio a uma série de avanços tecnológicos, esse modo de viver, caracterizado como sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1991; BARBOSA, 2010) ou sociedade de consumidores (BAUMAN, 2008), tornou-se dominante principalmente nos países ocidentais²³. Tal arranjo demarca a transição de uma sociedade de produtores, em que a maioria das necessidades das famílias era atendida com a produção própria e parte delas por meio da troca, para uma em que o dinheiro se torna o único ou principal meio de obtenção dos itens de necessidade, como indicam Foladori e Melazzi (2009). Nesse sentido, Illich (1979) aponta, de forma bastante crítica, que a substituição do fazer e do criar pelo comprar leva à perda de saberes básicos do ser humano e à crescente dependência do mercado e

²³ Barbosa (2010) esclarece que os termos 'sociedade de consumo' e 'sociedade de consumidores' são frequentemente utilizados como sinônimos, remetendo também a outros como 'cultura de consumo' e 'consumismo', que não se referem necessariamente às mesmas coisas. Segundo a autora, a caracterização de uma sociedade como de consumo pode se dar pela presença de um tipo específico de consumo, como o consumo de signo, conforme propõe Baudrillard (1991), ou por fatores sociológicos que vão além deste, "[...] como consumo de massas e para as massas, alta taxa de consumo e de descarte de mercadorias per capita, presença da moda, sociedade de mercado, sentimento permanente de insaciabilidade e consumidor como um de seus principais personagens sociais." (BARBOSA, 2010, p. 8). É nesse sentido que Bauman (2008) se refere ao que chama de sociedade de consumidores.

das instituições. No que tange à alimentação, tais apontamentos se aplicam, por exemplo, à perda de saberes relacionados à produção alimentar e à cozinha.

De fato, os valores de praticidade e a rapidez que imperam em meio a esse tipo de sociedade afetam as práticas alimentares de forma ampla, ao passo em que as refeições feitas em casa, coletivamente, com horários e cardápios planejados são cada vez mais raras (SANTOS, 2005). De acordo com Morgan, Marsden e Murdoch (2006), entre as tendências alimentares que surgem nas últimas décadas estão um maior consumo dos chamados alimentos de conveniência (prontos para comer, enlatados, congelados, pré-cozidos), menor tempo dedicado ao preparo de refeições, menor parcela do orçamento familiar destinado à alimentação e prioridade do preço como critério de escolha na compra de itens alimentícios.

Em geral, cozinha-se menos e come-se mais industrializados – hábitos que têm sido associados à maior incidência de problemas de saúde como obesidade, hipertensão e diabetes, entre outros (TARDIDO e FALCÃO, 2006; POLLAN, 2007, 2008). Assim, a modernidade seria responsável por uma perda do caráter comunitário da alimentação, bem como uma diminuição da referência da tradição para orientar as práticas alimentares, que passam a sofrer maior influência da ciência – sobretudo de um conjunto de “sistemas peritos”, que se tornam os principais garantidores da confiança e credibilidade depositadas nas formas industriais de produção e consumo (GIDDENS, 1991).

Isso se dá principalmente com aquilo que Pollan (2008) chama de ideologia do nutricionismo²⁴. Tal lógica se desenvolve a partir da descoberta, no século XIX, dos três principais componentes dos alimentos, os chamados macronutrientes: proteínas, gorduras e carboidratos. Com isso, firmou-se a noção de que seriam estas as substâncias necessárias e suficientes para nutrir o corpo humano, conjunto ao qual mais tarde foram acrescentados minerais e vitaminas. Assim, a ideologia do nutricionismo parte da premissa de que “[...] os alimentos são, em essência, a soma de seus nutrientes.” (POLLAN, 2008, p. 36). O autor argumenta que tal orientação influenciou profundamente a forma como as pessoas comem e produzem alimentos, principalmente no mundo ocidental. No campo da agronomia, por exemplo, destaca-se que todo o sistema de produção baseado na substituição da energia do sol pela de fertilizantes derivados de petróleo está fundada na identificação dos

²⁴ Termo de autoria do sociólogo australiano Gyorgy Scrinis.

macronutrientes do solo: nitrogênio, fósforo e potássio. Da mesma forma, o nutricionismo se aplica às áreas que trabalham com nutrição animal, e está por trás do sistema de substituição de alimentação natural (pasto, por exemplo) por rações desenvolvidas em laboratório.

A partir disso, o acesso ao conhecimento sobre uma alimentação saudável só seria possível por meio de um profissional especializado – um perito, para usar o termo de Giddens (1991) –, acarretando a diminuição do valor das tradições e saberes populares em relação à alimentação. Contudo, dadas as descontinuidades da própria ciência nutricional, que chega a fazer descobertas contraditórias, Pollan (2008) indica que ocorre uma constante “guerra dos macronutrientes” nas prescrições dietéticas, em que ora um, ora outro é apontado como mais importante ou cujo excesso é mais prejudicial para a saúde. Ele aponta, ainda, a ocorrência de uma apropriação do nutricionismo pelas indústrias alimentícias, que, a partir de tal lógica, conseguem gerar credibilidade e agregar valor a alimentos processados e artificiais, com ingredientes desconhecidos das pessoas “leigas”, e manter a demanda e aceitação por novos produtos, o que lhes garante lucratividade.

O nutricionismo, quem sabe, é a melhor coisa que já aconteceu na indústria alimentícia, que historicamente trabalhou sob os limites do crescimento impostos por uma população que não está se expandindo nem de longe com a velocidade que os fabricantes de alimentos precisam para satisfazer as expectativas de Wall Street. O nutricionismo resolve o problema do estômago fixo, como era chamado no ramo: o fato de que, comparada à demanda por outros bens de consumo, a demanda por comida, no passado, não variava muito. As pessoas só tinham capacidade de comer determinada quantidade, e porque a tradição e o hábito governavam suas opções, tentavam comer as mesmas coisas de sempre. Agora não! Além de favorecer mais novos tipos de alimentos altamente processados (que são de longe o tipo mais lucrativo de se fazer), o nutricionismo na verdade convoca o sistema médico e o governo na promoção desses produtos. Jogue suas cartas direitinho e poderá até conseguir que a Associação Americana do Coração aprove seu novo cereal matinal como ‘saudável para o coração’. Enquanto escrevo, a FDA²⁵ acabou de concluir uma nova alegação nutricional para as batatas fritas Frito-Lay com o fundamento de que comer batatas fritas em gorduras poliinsaturadas pode ajudá-lo a reduzir seu consumo de gorduras saturadas, protegendo, portanto, seu sistema cardiovascular. Assim, uma famigerada porcaria pode passar pelo crivo da lógica nutricionista e sair do outro lado com aspecto de comida saudável. (POLLAN, 2008, p. 63).

Com base em tais reflexões, ressalta-se que o estabelecimento dessa lógica envolve a sua legitimação em diferentes instâncias. Acerca dessa discussão, é

²⁵ Food and Drug Administration, agência do governo norte-americano responsável pelo controle de produtos alimentícios, entre outros.

mister apontar a atuação da mídia, onde circula uma série de discursos sobre a alimentação – frequentemente na voz dos peritos relacionados ao tema –, muitos dos quais contribuem para esse processo. Embora a comunicação midiática não seja o foco de análise da presente dissertação, cabe lembrar, como abordado no Capítulo 1, que à mesma se atribui um importante papel na construção social de sentidos – o que também vale para as questões relacionadas à alimentação, especialmente no cenário atual, em que esta se torna objeto de uma grande quantidade de produções publicitárias e jornalísticas, entre outras²⁶. Assim, de forma pontual, a título de problematização, destacam-se a seguir alguns aspectos da apropriação do nutricionismo na mídia.

Como apontam Villagelim *et al.* (2012), é notável a presença de uma perspectiva biomédica acerca da alimentação em variadas produções midiáticas, que tratam da mesma sobretudo em relação à questão nutricional, endossada pelas recomendações de órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS)²⁷. Com isso, elas refletem e ao mesmo tempo reforçam tal noção:

Na esteira dessas práticas discursivas, ideias sobre alimentação saudável vêm se capilarizando nos espaços de formação de técnicos especialistas, nos serviços de saúde e entre a população em geral, o que podemos, ao menos em parte, atribuir a sua veiculação nos meios de comunicação. Programas de rádio e televisão, matérias jornalísticas nas mais diversas mídias, peças de entretenimento nos cinemas e na Internet, assim como a publicidade, cumprem papéis de veículos de informações que se apresentam, de algum modo, como promotores de práticas de alimentação saudável. (VILLAGELIM *et al.*, 2012, p. 683).

Os autores chamam a atenção, por exemplo, para o fato de que muitas campanhas publicitárias se valem de elementos como selos de aprovação de sociedades científicas e informações nutricionais para associar benefícios aos seus produtos, de modo a potencializar suas vendas. Nesse processo, cada alimento é

²⁶ No que concerne à publicidade, por exemplo, dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) mostram que, no Brasil, o setor de alimentação foi o décimo entre os que mais receberam investimentos em 2013, reunindo uma soma de quase 4 bilhões e meio de reais – o que representa um crescimento de 40% em relação ao ano anterior, frente ao aumento de 19% referente ao conjunto dos setores considerados (IBOPE, 2014).

²⁷ Os autores se referem à Estratégia Global Para a Promoção da Alimentação Saudável, da OMS, e à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), proposta pelo MS. De acordo com eles, no âmbito dessas e outras iniciativas governamentais, o entendimento de alimentação saudável, ligado à nutrição como forma de prevenção e combate de doenças, vem ganhando institucionalidade (VILLAGELIM *et al.*, 2012).

apresentado isoladamente, como um conjunto de componentes e funções, contribuindo para a fragmentação simbólica da alimentação no mundo contemporâneo, com o afastamento de outras referências culturais acerca da mesma e a redução da própria ideia de saúde e alimentação saudável.

Ora passamos a ser saudáveis quando comemos o biscoito que teria sido feito com cereais integrais, rico em fibras ou pobre em outro nutriente simbolizado como maléfico nalguma campanha publicitária; em outro momento, nossas vidas ficam mais saudáveis quando bebemos um determinado refrigerante ou somos as mães a garantir vida saudável se o oferecemos aos nossos filhos, transformados por sua vez em potências energéticas inigualáveis ao consumirem tal cereal matinal cheio de vitaminas, de minerais e de outras estruturas químicas cujo segredo industrial jamais será revelado. Ao diluir a alimentação em inúmeros alimentos isolados ou em práticas alimentares parciais situadas em distintos contextos oníricos, essa publicidade nos afasta de referências importantes de constituição de bases que valorizam ações críticas do ser humano como sujeito ativo e atomiza nossas vidas, sujeitando-nos, sistematicamente. (VILLAGELIM *et al.*, 2012, p. 684).

Um processo semelhante ocorre nas frequentes abordagens que o tema recebe não só em relação à questão da saúde, mas também à da estética. Na esfera da imprensa, isso pode ser visto em uma série de revistas especializadas em tais segmentos, como as publicações brasileiras *Saúde é Vital*, *Viva Saúde*, *Boa Forma*, *Dieta Já* e *Corpo a Corpo*, entre outras – que refletem, igualmente, os debates e contradições ocorridos junto à própria ciência. Assim, alimentos e substâncias ora tidos como “vilões” da saúde ou do emagrecimento retornam à pauta, mais tarde, como sendo inofensivos, ou mesmo enquanto potenciais promotores de benefícios, e vice-versa. Um exemplo recente se refere às prescrições sobre o consumo de ovos de galinha e sua associação ao aumento dos índices de colesterol no organismo humano, cuja contestação científica levou a novas abordagens sobre o assunto. É o que mostra a manchete de uma reportagem publicada em setembro de 2013 pela revista *Saúde é Vital*: “Ovo Emagrece!: Depois de ser absolvido da falsa acusação de ameaçar a saúde pública, o ovo se revela benéfico ao coração e surge como aliado de formas enxutas” (CONTE, 2013).

Nesse contexto, enquanto Pollan (2008) intitula uma de suas obras como um “manifesto em defesa da comida”, no sentido de resgatar a “comida de verdade”, DaMatta (1986) destaca uma diferenciação entre as noções de alimento e comida desde um ponto de vista socioantropológico relacional. “Alimento é tudo aquilo que pode ser ingerido para manter uma pessoa viva; comida é tudo que se come com

prazer, de acordo com as regras mais sagradas de comunhão e comensalidade.” (DAMATTA, 1986, p. 55). Assim, ele se vale do exemplo do fenômeno do *fast food*, ao qual associa à ausência dos rituais culturais que envolvem a noção de comida:

Os americanos, sabemos, inventaram a chamada “fast food” (alimento rápido) e, por causa disso mesmo, podem comer em pé, sentados, com estranhos ou amigos, sós ou acompanhados. Comem também misturando o doce com o salgado, e uma de suas preocupações básicas é, com raras exceções, comer para viver; comer, entre eles, é um ato que pode ser profundamente individual. (DAMATTA, 1986, p. 55).

Logo, vê-se na atualidade uma diminuição não só do valor das tradições ou do hábito da comensalidade, mas também da noção do todo dos sistemas alimentares, uma vez que a maioria das pessoas participa apenas da etapa do consumo, ou da aquisição, preparação e consumo dos alimentos. Com isso, há um distanciamento, um desconhecimento e até um desinteresse de muitas pessoas quanto à origem daquilo que comem e seu processo de produção e distribuição, e também quanto à destinação e o manejo dos resíduos gerados na alimentação. Pollan (2007, 2008) argumenta que esse distanciamento é o que torna possível a aceitação e a perpetuação do sistema alimentar convencional, especialmente no que diz respeito às implicações do modelo industrial de produção alimentar para o tratamento dado a outras espécies e ao ambiente, com os quais historicamente se desenvolve, a partir da alimentação, uma complexa rede de relações e codependências.

O que talvez seja mais perturbador, e triste, a respeito da alimentação industrial, é a forma como obscurece quase completamente todas essas relações e conexões. Ir da galinha (*Gallus gallus*) até o Chicken McNugget significa deixar este mundo numa viagem de esquecimento que dificilmente poderia ter um preço mais alto, não apenas em termos da dor do animal, mas também do nosso prazer. Mas esquecer, ou em primeiro lugar, nem chegar a saber, é a própria essência da comida industrial, o principal motivo de ser tão opaca, pois, se pudéssemos ver o que se passa atrás dos muros cada vez mais altos da nossa agricultura industrial, certamente mudaríamos nossa maneira de comer. (POLLAN, 2007, p. 19).

Nesse aspecto, Poulain (2004, p. 52) destaca que “a urbanização, ao desconectar o alimento de seu universo de produção, coloca-o num estado de mercadoria e destrói parcialmente seu enraizamento natural e suas funções sociais”. Com base nas proposições dos autores, entende-se que ver a comida como uma fonte de nutrientes ou uma mercadoria está diretamente relacionado à racionalidade

científica e econômica que faz parte da lógica moderna de separação sociedade-natureza, a que se atribui as crises socioambiental ou de civilização (SERRES, 1991; LATOUR, 1994, 2004; LEFF, 2002).

Como aponta Carneiro (2012), de fato, um tema central das críticas direcionadas ao modo de produção capitalista, principalmente do ponto de vista social e ecológico, é a sua falta de sustentabilidade, que parte de um entendimento do meio ambiente sob uma perspectiva essencialmente econômica. Há que se reconhecer que tal sistema trouxe ganhos de produtividade, por exemplo, mas, como ressalta o autor, esses ganhos são relativizados diante das consequências que os acompanharam:

Os resultados foram não só recordes de produção como barateamento de custos, mas isso não impediu que a fome se mantivesse como um problema global central. Na verdade, o aumento da produtividade agrícola a qualquer preço tornou-se agro-poluidora e causadora direta de desigualdades sociais. (CARNEIRO, 2012, p. 19)

Tais pontos demarcam algumas contradições do sistema alimentar moderno, que se refletem no debate sobre a questão da segurança alimentar. No âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), por exemplo, esta é caracterizada como um direito humano que diz respeito não só à satisfação das necessidades nutricionais do organismo, mas a vários aspectos relacionados à alimentação, inclusive no que se refere ao meio ambiente:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL. Lei nº 11.346, 2006, art. 3º).

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations) considera que a segurança alimentar se dá quando todas as pessoas têm acesso permanente, tanto físico quanto econômico, a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para suprir suas necessidades dietéticas para uma vida ativa e saudável (FAO, 2013a). Nessa perspectiva, segundo a entidade, configura-se hoje um quadro de insegurança alimentar em várias partes do mundo, sendo que só o

número de pessoas em estado de desnutrição crônica²⁸ atualmente é de 870 milhões (cerca de 12% da população mundial). Tal contingente está concentrado nas regiões economicamente mais pobres do globo, como na maior parte da África e em faixas da Ásia e da América Latina (FAO, 2013a).

Por outro lado, de acordo com um levantamento divulgado pela OMS em 2008, 35% da população mundial de adultos com mais de 20 anos está acima do peso normal (quase um bilhão e meio de pessoas), enquanto 11% (cerca de meio bilhão) sofre de obesidade, cuja ocorrência mais que dobrou desde 1980. Essa população, por sua vez, está concentrada nos países mais ricos, como EUA e Japão (WHO, 2013a). Carneiro (2012) destaca que a alta produtividade conquistada por meio do sistema convencional beneficia sobretudo os empresários que lucram com a venda dos produtos, mas que, além de não ter solucionado o problema da má nutrição mundial, ela leva a uma “cultura do excesso” ou do “hiperconsumo”, gerando obesidade entre os povos que têm acesso à produção:

Esse modelo de uso de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural), de agricultura de um só produto em vastas áreas varridas por agrotóxicos e fertilizantes sintéticos expandiu uma superprodução que não serviu para acabar com a fome e a subnutrição mundial mas para aumentar o food power dos grandes produtores (sobretudo os EUA) e para criar uma cultura do excesso, do dispêndio perdulário e do hiperconsumo. A carne de animais alimentados por rações e criados em condições de confinamento absorve metade dos antibióticos produzidos no mercado estadunidense e é consumida numa hipertrofia tão grande que criou a maior epidemia de obesidade da história humana. (CARNEIRO, 2012, p. 20).

Contudo, observa-se que a obesidade também é um problema entre pessoas que sofrem de carências nutricionais, uma vez que estar acima do peso não é necessariamente uma questão de comer em excesso, mas também de ter uma dieta baseada em alimentos altamente calóricos, como óleos e farinhas. Isso pode acontecer porque esses alimentos costumam ser relativamente mais baratos que frutas, legumes e verduras, por exemplo, ou mesmo pelo fato da população de baixa

²⁸ O conceito adotado pela organização descreve a desnutrição crônica da seguinte forma: “The status of persons, whose food intake regularly provides less than their minimum energy requirements. The average minimum energy requirement per person is about 1800 kcal per day. The exact requirement is determined by a person’s age, body size, activity level and physiological conditions such as illness, infection, pregnancy and lactation” (FAO, 2013a). (O estado das pessoas, cuja ingestão de alimentos fornece regularmente menos do que suas necessidades energéticas mínimas. O requisito médio de energia mínima por pessoa é de cerca de 1800 kcal por dia. A exigência exata é determinada pela idade da pessoa, tamanho corporal, nível de atividade física e suas condições fisiológicas, tais como doença, infecção, gravidez e aleitamento). (Tradução livre).

renda ter menos acesso a orientações sobre alimentação saudável. Por isso, chega-se a falar em uma dupla carga da má nutrição, num quadro que combina desnutrição com excesso de peso e doenças crônicas relacionadas a dietas insatisfatórias em termos de micronutrientes (FAO, 2012a).

De acordo com a FAO (2013a), o quadro de insegurança alimentar relacionado à má nutrição que se instala na atualidade pode ser atribuído à indisponibilidade de alimentos, ao poder aquisitivo insuficiente para adquiri-los ou à sua utilização inadequada no nível doméstico. Vê-se, portanto, que essa questão está relacionada não só às desigualdades sociais, mas também aos altos índices de perda e desperdício que permeiam o sistema alimentar moderno. Estima-se que, por ano, um terço de toda a comida produzida no mundo – cerca de 1,3 bilhões de toneladas de alimentos – não chega a ser aproveitada (FAO, 2011). Isso se refere tanto às perdas que ocorrem nas etapas de produção e distribuição, dadas as grandes distâncias que a maioria dos alimentos percorre até chegar ao seu destino, quanto àquelas que dizem respeito à do consumo, seja pelo não uso de partes dos alimentos (como talos, cascas e folhas), seja pelo desperdício propriamente dito, como no caso das sobras e rejeitos das refeições.

Foladori e Melazzi (2009) apontam que o desperdício é intrínseco à produção capitalista moderna, pois esta gera um desequilíbrio entre oferta e a procura, com sobreprodução em alguns ramos e escassez em outros, não havendo uma organização prévia dessas questões. Isso leva, por exemplo, à destruição de alimentos pelos próprios produtores, quando os mesmos não alcançam um valor de troca vantajoso, como ocorre no caso de uma oferta muito grande, ou ao seu descarte na etapa do comércio, quando nem toda a mercadoria é vendida. Por sua vez, Bauman (2008) afirma que o desperdício é uma característica da sociedade de consumidores, uma vez que esta é baseada na perpétua insatisfação, que leva a uma nova rodada de aquisições, de modo a “aquecer a economia”, perpetuando também a necessidade constante de descarte. De acordo com o autor, em tal sociedade, os consumidores são treinados desde o berço para enxergar o mundo como um container de peças sobressalentes (BAUMAN, 2008).

Cavalcanti (2012) explica que, de fato, a economia neoclássica, que é dominante na atualidade, funciona como um sistema linear isolado, em que o meio ambiente é visto apenas como fonte de recursos (*inputs*) e receptáculo de resíduos (*outputs*). Nesse sistema, constrói-se uma noção de desenvolvimento como

sinônimo de crescimento econômico – este, por sua vez, visto como progresso. Contudo, o autor defende que o desenvolvimento, nesses termos, é insustentável, uma vez que a natureza é um sistema cíclico, que prevê a conservação da massa – logo, a retirada de elementos do ciclo, seja na forma de matéria-prima ou de lixo, eventualmente leva à sua destruição.

No que tange ao sistema alimentar, a pressão de caráter industrial sobre os processos naturais, de modo a aumentar a produtividade – e, portanto, o lucro – também é apontada como causa de uma série de descontroles e problemas, principalmente sob aspectos da saúde humana e do meio ambiente. É o que se observa, por exemplo, com a crescente quantidade de áreas devastadas para dar espaço a plantações ou criações animais. Além disso, monocultura, agroquímicos e OGMs são acusados de diminuir a biodiversidade, exaurir o solo e poluir as águas, além de tal modelo aumentar o consumo de petróleo (VEIGA, 2008; CARNEIRO, 2012), enquanto a própria OMS reconhece a necessidade de cautela quanto ao uso de tais substâncias, dado o potencial tóxico dos pesticidas e o fato de os limites seguros para o uso de transgênicos na alimentação humana ainda estar em discussão (WHO, 2013b, 2013c).

A criação de animais com alimentação artificial – incluindo restos de carne da própria espécie, mesmo junto a animais herbívoros, como o gado – é apontada como causa de doenças e síndromes transmissíveis às pessoas. Além disso, sua intensa medicação é associada ao surgimento de microrganismos cada vez mais resistentes – a despeito das dúvidas sobre os efeitos dos resíduos dessas substâncias no organismo humano e no próprio meio ambiente. Dois exemplos são os surtos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (a “doença da vaca louca”) e de contaminação pela bactéria *E. coli*, episódios representativos das polêmicas envolvendo a (in)segurança alimentar do sistema convencional, os chamados “sustos alimentares” (*food scares*). Falhas no processo de conservação e embalagem também propiciaram a proliferação de bactérias causadoras de doenças, como a Salmonella e o botulismo (MORGAN, MARSDEN e MURDOCH, 2006; CARNEIRO, 2012).

As próprias embalagens também são vistas como um problema do ponto de vista ambiental, pois consomem energia e matéria-prima em sua produção e no final da cadeia se transformam em resíduos potencialmente poluentes (considerando que as possibilidades de reciclagem são limitadas). O mesmo ocorre com os gases

emitidos pelos veículos de transporte responsáveis pela distribuição da produção, que também consomem grandes quantidades de combustível fóssil. Entre essas etapas, numerosas fraudes já foram registradas, como a mistura de produtos químicos aos alimentos para redução de custos e aumento da lucratividade, a exemplo dos recentes escândalos envolvendo a produção de leite no Brasil²⁹. Evidenciadas pela mídia e por estudos científicos, tais questões também passaram a ser consideradas elementos de insegurança alimentar, no que se refere à qualidade dos alimentos. Assim, inicialmente, a crise da confiança no sistema convencional levou ao surgimento e a um aumento da regulação e fiscalização sobre a produção alimentar, ampliando o papel dos “sistemas peritos”. Contudo, recentemente, essa crise também vem colocando em questão a capacidade desses sistemas e da própria ciência no que se refere a tal regulação e controle. Com isso, a crise do sistema fordista de produção alimentar também abre espaço para o surgimento ou resgate de modelos alternativos ao mesmo.

Logo, um reflexo dessas questões são a preocupação e o interesse demonstrados por uma crescente minoria quanto à procedência dos alimentos, a como e por quem são produzidos e o que contêm (MORGAN, MARSDEN e MURDOCH, 2006), levando a um reenraizamento da produção alimentar e à chamada “virada para a qualidade” (*quality turn*) (GOODMAN, 2003). Nesse contexto, produtos com denominação de origem e atributos artesanais e ecológicos, entre outros, ganham novo significado, não só por seu caráter relacional (de que carecem os da grande indústria), mas também por convergirem com discursos de preservação da biodiversidade e ecologia e/ou por satisfazerem outra característica da sociedade pós-industrial: o gosto pelo singular (SACCO DOS ANJOS, CRIADO e CALDAS, 2011). Portanto, ao passo em que o sistema convencional valoriza a ciência e relativiza a tradição, nota-se, neste caso, uma relativização da ciência e uma retomada dos valores ligados à tradição, demarcando o chamado sistema alimentar alternativo ou pós-fordista (MORGAN, MARSDEN e MURDOCH, 2006).

Em meio a este, do ponto de vista da produção, modalidades que procuram reduzir o uso de recursos artificiais e “aprender” com a natureza ganham atenção,

²⁹ Uma investigação realizada em janeiro de 2013 pela representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Rio Grande do Sul (Superintendência Federal de Agricultura do Rio Grande do Sul – SFA/RS), junto ao Ministério Público do mesmo estado (MP/RS), detectou a adição de uma substância semelhante à ureia, contendo formol, a oito lotes de leite de diferentes marcas. A adulteração foi atribuída a empresas de transporte do leite cru, que lucrariam mais com a alteração de volume proporcionada pela substância. (BRASIL. MAPA, 2013).

como no caso dos orgânicos e da agroecologia. O modo de produção orgânico se caracteriza basicamente pela não utilização de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, antibióticos e hormônios (NEVES *et al.*, 2000). A legislação brasileira também exclui desta modalidade o uso de OGMs e leva em conta outros aspectos socioculturais em sua definição:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL. Lei nº 10.831, 2003, art. 1º).

Tal noção se aproxima da proposta da agroecologia, que, além de um modo de produção, é considerada uma ciência e um movimento social em formação (CAPORAL e COSTABEBER, 2002; BRANDENBURG, 2002). A agroecologia busca romper com o modo moderno de fazer agricultura, resgatando conhecimentos tradicionais sob novas bases tecnológicas (ASSIS e ROMEIRO, 2002). Mais que produzir, ela tem como premissa promover o equilíbrio do ecossistema local, considerando seus aspectos naturais, sociais, culturais, econômicos, políticos e éticos (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

No que se refere à esfera do consumo, fortalecem-se os circuitos curtos de acesso a esse tipo de produção (feiras, compra direta), como as chamadas “redes alimentares alternativas”. Na definição de Renting, Marsden e Banks (2003), com base nas discussões levantadas por Murdoch, Marsden e Banks (2000), tal termo engloba de forma ampla as redes que vêm emergindo recentemente entre produtores, consumidores e outros atores que incorporam alternativas ao modo industrial e padronizado de fornecimento de alimentos. Eles também se referem a essas redes como cadeias curtas de fornecimento de alimentos. Nessa esfera, registram-se ainda propostas de mudanças mais profundas na composição e dinâmicas da alimentação, a exemplo do vegetarianismo e do Movimento *Slow*

*Food*³⁰.

Cabe ressaltar, ainda, que parte do que hoje é considerado alternativo já foi o padrão no passado e vice-versa, e que, resgatando as colocações de Morgan, Marsden e Murdoch (2006), esta diferenciação se trata de uma simplificação didática. Vê-se que tais sistemas não são “puros” – por exemplo, é possível encontrar produtos orgânicos à venda em grandes redes de supermercados, cujo sistema de produção e consumo não muito difere daquele que é caracterizado como convencional, a despeito de não envolver o uso de insumos químicos – o que a literatura tem definido como “convencionalização da produção orgânica” (NIEDERLE, ALMEIDA e VEZZANI, 2013).

Assim também acontece com a agricultura urbana, que emerge na confluência entre essas duas esferas. Como será abordado no Capítulo 3, na sequência, embora venha sendo reconhecida e incentivada como potencial saída para as consequências negativas associadas ao sistema convencional, como a insegurança alimentar e a degradação ambiental, tal atividade é apropriada e empregada com diferentes motivações e finalidades. De todo modo, o que se observa em relação à experiência estudada na presente dissertação é justamente uma apropriação da mesma com a intenção de tensionar e negar o sistema alimentar convencional, ou, de forma mais ampla, o modo de produção capitalista e a sociedade de consumo. A seguir, aborda-se, então, o tema da agricultura urbana, culminando na discussão sobre a sua prática como um ato comunicacional.

³⁰ Associação internacional sem fins lucrativos fundada na Itália em 1989, que “[...] opõe-se à tendência de padronização do alimento no mundo, e defende a necessidade de que os consumidores estejam bem informados, se tornando co-produtores (sic)”. (SLOW FOOD BRASIL, 2014).

3 AGRICULTURA URBANA

De modo a situar a experiência da *Quinta da Videira* no universo da agricultura urbana, bastante amplo e diversificado, este capítulo traz uma revisão acerca do tema. Além de um breve histórico sobre a relação entre agricultura e cidades – que remete aos sentidos construídos para tais termos –, apresenta-se uma série de discussões teóricas e levantamentos que vêm sendo feitos a respeito da agricultura urbana na atualidade, especialmente no que se refere à construção de seu conceito, às funções atribuídas a essa atividade e às suas diversas apropriações, inclusive em relação ao seu caráter simbólico e comunicacional.

3.1. AGRICULTURA E MEIO URBANO: UM BREVE HISTÓRICO

Do latim *ager*, campo, e *cultūra*, cultivo, agricultura significa o cultivo do solo para seus diversos fins, como a obtenção de comida e matéria-prima para outros produtos e processos. Urbano, também do latim (*urbanus*), refere-se à *urbe* ou *urbs*, espaço onde vivem os *civis*, cidadãos, cuja organização comum gera a *civitas* (cidade, civilização). No mundo contemporâneo, a junção desses dois termos chega a causar estranhamento, uma vez que a agricultura está fortemente ligada à noção de rural – por sua vez, derivado do radical latino *rus*, que tem o sentido de rústico, grosseiro, sem acabamento –, enquanto o meio urbano é associado à sofisticação.

Como explicam Camarano e Abramovay (1999), apesar de não haver um critério universalmente válido para caracterizar cada um desses meios, alguns parâmetros adotados em diferentes países levam em conta, por exemplo, o número de habitantes em um dado espaço e as atividades por eles exercidas. Em geral, são tidas como urbanas as áreas com maior densidade populacional e concentração de atividades como a indústria, o comércio e a prestação de serviços. No Brasil, essa diferenciação também está ligada à infraestrutura. Cabe a cada município delimitar o que é considerado área urbana, mas há alguns requisitos previstos na legislação nacional, como a presença de benfeitorias mantidas pelo poder público (calçamento com canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgoto

sanitário, rede de iluminação pública, escolas e postos de saúde³¹). Já o rural é definido em contraposição ao urbano, como ilustra o conceito adotado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) para a classificação da situação dos domicílios brasileiros³²:

Situação urbana ou rural, conforme definida por lei municipal vigente por ocasião do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas; a situação rural abrange toda área situada fora desses limites. (IBGE, 2012).

Embora hoje o rural ainda seja predominantemente visto como sinônimo de agrário e o urbano como espaço construído que centraliza atividades do segundo e terceiro setor, o que se tem observado, contudo, é um aumento da fluidez das fronteiras entre esses dois meios. Por um lado, ocupações e funções consideradas tipicamente urbanas multiplicam-se no primeiro (GRAZIANO DA SILVA, 1997; SCHNEIDER, 2003), enquanto no segundo cresce a prática da agricultura. O que, na verdade, não é algo novo. A começar pelo seu próprio surgimento, as cidades sempre tiveram uma relação com a agricultura, tendo dado a esta diferentes espaços e importâncias ao longo da história (SMIT, NASR e RATTA, 2001a). Como afirma Mougeot (1999), o (aparente) divórcio entre a agricultura e o meio urbano é recente, não universal e vem sendo revisto.

Como mencionado no Capítulo 2, a formação das primeiras civilizações é diretamente atribuída ao advento da agricultura, assim como a os primeiros assentamentos humanos caracterizados como cidades que se consolidaram junto a elas. Smit, Nasr e Ratta (2001a) relatam que a agricultura era uma prática comum nas cidades antigas de todas as partes do mundo, tendo as diferentes sociedades desenvolvido suas maneiras de produzir e manejar eficientemente os recursos que

³¹ Segundo a Lei nº 5.172 (BRASIL, 1966), para que um imóvel seja enquadrado como pertencente à área urbana, é preciso que a mesma conte com pelo menos dois dos melhoramentos mencionados.

³² Camarano e Abramovay (1999) chamam a atenção para o fato de que essa classificação tende a subestimar os números referentes à população rural, uma vez que núcleos municipais ou distritais com poucas centenas de residências, que vivem numa dinâmica essencialmente rural, são considerados urbanos. Nesse sentido, um projeto lançado em 2012, intitulado *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil*, busca construir uma tipologia atualizada para compreender o espaço rural no país no contexto contemporâneo. O trabalho é uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e do IBGE (BRASIL. MDA, 2012).

tinham disponíveis. Os persas, por exemplo, teriam inventado os *qanats*, aquedutos subterrâneos que coletavam água de orvalho e de chuva dos morros das cidades para irrigar cultivos. Os Jardins Suspensos da Babilônia, na Mesopotâmia, são outro exemplo – talvez o mais conhecido. Segundo Nunes (2010), o hábito de cultivar jardins com pomares e hortas esteve presente também entre outras civilizações, como a egípcia, a islâmica, a grega e a romana. Nesta, por exemplo, a prática chegou a ser recomendada oficialmente: “Contam-se 73 ervas e 16 árvores de fruto entre a lista de plantas decretadas por Carlos Magno, imperador em 800 d.C., para que todas as cidades do império tivessem, nos seus jardins, as plantas necessárias à alimentação e saúde [...]” (NUNES, 2010).

Nas Américas não foi diferente. De acordo com Smit, Nasr e Ratta (2001a), as cidades Incas, Maias e Astecas eram autossuficientes em vegetais perecíveis. Junto às periferias da cidade asteca de Tenochtitlán, por exemplo, era comum a prática de agricultura com o uso de uma técnica de cultivo sobre águas e áreas inundadas conhecida como chinampa, utilizada no México até os dias atuais (GARCÍA, 2008). De modo geral, a produção intensiva de perecíveis e pequenos animais era essencial para a vida das cidades. Outros exemplos podem ser encontrados em Gana, China, Índia, Iraque, Java, Paquistão, Guatemala, Myanmar e Peru (SMIT, NASR e RATTA, 2001a).

Na Idade Média europeia, embora tenham se configurado sob acentuado contraste com a organização econômica e social do meio rural, marcado pelos feudos, as cidades são consideradas “filhas do campo”, apresentando em seu sistema alguns desdobramentos feudais (BARROS, 2013). Nas palavras de Loyn (1990, p. 92),

A imagem da cidade medieval amuralhada, compacta e densamente edificada não é falsa, embora a realidade seja mais complexa. [...] Havia hortas e pomares do lado de dentro das muralhas, e até as maiores cidades possuíam campos extramuros. Eram um lembrete de que a comunidade rural era dominante na sociedade medieval, tal como a comunidade urbana o é na sociedade moderna.

De acordo com Smit, Nasr e Ratta (2001a), o espaço dedicado à produção alimentar na cidade medieval chegava a ser a metade de sua área e incluía a criação de animais, também comum no entorno dos muros. Na transição para a Idade Moderna, com o crescimento do poder da classe mercantil, as cidades foram

se multiplicando junto às rotas comerciais. Com o Renascimento, elas se firmaram também em termos culturais e políticos (MORENO, 2002), sob a influência das ideais iluministas e positivistas. Como mostra Nunes (2010), os jardins projetados nessa época, primando pela simetria e pelos arranjos geométricos, são uma marca disso:

O Jardim Renascentista era construído para projectar o poder do Homem face à natureza, e caracterizava-se pela sua artificialidade e organização que não se encontrava nos jardins das épocas anteriores, apontando assim para a extrema racionalidade que se fazia sentir nesta época. As plantas embelezavam os jardins e eram usadas para demonstrar a superioridade do Homem e seus conhecimentos [...].

Com a expansão das grandes expedições comerciais, geográficas e coloniais nos primeiros séculos da modernidade, tanto o modelo de cidade quanto o de agricultura europeus foram disseminados pelas Américas, África e Oceania, em detrimento das técnicas e formas de organização que haviam sido desenvolvidas pelas populações originais de tais locais (SMIT, NASR e RATTA, 2001a; MORENO, 2002; MAZOYER e ROUDART, 2010). Mais tarde, a Revolução Industrial e a consolidação do sistema capitalista trouxeram novas mudanças à configuração dos espaços, que passaram a ser determinados pela dinâmica da produção industrial (MORENO, 2002). A partir do século XIX, ocorre uma intensa urbanização, que atinge, mais cedo ou mais tarde, todas as partes do mundo.

Segundo Smit, Nasr e Ratta (2001a), a princípio, a prática de produzir alimentos localmente persistiu na cidade industrial, constituindo, inclusive, o principal método de tratamento e disposição de resíduos orgânicos urbanos. Contudo, avanços tecnológicos e o desenvolvimento de sistemas modernos de saneamento no final do século XIX levaram a uma “limpeza” do meio urbano. Cidades coloniais da era industrial, por exemplo, foram planejadas para ter a produção alimentar situada em seu entorno ou nas áreas interioranas próximas, utilizando técnicas de agricultura moderna com prioridade para plantas originárias da Europa. Vale lembrar que esse afastamento só foi possível graças ao desenvolvimento de sistemas de transporte cada vez mais ágeis e com a ampliação da infraestrutura naval, ferroviária, rodoviária e, mais recentemente, aeroviária.

Como abordado no Capítulo 2, a partir da década de 1950, com a Revolução Verde, a urbanização se intensificou ainda mais, principalmente nos países

considerados em desenvolvimento. O caso brasileiro é um exemplo desse fenômeno, que é atribuído a uma série de fatores, entre os quais: o crescimento demográfico como um todo, dada a conquista de melhores condições sanitárias (SANTOS, 2008), a mecanização da agricultura imposta pelo modo de produção capitalista, que reduziu a necessidade de trabalhadores no campo, obrigando-os a migrar para as cidades (DELGADO, 2010), e a oferta de emprego disponibilizada nestas, entre outros atrativos, como as “facilidades da vida moderna” (MONTE-MÓR, 2006, p. 16). Assim, o rural passou a ser predominantemente concebido como sinônimo de agrário, produtor de *commodities*, baseado no latifúndio (DELGADO, 2010). Vê-se, então, que a industrialização mudou também a realidade tanto do campo quanto da cidade, bem como as formas de relação e interdependência entre ambos, como resume Monte-Mór (2006, p. 13):

A cidade industrial foi, assim, marcada pela entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela a classe trabalhadora, o proletariado. A cidade passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também a transformá-la e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas anteriormente. O campo, até então predominantemente isolado e auto-suficiente, passou a depender da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando hoje a depender da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico.

Dados do IBGE (2011) mostram que em 1960 a população rural brasileira ainda era maior que a urbana, correspondendo a quase 60% do total. Em 1970, o cenário já havia se invertido: as cidades passaram a abrigar 56% dos brasileiros – percentual que aumentou gradualmente ao longo das últimas décadas. De acordo com o último Censo Demográfico, realizado em 2010, 84% da população do país já se concentra em áreas urbanas. Tais números são coerentes com o cenário mundial: segundo a ONU (UN, 2012), em 1950, 30% da população mundial vivia em cidades. Em 2011, esse percentual já havia chegado a 52%, e a perspectiva é de que continue crescendo. A previsão para 2015, por exemplo, é de que 54% da população mundial seja urbana, atingindo os 70% em 2050, quando se estima que seu número total seja de 9,6 bilhões de pessoas, frente aos 7,2 bilhões atuais (UN, 2013).

Mas, mesmo junto à população que permanece no meio rural, é cada vez mais frequente a dedicação a atividades não agrícolas e “tipicamente” urbanas, com a intensificação, nas últimas décadas, da chamada pluriatividade (GRAZIANO DA

SILVA, 1997; SCHNEIDER, 2003). De acordo com Schneider (2003, p.100-101), tal fenômeno se refere a

[...] situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos.

Assim, o rural tem englobado uma variedade de “novas” ocupações, como ecoturismo, lazer (hotéis fazendo, pesque-pague, chácaras de fim de semana) e moradia (condomínios rurais), e já não pode ser visto como sinônimo de atividade agropecuária. Ao propor a noção de um novo rural, Graziano da Silva (1997) destaca também a importância de reconhecer a multifuncionalidade de tal meio. De acordo com Soares (2000/2001), além de garantir segurança alimentar, o rural detém funções econômicas, sociais e ambientais, estando ligado à conformação das paisagens, à conservação dos solos, à gestão dos recursos naturais renováveis e à preservação da biodiversidade.

Por outro lado, a prática da agricultura na cidade moderna também volta a ganhar relevância em diferentes períodos, especialmente frente a situações emergenciais e de crise. Segundo Nugent (2000), as circunstâncias que fazem com que a produção urbana de alimentos se torne mais ou menos importante podem ser temporárias ou permanentes, emergindo repentinamente ou aos poucos. No século passado, durante as Guerras Mundiais, por exemplo, as populações de cidades europeias e norte-americanas foram incentivadas a cultivar hortas residenciais e públicas conhecidas como *Victory Gardens* (MOUGEOT, 1999). Na ilha de Cuba, o desenvolvimento de hortas urbanas constituiu uma etapa crítica do processo revolucionário do país, que passou por uma forte carência de mantimentos após a queda da União Soviética, entre 1989 e 1990. Na década de 2000, toda a produção nacional de hortaliças já era proveniente das cidades (AQUINO, 2002).

No contexto atual, o crescimento da agricultura urbana em todo o mundo vem sendo relacionado a múltiplos fatores. Cabe, então, fazer uma revisão sobre os diferentes entendimentos que têm sido atribuídos a essa atividade, que dizem respeito às diferentes funções e apropriações que ela recebe, como discutido anteriormente.

3.2. A AGRICULTURA URBANA NA ATUALIDADE

Mougeot (1999) indica que a caracterização da agricultura urbana contemporânea é muito diversa e tem se dado principalmente em relação a alguns aspectos, como **locais e áreas** onde ocorre, **produtos** gerados, **destinação**, **escalas** de produção e **tipos de atividade econômica** envolvida. De forma ampla, a agricultura urbana seria toda a atividade agrícola realizada dentro do perímetro urbano ou periurbano, podendo aparecer em áreas que vão desde as residenciais e domésticas até as públicas, construídas ou não, englobando, assim, praças, terrenos baldios, canteiros, jardins, quintais, sacadas, fachadas e até mesmo telhados ou vasos e outros recipientes mantidos no interior de casas, apartamentos e ambientes edificadas em geral (FAO, 2013b).

Enquanto alguns estudos consideram que a prática é voltada apenas a produtos de gênero alimentício, outros englobam também diferentes tipos de produção (como algodão e tabaco, por exemplo). De acordo com Smit, Nasr e Ratta (2001b), fazem parte da agricultura urbana a horticultura, a criação de animais, as agroflorestas (plantio de árvores para fins alimentares ou de produção de madeira), a aquicultura (criação de plantas aquáticas, peixes e frutos do mar em ambientes controlados), a apicultura, a minhocultura ou vermicultura, a cultura de cogumelos, plantas medicinais, ervas e condimentos, e a geração de subprodutos como esterco, palhas, fibras têxteis e cordas, entre outros.

Mais do que por sua ocorrência no meio urbano, a agricultura urbana apresenta diferenças daquela caracterizada como rural também pela escala e finalidade da produção – o que, como se verá entre alguns entrevistados que participaram deste estudo, contribui para certo nível de estranhamento ao se falar em uma agricultura na cidade. Segundo Mougeot (1999), a maior parte das definições pressupõe que a produção é destinada ao consumo próprio ou a algum tipo de troca em pequenas proporções (como comércio, permuta ou presentes) – o que, combinado às limitações do espaço urbano, acaba por determinar pequenas ou, no máximo, médias escalas de produção, embora haja alguns empreendimentos mais voltados para o mercado, especialmente nas áreas periurbanas.

Todavia, há muita discussão sobre a extensão dos limites municipais e urbanos e até que ponto as agriculturas urbana e periurbana podem ser entendidas

da mesma forma. A definição adotada pela Embrapa, por exemplo, engloba a agricultura periurbana, apesar de descrever suas peculiaridades (MACHADO e MACHADO, 2002, p. 11-12):

A definição de agricultura urbana refere-se à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área intra-urbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola. Podem ser áreas individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios (...). A área periurbana é mais complexa quanto à definição de sua localização. Deve estar próxima à cidade, mas o limite pode variar de 10 a 90 km, dependendo do desenvolvimento da infra-estrutura de estradas e dos custos de transporte. A agricultura periurbana por sua vizinhança com as áreas rurais, interfere nas mudanças da agricultura, de forma geral e pode combinar o trabalho rural com o não-rural (...) (sic).

Já o conceito proposto pela FAO faz essa diferenciação, prevendo que a agricultura periurbana é mais intensiva e voltada para fins comerciais:

"Urban" agriculture, as used here, refers to small areas (e.g. vacant plots, gardens, verges, balconies, containers) within the city for growing crops and raising small livestock or milk cows for own-consumption or sale in neighbourhood markets. **"Peri-urban" agriculture**, as used here, refers to farm units close to town which operate intensive semi or fully commercial farms to grow vegetables and other horticulture, raise chickens and other livestock, and produce milk and eggs. (FAO, 2013b, grifos do autor).³³

Contudo, vê-se que recentemente a organização tem voltado atenções para o termo Horticultura Urbana e Periurbana (HUP), referente ao "[...] cultivo de uma grande variedade de lavouras, como frutas, hortaliças, raízes, tubérculos e plantas ornamentais, nas cidades e zonas circundantes" (FAO, 2012b, p. 4), que engloba áreas intra e periurbanas e exclui a produção animal. Essa questão é de grande relevância para a presente pesquisa, uma vez que o grupo estudado caminha na direção oposta, defendendo justamente que a prática de agricultura urbana envolva a pecuária, como propõe o conceito mais amplo difundido pela própria FAO, assim como aquele adotado por Smit, Nasr e Ratta (2001a, 2001b), entre outros.

³³ Agricultura "ubana", como usado aqui, refere-se a pequenas áreas (por exemplo, espaços vagos, jardins, bordas, varandas, recipientes) dentro da cidade para a cultura vegetal e a criação de pequenos animais de pecuária ou de vacas leiteiras para consumo próprio ou venda nos comércios de bairro. Agricultura "periurbana", como usado aqui, refere-se às unidades agrícolas próximas às cidades que operam fazendas comerciais ou semicomerciais para o cultivo de vegetais e outras horticulturas, criam galinhas e outros animais de pecuária, e produzem leite e ovos. (Tradução livre).

Quanto aos tipos de atividade econômica envolvida, Mougeot (1999) indica que muitos conceitos trazem como foco apenas a fase de produção da agricultura, mas definições mais recentes já englobam também as de processamento e comercialização, enfatizando a interação entre as três etapas. Na agricultura urbana, elas tendem a ser mais interligadas no tempo e no espaço, devido à sua proximidade geográfica e ao rápido fluxo de recursos possibilitado pelo ambiente urbano. Embora todas essas sejam características da mesma, para o autor, o que efetivamente define uma prática de agricultura como sendo urbana é a sua integração com os sistemas econômicos e ecológicos da cidade:

UA is an industry located within (intra-urban) or on the fringe (peri-urban) of a town, a city or a metropolis, which grows or raises, processes and distributes a diversity of food and non-food products, (re)using largely human and material resources, products and services found in and around that urban area, and in turn supplying human and material resources, products and services largely to that urban area³⁴. (MOUGEOT, 1999, p. 11).

Assim, a agricultura urbana não está apenas situada na cidade, mas conectada aos seus sistemas e interagindo com eles. Como destaca o autor, “[...] agriculture will be more or less urban, according to the extent to which it will use the urban eco-system and in turn be used by this same urban eco-system.” (MOUGEOT, 1999, p.12). A partir desse entendimento, é possível pensar em diferentes graus de “urbanidade” para as práticas de agricultura encontradas em uma cidade, dependendo do seu nível de integração com os sistemas urbanos. Um exemplo dessa integração é o uso de resíduos orgânicos – um recurso abundante nas cidades – como adubo para os cultivos, que acabam por retornar às próprias cidades na forma de comida. Por outro lado, um plantio realizado em um cinturão periurbano aplicando técnicas, insumos e mão-de-obra provenientes do meio rural, por exemplo, apresentaria um menor grau de “urbanidade”.

³⁴ A AU é uma indústria localizada dentro (intraurbana) ou no entorno (periurbana) de uma vila, cidade ou metrópole, que cultiva ou cria, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utilizando em grande parte recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e em torno dessa área urbana, e por sua vez fornecendo recursos humanos e materiais, produtos e serviços em grande parte para aquela área urbana. (Tradução livre).

A organização internacional Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security (RUAF) Foundation³⁵ adota o conceito de Mougeot (1999), enumerando outras formas de integração entre tal atividade e os sistemas urbanos. Além do uso de recursos oferecidos pela própria cidade e o seu retorno em forma de abastecimento alimentar, tal prática cria uma ligação direta entre produtores e consumidores urbanos. Ao mesmo tempo em que atua com e sobre os sistemas da cidade, exercendo impactos sobre a sua ecologia (positivos ou negativos), ela também sofre influência de tais sistemas, como no caso da legislação e dos planejamentos municipais, competindo por espaço com outras atividades no cenário urbano.

A instituição ainda destaca que a agricultura urbana não pode ser vista como uma mera “reliquia do passado” ou um hábito rural que tende a desaparecer (RUAF, 2013). Da mesma forma, Coutinho e Costa (2011) afirmam que a agricultura urbana feita por pessoas com origem no campo não consiste numa mera repetição ou transposição de práticas rurais. Na cidade, estas são ressignificadas: “Novos saberes são produzidos e novos sentidos são dados às práticas de cultivo do solo”. (COUTINHO e COSTA, 2011, p. 87). Vale dizer, ainda, que muitos praticantes de agricultura urbana não têm origem ou parentesco relacionado ao meio rural.

Na perspectiva de Mougeot (1999), com o crescimento da urbanização, a tendência é justamente que a agricultura se intensifique, principalmente nas grandes metrópoles. Todavia, ainda que possa propiciar a autossuficiência das cidades em relação a alguns itens, principalmente os perecíveis, é improvável que ela venha a substituir a agricultura praticada no meio rural, tampouco que a agricultura de caráter menos urbano deixe de existir nas cidades (ou no seu entorno, principalmente). Na prática, elas devem coexistir e se complementar cada vez mais, como também preveem Drescher, Jacobi e Amend (2000): “There is an increasing perception that rural and urban environments operate as a system („continuum“) rather than independently. Therefore it is needed to bridge the rural-urban artificial

³⁵ Trata-se de uma rede internacional sobre o tema da agricultura urbana, composta por sete centros de recursos regionais e um global, que promove a troca de informações e experiências na área e desenvolve projetos em 20 cidades do mundo, em parceria com governos locais e ONGs (RUAF, 2013).

detachment”³⁶.

De acordo com Smit, Nasr e Ratta (2001a), a importância da agricultura urbana passou por uma intensa aceleração em nível global no final do século XX. Em Moscou, por exemplo, o percentual de famílias praticantes aumentou de 20 para 65% entre 1971 e 1990, e em Dar es Salaam, na Tanzânia, de 18% para 67% entre 1967 e 1991. Nos EUA, esse número foi de 30 para 40% entre 1980 e 1996. Em 1993, haveria cerca de 800 milhões de residentes do meio urbano envolvidos em diferentes formas de agricultura urbana em todo o mundo – o que representava, na época, quase 30% da população urbana mundial –, sendo que 15 a 20% da produção alimentar mundial naquele ano teria vindo das cidades.

Nestes primeiros anos do século XVI, hortas urbanas de variadas naturezas – públicas, comunitárias, particulares – continuam a se multiplicar em todos os continentes, levando a agricultura urbana a ser considerada uma tendência mundial. No Brasil, um estudo divulgado em 2007, baseado em dados de 11 regiões metropolitanas das cinco regiões do país, identificou mais de 600 iniciativas relacionadas a tal atividade. Das 160 selecionadas para o aprofundamento da pesquisa, 75% estavam situadas justamente nas capitais, que concentram os maiores contingentes populacionais – sendo 16 delas da cidade de Curitiba e 19 de São Paulo, maior metrópole brasileira (SANTANDREU e LOVO, 2007). Nos últimos anos, também tiveram início na capital paulista nove hortas comunitárias de iniciativa civil, pelo menos duas das quais criadas no ano de 2012 e outras quatro em 2013 (SILMON e MATTOS, 2013).

A popularização da atividade acompanha a crescente divulgação e visibilidade do assunto: em todo o mundo, proliferam-se as publicações, reportagens, cursos, fóruns de discussão e sites acerca do tema (SILVA e LOPES, 2010). Nas palavras de Smit, Nasr e Ratta (2001a, p. 4), “the information revolution is spreading the knowhow of urban food production across national and cultural borders. It is also enabling new forms of marketing particularly suited to cities because of their greater connectivity”³⁷. De acordo com os autores, questões como a

³⁶ Há uma percepção crescente de que as áreas rurais e urbanas funcionam como um sistema („continuum“) em vez independentemente. Por isso, é necessário construir uma ponte para o distanciamento artificial rural-urbano. (Tradução livre).

³⁷ A revolução da informação está espalhando o *knowhow* de produção urbana de alimentos através das fronteiras nacionais e culturais. Ele também está possibilitando novas formas de construção de

continuidade de práticas históricas e as formas como as pessoas se relacionam com plantas e animais em cada cultura também têm influência na configuração deste cenário. O próprio avanço da urbanização é algo que favorece a presença da agricultura nas cidades, uma vez que boa parte dela é praticada em áreas previamente rurais que foram tomadas pela expansão urbana. Além disso, a agricultura urbana vem sendo vista como resposta a uma série de questões da atualidade, especialmente em relação à **segurança alimentar**, geração de **trabalho e renda**, **saúde e meio ambiente**.

3.2.1. Funções atribuídas à agricultura urbana

Como discutido anteriormente, vive-se na atualidade um quadro de insegurança alimentar em várias partes do mundo (FAO, 2013a). Embora a pobreza e a má nutrição ainda sejam mais intensas nas áreas rurais (FAO, 2012a), a insegurança alimentar também é uma realidade ou um risco iminente em cidades de todo o mundo, dado o intenso ritmo de urbanização, que acompanha taxas alarmantes de desemprego, e da perspectiva de crescimento populacional, que deve aumentar a pressão sobre os sistemas alimentares. De acordo com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) (UN-HABITAT, 2003), cerca de 32% da população urbana mundial (quase um bilhão de pessoas) vive em áreas de ocupação irregular – as quais representam o extremo da pobreza e da desigualdade nas cidades –, e a projeção é de que tal número dobre até 2030, salvo seja adotada alguma medida para conter esse quadro. Estima-se também que, nos países em desenvolvimento, 30% da população urbana (cerca de 770 milhões de pessoas) está desempregada ou são trabalhadores com renda abaixo da linha oficial da pobreza, que gastam a maior parte dela com a alimentação (FAO, 2012b).

Segundo Drescher, Jacobi e Amend (2000), diante de tais circunstâncias, a agricultura urbana pode ser assumir o caráter de “estratégia induzida pela crise” para garantir a sobrevivência dos segmentos mais pobres das populações urbanas, pois ao mesmo tempo em que se constitui como uma possibilidade de acesso à

mercados particularmente adequados para as cidades por causa de sua maior conectividade. (Tradução livre).

alimentação saudável em quantidade suficiente e com baixo custo financeiro, é capaz de gerar economia doméstica, trabalho e renda, contribuindo no combate à fome, à má nutrição e à pobreza.

De acordo com Mougeot (1999), diferentes estudos realizados nas capitais africanas de Uganda (Kampala), Quênia (Nairobi) e Zimbábue (Harare) indicaram que famílias de baixa renda praticantes de agricultura urbana apresentavam melhores condições nutricionais se comparadas a outras não praticantes. Entre as primeiras, o índice de crescimento das crianças (em termos de altura e peso) era maior, além da média de calorias e alimentos ricos em proteínas consumidos ser mais alta. Além disso, como a agricultura urbana engloba o cultivo de plantas medicinais e terapêuticas, fica mais fácil o acesso dessa população a alguns tipos de tratamentos (MACHADO e MACHADO, 2002). A parte do orçamento que é “liberada” com isso pode ser investida em produtos mais difíceis de serem produzidos pelas próprias famílias, como carne e leite bovinos e alimentos processados em geral, ou ainda em itens não alimentícios, como moradia e transporte. A comercialização do excedente – que se dá, por exemplo, pela venda da produção *in natura* (hortaliças, ovos, etc.) – também é uma possibilidade de incremento de renda. Para Coutinho e Costa (2011), ao democratizar o acesso à comida, remédios e à renda (monetária ou não) na cidade, onde tudo se compra, a agricultura urbana favorece a construção da autonomia dos sujeitos.

O potencial econômico da agricultura urbana é apropriado não apenas no combate à pobreza, uma vez que há empreendedores com outros perfis socioeconômicos cuja produção é total ou parcialmente voltada para o mercado, em especial nas áreas periurbanas. Como resumem Smit, Nasr e Ratta (2001b, p. 2):

Urban agriculture is an easy-in, easy-out entrepreneurial activity for people at different levels of income. For the poorest of the poor, it provides good access to food. For the stable poor, it provides a source of income and good quality food at low cost. For middle-income families, it offers the possibility of savings and a return on their investment in urban property. For small and large entrepreneurs, it is a profitable business.³⁸

³⁸ A agricultura urbana é uma atividade empresarial de fácil entrada e saída para as pessoas com diferentes níveis de renda. Para os mais pobres dos pobres, ela oferece um bom acesso aos alimentos. Para os pobres estáveis, ele fornece uma fonte de renda e alimentos de boa qualidade a baixo custo. Para as famílias de renda média, ela oferece a possibilidade de poupança e um retorno sobre seu investimento na propriedade urbana. Para os pequenos e grandes empresários, é um negócio rentável. (Tradução livre).

Além disso, a agricultura urbana pode estimular o desenvolvimento de outros microempreendimentos paralelos, como o de suprimentos para os cultivos (sementes, mudas, adubo, ferramentas) ou de transformação e processamento (produção de geleias, compotas, molhos, massas). Em geral, essa produção é comercializada em mercados, feiras e/ou outros circuitos curtos, como os esquemas de cestas entregues diretamente no endereço do comprador. Em Londres, por exemplo, existem várias iniciativas com esse perfil, como a cooperativa *Organic Lea* e o projeto *Food From the Sky*, horta mantida no telhado de um prédio cuja produção é vendida por meio de cestas e no mercado que fica no andar térreo. No Brasil, cidades como Belo Horizonte e Curitiba já contam com feiras específicas de agricultura urbana e periurbana.

Dessa forma, é possível afirmar que a agricultura urbana pode constituir e/ou integrar redes alimentares alternativas. Nisto residem outras duas faces de sua relação com a segurança alimentar, especificamente no que compete à qualidade: o fato de promover uma (re)aproximação entre produtor e consumidor (inclusive na figura da mesma pessoa), valorizando a questão da procedência, e suas afinidades com os sistemas de produção orgânico e de base agroecológica, considerados benéficos não só para a saúde humana mas também para o meio ambiente, sob vários aspectos.

Aquino e Assis (2007) indicam que o instrumental tecnológico oferecido pela agricultura orgânica de base agroecológica, adaptado às demandas e à realidade do ecossistema urbano, é considerado especialmente adequado para a agricultura urbana, dadas as suas características (proximidade com grandes contingentes populacionais, tipos de espaço e substratos disponíveis, muitas vezes próximos a cursos d'água diretamente utilizados para o consumo nas cidades, pequenas escalas, etc.). Além disso, esse sistema representa uma importante oportunidade para o aproveitamento de resíduos sólidos (restos de vegetais e esterco animal) e líquidos (águas residuais) em forma de adubo, desde que sejam respeitados alguns critérios e cuidados.

Dessa forma, é possível reintegrar a matéria orgânica ao ciclo produtivo de forma relativamente rápida, devolvendo ao solo os nutrientes nela presentes, o que contribui para sua preservação e ajuda a reduzir o problema do lixo nas cidades – outra questão bastante abordada junto à experiência estudada. Por ser voltado à manutenção do equilíbrio do ecossistema local, esse tipo de manejo também prevê

a diversificação de cultivos, incluindo espécies nativas e tradicionais, com respeito à sazonalidade de cada cultura. Assim mostram Aquino e Monteiro (2005, p. 190):

As áreas urbanas caracterizam-se pela alta produção de resíduos orgânicos, tanto de origem doméstica, quanto de áreas comerciais e industriais como padarias, açougues, bagaço de cana-de-açúcar, lixo, entre outros. O aproveitamento dos resíduos orgânicos urbanos como adubo para a produção agrícola, entretanto, requer a geração de conhecimentos que possibilite a adequada forma de prepará-los, garantindo um produto estabilizado e de boa qualidade, que forneça nutrientes e condicione o solo de forma adequada. Assim, a geração de insumos orgânicos, voltados para a agricultura urbana, constitui um dos aspectos mais importantes envolvidos nesse sistema de produção. A garantia do fornecimento de insumos orgânicos, a adequação de novos substratos à produção de mudas, o resgate e a preservação de cultivares adaptadas às condições locais, a adequação das épocas de plantio, o uso de defensivos alternativos que não sejam poluentes, bem como a geração e a adaptação de sistemas de produção ao ecossistema urbano são aspectos fundamentais a serem desenvolvidos, visando o sucesso da produção agrícola em área urbana.

A experiência de Cuba é uma referência nesse sentido. Além de toda a produção de hortaliças do país ser proveniente das cidades, ela é exclusivamente orgânica (AQUINO, 2002). Fatores como a carência de suprimentos industriais para a manutenção da agricultura convencional, decorrente da quebra da União Soviética no final da década de 1980, a limitação em termos de solo (tanto em quantidade quanto em qualidade) e a abundância de resíduos sem destinação adequada levaram os cubanos a desenvolver e/ou adaptar técnicas de otimização de aproveitamento de áreas essencialmente baseadas no uso de composto orgânico, como a organoponia e as hortas intensivas. A organoponia consiste num sistema fechado de cultivo em substrato orgânico, sem contato com o solo. Já as hortas intensivas são desenvolvidas diretamente em solos de boa fertilidade, mas ainda assim com a adição de adubo. O uso de composto orgânico foi e continua sendo determinante para o sucesso da agricultura urbana em Cuba. Tão importante é a sua importância que existem programas oficiais voltados a organizar, fomentar e desenvolver essas atividades, bem como centros de processamento e distribuição de matéria orgânica destinada à produção alimentar, sendo a minhocultura muito difundida em todo o país (AQUINO e MONTEIRO, 2005).

Assim, a agricultura urbana vem sendo apontada como uma estratégia para a sustentabilidade urbana (DEELSTRA e GIRARDET, 2000). Além de sua associação com a compostagem, ela pode contribuir na redução do acúmulo de lixo de outras maneiras, como quando é praticada em recipientes reutilizados (potes e garrafas

plásticas, pneus, etc.). Produzir comida na cidade também diminui a necessidade de transporte de produtos oriundos de áreas distantes. Trata-se, ainda, de uma forma de fazer uso produtivo de espaços ociosos, como terrenos baldios, canteiros e áreas de linhas de tensão (que muitas vezes se tornam depósitos de lixo e concentram vetores de doenças, a exemplo de ratos e baratas), contribuindo para a limpeza e “esverdeamento” da cidade, o que também traz consigo um valor estético. Ao mesmo tempo, as plantações diminuem a impermeabilização do solo e facilitam o escoamento da água da chuva, capturam gases poluentes da atmosfera, interceptam a radiação solar e aumentam a umidade, gerando microclimas diferenciados. Elas também se tornam refúgios para a biodiversidade urbana, abrigando não só espécies vegetais mas também animais, como pássaros, insetos, minhocas e organismos do solo (MACHADO e MACHADO, 2002, 2005). Smit e Nasr (1992, p. 152) destacam que a agricultura urbana

[...] is the largest and most efficient tool available to transform urban wastes into food and jobs, with by-products of an improved living environment, better public health, energy savings, natural resources savings, land and water savings and urban management cost reductions.³⁹

Vale ressaltar, contudo, que se não atentar aos devidos requisitos técnicos, essa prática pode se tornar um problema ao invés de um benefício – lembrando que, como citado anteriormente, uma das razões a que se atribuiu o afastamento da agricultura e da pecuária das cidades foram questões sanitárias. A utilização de resíduos como adubo e a compostagem pedem cuidados, especialmente se incluírem o uso de esterco animal e águas residuais. Se feita de forma inadequada, essa prática gera risco de disseminação de doenças, como no caso da utilização de resíduos contaminados ou não tratados completamente. Composteiras mal manejadas também podem gerar odor desagradável e atrair vetores como roedores e insetos. Nos sistemas que envolvem a criação de animais, é importante manter um acompanhamento veterinário que garanta sua saúde, de forma que eles não transmitam doenças, seja pelo contato direto, pelos produtos ou pelos excretas, que podem ser lixiviados. Outros cuidados dizem respeito aos tipos de instalações onde os animais são mantidos e sua higiene – caso contrário, também pode haver

³⁹ É a maior e mais eficiente ferramenta disponível para transformar resíduos urbanos em alimentos e empregos, com os subprodutos de um ambiente de vida melhorado, melhor saúde pública, economia de energia, economia de recursos naturais, economia de terra e água e redução de custos de administração urbana. (Tradução livre).

problemas com odores e atração de vetores –, aos ruídos que eles produzem e ao seu isolamento de vias de tráfego, onde podem causar acidentes e engarrafamentos (CHAPLOWE, 1997 *apud* MACHADO e MACHADO, 2005)⁴⁰.

Se os cultivos forem feitos de forma convencional, há ainda risco de contaminação do solo, do ar e da água pelos agrotóxicos. Os próprios alimentos podem ser contaminados, uma vez que muitos solos urbanos se encontram impregnados com metais pesados, poluentes químicos de origem industrial ou contaminantes biológicos diversos (NOLASCO, 2009). Por fim, enfatiza-se que a ocupação do espaço poupe as áreas de florestas, brejos e encostas, de modo a garantir a regeneração da biodiversidade e evitar processos erosivos decorrentes de cultivos e pastagens excessivas. Para a prevenção desses problemas, Chaplowe (1997 *apud* MACHADO e MACHADO, 2005) propõe a combinação de informação, monitoramento e regulamentação, a ser feita por parte do Estado com base em estruturas legais e administrativas e na cooperação com os produtores urbanos, além do desenvolvimento e disseminação de técnicas que minimizem os possíveis riscos.

Mas a multifuncionalidade da agricultura urbana no contexto atual engloba também questões de ordem mais subjetiva. A exemplo do que sustentam Pouw e Wilbers (2005), as hortas urbanas são tidas como espaço de contato com a natureza e de lazer ao ar livre, onde crianças e adultos podem aprender sobre meio ambiente, como forma de educação ambiental. Além disso, elas estimulam a interação entre pessoas e diferentes grupos sociais, podendo prevenir problemas frequentes no meio urbano, como o isolamento, a violência e a intolerância. De acordo com os autores, as áreas verdes contribuem para o bem-estar e a saúde física e mental das pessoas.

Para Coutinho e Costa (2011, p. 82), “a agricultura urbana traz elementos que podem nos ajudar a rever a idéia de que a cidade é o produto da técnica, exclusivamente constituída de ambientes construídos”. De acordo com as autoras, pensar a cidade como um lugar onde o solo é fértil é algo que aponta para uma possível mudança na relação da sociedade urbana com seu espaço e para a superação de dicotomias modernas como campo-cidade e natural-artificial. Mais que

⁴⁰ CHAPLOWE, S. G. Sustainable prospects in urban agriculture. In: MADDEN, J. P.; CHAPLOWE, S. G. **For all generations: making world agriculture more sustainable**. Glendale: WSAA, 1997.

isso, “a agricultura urbana é uma provocação ao pensamento que considera impossível a emergência de um novo ambiente urbano em que o habitat humano e os processos naturais coexistam.” (COUTINHO e COSTA, 2011, p. 86).

Deelstra e Girardet (2000) afirmam que as hortas urbanas contribuem para a consciência ambiental das pessoas. Segundo os autores, a agricultura urbana pode mudar a percepção dos habitantes das cidades sobre a comida e sua relação com o meio ambiente:

The direct experience of growing food is largely absent in urban life in the “developed” countries; people harvest at the supermarket and most people have come to expect food to be packaged and even pre-cooked. As city people, they are hardly aware of the impacts of food consumption on the fertility of farmland supplying them, often from distant places. Too many people eat unhealthy “junk” food. [...] People will often have more interest in the food-growing process and the biophysical processes involved when crops are locally cultivated. Their knowledge can be expanded through agricultural and environmental training and education. This could increase the influence citizens have over the way food is produced. People will understand what sort of inputs are used in the farming process and they can quickly respond to any harmful environmental practices. Urban agriculture can re-educate us about the ecological base of food, and the links of food production to natural food chains, as well.⁴¹ (DEELSTRA e GIRARDET, 2000, p. 54).

Como será abordado mais adiante, esse potencial tem sido apropriado por diferentes iniciativas que evidenciam o caráter simbólico da prática de agricultura urbana, como no caso da experiência aqui estudada, a *Quinta da Videira*.

3.2.2. Legitimação institucional e incentivos

Diante de todos os seus potenciais, a agricultura urbana vem ganhando

⁴¹ A experiência direta de cultivo de alimentos é praticamente inexistente na vida urbana nos países “desenvolvidos”; as pessoas colhem no supermercado e a maioria das pessoas espera que o alimento seja embalado e até mesmo pré-cozido. Como as pessoas urbanas, eles são pouco conscientes dos impactos do consumo de alimentos sobre a fertilidade da terra que os fornecem, muitas vezes de lugares distantes. Muitas pessoas comem *junk foods* não saudáveis. [...] As pessoas, muitas vezes, terão mais interesse no processo de cultivo de alimentos e nos processos biofísicos envolvidos quando as lavouras são cultivadas localmente. Seu conhecimento pode ser expandido através de treinamento e educação agrícola e ambiental. Isso poderia aumentar a influência que os cidadãos têm sobre a forma como os alimentos são produzidos. As pessoas vão entender que tipo de insumos são usados no processo de cultivo e podem responder rapidamente a quaisquer práticas ambientais nocivas. A agricultura urbana pode reeducar-nos sobre a base ecológica dos alimentos, e sobre as ligações da produção de alimentos com as cadeias alimentares naturais, também. (Tradução livre).

crescente atenção de pesquisadores, governos, agências internacionais e ONGs, principalmente a partir da década de 1970 (MOUGEOT, 1999). Por um lado, tais atores têm atentado para os resultados de práticas que já estão em curso (SMIT, NASR e RATTA, 2001a); por outro, eles mesmos têm impulsionado o debate acerca do tema (COUTINHO e COSTA, 2011). Do ponto de vista de numerosos governos, a agricultura urbana tem sido apoiada, promovida, ou, ao menos, permitida (uma vez que as legislações municipais podem colocar restrições às práticas).

Entre as formas que eles têm adotado para dar suporte à prática estão o apoio financeiro, material e técnico, a liberação do uso de áreas públicas para os cultivos ou o arrendamento de terras, a revisão da legislação municipal no que tange às práticas agrícolas e a implementação de sistemas de facilitadores de comércio, como a compra da produção urbana por órgãos públicos. Tanto países em desenvolvimento, como Tanzânia, Filipinas, Guiné-Bissau e Indonésia, quanto desenvolvidos, como Canadá, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Holanda, contam com programas ou organizações de apoio oficial à agricultura urbana (MACHADO e MACHADO, 2002).

No Brasil, a atividade é uma das frentes do Programa Fome Zero, estratégia lançada em 2003, durante o Governo Lula (2003-2010), para o enfrentamento da fome e da miséria no país. O subprograma de agricultura urbana é voltado à capacitação de gestores de projetos e implantação de espaços comunitários de cultivo e criação de pequenos animais, unidades de processamento e beneficiamento, feiras e mercados públicos populares. A produção é destinada ao autoconsumo, bem como ao abastecimento de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e, se houver excedente, ao mercado local. Até determinado limite, parte dela também pode ser adquirida pelo próprio governo, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que favorece a agricultura familiar (BRASIL. MDS, 2013).

Outro projeto apoiado pelo governo federal é o chamado Agricultura Urbana e Hortas Comunitárias, promovido pela ONG Cidades Sem Fome, que atua desde 2004 na cidade de São Paulo junto a populações em risco social (CIDADES SEM FOME, 2013). No Rio de Janeiro, a AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, caracterizada como uma associação de direito civil sem fins lucrativos, mantém um programa de agricultura urbana na Zona Oeste da cidade desde 1999, que integra a

Rede Latino-Americana de Agricultura Urbana (Aguila), tendo se estendido posteriormente para alguns municípios da região metropolitana (AS-PTA, 2014).

Em Curitiba, a Prefeitura Municipal mantém dois programas de agricultura urbana: *Nosso Quintal*, que apoia o cultivo de hortas em pequenos espaços, como quintais de residências e pátios de escolas, e *Lavoura*, voltado ao aproveitamento de espaços públicos e privados e pequenas propriedades remanescentes da agricultura familiar na cidade para o cultivo de hortas comunitárias e lavouras (CURITIBA. Prefeitura Municipal, 2013). Outra capital que conta com um programa nesse sentido é Belo Horizonte, escolhida para receber no Brasil o *Programa Cidades Cultivando o Futuro*, da RUAF Foundation em parceria com a organização peruana IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável, que atende cidades na América Latina, Ásia, África e Oriente Médio. A proposta é aplicar uma metodologia internacional de formulação de políticas públicas para a agricultura urbana. Localmente, o projeto tem a parceria da Prefeitura de Belo Horizonte e da ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), representando a sociedade civil (REDE, 2013).

Além da RUAF Foundation, cuja formação teve início em 1996, outro órgão internacional que vem promovendo e apoiando a agricultura urbana, ou a horticultura urbana, é a FAO. Na década de 2000, a prática foi oficialmente reconhecida pela organização como uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar urbana e construir cidades mais resilientes, especialmente diante de períodos de crise, como o enfrentado em 2008, enfatizando a importância do vínculo rural-urbano para que se atinjam as Metas de Desenvolvimento do Milênio e da Cúpula Mundial da Alimentação (FAO, 2009b). No ano de 2001, com o objetivo de “assegurar o acesso das populações urbanas a alimentos inócuos e ambientes saudáveis e seguros” (FAO, 2012b, p. 16), foi lançada a iniciativa multidisciplinar Alimentos Para as Cidades, trazendo como um de seus componentes o Programa de Horticultura Urbana e Periurbana, que “[...] ajuda os governos e administrações municipais a otimizar políticas, quadros institucionais e serviços de apoio à HUP, melhorar os sistemas de produção e comercialização e ampliar a cadeia de valor da horticultura” (FAO, 2012b, p. 16). Essa postura continua sendo mantida pela organização em seus últimos relatórios. *The State of Food Insecurity in the World* (FAO, 2012a), por exemplo, afirma que para combater a fome no mundo é preciso promover crescimento econômico aliado a programas e sistemas de proteção aos pobres, que viabilizem sua participação em tal crescimento a longo prazo.

Nesse contexto, o suporte ao crescimento da agricultura (inclusive a urbana e a periurbana) é visto como uma estratégia-chave, já que, de acordo com a organização, ele é capaz de aumentar não só a quantidade de alimentos disponíveis, mas também as oportunidades de emprego e renda, levando em conta que boa parte da população pobre está envolvida com atividades agrícolas. Outras iniciativas da ONU, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) também têm promovido a agricultura urbana do ponto de vista da saúde, do meio ambiente e do desenvolvimento socioeconômico, assim como o Banco Mundial (BC) e outras organizações internacionais (MACHADO e MACHADO, 2002).

Contudo, a institucionalização dessa atividade também é vista de forma crítica por alguns autores. Coutinho e Costa (2011) apontam que o estímulo oficial dado à mesma pode ter interesses contidos e influenciar na noção de agricultura urbana que vem sendo construída junto à sociedade contemporânea. Ao passo em que são apresentados, por exemplo, como uma saída para a população de baixa renda, os programas de incentivo à agricultura urbana podem ser lidos como uma forma de reforço do modelo capitalista de concentração de renda. Assim, as empresas seriam mais beneficiadas do que as pessoas em situação de vulnerabilidade:

A agricultura é realizada no tempo livre do trabalho formal, quando ele existe, pois a deterioração dos salários e o aumento dos preços dificultam o acesso aos alimentos através das grandes redes de supermercados. A autoprodução aparece como complemento que permite reprodução da vida. Partindo deste ponto, podemos dizer que a agricultura urbana, ingenuamente compreendida e incentivada, pode reforçar o movimento de redução de custos que as empresas, em nome da concentração de capital, vêm realizando através da baixa remuneração do trabalho. Esse processo mantém o trabalhador, mesmo nos espaços domésticos e comunitários, submetido ao trabalho para a sobrevivência. (COUTINHO E COSTA, 2011, p. 94).

Com base no estudo de algumas iniciativas espontâneas e oficiais de agricultura urbana da cidade de Belo Horizonte, as autoras ressaltam que os condicionamentos impostos aos produtores por programas de incentivo podem dificultar a sua participação nos processos democráticos, de modo que a institucionalização nem sempre é vista como algo vantajoso frente às práticas realizadas na informalidade, em que eles podem definir o seu próprio agir. Outra questão enfatizada é que o potencial da agricultura urbana para a melhoria da qualidade de vida urbana é muitas vezes enaltecido, apresentando a atividade como

fonte de lazer, realização pessoal e sociabilidade, descolada da referência do trabalho. O que frequentemente não se evidencia é que tal atividade demanda esforço braçal e uma jornada de trabalho, geralmente não remunerada, que, embora contribua para a sociabilidade entre os praticantes, pode dificultar a sociabilidade familiar, já que o envolvimento com as hortas diminui o tempo livre para o lazer e o convívio com os familiares.

Para Brand e Muñoz ⁴² (2007 *apud* COUTINHO e COSTA, 2011), a apropriação política da agricultura urbana, encoberta pelo otimismo generalizado quanto a seus benefícios, pode ser uma adequação ao pensamento neoliberal, ao apresentar as práticas agrícolas com foco apenas em seu fim utilitário para atender a necessidades imediatas de grupos marginalizados. Os autores sugerem possíveis motivos que levariam os governos a estarem tão interessados em sua promoção, como o baixo custo de implantação desse tipo de política, a possibilidade de articulação e acesso a recursos de redes internacionais, a construção de uma imagem de autoridade inovadora e progressista junto a um campo pioneiro de gestão ambiental, e a regulação do comportamento social por meio da reconstrução do significado de tal prática. Daí a importância de dar visibilidade e perceber os sentidos atribuídos à agricultura urbana pelos diferentes atores que a praticam. Para Coutinho e Costa (2011, p. 93), “[...] estes são caminhos metodológicos que podem nos permitir compreender e criar versões, com maior propriedade, sobre o que nomeamos agricultura urbana”.

3.2.3. Tipos de agricultura urbana e perfis de praticantes

Alguns critérios comumente usados para classificar os públicos envolvidos com agricultura urbana são a localização da prática (tanto em relação às zonas da cidade quanto aos tipos de espaço em que é feita), caráter de posse da terra, situação socioeconômica dos praticantes, sistema, escala e destinação da produção, e quantidade de horas dedicadas ao trabalho (MOUGEOT, 1999). Hirtum *et al.* (2002) ressaltam que existem agricultores urbanos por necessidade e por opção.

⁴² BRAND, P.; MUÑOZ, E. Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 47-70, jan./jul. 2007.

Segundo Mougeot (1999), mundialmente, a maior parte deles são pessoas de baixa renda, principalmente mulheres, não provenientes do meio rural, que produzem para o consumo próprio em pequenas propriedades das quais não são proprietários.

Contudo, há muitos outros perfis de praticantes e tipos de agricultura urbana ocorrendo numa mesma cidade. De acordo com Mougeot (1999), essa diversidade se dá pela combinação de uma série de circunstâncias, desde as internacionais até as domésticas e individuais, como incentivos políticos e econômicos, taxas de emprego, demandas e nichos de mercado, funcionamento do sistema alimentar local, configuração do espaço urbano e das residências, crescimento e densidade populacionais *versus* renda da população, força da tradição de caráter rural, acesso a recursos e conhecimentos e até mesmo as habilidades individuais.

Se uma parcela considerável da agricultura urbana é feita hoje como resposta a situações emergenciais de fome e pobreza, há quem a pratique, como mencionado anteriormente, como forma de negócio, continuidade de uma tradição rural adaptada à vida urbana, contato com a natureza e melhoria da qualidade ambiental, acesso facilitado à alimentação saudável ou mesmo como forma de lazer, entre outros. Vê-se, então, que nem sempre o objetivo primeiro ou único de adotar tal atividade é a obtenção de alimentos. Vale ressaltar que dificilmente tais perfis são “puros”: um mesmo produtor pode apresentar uma combinação de motivações que orientam sua prática.

Algo que chama a atenção neste cenário, contudo, é que junto a alguns praticantes essa apropriação também se dá por motivações políticas e/ou filosófico/existenciais, no sentido de boicote do sistema convencional, ou pelo entendimento da agricultura urbana como uma oportunidade para construir modos de produção, trabalho e vida diferentes daqueles que são característicos da atualidade, marcados pela fragmentação e pelas relações mediadas pelo dinheiro. Ressalta-se, novamente, que esses sentidos podem, ou mesmo tendem a aparecer combinados.

Um exemplo é o projeto *Becontree Organic Growers*, na região Leste da cidade de Londres, onde moradores formaram uma parceria para revitalizar um local próximo a terrenos abandonados por meio de técnicas de permacultura⁴³. O intuito é

⁴³ Trata-se de um modo de organização do espaço que busca reproduzir as lógicas presentes nos ambientes naturais e do desenvolvimento de modos de vida que possibilitem, concomitantemente,

desenvolver a economia local utilizando um sistema no qual as pessoas trocam bens ou serviços ao invés de usar dinheiro (DEELSTRA e GIRARDET, 2000). Outro caso é o da cidade norte-americana de Seattle, onde está sendo desenvolvida uma agrofloresta urbana, chamada *Beacon Food Forest*. Sob o slogan “*growing food, growing community*”, a proposta é que qualquer pessoa se sirva livremente dos vegetais enquanto visita o local, que destina ainda um espaço para hortas comunitárias, onde as famílias da região podem cultivar seus alimentos. A produção da agrofloresta tem o apoio da prefeitura local, mas a maior parte do trabalho é feita por voluntários (BEACON FOOD FOREST, 2013).

No Brasil, o Coletivo de Agricultores Urbanos de São Paulo, também conhecido como Hortelões Urbanos e autocaracterizado como movimento espontâneo da sociedade civil, criou em 2012 duas hortas comunitárias em regiões nobres da cidade – a Horta das Corujas, situada no bairro Vila Beatriz, e a Horta do Ciclista, localizada numa praça em meio a umas das principais vias locais, a Avenida Paulista. Ambas são mantidas com trabalho voluntário, utilizando sistemas de mutirão, mas são abertas a qualquer um que queira cuidar ou se servir das hortaliças a qualquer momento (MUNIZ, 2012). Alguns desses aspectos também são encontrados na experiência da *Quinta da Videira*, no bairro do Mossunguê, em Curitiba. Embora não se trate de uma horta comunitária num espaço público, a iniciativa também envolve o trabalho colaborativo e conta com um programa de voluntariado, como se detalhará adiante.

De todo modo, por poder ser desenvolvida de maneiras que destoam do sistema convencional – seja pelas características do trabalho, pelo fato de possibilitar o acesso aos bens sem intermédio do dinheiro, pela sua afinidade com a agricultura de base ecológica atrelada ao manejo de resíduos, pela tendência à pequena escala de produção, pela presença de motivações não voltadas ao lucro, etc. –, alguns trabalhos indicam que a agricultura urbana assume um caráter simbólico de crítica ao mesmo, inclusive perante a não praticantes (COMASSETTO *et al.*, 2011; BOUVIER, 2013).

Tendo em vista que isso pode ser provocado mesmo que não haja uma intencionalidade nesse sentido – em consonância com a construção proposta no

Capítulo 1 –, tais trabalhos chamam a atenção para o fato de que algumas pessoas e grupos se apropriam da agricultura urbana também com esse propósito: chamar a atenção para essas questões e, mais do que construir, **mostrar** outras possibilidades. É o caso da *Quinta da Videira*. A próxima seção apresenta, então, a discussão encontrada na literatura sobre a agricultura urbana como uma forma de comunicação, no sentido de crítica ao sistema convencional.

3.3. A AGRICULTURA URBANA COMO UM ATO COMUNICACIONAL

Ao entrevistarem agricultores urbanos da cidade de Porto Alegre, Comassetto *et al.* (2011) constataram que essa atividade tem para eles fortes relações com aspectos sociais e de resgate de tradições familiares, lazer, *hobby* ou terapia, sendo que nenhuma motivação de finalidade comercial foi manifestada. Segundo os autores, a agricultura urbana é vista por esses praticantes como uma expressão de sua preocupação com o meio ambiente, a saúde e o bem-estar pessoal e dos demais, constituindo uma forma de “anticonsumo simbólico”. Assim, fazer agricultura urbana é entendido também como um meio de gerar uma mensagem ou construir uma imagem contrária à lógica consumista que marca a realidade atual, resgatando um estilo de vida associado à simplicidade e, por sua vez, à qualidade de vida:

Percebe-se que seus praticantes a realizam principalmente não por sua característica utilitária (consumo de alimentos), mas sim por sua característica simbólica. Por meio desta prática as pessoas expressam e transmitem aos outros uma imagem de exemplo como membros da sociedade, agregando-lhes uma imagem de cidadãos preocupados com a coletividade. Ao mesmo tempo em que parecem idealizar a imagem do agricultor como uma pessoa nobre que, mediante o contato com a natureza e a prática de uma atividade simples como a agricultura consegue resgatar valores perdidos na sociedade atual, vinculam a prática à preocupação com o meio ambiente, com a saúde e o bem-estar próprio e dos demais e com o respeito e orgulho nostálgico por uma herança cultural. (COMASSETTO *et al.*, 2011, p. 15).

Nesse ponto, vê-se uma aproximação da agricultura urbana com as proposições de Schumacher (1983) sobre uma “economia da permanência”. Ao afirmar que “o negócio é ser pequeno”, o autor faz uma ferrenha crítica ao pensamento econômico moderno, voltado acima de tudo para o lucro, que “impregna

toda a sociedade”, argumentando que ele estaria provocando não só a destruição do meio ambiente, mas também das relações humanas e da vida como um todo. Por conseguinte, ele defende que a produção em pequena escala e o resgate da noção de suficiente seriam questões de sobrevivência para a humanidade. Além disso, elas levariam à colaboração ao invés da competitividade.

Bouvier (2013) também argumenta que a prática de agricultura urbana tem um caráter comunicacional, situando-a como forma de apoio a um movimento social e político que estaria se formando internacionalmente em prol da alimentação saudável, prazerosa, identitária, comunitária e sustentável – o chamado *Food Movement*. Este é caracterizado como uma objeção ao sistema convencional, marcado pela industrialização, pautado no argumento de que a forma como a maioria dos alimentos vêm sendo produzidos, processados, transportados, vendidos, preparados e consumidos é insustentável e prejudicial para a saúde. De acordo com o autor, fazem parte de tal movimento iniciativas contra o uso de transgênicos e a favor dos produtos orgânicos e locais, da reforma dos programas de merenda escolar e das leis agrícolas e da prática de agricultura urbana. Cada uma delas destaca um aspecto diferente de contraposição ao sistema convencional, mas há uma preocupação comum em gerar a mensagem de que todas as pessoas devem fazer algo a respeito, seja como produtoras, preparadoras ou consumidoras. Assim, o autor compara as hortas domiciliares ao ato de exibir um símbolo, como fixar uma bandeira na porta de casa.

Como um dos principais símbolos do *Food Movement* nos EUA, ele cita a horta implantada pela primeira-dama norte-americana, Michelle Obama, nos jardins da Casa Branca em março de 2009 – a exemplo do que já havia feito Eleanor Roosevelt na década de 1940, como forma de inspirar a população a cultivar os *Victory Gardens* em apoio aos esforços de guerra. Já no caso de Obama, a pretensão seria mostrar como as crianças podem ter acesso a uma alimentação mais saudável, já que os níveis de obesidade infantil no país são alarmantes. A expectativa seria, assim, de que as crianças levassem essa mensagem a suas famílias, que, por sua vez, fariam com que ela chegasse às comunidades (BOUVIER, 2013).

A criação da “primeira-horta” é atribuída a uma campanha lançada cerca de um ano antes pela organização Kitchen Gardeners International (KGI), autointitulada como uma comunidade sem fins lucrativos que conecta 30 mil pessoas ao redor de

100 países, que produzem parte de sua própria comida e ajudam outras pessoas a fazer o mesmo (KGI, 2013a). O grupo afirma ter como missão empoderar indivíduos, famílias e comunidades a alcançar maiores níveis de resiliência por meio da agricultura domiciliar, da cozinha caseira e dos sistemas alimentares locais. A campanha, chamada *Eat the view*⁴⁴, coletou mais de 100 mil assinaturas de cidadãos americanos pedindo ao próximo presidente e primeira-dama que plantassem uma horta na Casa Branca, servindo de exemplo e inspiração para o país e o mundo. Além disso, o grupo espalhou vídeos virais na internet e conquistou intensa cobertura midiática sobre a causa (KGI, 2013b).

Da mesma forma, também em 2009, Tom Vilsack, à frente do Departamento de Agricultura dos EUA, deu início a uma horta orgânica nas dependências do prédio, no formato dos chamados *People's Gardens* – uma iniciativa para encorajar funcionários do governo a criar hortas nas instalações do poder público norte-americano, guiada pela ideia de que “the simple act of planting a garden can help unite neighborhoods in a common effort and inspire locally-led solutions to challenges facing our country – from hunger to the environment”⁴⁵ (USDA, 2013).

Todavia, Bouvier (2013, p. 436) ressalta que o potencial simbólico das hortas não se limita àquelas que são feitas por figuras públicas e celebridades. Segundo o autor, qualquer pessoa que produza comida em seu quintal está chamando a atenção para a questão da comida local e expressando valores de sua própria identidade. Ele cita diversas instâncias que já reconhecem o valor simbólico da agricultura urbana: além de representantes e órgãos políticos, uma série de escritores, jornalistas, ONGs e associações têm feito declarações neste sentido. Entre elas, argumenta-se, por exemplo, que criar galinhas no quintal é um ato de rebelião à artificialidade que marca o sistema convencional, e de protesto contra o afastamento das práticas agrícolas do espaço urbano, que mantém a criação animal longe da vista das pessoas, contribuindo para que ela seja feita de forma insalubre, desumana e cruel.

Bouvier (2013) admite, todavia, que muitas práticas de agricultura urbana são realizadas em fundos de quintais, apresentando pouca visibilidade, e que nem todos

⁴⁴ Coma a paisagem (tradução livre).

⁴⁵ O simples ato de plantar uma horta pode ajudar a unir os bairros em um esforço comum e inspirar soluções lideradas localmente para os desafios que enfrentam nosso país – da fome ao meio ambiente. (Tradução livre).

os agricultores urbanos têm a intenção de manifestar algo por meio dessa atividade. Ressalta-se, contudo, que a ausência de tal intencionalidade não exclui o caráter comunicativo das práticas, conforme lembra o próprio autor, em concordância com o entendimento adotado na presente pesquisa. Ele também aponta que, já na década de 1970, Wendel Berry, considerado uma espécie de padrinho do *Food Movement*, teria afirmado que as práticas de agricultura urbana se constituem como um protesto contra o sistema convencional porque, simbolicamente, indicam independência do mesmo. Trata-se de um protesto que ele considera completo, por fazer uma crítica e ao mesmo tempo oferecer uma solução. Para Bouvier (2013), talvez precisamente por seu impacto simbólico, que pode ser entendido como uma condenação da ordem hegemônica e, conseqüentemente, um julgamento de quem concorda com ela ou se recusa a questioná-la, as práticas de agricultura urbana sejam com frequência criticadas, colocadas em dúvida e até mesmo resistidas – o que influencia sua legalização ou não em cada localidade. O autor defende que, por sua natureza simbólica, elas devem ser protegidas pela Primeira Emenda (*First Amendment*) da Constituição Norte-Americana, que garante a liberdade de expressão.

Vê-se, então, que Bouvier (2013) aborda a apropriação comunicacional da agricultura urbana no sentido de uma militância, relacionada sobretudo a uma preocupação com a saúde e a uma motivação de caráter ambientalista, e voltada, em alguma medida, a desestabilizar o sistema convencional. Já no caso estudado por Comassetto *et al.* (2011), embora haja uma associação da imagem do agricultor urbano com a preocupação ambiental e com a saúde, aparentemente, a questão mais atacada é o consumismo – quer-se chamar a atenção para a satisfação obtida com um estilo de vida simples, com menos “necessidades” a serem supridas pela compra/consumo, baseado na autoprodução de pequena escala.

Como se verá adiante, ambos esses caracteres são encontrados junto à *Quinta da Videira*. O próximo capítulo traz, então, uma apresentação detalhada da experiência em questão, e descreve os procedimentos metodológicos utilizados na etapa de campo da pesquisa e na análise dos resultados obtidos.

4 ESTUDO DE CASO: A EXPERIÊNCIA DA QUINTA DA VIDEIRA

Em busca de contribuir no entendimento dos processos comunicacionais dados em torno da agricultura urbana, especialmente quanto à relação entre meio ambiente e alimentação, buscou-se estudar a fundo um exemplo significativo de tal universo, delineando a pesquisa como um estudo de caso⁴⁶. Neste âmbito, entende-se por experiência um fenômeno ou situação social a ser analisada em seu contexto real. Embora se assuma que os resultados desse tipo de investigação não são generalizáveis, considera-se, como afirma Castro (1977, p. 88), que “mesmo no estudo de caso, o interesse primeiro não é pelo caso em si, mas pelo que ele sugere a respeito do todo”.

Este capítulo descreve, então, as etapas empíricas que compuseram o estudo, bem como os procedimentos metodológicos adotados na sua realização. Com base em informações recolhidas nas duas primeiras etapas, traz-se uma contextualização sobre a Casa da Videira – instituição junto à qual funciona a *Quinta da Videira* –, que inclui uma breve revisão sobre o bairro do Mossunguê, onde se situa a mesma. Na sequência, apresenta-se a experiência da *Quinta da Videira*, bem como suas práticas comunicativas, levando em conta uma tipologia construída para fins de análise na presente pesquisa. Por fim, junto aos detalhes sobre a composição da terceira etapa empírica, tem-se o delineamento do processo comunicacional estudado.

4.1. AS ETAPAS DE CAMPO

A primeira etapa empírica do estudo consistiu na identificação de um conjunto de práticas características da experiência de agricultura urbana da *Quinta da Videira* – considerando-as todas como formas de comunicação, com base no que se discutiu no Capítulo 1. O levantamento se deu por meio da vivência da pesquisadora

⁴⁶ Na definição de Gil (1987, p. 78), tal modalidade de pesquisa é caracterizada pelo “[...] estudo profundo ou exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo [...]”. De acordo com o autor, tal abordagem é indicada quando se deseja compreender situações típicas, atípicas ou extremas num universo.

junto ao grupo estudado e de pesquisas documentais na internet, e foi complementado com dados coletados na etapa seguinte, que compreendeu a realização de entrevistas junto a membros do grupo estudado. Foram contemplados três informantes-chave da *Quinta da Videira* – seus fundadores e coordenadores, que também atuam como trabalhadores fixos da iniciativa, aqui caracterizados como integrantes: Claudio Oliver (53 anos, fundador da Casa da Videira, ex-odontologista, mestre em Educação e estudante de graduação em Zootecnia); Eduardo Feniman (31 anos, graduado em Pedagogia e mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento); e Rene Seifert Jr. (36 anos, doutor em Administração, professor de pós-graduação na área).

Nesse momento, procurou-se coletar informações sobre o histórico da experiência, o entendimento dos integrantes sobre sua atuação e os sentidos que, para eles, tais práticas envolvem. Para tanto, optou-se pelo método da entrevista em profundidade. De acordo com Duarte (2005), tal método é indicado justamente quando se busca, com base em determinadas teorias e pressupostos, obter respostas a partir da subjetividade de uma fonte significativa em relação ao fenômeno estudado. De forma complementar, a pesquisadora acompanhou uma aula ministrada por dois dos integrantes a respeito das formas e princípios de gestão da Casa da Videira⁴⁷, empregando o método da observação direta. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas anotações e gravações de áudio.

Tais dados subsidiaram a construção da terceira etapa empírica da pesquisa, que delineia o processo comunicacional estudado, com a identificação e escolha dos demais tipos de interlocutores a serem contemplados, e engloba a coleta de dados junto aos mesmos. O método utilizado para tanto também foi o da entrevista em profundidade e, eventualmente, o da observação direta, tendo igualmente as anotações e gravações de áudio como instrumentos de coleta de dados. De modo a facilitar sua compreensão, os detalhes sobre essa etapa são apresentados logo após o descritivo sobre a Casa da Videira, a *Quinta da Videira* e suas práticas comunicativas, uma vez que os tipos de interlocutores considerados foram identificados a partir destas.

⁴⁷ A aula era referente à disciplina de Formas de Gestão do curso de Mestrado em Administração da Universidade Positivo (UP), ministrada regularmente por Rene, professor do programa, e teve Claudio como orador convidado, no dia 18/11/2013.

4.2. A CASA DA VIDEIRA

A Casa da Videira tem origem no ano de 2000, com as atividades de um grupo de cristãos junto aos moradores de uma ocupação irregular próxima ao Parque Barigui, na região Noroeste de Curitiba. Segundo Claudio, tal iniciativa nasce do entendimento por eles compartilhado de que, para exercer sua espiritualidade, “era preciso fazer algo além de se reunir, ler Bíblia, cantar hino e coisas desse tipo”. Registra-se também que alguns membros haviam trabalhado anteriormente com moradores de rua, trazendo ao grupo preceitos da pesquisa-ação⁴⁸. Entre as ações realizadas no local estavam doações de comida, mutirões para construção de casas, confraternizações comunitárias e programas de alfabetização. Com isso, vê-se que desde sua origem o grupo esteve envolvido de alguma forma com a questão da alimentação, com ações endereçadas essencialmente pela questão da espiritualidade, como mencionado no Capítulo 2.

Com a sua consolidação, veio a necessidade de formalização, que se deu em 2001, pela criação de duas pessoas jurídicas paralelas, de modo a permitir um leque amplo de atuação: a Casa da Videira, instituída como Oscip, e a Igreja do Caminho. O nome de ambas faz referência a frases bíblicas atribuídas a Jesus Cristo: “eu sou a videira” e “eu sou o caminho”. De acordo com Claudio, tal explicitação demarca, como um código interno do grupo, os princípios e a base epistemológica judaico-cristã seguidos pelo mesmo. Assim, as ações humanas são entendidas como respostas dadas a circunstâncias, partindo da prática para a teoria, em vez da idealização de um projeto a ser concretizado:

Esse é um grande diferencial da Casa da Videira. Todo mundo me pergunta da onde nasceu a ideia. Essa pergunta é absolutamente irritante, porque não teve ideia. A epistemologia da Casa já nessa época não se trata de ter uma ideia. A gente não tem ideia, quem tem ideia é Platão. Jesus é assim: eu tô andando e rolou. Isso demanda eu estar pronto a dar uma resposta, que é diferente de eu ter um projeto e querer implantar na realidade. Essa é a grande diferença epistemológica. Epistemologicamente, eu posso ter um projeto, uma teoria, *theorós*, e colocar na realidade. Pra fazer isso tem três

⁴⁸ De acordo com Thiollent (1987), a pesquisa-ação se caracteriza como um tipo de pesquisa participante organizada em torno de determinada ação, que supõe, além da participação dos investigadores, a do grupo pesquisado. Tal ação se constitui, em geral, como uma intervenção planejada que busca gerar mudanças na situação investigada: “A PA faz parte de um projeto de ação social ou da resolução de problemas coletivos.” (THIOLLENT, 1987, p. 84).

condições: você precisa de grana, poder e condições favoráveis. Se você tiver essas três coisas, você bota o homem na Lua. Então, não funciona idealismo, não funciona projeto? Mas lógico que funciona. Olha ao seu redor: todo ele é formado a partir de projetos. Agora, contingência depende de você dar uma resposta dentro do possível, com os elementos que você tem na mão. A ação precede o lugar, o projeto. Desde então até hoje, todos os nossos projetos são respostas que se dão a duas situações: oportunidades e contingências. (Entrevista com Claudio Oliver. Curitiba, 2013).

No início, portanto, a Casa da Videira não existia como espaço físico, mas enquanto atividade, entidade. Em 2002, o grupo decidiu encerrar o trabalho na ocupação irregular em questão e passou a buscar outro local na cidade, com cenário precedente a uma situação de favelização, onde pudesse atuar. Surgiu, então, a possibilidade de alugar um barracão na região do Fanny, bairro que carecia de espaços de convivência e equipamentos públicos diversos, como parques e centros comunitários. Em 2004, a organização se mudou para o local, onde manteve oficinas de artesanato, costura, cozinha, marcenaria, artes e leitura, além de um coral, bazares e as reuniões da Igreja, entre outros. Assim, a Casa passou a ser conhecida também como *lugar*. Foi nesse período que Eduardo, primeiramente, e Rene, junto com as respectivas esposas, ingressaram no grupo. Ambos tinham uma trajetória anterior junto a diferentes igrejas e relatam que, a partir das primeiras aproximações e conversas, ali fizeram amizades e a Casa foi algo que “fez sentido”.

Durante a permanência no bairro do Fanny, uma das ações que teve maior destaque foi a promoção da produção audiovisual por adolescentes, por meio do *Projeto Nós na Tela*, realizado em parceria com dois canais de televisão⁴⁹. Contudo, nessa época também começaram a se delinear outros focos de ação que vieram a se tornar centrais na Casa da Videira, como as questões da produção alimentar e do manejo de resíduos. Um exemplo foi a organização de feiras de produtos orgânicos com agricultores familiares da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que culminou, mais tarde, na criação do chamado *Coletivo de Subsistência* – um sistema de compras semanais de cestas de hortaliças orgânicas diretamente dos produtores.

A partir do trabalho com compostagem mantido pelo grupo para lidar com os resíduos do próprio barracão, foi criada em 2006, sob os cuidados de Eduardo, a *Lixeira Viva*: um sistema de compostagem do tipo minhocário (Figura 1), de tecnologia abertamente compartilhada para quaisquer interessados em implantá-la,

⁴⁹ Tratam-se do Canal Futura, transmitido nacionalmente via TV por assinatura e antena parabólica, e da TV Lúmen, sua afiliada local.

mas também colocado à venda, de modo a arrecadar recursos para o grupo. A princípio, a *Lixeira Viva* foi incubada por uma outra iniciativa da Casa, chamada *Ninho*, que procurava auxiliar na criação de “negócios sociais”. Contudo, Eduardo relata que, em vez de torná-la uma empresa, decidiu fazer dela a base do *Movimento* intitulado *Do Meu Lixo Cuido Eu*, que lançou com Claudio em 2008, buscando reconceituar a noção de lixo e promover o manejo doméstico de resíduos, por meio da pesquisa e disseminação de técnicas de compostagem, reutilização e reciclagem.



FIGURA 1 – LIXEIRAS VIVAS

FONTE: Fotografia cedida pela Casa da Videira (2010).

NOTA: Sistema de compostagem do tipo minhocário utilizado na Casa da Videira.

Já o trabalho com agricultura urbana teve início a partir de uma iniciativa intitulada *Comunidades Verdejantes*. Uma parte do terreno em volta do barracão, onde havia um estacionamento, foi transformada em uma horta, que era cultivada com a participação de crianças do bairro (Figuras 2 e 3). Um dos membros à frente dessa ação, bem como da feira, era o engenheiro agrônomo Homero Cidade, que então cursava o mestrado, com pesquisa voltada à agricultura familiar e produção orgânica. O trabalho perdurou por três anos, de 2006 a 2009. No seu decorrer, houve a aproximação e a participação de outros pesquisadores, conferindo-lhe também um cunho científico⁵⁰. Cabe notar, portanto, a existência de um perfil

⁵⁰ Duas publicações a respeito podem ser encontradas em Ottmann *et al.* (2007, 2008).

acadêmico no grupo, que se faz presente desde o início e perdura ao longo de toda a sua trajetória.



FIGURA 2 – CULTIVO DE HORTA – *COMUNIDADES VERDEJANTES*

FONTE: Fotografia cedida pela Casa da Videira (2006).

NOTA: Atividade realizada com a participação de crianças na iniciativa *Comunidades Verdejantes*, na antiga sede da Casa da Videira no bairro do Fanny, em Curitiba (PR).



FIGURA 3 – PLANTIO DE MUDAS – *COMUNIDADES VERDEJANTES*

FONTE: Fotografia cedida pela Casa da Videira (2006).

NOTA: Outra atividade realizada com a participação de crianças na iniciativa *Comunidades Verdejantes*, na antiga sede da Casa da Videira no bairro do Fanny, em Curitiba (PR).

Como elucida Eduardo, nesse processo, a agricultura urbana se tornou uma das principais atividades do grupo, possibilitando, a combinação da produção alimentar com o manejo de resíduos, que já faziam parte de suas ações e reflexões.

É o casamento daquilo que a gente já vinha trabalhando, até dissociado. A gente tinha uma coisa que era a agricultura orgânica com os produtores rurais e uma coisa que era a compostagem. A agricultura urbana conseguiu juntar essas duas coisas numa só. A gente também fala muito de produção local, e nada é mais local que a comida do quintal. Começamos a pesquisar sobre o tema, olhando as referências da Michelle⁵¹. Foi aí que a gente começou a usar o termo 'agricultura urbana'. E fomos vendo que já tinha pessoas falando sobre isso, fora do país principalmente. Já tinha um movimento de agricultura urbana rolando, e fomos achando um monte de coisa. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Entre 2008 e 2009, o grupo entendeu que havia cumprido outro ciclo, uma vez que, em sua perspectiva, a atuação no bairro do Fanny vinha tendendo ao assistencialismo, e a população atendida estava se relacionando mais com a Casa da Videira enquanto instituição ou local do que com as pessoas que dela faziam parte, o que não era o objetivo. Começava a haver a compreensão de que cada um transformasse sua casa numa Casa da Videira, e as atividades no barracão foram encerradas. Com isso, teve início a mudança para a região do Mossunguê, que se deu de forma gradativa.

O bairro, historicamente ocupado por colonos que tinham como principal atividade a agricultura familiar⁵², vinha passando por um intenso processo de urbanização, que se mantém até os dias atuais. Diferente do cenário geral de Curitiba, que viveu o ápice de sua urbanização entre as décadas de 1970 e 1980, chegando a um índice anual de crescimento populacional de 5,34% (IPPUC, 2012), o Mossunguê manteve um caráter essencialmente rural, com chácaras e grandes áreas verdes, até a década de 1990, quando começou a receber uma ocupação

⁵¹ O entrevistado menciona a pesquisadora Michelle Ottmann, que participou da iniciativa *Comunidades Verdejantes* e possui produção acadêmica na área de agricultura urbana.

⁵² De acordo com Barz *et. al* (2000), toda a região de Curitiba foi originalmente habitada por indígenas, principalmente guaranis e caingangues. A cidade foi fundada em 1693, mas a ocupação das terras onde hoje fica a Regional de Santa Felicidade, da qual o bairro faz parte, remonta à segunda metade do século XIX, com a chegada de um grande número de imigrantes à cidade. Oriundos principalmente da Itália, Polônia e Ucrânia, eles se estabeleceram em algumas localidades da parte Norte do município (Ahú, Pilarzinho, Bacacheri, Mercês), e também em colônias criadas para abrigá-los, como as dos bairros do Abranches e Santa Cândida (também na parte Norte), Santa Felicidade e Orleans – este que, atualmente, faz divisa com o Mossunguê. Entre as atividades econômicas exercidas pelos colonos estavam principalmente o comércio e a agricultura. Os italianos e poloneses, por exemplo, vendiam sua produção de hortaliças percorrendo a cidade de carroça (CURITIBA. Prefeitura Municipal, 2014).

mais intensa. Entre 2000 e 2010, estabeleceram-se no bairro cerca de quatro mil novos moradores, o que se refletiu em uma taxa média de crescimento anual da população de 5,56% – a terceira maior da cidade no período –, enquanto a geral ficou em 0,99% (IPPUC, [ca 2010]).

Nesse ínterim, a região passou a ser conhecida também como Ecoville. De acordo com Polucha (2010), tal fenômeno é atribuído à exploração imobiliária ali ocorrida a partir da década de 1990, ligada ao projeto de construção do eixo viário denominado Conectora 5, que foi totalmente direcionada à população de alta renda, transformando o local em uma das áreas mais nobres de Curitiba. Tais mudanças modificaram a paisagem e o perfil do bairro, que passou a contar com edificações de grande porte, supermercados, lojas e shoppings de alto padrão. No ano de 2010, o Mossunguê constava como o bairro de terceira maior renda média da cidade (IPPUC, 2010).

Em 2008, Claudio se mudou com a esposa e a filha para um condomínio de sobrados na região, onde montou uma horta, ocupando o quintal dos fundos de sua residência. Eventualmente, durante uma conversa com o vizinho da frente do condomínio⁵³, este revelou a intenção de adaptar parte da propriedade da família, mantida desde a década de 1960 – uma das áreas tradicionais remanescentes no bairro – em um “lava-car”. Claudio fez então a proposta de alugar o espaço, que incluía uma pequena casa de madeira, e trazer outros membros da Casa da Videira para morar ali. O propósito passava a ser aproximar as famílias do grupo, para poder conviver e trabalhar junto nas próprias residências. Em 2009, então, Eduardo e a esposa, Débora, mudaram-se para tal casa, que também se tornou a nova sede administrativa da Casa da Videira (Figura 4).

O lugar se mostrou adequado por vários fatores: o bairro já tinha esse histórico (rural), o Claudio já estava morando aqui e já tinha identificado que estava acontecendo uma transição, de deixar de ser Mossunguê pra virar Ecoville, a perda da prática da produção para a do consumo, a prática exclusiva do consumo. E aí foi uma questão de oportunidade. Já estávamos procurando uma área nova pra Casa da Videira e ali era o espaço perfeito, um terreno que tem um histórico de agricultura urbana, que tem uma área disponível pra isso, um lugar simpático, com gente do grupo morando já na frente e com vizinhos dispostos a ajudar. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

⁵³ Registra-se, como se verá adiante, que tal vizinho participou da terceira etapa empírica da pesquisa.



FIGURA 4 – FACHADA DA SEDE DA CASA DA VIDEIRA

FONTE: Fotografia cedida por voluntária da *Quinta da Videira* (2013)⁵⁴.

NOTA: Vista da frente da propriedade, no bairro do Mossunguê, em Curitiba (PR). Ao lado, a casa dos vizinhos que compartilham parte da área e participam de algumas atividades.

Com base na fala acima, observa-se que, mais que uma questão de oportunidade, a instalação do grupo no bairro levou em conta o fato deste estar passando por uma transformação. Entende-se, portanto, que havia também uma motivação no grupo em fazer frente a esse processo – o que diz respeito à questão da comunicação, como se verá com maior profundidade adiante.

Entre 2007 e 2010, Rene esteve no exterior por conta de seu curso de doutorado, mas continuava participando à distância. Assim que regressou ao país, foi morar com a família em um apartamento a poucas quadras de distância da nova sede, integrando o núcleo de famílias da Casa da Videira no Mossunguê.

Nessa transição, algumas iniciativas foram encerradas. Outras, contudo, foram mantidas, mesmo sendo lideradas por integrantes residentes em outras regiões da cidade. Entre elas, destacam-se o já mencionado *Coletivo de Subsistência*, um grupo de produção de vídeos ainda ligado ao *Projeto Nós na Tela*, um sistema de colaboração entre vizinhos denominado *Vizinhança Rima com Segurança*, uma feira ocasional chamada *Bazar dos Amigos* e o *Grupo Transporte Humano*, voltado ao uso da bicicleta como meio de transporte.

⁵⁴ Quando participantes da pesquisa, os nomes dos autores das fotografias cedidas para a mesma não foram explicitados nas legendas.

A mudança também marcou o início da *Quinta da Videira*, fundada na propriedade alugada no Mossunguê, atrelada ao *Movimento do Meu Lixo Cuido Eu*. Em 2010, o grupo organizou ainda uma ação pontual chamada *Jardins Livres*, que consistiu na limpeza e plantação de hortaliças e flores em um terreno baldio no bairro Mercês. De acordo com os integrantes, esse processo envolveu uma nova compreensão do grupo sobre sua forma de organização. Instituída como uma Oscip, a Casa da Videira já havia funcionado como uma associação, e passou então a ser definida entre os membros como um coletivo – formação que, segundo Claudio, orienta-se para a organização em comunidade, mas não chega a constituí-la:

Comunidade vem do latim *comunis*, que se refere a um grupo sujeito a obrigações comuns. A Casa da Videira não é uma comunidade. Tem boas intenções, mas está longe de ser. Estamos tentando criar oportunidades. Então, a Casa da Videira não se projeta para a sociedade, porque não aponta nessa direção. A sociedade é feita de direitos universais fundamentalmente definidos em cima de uma idealização, que são as leis. A gente não está fundamentado em direitos, porque direito fundamenta a guerra. Já foi em uma reunião de condomínio? Se todo mundo tivesse obrigações em vez de direitos, aquilo ia ser uma paz. Apontamos humildemente na direção da comunidade. Talvez o meu neto possa ter a oportunidade – talvez – de experimentar o ambiente comunitário. Hoje somos um coletivo, que vem de *co legere*. Significa ler juntos e também colher juntos. (Trecho de aula ministrada em parceria por Claudio Oliver. Curitiba, 2013).

Da mesma forma, esclarece Rene:

A comunidade é uma expressão da tradição e do afeto, dessas duas relações. Ela não se fundamenta numa lógica instrumental-utilitária. A sociedade é uma expressão da racionalidade instrumental. Por isso que a Casa da Videira não se projeta para a sociedade. Numa monarquia você tem muito mais chances de ter lógicas comunitárias do que numa sociedade republicana, de direitos, em que os direitos são racionalmente estabelecidos. Não se cria uma comunidade na medida em que nós, juntos, vamos definir quais são as nossas obrigações. Isso é construído historicamente e se consolida na tradição e em bases afetivas. Por isso a gente fala que talvez os nossos netos possam experimentar a comunidade, porque é preciso o tempo para construir uma tradição de quem nesse grupo faz o pão, quem nesse grupo faz o queijo, quem nesse grupo entende da planta. Em 70 anos, a gente conseguiu destruir todas essas relações, a gente não tem a sabedoria que nossos pais tinham. A Casa da Videira é uma tentativa de resgatar isso. (Trecho de aula ministrada em parceria por Rene Seifert Jr. Curitiba, 2013).

Vê-se, portanto, que o posicionamento do grupo como um coletivo demarca uma mudança no foco e no perfil de suas ações, que passam a ser o resgate de

determinados saberes e relações no próprio dia-a-dia dos membros. Nas palavras de Eduardo, a organização é definida, então, da seguinte forma:

A Casa da Videira é uma maneira que a gente encontrou de declarar a nossa fé, ou de fazer o que a gente entende por evangelho, que é levar uma boa notícia que responde a uma demanda social, sem ter um cunho religioso ou um discurso religioso que sempre está vinculado a uma igreja. São pessoas, são famílias espalhadas por aí, algumas em Curitiba, outras em outros lugares, que têm um gene comum de levar a boa notícia a partir de sua vida cotidiana. É um pequeno coletivo espalhado numa grande geografia de gente que está aí vivendo. Alguns trabalhando exclusivamente com isso, como eu e o Claudio, outros que fazem isso quando podem, como atividade paralela, mas todos com essa mesma intenção, de fazer de sua vida um modo de ser diferente, um anúncio de outro mundo possível. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Emerge mais uma vez, portanto, a questão da comunicação. Nota-se que todas as atividades do coletivo – sendo a agricultura urbana uma delas – têm, para o mesmo, um caráter comunicacional, motivado pelo entendimento que se faz da prática de sua espiritualidade, no sentido de fazer da sua vida um anúncio de uma boa notícia, em termos de outro mundo possível. Assim, ao descrever a Casa da Videira, as falas dos integrantes trazem pistas sobre os sentidos construídos por eles acerca da *Quinta da Videira*, que serão analisados adiante, no Capítulo 5.

Por fim, no que tange à sua viabilização financeira, os integrantes explicam que a Casa da Videira se mantém em inter-relação com a Igreja do Caminho – uma instituição apoia a outra conforme a demanda de cada momento, e quando há necessidade de reunir um maior contingente para alguma ação específica, o grupo organiza financiamentos colaborativos, lançando campanhas de arrecadação por meio da internet. No período de realização da pesquisa, parte das despesas da Casa era coberta por doações feitas por apoiadores (também na forma de produtos e serviços) e parte pelo rendimento das iniciativas, como a venda de produtos e a realização de cursos. A intenção relatada, contudo, era a de continuar investindo no crescimento e na criação de novas iniciativas, de modo a manter a instituição com o trabalho desenvolvido a partir dela. Em 2013, foram realizadas três campanhas de financiamento colaborativo pela Casa: uma para o conserto do veículo *Kombi* utilizado nas atividades do grupo, uma para a contratação de uma bolsista para a *Quinta da Videira* e outra para o aluguel de uma segunda propriedade no bairro, onde se pretendia receber voluntários e intercambistas, ampliar alguns dos projetos em curso e dar início a novas atividades, como uma cozinha comunitária.

4.3. A QUINTA DA VIDEIRA

Segundo os integrantes, a *Quinta da Videira* surge, então, a partir de um conjunto de experiências e reflexões feitas na trajetória da Casa da Videira. Como referências para a iniciativa, eles apontam as obras de autores como Ivan Illich e Ernst Schumacher, que abordam justamente temas como a pequena escala de produção, a localidade, a convivialidade e a recuperação de saberes básicos do ser humano. Do ponto de vista prático, além do trabalho que já desenvolviam com o *Comunidades Verdejantes*, eles mencionam os *Victory Gardens*, o sistema de *allotments*⁵⁵ originário da Europa e o modelo de centros de referência adotado por alguns grupos de permacultura urbana. São citadas, ainda, as organizações norte-americanas *Growing Power*⁵⁶ e *The Urban Farm Guys*⁵⁷, e, em especial, um arranjo de agricultura domiciliar urbana da cidade de Pasadena, no estado da Califórnia, intitulada *The Urban Homestead*.

Trata-se de uma propriedade de cerca de 800 metros quadrados, onde vive uma família de quatro pessoas, conhecida como “os Dervaes”, que tem como propósito ser o mais autossuficiente possível, de modo a gerar o menor impacto ambiental. O projeto também conta com um site na internet, onde são divulgadas as práticas desenvolvidas, como o cultivo de centenas de variedades vegetais, a criação de galinhas e abelhas, a compostagem, a reutilização de materiais e o uso de energias renováveis, a exemplo da substituição de eletrodomésticos por utensílios movidos com a energia humana (THE URBAN HOMESTEAD, 2014).

⁵⁵ Segundo Holmer *et. al* (2003), o sistema conhecido como *allotment gardens* consiste no arrendamento de lotes de 200 a 400 m², regulamentado pelas autoridades municipais, a indivíduos ou famílias, normalmente organizados em uma associação, para o cultivo de hortaliças, frutas e flores.

⁵⁶ Organização sem fins lucrativos fundada em 1993 pelo jogador de basquete aposentado Will Allen, na cidade de Milwaukee, que tem como objetivo promover a produção alimentar sustentável. O projeto começou com uma horta urbana e se estende atualmente em três frentes: pesquisa e divulgação de métodos de cultivo, educação e assistência técnica, e produção e distribuição alimentar, incluindo o estabelecimento de estufas demonstrativas, de outra fazenda urbana na cidade de Chicago e de uma fazenda rural no município de Merton (GROWING POWER, 2014).

⁵⁷ Organização sem fins lucrativos de base cristã da cidade de Kansas City que pesquisa e testa técnicas de horticultura, compostagem, aquaponia, bioconstrução e geração de energia, entre outros, e as divulga por meio de textos, vídeos e um banco de conhecimentos aberto que disponibiliza na internet, além de realizar programas e cursos acerca de temas como agricultura urbana, segurança alimentar e fortalecimento comunitário. O grupo também desenvolve ações em outros países, como México e Índia, e declara ter como missão formar comunidades sustentáveis nos lugares mais difíceis e esquecidos do planeta (THE URBAN FARMING GUYS, 2014).

Quando a gente viu aquela casa, a gente falou: é isso! Os caras estão trabalhando com lixo e com comida local. Pronto, é disso que a gente tá falando. O trabalho deles jogou luz numa discussão que a gente estava fazendo: não faz sentido a gente ter um projeto de agricultura urbana numa ONG. Nem numa universidade. Aquilo é um espaço artificial, assim como a ONG. Ele tem que ser domiciliar. Tem que ser uma casa de verdade com gente de verdade. E lá eles mostraram que dá pra fazer. E se esses caras podem fazer lá, por que a gente não pode fazer aqui? Daí a gente começou. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Vê-se em tal fala aspectos da referida mudança de posicionamento pelo qual a Casa da Videira vinha passando na época, no sentido de trazer suas ações para as casas e o cotidiano dos diversos membros. O nome *Quinta da Videira*, por sua vez, resgata um termo praticamente em desuso na atualidade, referente a quintal, chácara, sítio. De forma imediata, ela pode ser descrita, portanto, como o quintal da casa da família de Eduardo e da sede da Casa da Videira, um espaço de 350 metros quadrados que se aproxima do modelo desenvolvido pela família Dervaes. Eduardo relata, contudo, que a intenção não foi replicar a experiência norte-americana, mas desenvolver algo a partir dela de acordo com as condições e direcionamentos do grupo.

A gente já tinha um indício de onde ir, por onde ir, aí a gente viu alguém fazendo e falou: é nesse caminho que a gente tem que ir. E a gente faz do nosso jeito. Não é igual, embora tenha uma aproximação. Mas quando você vê as finalidades, os porquês, são bem diferentes. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Como motivação essencial para a configuração da experiência da *Quinta da Videira*, consta, então, a busca pelo estabelecimento de um modo de vida diferente daquele predominante na atualidade, partindo da concepção cristã de mundo adotada pelos integrantes e de uma perspectiva crítica sobre a sociedade de consumo e o modo de produção capitalista, como se verá com maior profundidade no Capítulo 5. Ao mesmo tempo em que se referem a ela como uma “casa de verdade”, que resgata práticas e costumes comuns até poucas décadas atrás, os integrantes também a assumem como um centro de pesquisas independente, voltado sobretudo a experimentos domésticos de agricultura e pecuária de base ecológica e manejo de resíduos, na busca por combinar tais tradições com novas

tecnologias. Nesse aspecto, o grupo firmou parcerias com outras instituições de pesquisa, como a Embrapa⁵⁸ e a UFPR⁵⁹.

Desde a sua criação, a *Quinta da Videira* passou por várias mudanças, sendo a disponibilidade de pessoas para trabalhar um aspecto determinante para a consolidação da iniciativa. O trabalho, feito de forma colaborativa, era mantido no início pelas famílias de Eduardo, Claudio e Rene, com a participação da família de Homero, embora esta não tenha chegado a residir nas proximidades. Eles narram que a fundação da iniciativa envolveu toda uma mudança de rotina, por conta da ampla quantidade de tarefas, e também pela natureza de tais tarefas, que exigem esforço físico, dedicação permanente e uma logística específica. Com isso, os horários de acordar, dormir, fazer refeições, etc., bem como a organização dos compromissos e a definição dos períodos de férias passaram a se dar em torno das demandas da experiência e das possibilidades de cooperação entre os integrantes. Além disso, o grupo teve que aprofundar os estudos que já vinha fazendo e se apropriar de uma série de conhecimentos técnicos, uma vez que a maioria não tinha, na época, formação na área ou experiência ampla com atividades agropecuárias.

Embora a contribuição eventual de amigos e conhecidos tenha ocorrido desde o início, em 2011 o grupo lançou oficialmente um programa de voluntariado, aberto a pessoas de qualquer idade, interessadas em ajudar no trabalho e aprender, pesquisar e/ou ensinar técnicas pertinentes ao mesmo. Durante o período de coleta de dados, a equipe era composta por cerca de 20 membros, entre as famílias de Eduardo, Claudio e Rene, voluntários⁶⁰ e bolsistas⁶¹. Havia, ainda, uma participação

⁵⁸ Conforme se detalha adiante, tal parceria se dá por meio de três unidades da instituição: a Embrapa Soja, a Embrapa Hortaliças e a Embrapa Caprinos.

⁵⁹ Trata-se do projeto *Feiras de produtos orgânicos: apoio ao desenvolvimento de agriculturas de base ecológica*, do departamento de Economia Rural e Extensão do Setor de Ciências Agrárias, que inclui a organização de uma feira semanal de produtos orgânicos no Campus Agrárias da UFPR. De acordo com o grupo, a participação prevista para a *Quinta da Videira* é a divulgação de técnicas agroecológicas de agricultura urbana entre os frequentadores da feira e os estudantes da universidade. No segundo semestre de 2013, o projeto disponibilizou uma bolsa para a alocação de uma estudante em período parcial na *Quinta*. Entre outras instituições parceiras, constam o Instituto Federal do Paraná (IFPR), a Rede Ecovida de Agroecologia, a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) e a Acopa.

⁶⁰ São incluídos na categoria de voluntários os intercambistas eventualmente recebidos na *Quinta da Videira*. Registra-se que a iniciativa tem parceria para o intercâmbio de pesquisadores e estudantes com as universidades estrangeiras Philipps-Universität Marburg (Alemanha) e L'Institut d'études politiques de Paris (Sciences Po) (França). Na época, havia três intercambistas entre os voluntários, sendo que apenas um deles era vinculado a uma das instituições parceiras – no caso, a universidade francesa.

dos vizinhos de propriedade, que colaboravam informalmente com algumas das atividades.

Com o tempo, a *Quinta* se tornou o principal braço da Casa da Videira, alcançando repercussão na imprensa local e nacional. Até 2013, pelo menos 15 reportagens haviam sido realizadas a respeito, quatro delas no segundo semestre daquele ano, chegando a haver confusão entre o que é Casa e o que é *Quinta*. Entre elas constam, por exemplo, uma matéria publicada por um jornal impresso/online (“Verduras fresquinhas *made in* quintal”) e uma realizada por um portal jornalístico da internet (“Famílias urbanas preferem vida simples a facilidades modernas”)⁶². Vê-se, com base nos títulos, que um dos aspectos enfatizados pela imprensa acerca da experiência é o estilo de vida adotado pelo grupo, que tem como base a agricultura urbana.

Entre 2011 e 2013, registra-se também a produção de uma dissertação de mestrado sobre a Casa da Videira, incluindo alguns aportes sobre a iniciativa em questão⁶³. Em 2013, membros da *Quinta* foram convidados, ainda, a integrar uma série de discussões junto ao poder público municipal acerca de uma proposta de lei voltada à agricultura urbana em Curitiba⁶⁴ e sobre a questão do manejo de resíduos sólidos urbanos⁶⁵ – o que demonstra, a exemplo do que foi discutido no Capítulo 3, que a agricultura urbana vem ganhando atenção no âmbito da administração pública como forma de dar conta de uma série de questões nas cidades. Além disso, tal fato

⁶¹ Duas pessoas integravam a equipe como bolsistas na época. Ambas haviam ingressado no grupo meses antes, como voluntárias – uma era vinculada diretamente à Casa da Videira e a outra fazia parte do referido projeto da UFPR com o qual a *Quinta da Videira* havia firmado parceria. Registra-se, contudo, que outros voluntários também eram bolsistas, mas de diferentes projetos e instituições, não sendo caracterizados, portanto, como bolsistas da *Quinta da Videira*.

⁶² Tratam-se, respectivamente, de matérias do jornal *Gazeta do Povo* (TRISOTTO, 2013) e do portal G1 Paraná (KANIAK, 2013).

⁶³ Ver Policiano (2013).

⁶⁴ Os integrantes foram procurados por uma vereadora para contribuir na elaboração de um projeto de lei ordinária que instituiria a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana, registrado junto à Câmara Municipal de Curitiba no dia 25/10/2013, sob a proposição de código 005.00432.2013. Até a conclusão da pesquisa, o processo permanecia em tramitação (SISTEMA DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS, 2014).

⁶⁵ Trata-se da participação em uma série de reuniões promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos de Curitiba e RMC, presidido pelo prefeito da capital, com diversos grupos e empresas, que foram convidados a apresentar propostas de projetos e estratégias de manejo de resíduos passíveis de implantação nos municípios envolvidos.

indica uma legitimação do trabalho desenvolvido na *Quinta da Videira*, uma vez que seus integrantes foram chamados a assumir o papel de peritos nesses debates.

De acordo com os integrantes, nesse período havia também outras *Quintas da Videira* em formação em diversos lugares, “cada uma com suas características, mas todas com o mesmo espírito”, nas palavras de Claudio. Os locais mencionados foram Campo Largo (PR), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Buenos Aires (Argentina), Birmingham (Inglaterra), além da cidade de Curitiba, em referência à “Casa 2”, organizada pelo próprio grupo a partir do mencionado financiamento colaborativo para o aluguel de uma segunda propriedade no bairro.

A seguir, apresenta-se, então, o conjunto de práticas que caracterizam a *Quinta da Videira* no presente estudo, todas consideradas comunicativas, com base no que se discutiu no Capítulo 1. Elas são descritas a partir da seguinte tipologia proposta: práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos; práticas de comensalidade e cozinha artesanal; práticas de troca e comercialização; e práticas expositivas, as quais são descritas a seguir. Cabe notar que tais práticas ganham diferentes dimensões na experiência, sendo a primeira e a última mais amplas, e a segunda e a terceira, mais pontuais.

4.3.1. Práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos

O sistema da *Quinta da Videira* foi organizado a partir do pressuposto da integração planta-animal, incluindo o ser humano, de modo a constituir um ciclo completo de nutrientes na propriedade, atender o máximo de necessidades a partir da produção própria e minimizar a geração de resíduos não recicláveis ou reutilizáveis. Assim, o trabalho de produção vegetal engloba o cultivo de hortaliças, frutas, flores, temperos, chás e ervas medicinais em paralelo ao desenvolvimento de técnicas de plantio e irrigação aplicáveis a variados tipos de espaços e recipientes, utilizando a organoponia, como se vê, por exemplo, na adaptação de baldes, caixas de isopor⁶⁶ (Figura 5) e de um carrinho de supermercado como canteiros.

⁶⁶ Os canteiros em caixas de isopor desenvolvidos pelo grupo são caracterizados como “canteiros de capilaridade”, pois empregam uma tecnologia de rega que faz com que a água fique armazenada numa camada abaixo do substrato, sendo absorvida pelas plantas conforme a necessidade.



FIGURA 5 – CANTEIROS DE CAPILARIDADE

FONTE: Fotografia cedida pela Casa da Videira (2012).

NOTA: Adaptação realizada na *Quinta da Videira* para plantio em caixas de isopor reutilizadas.

As plantações também envolvem a variação de cultivares das espécies e o resgate de plantas alimentícias tradicionais, como a araruta, a azedinha, o caruru, a bertalha e a ora-pro-nóbis. De acordo com os integrantes, a intenção é preservar e ter acesso a variedades que geralmente não são encontradas no comércio ou mesmo produzidas, por terem baixo valor comercial. O grupo também faz parte de um projeto para o desenvolvimento de tecnologias de produção de sementes orgânicas⁶⁷, mantém um banco de sementes⁶⁸ e lançou, em 2013, um programa chamado *Guardiões da Biodiversidade*, por meio do qual convida o público a contribuir com o mesmo, cultivando e produzindo sementes de algumas espécies em casa. Em dezembro de 2013, o banco da *Quinta da Videira* contava com sementes de 1.354 cultivares e 38 espécies de plantas.

A implantação dos canteiros de produção vegetal foi a primeira ação realizada no local, logo que Eduardo e a esposa se mudaram, trazendo também um coelho

⁶⁷ Trata-se do projeto *Produção de Semente Própria em Sistemas de Base Ecológica por Agricultores Familiares no Estado do Paraná* (Semecol-PR), liderado pela Embrapa Soja.

⁶⁸ O banco é mantido em parceria firmada em 2010 com a Embrapa Hortaliças, cabendo à *Quinta da Videira* contribuir na manutenção e divulgação de tal banco, e na ampliação da variedade de sementes de hortaliças não convencionais, priorizando a introdução de espécies locais, nativas da Mata Atlântica.

que já era mantido pelo grupo no barracão do Fanny e uma lixeira viva. No primeiro ciclo de produção, além do minhocário, era utilizada uma técnica de compostagem que funciona diretamente no substrato, chamada canteiro instantâneo. Nos meses seguintes, tiveram início, de forma gradativa, as criações animais. A primeira a se estabelecer foi a de galinhas, ainda em 2009. Em 2010, foram trazidos mais alguns coelhos; em 2011, as cabras, e em 2012, os porquinhos-da-Índia. De acordo com os integrantes, as criações também procuram contemplar, na medida do possível, o resgate de raças não usuais nas produções comerciais.



FIGURA 6 – HORTA MAIOR DA QUINTA DA VIDEIRA

FONTE: Fotografia cedida por voluntária da *Quinta da Videira* (2013).

NOTA: Vista da horta situada aos fundos da sede da Casa da Videira, onde se encontram os primeiros canteiros implantados pelo grupo. Pode-se ver também dois voluntários trabalhando.

Os membros atribuem um caráter essencial à presença dos animais no sistema da propriedade, uma vez que, por um lado, eles contribuem com produtos (ovos, leite, carne, esterco para produção de adubo) e “serviços” (destinação de restos de comida e apara do gramado), e, por outro, podem receber uma alimentação mais próxima do que seria a natural. Além disso, o grupo acredita que a convivência próxima das pessoas com os animais tende a favorecer um tratamento mais cuidadoso e afetivo do que o geralmente praticado no sistema convencional. Assim, eles declaram como um dos maiores investimentos da *Quinta* o desenvolvimento de técnicas de controle de odores e vetores na criação animal em

diferentes tipos de espaço, priorizando raças que façam pouco barulho⁶⁹. Nesse aspecto, um experimento amplamente empregado é o manejo dos viveiros com aplicação de borra de café e serragem de madeira. Paralelamente, testam-se diferentes tipos de armadilhas pega-moscas (Figura 7) e antirratos.



FIGURA 7 – ARMADILHA PEGA-MOSCAS

FONTE: A autora (2012).

NOTA: Uma das técnicas de controle de vetores utilizada na *Quinta da Videira*, feita com garrafa plástica.

Desde sua inserção, as instalações dos animais foram alteradas algumas vezes. Os coelhos, por exemplo, ficavam em viveiros verticais nos fundos da propriedade, e num segundo momento foram realocados em outro tipo cercado na parte da frente do lote. Em 2013, o galinheiro fixo foi temporariamente substituído por versões móveis – parecidas com os viveiros dos porquinhos-da-Índia, chamados de cortadores de grama vivos (Figura 8) – e reconstruído no final do ano. A população de animais também variou com o tempo. O galinheiro, por exemplo, contava no início com três aves e chegou a abrigar 30 delas, sendo que no período

⁶⁹ A pesquisa de técnicas para a criação de cabras no meio urbano, em específico, é feita em parceria com a Embrapa Caprinos, por meio do chamado Projeto Bruschi.

de realização da pesquisa havia seis galinhas vivendo no local. A quantidade de coelhos, que também já havia chegado a 30, estava em 20, e a de porquinhos-da-Índia, que começou com um casal, em sete.



FIGURA 8 – CORTADOR DE GRAMA VIVO

FONTE: A autora (2012).

NOTA: Viveiro móvel dos porquinhos-da-Índia utilizado na *Quinta da Videira*.

Quanto às cabras, que originalmente eram quatro, o número havia aumentado para seis. Para manter a produção de leite, uma vez que atinjam a idade adulta, sua cruza é feita anualmente. O bode envolvido é abrigado em uma propriedade no município de Campo Largo, na RMC – o Centro Agroecológico Terra Viva, que foi incorporado como projeto filiado da Casa da Videira em 2010. Nas duas temporadas de reprodução ocorridas até o período de realização da pesquisa, o grupo não havia utilizado a técnica de inseminação artificial. Na época de acasalamento, os animais eram transportados e mantidos juntos para que fizessem a cruza de forma natural. Parte dos filhotes resultantes foi, portanto, mantida na *Quinta da Videira*, e parte repassada a outros criadores.

A maior parcela da alimentação dos animais é proveniente de arrecadações feitas por meio de um sistema batizado como “giro” (Figuras 9 e 10). De segunda a sábado, a equipe circula com o veículo *Kombi* para recolher vegetais cedidos por estabelecimentos de hortifrutigranjeiros do bairro, por estarem fora dos padrões de venda. No “giro” também são coletados a serragem de madeira e o pó de café

usados no manejo dos viveiros. Ao chegar à *Quinta*, os itens passam por uma triagem.



FIGURA 9 – COLETA DE HORTIFRÚTIS NO “GIRO”

FONTE: Fotografia cedida pela Casa da Videira (2012).

NOTA: Integrantes recolhendo doações de vegetais em estabelecimento de comércio de hortifrutigranjeiros.

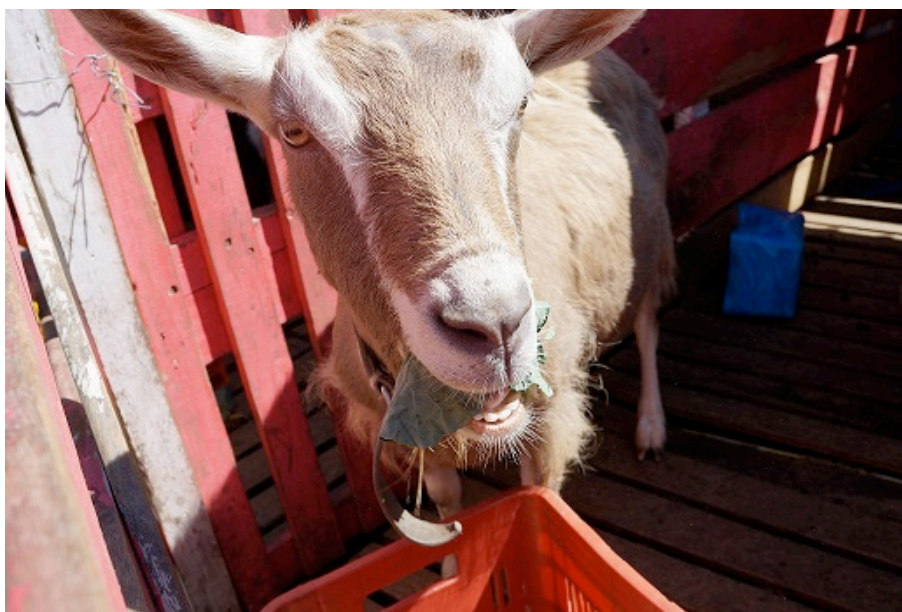


FIGURA 10 – CABRA E CAPRIL

FONTE: Fotografia cedida por voluntária da *Quinta da Videira* (2013).

NOTA: Cabra da *Quinta da Videira* se alimentando com verduras recolhidas no “giro”. Ao seu redor, é possível ver parte da disposição interna do capril.

O que não é destinado à alimentação animal, ou mesmo humana (já que muitos vegetais, embora fora dos padrões, apresentam condições de

aproveitamento), vai para uma das composteiras mantidas no local, de modo a produzir adubo para as hortas. Em um trabalho paralelo com o *Movimento Do Meu Lixo Cuido Eu*, são testadas e utilizadas diferentes técnicas de compostagem, como as lixeiras vivas em caixas e baldes, onde se tratam os resíduos da cozinha, e a baia de madeira, que recebe aparas de jardinagem. Da mesma forma, o esterco gerado pelos animais é compostado em um terceiro sistema de caixas e utilizado como adubo. O grupo mantém também uma produção de sabão artesanal feito com óleo de cozinha usado.

Parte das minhocas das lixeiras vivas é destinada à alimentação das galinhas, e as cabras também recebem capim colhido em uma área verde nas proximidades da *Quinta*. Em 2013, foram conduzidos, ainda, experimentos de plantio de capim na própria horta e de fabricação de um preparado alimentar para os animais a partir da fermentação de bagaço de laranja.

Segundo os dados fornecidos pelo grupo, com isso, são transformados anualmente 40 toneladas de resíduos em cerca de três toneladas de comida, sendo que a produção de leite de cabras chega a render 1.620 litros, a de ovos, aproximadamente mil unidades, e a de carne de coelho, 240 quilos. A obtenção de carne das galinhas só é feita quando os animais ficam velhos. Para o abate, os integrantes afirmam priorizar técnicas que minimizem o sofrimento e o estresse dos animais. Ao realizá-lo, tem-se também como costume fazer um agradecimento e uma oração.

Cabe elucidar, contudo, que a criação de animais na área urbana é vetada no estado do Paraná desde o início da década de 2000⁷⁰, o que é ratificado pela legislação de Curitiba⁷¹ no que se refere às criações comerciais. Com base em reclamações feitas por vizinhos, na metade de 2011, o grupo foi notificado⁷² pelo

⁷⁰ O Decreto nº 5.711/2002, que regulamenta o Código de Saúde do Paraná (Lei Estadual nº 13.331/2001) traz no artigo 344 o seguinte: “os locais de criação de animais, só serão permitidos na zona rural onde deverão ser implementadas e mantidas as normas constantes deste regulamento e legislação específica, bem como adotar medidas que impeçam a proliferação de vetores e animais reservatórios de doenças infecciosas” (PARANÁ. SESA, 2002, p. 143).

⁷¹ Consta no artigo 1º da Lei Municipal nº 13.914 (CURITIBA, 2011) o seguinte: “Considerando o contido na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 - Código de Saúde do Estado do Paraná e no art. 344 do Decreto Estadual nº 5.711, de 23 de maio de 2002, a criação comercial de animais é proibida no Município de Curitiba, uma vez que este não possui área rural”.

⁷² As notificações citam os artigos 320, 328 e 330 do referido decreto, que versam sobre o respeito a normas sanitárias nas edificações e propriedades, e sobre a proibição de criar animais que possam ser causa de insalubridade e incômodo nos núcleos de população (PARANÁ. SESA, 2002). Quanto à

Serviço de Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal e intimado, no início de 2012, a remover os animais do local. Um prazo foi negociado, então, para a conclusão dos experimentos em curso; os galos e parte das galinhas foram retirados, e a iniciativa passou a receber a visita de peritos a cada seis meses. Como se verá nos próximos capítulos, tais questões emergem em meio ao processo comunicacional estudado, sobretudo junto aos vizinhos.

Ao longo da etapa de coleta de dados, o espaço da *Quinta da Videira* estava organizado da seguinte forma: um pomar localizado no corredor de entrada, onde também eram mantidos os porquinhos-da-Índia, distribuídos em quatro viveiros móveis; na parte dianteira do terreno, um jardim de flores, incluindo espécies comestíveis, a área de estacionamento da *Kombi*, uma plantação suspensa de morangos, os viveiros dos coelhos e um canteiro de temperos, chás e ervas medicinais (Figura 11).



FIGURA 11 – PLANTAÇÃO SUSPensa DE MORANGOS

FONTE: Fotografia cedida por voluntária da *Quinta da Videira* (2013).

NOTA: Ao lado da plantação, cultivada em baldes, pode-se ver os viveiros dos coelhos.

No meio do lote, encontrava-se a casa; na parte posterior do terreno, a horta maior, com canteiros móveis e fixos, o capril, o galinheiro, o berçário de mudas, duas pequenas oficinas conjugadas a uma lavanderia, um forno defumador

legislação municipal, recorre-se à Lei nº 9.000 (CURITIBA, 1996), que institui o Código de Saúde de Curitiba.

construído pelo grupo (Figura 12) e as composteiras, que eram oito, estando algumas situadas na área compartilhada com os vizinhos de propriedade. Os corredores e paredes laterais da casa eram aproveitados, ainda, para plantações verticais em vasos e depósito de materiais e utensílios.



FIGURA 12 – REGA DA HORTA MAIOR

FONTE: Fotografia cedida por voluntária da *Quinta da Videira* (2013).

NOTA: Em primeiro plano, encontra-se um dos canteiros, ao lado do forno defumador construído pelo grupo. Ao fundo, vê-se a estrutura de madeira do capril e a divisa da propriedade com um dos condomínios vizinhos.

4.3.2. Práticas de comensalidade e cozinha artesanal

Outro pressuposto da experiência da *Quinta da Videira* é o preparo e a realização das refeições em conjunto, providas ao máximo com os itens produzidos pelo grupo, tanto de forma *in natura* quanto processados. Assim, muitos produtos que compõem suas refeições são de fabricação própria, como compotas, geleias, doces, pimentas, molhos, massas, laticínios e bebidas (Figura 13). Durante o período da pesquisa, Rene, por exemplo, mantinha uma produção semanal de pães

tradicionais, e ocasionalmente de cervejas. Claudio, Eduardo e sua esposa produziam queijo e outros derivados com o leite das cabras, que também já havia sido utilizado por Claudio na fabricação de sabonetes. As refeições, por sua vez, aconteciam sempre na casa de uma das três famílias à frente da iniciativa.

Tais práticas também são observadas nos eventos e celebrações promovidos pelo grupo, como festas juninas e de aniversário, encontros dos membros, despedidas e boas-vindas, etc. Nessas ocasiões, tem-se como tradição que cada pessoa ou família contribua com um prato de doce ou salgado.



FIGURA 13 – PRODUÇÃO ARTESANAL DE SUCO

FONTE: Fotografia cedida pelo grupo estudado (2013), modificada pela autora.

NOTA: Produção de suco artesanal pelos membros da *Quinta da Videira*.

4.3.3. Práticas de troca e comercialização

Embora a produção da *Quinta* seja destinada principalmente ao uso próprio, atendendo as famílias e demais participantes, faz-se também a troca ou comercialização de alguns produtos, de modo a distribuir eventuais excedentes e garantir a manutenção do projeto, conforme mencionado anteriormente. Parte dessas práticas acontece no próprio quintal, quando os destinatários se deslocam até o local para buscar os produtos. Outra parte, contudo, é realizada por meio de uma feira semanal promovida pelo grupo (Figura 14), intitulada *Feira e Encontro de*

Agricultura Urbana de Curitiba. Realizada inicialmente durante alguns meses de 2012, aos sábados pela manhã, junto a uma quitanda do bairro, esta foi retomada em 2013, com uma parceria estabelecida com o Escritório Verde da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), passando a acontecer na região central da cidade, nas dependências do Escritório.



FIGURA 14 – FEIRA DE AGRICULTURA URBANA

FONTE: Fotografia cedida pelo grupo estudado (2013).

NOTA: Evento semanal promovido pela *Quinta da Videira* em parceria com o Escritório Verde da UTFPR, na região central de Curitiba.

Durante o período da pesquisa, além das hortaliças, entre os itens geralmente ofertados constavam comidas e bebidas artesanais, adubo/composto orgânico, sabão e lixeiras vivas. A feira era aberta a qualquer pessoa que desejasse vender ou trocar sua produção, ou conhecer mais sobre o tema da agricultura urbana. Outros expositores regulares que haviam aderido ao evento eram uma artesã, cujo trabalho incluía a reutilização de materiais, e o produtor ligado ao Centro Agroecológico Terra Viva.

4.3.4. Práticas expositivas

A atuação da *Quinta da Videira* também inclui diferentes tipos de práticas expositivas – resgatando o conceito discutido no Capítulo 1, em referência aos momentos em que o grupo apresenta seu trabalho valendo-se da fala, da escrita, da fotografia, do vídeo e suas combinações⁷³. Tais práticas podem envolver, portanto, a produção e/ou o uso de materiais como manuais, cartazes, artigos, fotos, vídeos e apresentações de *slides*. Entre elas, identificaram-se durante o período da pesquisa:

- a manutenção/alimentação de um blog, de um site e de páginas e grupos no Facebook⁷⁴;
- a oferta de cursos, palestras, oficinas e aulas pelos integrantes;
- a publicação de artigos científicos sobre a experiência e a apresentação de trabalhos do grupo em eventos acadêmicos;
- a realização de visitas técnicas;
- as demais exposições verbais sobre a *Quinta da Videira* feitas pelos integrantes em diversas instâncias, como na recepção/instrução dos voluntários e no contato com os frequentadores da feira, por exemplo⁷⁵.

⁷³ Não são consideradas práticas expositivas da *Quinta da Videira*, portanto, eventuais apresentações feitas por não integrantes, como reportagens ou trabalhos acadêmicos produzidos acerca da experiência.

⁷⁴ O site de origem norte-americana Facebook é caracterizado como uma rede social da internet e disponibiliza basicamente duas modalidades de registro de usuários: perfil e página. O perfil é direcionado a pessoas físicas; a página, a instituições e grupos, como movimentos, empresas e marcas. Uma vez registrados, os usuários podem utilizar diferentes ferramentas de interação, a exemplo dos grupos, definidos como “círculos fechados de pessoas que compartilham e mantêm contato no Facebook” (FACEBOOK, 2014). Logo, todos os membros adicionados em um grupo podem fazer publicações no mesmo. Cada grupo conta com pelo menos um administrador, que pode moderar configurações, como sua visibilidade no sistema (segundo as categorias aberto, fechado e secreto), a permanência de membros e suas publicações.

⁷⁵ Em dezembro de 2013, teve início, ainda, a produção de um videodocumentário sobre a experiência. Intitulado *Sementes Urbanas*, o projeto havia sido recém-aprovado em um edital de financiamento promovido pelo canal público de televisão TV Câmara. No roteiro, de autoria de um antigo colaborador do *Projeto Nós na Tela* em parceria com um dos integrantes, a experiência da *Quinta da Videira* era comparada a outras desenvolvidas nas cidades de Detroit (EUA) e Havana (Cuba). O início das gravações se deu após o período de coleta de dados, em janeiro de 2014. A realização do vídeo, portanto, não foi contemplada pela pesquisa.

Na internet, as práticas expositivas diretamente referentes à iniciativa se davam no âmbito do blog da *Quinta da Videira*, denominado “Uma Quinta na Cidade”⁷⁶, do site da Casa da Videira⁷⁷, da página da Casa da Videira no Facebook⁷⁸ e de um grupo aberto na mesma rede social, também chamado “Quinta da Videira”. O blog estava no ar desde 2010, tendo passado por uma atualização e mudança de programação visual no ano de 2013, e trazia a apresentação da equipe, das práticas e dos produtos/serviços desenvolvidos, disponibilizando manuais e vídeos sobre técnicas de compostagem e de montagem de canteiros. O site da Casa da Videira existia desde a época da atuação no Fanny e também havia passado por atualizações e mudanças de programação visual entre 2011 e 2012, reservando uma seção para a descrição da *Quinta* e outra para a dos diversos experimentos atrelados a esta e ao *Movimento do Meu Lixo Cuido Eu*, intitulada “Pesquisa”. Além disso, ele exibia um videodocumentário produzido em 2011 a respeito da experiência⁷⁹. Esses dois canais representavam, portanto, meios de apresentação institucional, trazendo apenas conteúdos “fixos”, uma vez que não havia, na época, seções alimentadas de forma regular⁸⁰.

A página da Casa da Videira no Facebook, criada por uma voluntária no ano de 2012, abordava quase que exclusivamente conteúdos ligados à *Quinta* e ao *Movimento do Meu Lixo Cuido Eu*, com a divulgação de notícias, produtos, programas e eventos (feira, oficinas ofertadas pelo grupo), além de resultados dos experimentos, como um álbum de fotos mostrando os filhotes recém-nascidos das cabras. Observa-se, entretanto, que a frequência de atualização da página era relativamente baixa e sem periodicidade fixa. Ao longo do ano de 2013, foram feitas

⁷⁶ Disponível em: <<http://umaquintanacidade.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.casadavideira.com.br/>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

⁷⁸ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/casadavideira>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

⁷⁹ O vídeo, de título *A day in a life of an urban farmer* (“Um dia na vida de um agricultor urbano”, tradução livre) foi produzido pelo ativista norte-americano Shane Claiborne, um dos membros fundadores da organização The Simple Way, na cidade da Filadélfia, que também tem a agricultura urbana como uma de suas frentes de ação.

⁸⁰ Todavia, registra-se que em outros períodos tanto o blog quanto o site tiveram seções de notícias ou novas publicações atualizadas eventualmente, a exemplo de um boletim mensal disponibilizado no site e também enviado por e-mail para uma lista de interessados, cuja última produção data de março de 2012.

11 publicações no total; durante os meses de novembro e dezembro, não houve nenhuma nova postagem. Até então, a página havia recebido 352 “curtidas”⁸¹.

Por outro lado, os integrantes publicavam com frequência conteúdos relativos à *Quinta da Videira* em seus perfis pessoais e em grupos de discussão, destacando-se aqui o de nome “Quinta da Videira”. Criado por Claudio em 2012, ele era utilizado para compartilhar novidades e informações acerca da iniciativa, de maneira pessoal e informal, mas não se limitava a esse assunto, abrangendo trocas de informações técnicas e de receitas culinárias, a apresentação de outras experiências de agricultura urbana e discussões variadas sobre o tema. Em 2013, foram 79 publicações por integrantes, 13 delas no mês de novembro e 8 em dezembro, quando o grupo em questão contava com 279 perfis⁸². Em geral, as postagens realizadas nesse grupo eram replicadas em outros afins, que não eram primordialmente voltados à *Quinta*, mas tinham alguma relação com a mesma, como “Agricultores Urbanos de Curitiba”, “Movimento Do Meu Lixo Cuido Eu”, “Cabra Urbana Amiga” e “Casa da Videira”. O mesmo ocorria com a página criada em 2013 para a *Feira e Encontro de Agricultura Urbana de Curitiba*⁸³.

Conforme foi se consolidando a experiência, os integrantes também passaram a promover palestras, oficinas e cursos sobre temáticas ligadas à agricultura urbana, com base nos experimentos desenvolvidos. Como exemplo, tem-se uma palestra ministrada por Claudio em maio de 2013, no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), com o tema “Agricultura urbana e a agroecologia: a casa como centro de produção”, além de uma série de oficinas ofertadas gratuitamente pelo grupo no Escritório Verde da UTFPR, aproveitando a ocasião da feira⁸⁴. Todavia, tais atividades também eram oferecidas em modalidades

⁸¹ Tal dado é referente ao dia 03/12/2013. O termo ‘curtida’ se refere ao acionamento do botão “curtir”, presente nas páginas. “Clicar em ‘Curtir’ é uma forma de fazer comentários positivos e conectar-se com coisas importantes para você” (FACEBOOK, 2014). Logo, em geral, quanto mais “curtidas” uma página recebe, maior é a tendência de que ganhe visibilidade e/ou construa uma boa reputação diante de outros usuários.

⁸² Dado referente ao dia 03/12/2013.

⁸³ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/FeiraDaAgriculturaUrbana>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

⁸⁴ Em 2013, foram ofertadas no local três oficinas: a primeira ocorreu no mês de junho, durante o lançamento da feira, com o tema “horta em pequenos espaços”, apresentando o sistema de canteiros de capilaridade em caixas de isopor; a segunda foi realizada em julho, acerca de técnicas de cultivo de tomates orgânicos e obtenção de sementes, direcionada aos interessados em participar do programa *Guardiões da Biodiversidade*; a terceira, sobre a criação doméstica de galinhas, foi

pagas, como forma de geração de renda. É o caso de um programa chamado “Cursos Para o Bem Viver” e de outro intitulado “Gênesis”. Eventualmente, os integrantes eram convidados, ainda, a ministrar ou participar de aulas em cursos de graduação e pós-graduação⁸⁵.

Em relação à divulgação da experiência no meio científico, constavam durante a coleta de dados um artigo publicado em periódico, abordando o arranjo da *Quinta* como um todo⁸⁶, e dois trabalhos publicados em anais de eventos, referentes a apresentações feitas pelos integrantes – uma sobre o programa de caprinocultura urbana⁸⁷ e outra a respeito do manejo de resíduos associado à agricultura urbana de base ecológica⁸⁸.

Quando manifestado o interesse por parte de algum grupo em conhecer a experiência *in loco*, os integrantes também realizavam visitas técnicas. Em alguns casos, ao fim da exposição, os visitantes eram convidados a efetuar alguma atividade, como plantar uma hortalça, abastecer as composteiras ou alimentar os animais. Por sua vez, as demais exposições verbais feitas pelos integrantes, *in loco* ou não, apresentavam, em geral, um caráter mais informal.

4.4. DELINEAMENTO DO PROCESSO COMUNICACIONAL ESTUDADO

Como se vê, em meio à variedade de práticas comunicativas da *Quinta da Videira*, vários são os tipos de interlocutores que interagem com a mesma. Contudo, dado o foco adotado nesta dissertação – compreender os sentidos gerados por uma experiência de agricultura urbana a partir de seu contexto real –, buscou-se estudar

programada para o mês de setembro, mas não chegou a ocorrer, por não ter havido o número mínimo de inscritos.

⁸⁵ Destacam-se as participações junto aos cursos de graduação em Agronomia, Zootecnia e Agroecologia da UFPR. Cabe lembrar que, durante a realização da pesquisa, Claudio estudante de graduação em Zootecnia na mesma instituição e havia atuado, anteriormente, como professor do curso de Gestão Ambiental da Faculdade Evangélica do Paraná. Eduardo, por sua vez, era mestrando também na UFPR, por meio do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade), e desenvolvia sua dissertação acerca do tema da agricultura urbana.

⁸⁶ Ver Oliver e Feniman (2012).

⁸⁷ Ver Oliver (2012).

⁸⁸ Ver Feniman e Oliver (2013).

o processo de comunicação dado junto a pessoas que tivessem alguma vivência *in loco* na *Quinta da Videira*. A partir de tal recorte, foram identificados primeiramente os seguintes tipos de interlocutores: familiares e amigos do grupo; clientes e destinatários das práticas de troca e comercialização em geral; participantes de visitas técnicas; equipe (voluntários e bolsistas); e vizinhos.

Para a terceira etapa da pesquisa, foram selecionados, então, os três últimos – participantes de visitas técnicas, equipe e vizinhos –, entendendo que com esse conjunto seria possível contemplar pessoas com diversos níveis de envolvimento e aproximação com a experiência, que a conhecessem por intenção própria ou não, e que tivessem acesso a diferentes práticas comunicativas. Nota-se que tais interlocutores podem ter acesso à Quinta da Videira tanto por interesse próprio, por estarem buscando algo a respeito ou por terem alguma afinidade com o grupo (como se verá adiante junto às falas dos voluntários), quanto de forma provocada, quando são levados a conhecer a experiência (caso dos participantes de visitas técnicas) ou quando simplesmente passam a conviver com a mesma (como ocorre com os vizinhos). As amostras contaram tanto com informantes-chave, selecionados de forma intencional por sua relevância no contexto, quanto com informantes-padrão, escolhidos pelo critério de conveniência e viabilidade de acesso à fonte.

Em meio aos participantes de visitas técnicas, integraram a pesquisa estudantes de graduação em Ciências Biológicas, Zootecnia e Medicina Veterinária da UFPR, que estiveram presentes em duas visitas, realizadas nos dias 6 e 9 de dezembro de 2013, como atividade referente a uma disciplina comum aos três cursos. As turmas eram mistas, contando com estudantes de diferentes períodos de cada um deles. Ambas as visitas duraram uma manhã; a primeira teve 25 participantes e a segunda, 17, incluindo dois voluntários intercambistas que haviam chegado à cidade no dia anterior. A pesquisadora também acompanhou as atividades como observadora direta, fazendo anotações e gravações de áudio. Ao fim das mesmas, ela procurou identificar interessados em colaborar com o estudo. Foram contemplados três estudantes por visita, um de cada curso envolvido, totalizando seis entrevistas individuais. A maioria delas foi realizada logo após as visitas, no ônibus de volta à UFPR e na universidade. Apenas em um caso não houve disponibilidade para tanto, e a entrevista foi realizada seis dias depois, em horário combinado.

Entre a equipe, foram feitas nove entrevistas individuais, englobando duas bolsistas e sete voluntários. Elas foram realizadas em horários e locais combinados – nas casas dos entrevistados, na própria *Quinta*, na UFPR e na *Feira e Encontro de Agricultura Urbana de Curitiba*. Neste caso, a amostra foi construída de modo a considerar membros com diferentes tempos e frequências de atuação na *Quinta*. A pesquisadora também tentou contato com uma ex-voluntária, mas não obteve resposta.

Junto aos vizinhos, foram procurados os moradores mais próximos, que, pressupunha-se, teriam maior contato e conhecimento sobre a experiência. Cabe apontar que o cenário onde se estabelece a *Quinta da Videira* era, no período da pesquisa, um retrato da recente transição rural-urbana vivida pelo bairro do Mossunguê. De um lado, havia os mencionados vizinhos de propriedade, moradores tradicionais do local. No terreno ao lado da casa destes, encontrava-se um sobrado construído no início da década de 1990, onde permanecia morando a família que se mudou para ali na época. No terreno do outro lado da *Quinta da Videira*, havia também uma casa tradicional, com moradores estabelecidos na década de 1950. Aos fundos da propriedade, erguiam-se dois condomínios de sobrados construídos na década de 2000. Participaram da pesquisa, então, os moradores das três residências laterais à *Quinta da Videira*, mais três de cada um dos condomínios situados aos fundos, totalizando 13 entrevistados e dez entrevistas.

Ao todo, entre a segunda e a terceira etapas empíricas, somaram-se 31 entrevistados e 27 entrevistas. Todas elas foram conduzidas de acordo com roteiros-guia previamente definidos conforme os tipos de interlocutores, mas adaptados ao longo da pesquisa, de modo a incorporar eventuais achados relevantes, adequando sua orientação para dar conta dos objetivos propostos. Da mesma forma, a ordem das perguntas foi adequada de acordo com os aprendizados obtidos no processo e o próprio encadeamento espontâneo dos assuntos por parte dos entrevistados. Registra-se, todavia, que nem em todos os casos foi possível abordar a totalidade das questões, dadas as circunstâncias de realização das entrevistas, especialmente junto a alguns vizinhos, que demonstraram pouco conhecimento a respeito e/ou dispunham de pouco tempo para responder às perguntas. Os roteiros-guia utilizados no estudo se encontram junto aos Apêndices 1 a 4.

Os dois próximos capítulos trazem, então, a análise dos sentidos construídos junto aos entrevistados em meio ao processo comunicacional estudado, a partir das diferentes práticas comunicativas da *Quinta da Videira*.

5 A COMUNICAÇÃO A PARTIR DA QUINTA DA VIDEIRA

Como descrito nos capítulos anteriores, esta dissertação se volta ao estudo do processo de comunicação de uma experiência de agricultura urbana dado junto a interlocutores que têm contato com o seu contexto real, em busca de verificar e analisar os sentidos gerados a partir das práticas que a caracterizam, todas consideradas comunicativas. Para a apreciação dos dados coletados ao longo das etapas empíricas do estudo, descritas no capítulo anterior, adotaram-se os direcionais básicos do método da Análise de Conteúdo, que é definido por Bardin (2011, p. 37) como um “[...] *conjunto de técnicas de análise das comunicações*” (grifos do autor), incluindo as falas obtidas por meio de entrevistas. Em suma, trata-se de um tipo de análise que consiste na descrição sistemática e na interpretação dos dados considerados em um estudo segundo categorias e critérios adotados pelo analista (MORAES, 1999).

Como esclarecem os autores, embora tenha se popularizado na primeira metade do século XX com um caráter essencialmente objetivo e quantitativo, esse método vem ganhando novos entendimentos e aplicações, que permitem utilizá-lo tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, ou numa combinação de ambas. De acordo com Bardin (2011), a inferência de conhecimentos a partir dos dados descritos é o que caracteriza a Análise de Conteúdo, e pode se dar com base em indicadores quanti e/ou qualitativos. “Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.” (BARDIN, 2011, p. 15).

A análise do material foi realizada por meio de quatro etapas, a começar pela preparação dos dados, uma vez transcritas as entrevistas, com a identificação das unidades de análise (frases dos entrevistados) e a separação dos conteúdos quantitativos e qualitativos. Em seguida, os dados foram sistematizados, em busca de responder as perguntas inicialmente colocadas para a pesquisa. Salienta-se que as categorias de análise não foram pré-definidas, tendo sido estruturadas ao longo de tal sistematização. Por fim, fez-se a descrição e interpretação dos dados.

Retomando a orientação de abordagem comunicacional referida no Capítulo 1, tal interpretação se deu sempre em relação ao contexto sociocultural em questão, resgatando as discussões dos capítulos 2 e 3, e levando em conta o quadro

relacional dos interlocutores. Este é situado junto à primeira categoria encontrada – “Os interlocutores: sentidos construídos sobre a *Quinta da Videira*” –, que é apresentada a seguir. Por sua vez, a segunda categoria – “Agricultura urbana: sentidos construídos a partir da *Quinta da Videira*” – é encontrada na sequência, junto ao Capítulo 6.

5.1. OS INTERLOCUTORES: SENTIDOS CONSTRUÍDOS SOBRE A *QUINTA DA VIDEIRA*

Esta categoria traz informações sobre os perfis dos participantes da pesquisa e sua relação com a *Quinta da Videira*, buscando identificar os sentidos construídos a respeito da mesma e delinear o quadro relacional dos interlocutores no processo de comunicação estudado. Ela é dividida em subcategorias referentes aos tipos de interlocutores e explora, junto a cada um deles, as seguintes questões:

- Caracterização geral: composição da amostra, gênero, idade, escolaridade, ocupação dos entrevistados e informações contextuais específicas (curso/período de graduação para os estudantes, tempo e frequência de participação na iniciativa para os membros da equipe, tempo de moradia no bairro e períodos que costuma ficar em casa para os vizinhos, etc.).
- Caracterização em relação ao tema: já tinha contato com agricultura urbana (sem necessariamente abordar este termo)? É praticante de agricultura urbana? Se é, por quê? Faz compostagem? Se faz, por quê? Tem (outras) preocupações com o manejo de resíduos? É adepto de práticas alternativas de alimentação? Tem preocupação com a procedência dos alimentos? Onde costuma comprá-los? Tem conhecimento da origem?
- Relação com a *Quinta da Videira* e sentidos construídos sobre a mesma: fontes de informação e níveis de conhecimento sobre a iniciativa, práticas mencionadas, motivações associadas ao trabalho.

Em meio a tais questões, identificaram-se ainda eventuais mudanças de hábitos relacionadas pelos entrevistados ao contato com a *Quinta da Videira*.

5.1.1. Integrantes

O Capítulo 4 descreveu o perfil dos três integrantes entrevistados para o estudo – Claudio Oliver, Eduardo Feniman e Rene Seifert Jr. – e como se deu seu envolvimento com a Casa e a *Quinta da Videira*. Agora cabe discutir qual era a relação de cada um com a questão da produção alimentar e como vinha se dando sua atuação na iniciativa, de forma mais específica, durante o período da pesquisa. Tidos como coordenadores gerais da mesma, Claudio era conhecido como especialista da *Quinta da Videira* na parte de manejo animal; Eduardo, por sua vez, na parte de produção vegetal, e Rene, como “o padeiro da Casa”.

Original de Niterói (RJ), Claudio afirma que sempre teve interesse pela temática agrária, e que desde criança se incomodou com a falta de vegetação e a questão do lixo na região onde morava. Quando concluiu o ensino médio, apesar de ter tido a intenção de cursar Medicina Veterinária, acabou optando pela Odontologia, mas “andava com o pessoal da Agronomia” e foi adepto de práticas alternativas de alimentação, como o veganismo⁸⁹. Ele relata que já fazia compostagem doméstica antes do trabalho com a Casa da Videira, que havia tido uma experiência como caprinocultor no final da década de 1980 e que costuma estudar sobre esses assuntos, sendo que, para ele, “o negócio sempre foi bicho” – porém, enquanto não pôde criar animais, cultivou apenas plantas porque “era o que era possível”. Um ano após ter iniciado as criações animais na *Quinta da Videira*, ele ingressou, então, na graduação em Zootecnia.

No caso de Eduardo, natural de Londrina (PR), o contato com a agricultura urbana começou por meio da horta mantida por sua mãe na casa onde moravam, num bairro bastante populoso da cidade, ao passo em que, durante a infância, também costumava observar os cultivos domésticos de seus avós e “gostava de mexer com as plantas” na horta criada na escola onde estudava. Ele também afirma que sempre teve uma preocupação com a questão do lixo e da alimentação, que já foi vegetariano e que encontrou no cultivo das hortas uma forma de lidar com essas duas questões. Como descrito anteriormente, quando se mudou para Curitiba e começou a participar da Casa da Videira, ele assumiu no grupo atividades ligadas à

⁸⁹ Tipo estrito de vegetarianismo, que exclui não só a carne, mas todos os produtos de origem animal.

compostagem e à horticultura, participando, por exemplo, do *Comunidades Verdejantes*. Dada sua atuação junto às crianças do projeto, decidiu, na época, cursar Pedagogia, mas por conta das iniciativas desenvolvidas junto à Casa e à *Quinta da Videira*, acabou se especializando em produção vegetal e manejo de resíduos, o que o levou a ingressar no mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Já as atividades de Rene como padeiro tiveram início durante sua permanência na Inglaterra, em 2007, enquanto cursava o doutorado em Administração. Ele descreve que, incomodado com a quantidade de embalagens utilizadas nos produtos e os resíduos resultantes, decidiu fazer pão em casa, pois, com isso, “já era uma sacola a menos”. Todavia, segundo ele, a atividade “virou uma paixão” e “uma forma de se relacionar com as pessoas”. Além de se aproximar de outros produtores artesanais por meio da troca de produtos e conhecimentos, ele passou a oferecer os pães como um presente, o que o levou a iniciar amizades entre seus vizinhos. Em meio às discussões da Casa da Videira sobre o “diálogo da tradição com a inovação”, ele começou a se dedicar, então, à fabricação de pães tradicionais, em paralelo à sua atuação como professor e pesquisador.

Durante o período da pesquisa, os três trabalhavam diariamente na *Quinta da Videira*, tanto no quintal quanto no preparo das refeições, junto com seus familiares. Todos faziam compostagem doméstica ou levavam os resíduos de suas cozinhas até as composteiras da *Quinta da Videira*. Quando havia necessidade de comprar alimentos, relata-se a preferência por produtos de origem orgânica, adquiridos no comércio local ou diretamente dos produtores. Os principais locais de compra eram, então, uma mercearia do bairro, feiras e um ônibus-feira que permanecia semanalmente nas proximidades.

Nota-se, com isso, que os três integrantes apresentam em sua trajetória de vida afinidades com uma série de atividades ligadas à alimentação, como o cultivo de hortas, a criação de animais e a culinária. Observa-se também uma postura pessoal de preocupação, questionamento e tomada de atitude frente a questões relacionadas ao tema, como o manejo de resíduos, a produção orgânica e, anteriormente, o consumo de carne.

Segundo os mesmos, a preocupação em trabalhar com a questão da alimentação e do lixo no grupo, que culmina na prática de agricultura urbana e na fundação da *Quinta da Videira*, como relatado no Capítulo 4, envolve principalmente

uma reflexão teológica, relacionada ao conceito de Criação – o qual, de acordo com seu entendimento, difere dos de natureza e meio ambiente. Estes, por sua vez, são vistos pelo grupo sob um olhar crítico, que diz respeito à separação sociedade-natureza, aproximando-se da discussão feita por Serres (1991), Leff (2002) e Latour (1994, 2004), e também à de Schumacher (1983) – cujo trabalho, cabe lembrar, é apontado pelos próprios integrantes como uma de suas referências teóricas.

A gente vinha, numa série de estudos feitos com nosso grupo, trabalhando muito a noção de Criação, analisando um pouco esses conceitos que a gente tem de meio ambiente, de natureza, e vendo que não é nem um nem outro. Na nossa tradição a gente tem um conceito muito maior que esses, que é o de Criação. O conceito de natureza me coloca em confronto com o restante da Criação, no intuito que eu tenho de dominá-la. A palavra ‘natureza’ sempre foi utilizada até como uma palavra pejorativa, “natureza humana”, algo indomável, algo que você tem que controlar. Assim também é com a natureza, essa natureza que a gente vê, biológica, fora do ser humano, que tá aí pra ser controlada, domesticada, tem um fim utilitarista. Ser economicizada mesmo. E o termo ‘meio ambiente’, idem. Você faz uma consideração de que essa natureza é boa, não é aversa ao ser humano, mas igualmente tem que ser controlada, então você é o meio desse ambiente, você é central nisso, e ele está sempre ao seu favor e ao seu serviço. O conceito de Criação é o contrário. Você é uma das partes e de nenhum modo mais importante que as outras. E isso a gente não encontra só na tradição cristã, mas em várias comunidades tradicionais. Por exemplo, os indígenas. Para os aborígenes isso é forte, para os latino-americanos isso é forte. E nas comunidades onde esse conceito é caro, a gente percebe que tem uma relação homem-natureza muito interessante de cuidado, de manutenção e de coexistência das partes. Quando esse conceito deixa de existir, ou a questão toma um ar mais antropocêntrico, você vai ter a destruição desse ambiente, ou dessa relação. A gente vê nos povos antigos, como eles sucumbiram muito por conta da maneira de se relacionar com o meio deles, tornaram os recursos escassos, degradação ambiental. A perda dessa relação de sacralidade com a natureza, com o seu meio, o homem se tornar o sagrado e o resto utilitário, é um dos fatores que causou a destruição das civilizações. Então essa discussão surge por causa disso. Quando a gente olha o conceito de Criação, não posso mais olhar a matéria orgânica como lixo. Ela é vida. Aquilo é um ativo vital, não um passivo ambiental. Então, como é que eu olho pro resíduo a partir da concepção de Criação? Eu tenho que fazer o possível pra que esse material volte pro seu ciclo. Então fazer compostagem é importante. E como que ele vai voltar pro seu ciclo? Nutrindo o solo. Produzindo comida, produzindo vegetais. Por isso a agricultura urbana é um termo que pra gente cai muito bem quando a gente fala de Criação. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Vê-se, então, que a prática de agricultura urbana assume para o grupo um caráter de cuidado ambiental e de rompimento com as concepções de natureza ou meio ambiente como um recurso, um objeto do conhecimento ou uma entidade “poética”, idealizada e distante do ser humano, que são predominantes no contexto atual, como indica a tipologia apresentada por Herndl e Brown (1996 *apud* HANNIGAN, 2009). Todavia, os sentidos que orientam tal cuidado ambiental

também divergem daqueles que permeiam os discursos encontrados por Hannigan (2009) em meio aos movimentos ambientalistas – o arcádico, o do ecossistema e o da justiça ambiental. Cabe ressaltar que o próprio grupo não se caracteriza como um movimento ou organização de cunho ambientalista. Por outro lado, não se exclui uma aproximação de seu trabalho com o ambientalismo conforme indicado por Castells (1999), que envolve a busca pela construção de uma identidade cultural do ser humano como componente da natureza.

Nessa linha de raciocínio, observa-se que o trabalho com a *Quinta da Videira* resulta de uma reflexão sobre como pode se dar, na atualidade, essa integração entre o ser humano com as outras espécies, elementos e demais seres humanos – o que permeia, necessariamente, a questão da alimentação, como abordado no Capítulo 2. Para o grupo, o sentido da ação humana é o de observar e cuidar daquilo que se entende por Criação, tirando dela o seu sustento – o que envolve os sentidos atribuídos a diferentes atividades que compõem os sistemas alimentares, como a agricultura e a pecuária (etapa da produção), o consumo e o lixo (etapa do descarte), como se vê na fala supracitada. Daí a tomada de responsabilidade por essas questões, trazendo-as para o contexto domiciliar.

Esse é o papel fundamental do ser humano na nossa tradição: observar e cuidar da Criação. Isso significa que, a partir da minha observação, do meu contexto, de onde eu estou, da maneira como os ciclos ocorrem e tal, eu vou cuidar desse meu entorno de tal forma que eu possa mantê-lo e dele tirar o meu sustento, a minha subsistência. Seja coletando, seja produzindo, seja selecionando plantas, produzindo agricultura. Nessa concepção, o agricultor é aquele que observa o ciclo que tá ao seu redor, sua região, as possibilidades que tem, e age a partir disso. A gente vê muito isso na agricultura urbana, essa relação com o local, a adaptação. Tem agricultor urbano que não tem cuidado, que quer aumentar a produtividade, usa adubo químico, veneno, que não tá nem aí. Mas tem outros que têm uma relação com o solo, com a terra, que é diferente, que tomam um cuidado, o cara que fala: “eu tô tirando nutriente, tenho que devolver nutriente orgânico, não quero usar veneno”. Isso seria o cuidado. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Para os integrantes, essa questão do cuidado envolve a “capacidade de escolha ética” que é própria do ser humano, ao mesmo tempo em que concebem que a degradação também decorre de uma escolha humana.

Claudio: Tudo é cíclico e sustentável, só nós que conseguimos ir contra isso. Não existe outro animal insustentável.

P: Então nós não fazemos parte?

Claudio: Fazemos, mas nosso grande drama é sermos portadores da consciência. Nós temos a possibilidade de conscientemente viver dentro dos

nossos limites, mas também temos a possibilidade, pela consciência, de nos rebelarmos contra isso.

Logo, evidencia-se que o grupo compartilha do entendimento crítico identificado na literatura de que o sistema alimentar convencional, ou, de forma mais ampla, o modo de produção capitalista, gerou uma série de consequências socioambientais negativas, sendo parte delas diretamente ligada à transformação da produção alimentar em um setor econômico voltado ao lucro, como discutido no Capítulo 2. Os integrantes defendem que a prática de agricultura e pecuária com tal finalidade, e não apenas a do sustento, gera degradação, distorcendo o sentido que atribuem a essas atividades como formas de exercer o referido cuidado que caberia ao ser humano.

A definição de agricultor que se usa hoje é a pessoa ou família que vive da produção animal ou vegetal. Fonte de renda, meio de subsistência. A agricultura se tornou uma fatia do mercado cuja preocupação é menos alimentar as pessoas, mas produzir dinheiro. E mesmo na agricultura ecológica você vê isso. A preocupação é produzir dinheiro a partir da agricultura, não produzir comida.

P: E o que isso tem a ver com degradação?

Eduardo: O problema é na vocação que você tá. A vocação da terra, a riqueza que a terra produz, é comida, é a vegetação, são animais, não é dinheiro. Quando você força a terra a produzir dinheiro, você vai tirar ela do seu ciclo natural, você vai causar uma degradação. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

O grupo se refere ainda às consequências atribuídas ao modo de produção capitalista em termos de “dramas” – o que, em seu entendimento, difere da noção de problema, pois, supostamente, um problema é algo que tem solução, ao passo em que para um drama não o há, sendo apenas possível reagir, dar uma resposta. Assim, eles afirmam que a *Quinta da Videira* busca dar respostas ou testar possibilidades de um modo de vida diferente daquele que, em sua concepção, “deu errado”.

O mundo acabou. O modo como o mundo está organizado dentro da presente ordem, do ponto de vista muito antrópico, deu errado. Acabou mais ou menos em 1978, quando a gente atingiu um problema de balanço energético. Ou seja, a quantidade de coisa que a gente consome e a quantidade de coisa que o planeta tem a capacidade de reciclar e recolocar no mesmo nível foi atingida mais ou menos no terceiro quarto da década de 1970. A partir da década de 1970, a gente entrou em balanço negativo, e quando você entra em balanço negativo, você só não foi enterrado, mas já tá deteriorando. Como de lá pra cá a gente cresceu alguma coisa em torno de dois bilhões e meio de habitantes e acelerou o processo de consumo de recursos que não são mais renovados pelo planeta, ou, tá, são renovados,

mas de forma muito lenta, tá claro que entre o que a gente produz e o que a gente consome tem um problema de balanço energético. A gente gasta muito mais do que cobre. Então morreu. O planeta deu errado. Mas o que deu errado é o modo de produção capitalista ocidental consumidor baseado em alta eficiência de distribuição de tarefa, divisão de trabalho, maximização de lucro e alta tecnologia. Isso acabou. Isso é insustentável no tempo, não tem como você achar que em 50, 60 anos isso vai tar aí. Não vai dar errado, já deu. Este mundo acabou. Aí, a resposta da Casa tá muito ligada a isso. Como não tem solução, que resposta dá pra dar. A Casa da Videira apresenta uma resposta, dada no Mossunguê, nas circunstâncias do Mossunguê, que não dá pra transferir pro Boa Vista⁹⁰. Quanto mais pro resto do mundo. (Entrevista com Claudio Oliver. Curitiba, 2013).

Considerando que há na Casa da Videira, como abordado anteriormente, uma valorização do “resgate do saber fazer”, tem-se que a característica fundamental do modo de vida que se busca construir com a *Quinta da Videira*, como uma resposta àquele estabelecido no sistema capitalista, é a contraposição do consumo com a produção. Assim, a prática de agricultura urbana é apropriada também como uma forma de relativa “libertação do sistema”, aproximando-se daquilo que apontam Bouvier (2013), e, especialmente, Comassetto *et al.* (2011). Como é possível notar nos relatos a seguir, essa apropriação aparece relacionada a um questionamento do sentido que se atribui ao termo ‘consumo’ e à identificação das pessoas como consumidoras, que é comparada a uma redução humana e a uma escravidão, explicitando, mais uma vez, a presença da espiritualidade como grande referencial do grupo.

O consumidor é uma redução do ser humano. É a redução final, é o contraponto daquilo pra que nós fomos criados. Nós recebemos a imagem e semelhança de Deus. Isso significa que nós somos portadores da consciência, e até onde nos consta somos os únicos. E a característica fundamental de Deus é ser criador e produtor de coisas. Ele cria. E isso nos faz evolutivamente seres humanos, *homo sapiens*. Mais do que um *homo fabers*, que fabrica, é um *homo sapiens*, ele sabe o que está fazendo. Tem um conceito sobre aquilo, ele usa as mãos, é um processo complexo de pensar. E aí você reduz o ser humano ao que é hoje, moderno, ocidental, que é praticamente o mundo inteiro, então dos sete bilhões de pessoas provavelmente seis bilhões são consumidores. E o que é o consumidor? Um ser apático, incapaz de produzir qualquer coisa. Ele é uma peça numa linha de produção. Quem produz mesmo é o dono da empresa. O cara lá aperta o parafuso. Cola um negócio, corta o frango. Ele não corta nem dois pedaços do frango, ele é especialista em abrir a barriga. Toc toc toc. Aí faz LER⁹¹, né. É uma merda de uma peça. Ele não é um fabricante, e muito menos um artesão. Não existe produto artesanal para o consumo.

⁹⁰ Bairro situado na região Noroeste de Curitiba.

⁹¹ Lesão por esforço repetitivo.

P: Tem como não ser consumidor hoje?

Claudio: Essa é a nossa tentativa. Acho que ainda tá longe da gente conseguir, mas a ideia é a gente, ao invés de tentar controlar o consumo, contrapor o consumo com a produção. O consumo se contrapõe com produção. Eu não acredito em consumo consciente, nem consumo sustentável, responsável. Porque eu não acredito em tuberculose consciente, tuberculose sustentável, responsável. Consumo é sinônimo de tuberculose, né. Consumir é acabar, extinguir, deixar de existir. É aquilo que a *Mycobacterium tuberculosis* faz com você. Então se você produz comida, roupa, arte, cabelo, maquiagem... É aquele negócio, essa coisa de agricultura a gente tá fazendo porque é um conjunto de oportunidades, contingências, interesses. Mas não é diferente de cozinhar, de costurar, de fazer cabelo. É a bicicleta mesmo, produzir o seu próprio transporte. Agricultura é o que eu faço hoje porque é o que dá pra fazer. (Entrevista com Claudio Oliver. Curitiba, 2013).

O consumo está ligado a um desaprendizado: se não tiver no mercado, você não come. Claro que a gente ainda é consumidor, é escravo. Vivemos numa sociedade de consumo. Mas conforme vamos aprendendo a fazer coisas, vamos nos libertando. Ano que vem a gente pretende plantar trigo. (Entrevista com Rene Seifert Jr. Curitiba, 2013).

Assim, novamente, vê-se uma combinação de reflexões de base teológica com outras de origem acadêmica. O relato acima demonstra, por exemplo, afinidades com a discussão colocada por Illich (1979), cuja obra, recorda-se, também consta entre o repertório teórico dos integrantes. Fica evidente em suas falas, assim como nas obras dos autores em que se baseiam, uma perspectiva bastante crítica sobre a sociedade de consumo; defende-se o resgate não só dos saberes básicos do ser humano, como propõe Illich (1979), mas também da noção de suficiente e da própria “sacralidade da vida”, e que “o negócio é ser pequeno”, compartilhando das ideias de Schumacher (1983). É o que se nota também junto aos princípios que os integrantes apontam como orientadores das respostas da Casa da Videira – e, logo, da *Quinta da Videira* –, envolvendo as noções de *limite*, *sagrado* e *renúncia*.

Rene: Limite tem a ver com parar quanto está bom. Produzir, criar, também significa aproveitar aquilo. Fazer o pão... E depois comer. Essa é a sabedoria. Não buscar sempre mais ou o melhor, mas o bom. O bom é bom. O melhor pressupõe o pior, a busca incessante pelo melhor, e é uma idealização. O que tem a ver com a questão da renúncia.

P: Renúncia a quê?

Rene: Renúncia ao lucro infinito, a crescer sem limites, a um sistema que faz com que você fique fora de casa o dia inteiro e terceirize a educação dos seus filhos para ganhar dinheiro.

P: E o sagrado? O que é sagrado?

Rene: Tudo é sagrado. A vida é sagrada. Quando a gente coisificou a vida, a gente perdeu a referência.

Logo, nota-se que o grupo também atribui à experiência da *Quinta da Videira* um sentido referente às relações humanas, como um modo de vida que permite estar perto da família e dos amigos – o que engloba um “resgate da sacralidade da comida”, tida como um símbolo que une as pessoas. Por sua vez, a união, cooperação ou codependência entre as pessoas é entendida como algo essencial para a redução da dependência do sistema capitalista – que, na perspectiva dos integrantes, tem na individualização uma estratégia de mercado –, além de ser vista como um “elemento fundamental da vida”. Daí também a sua opção por priorizar o pequeno comércio local, quando é necessário adquirir algum item.

Falar em pessoas jurídicas é falar em estrutura econômica, justamente o que criou essa mudança na maneira como se olha a terra. A lógica econômica, que tem a sua expressão na pessoa jurídica, é a grande geradora de tudo isso. Então não faz sentido a gente tentar mudar tudo e não mudar essa coisa que é o fundamental, essas relações sociais, de poder. Foi por isso que a gente mudou essa maneira de ser e a Casa da Videira até hoje é uma casa de verdade. E é por isso que, quando a gente precisa do intermédio de uma pessoa jurídica, ao invés de comprar no Carrefour, eu compro no Gabriel⁹². São dois mercados, duas pessoas jurídicas. Mas eu conheço o Gabriel, eu olho no olho dele. Não faço ideia de quem seja o dono do Carrefour. A relação muda completamente. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Como ilustra o trecho acima, pode-se entender que a atuação do grupo se aproxima de uma ação de boicote e negação do sistema alimentar convencional – o que envolve uma intencionalidade comunicativa de crítica e um sentido de mostrar outras possibilidades. Nesse aspecto, a experiência da *Quinta da Videira* dialoga com as colocações de Bouvier (2013) sobre o caráter simbólico da agricultura urbana, que operaria oferecendo ao mesmo tempo uma crítica e uma alternativa ao que é criticado. De fato, um dos pressupostos mencionados pelos integrantes para seu trabalho é o de que “a melhor crítica do pior é a prática do melhor”⁹³. Vê-se, portanto, que a questão da comunicação é central na *Quinta da Videira* – tanto quanto na Casa da Videira como um todo, como previamente abordado.

P: Então o que motivou a iniciativa foi algo maior que o fim utilitário da alimentação para vocês. Por que vocês fazem o que fazem?

⁹² Dono de uma mercearia próxima à sede da Casa da Videira.

⁹³ Frase cuja autoria é atribuída ao padre franciscano norte-americano Richard Rohr.

Eduardo: Exatamente, é a comunicação. É mostrar que é possível. Assim como é a bicicleta⁹⁴, a segurança⁹⁵, assim como foi criar um arranjo comunitário de cultura e de educação na Vila Fanny. A cada momento no nosso grupo tem uma comunicação a ser feita, ou comunicações a serem feitas pelos vários membros. A bola da vez é a agricultura urbana. Que até mesmo pra gente, hoje, começa a deixar de ser. Ou talvez não deixar de ser, mas começam a aparecer condições que nos favorecem a anunciar outras coisas, que é a questão da agricultura domiciliar, que a gente tem falado, né. Tem a ver também com a agricultura rural, e a gente está começando a engatinhar nesse sentido, mostrar que o mesmo problema que a gente tá atacando na cidade, de resíduo, de falta de qualidade alimentar, não é um problema só da cidade, é um problema do campo também.

Evidencia-se, então, que a discussão proposta pela *Quinta da Videira* se volta sobretudo à agricultura urbana domiciliar, no sentido de “mostrar que é possível” (viver com base na mesma). Uma vez que a questão da comunicação emerge de forma notável entre os sentidos que os integrantes constroem para a iniciativa, cabe fazer, neste ponto, um breve aprofundamento sobre a mesma, trazendo, ao mesmo tempo, elementos que ajudam a compreender o processo comunicacional estudado e a relação do grupo com seus interlocutores.

De modo geral, vê-se que tal processo assume, para os integrantes, um sentido de “inspiração”, a exemplo do que eles mesmos vivenciaram quando tiveram contato com outras experiências semelhantes, como o projeto *The Urban Homestead*. Os entrevistados afirmam que não têm um público-alvo determinado e que buscam compartilhar a experiência com o maior alcance possível, em diversos âmbitos, de modo a inspirar outras pessoas.

A gente só fala do que a gente tá efetivamente fazendo, produzindo. A gente não tá preocupado em conscientizar as pessoas que elas têm que produzir sua comida. Nosso contraponto com relação a essa atitude é a inspiração. Ou seja, eu faço porque eu acredito que é o que tem que se fazer, e ao fazer eu comunico o que estou fazendo, de todos os meios possíveis. A gente definitivamente não tem um público direcionado. A ideia é que o que a gente faz seja disponível pra qualquer classe, pra qualquer pessoa. Por isso que as nossas publicações todas são muito simples. Se a Dona Maria pegar os nossos manuais, ela sabe executar tanto quanto o aluno da universidade. A ideia é não distinguir público, tá livre, é informação livre. Joga na rede, joga aí no ar, e deixa chegar, pra ir ao encontro de quem tá procurando. Uma ferramenta que a gente tem na mão é a internet, nesse caso é mais a ferramenta que criou o público do que o público que direcionou a ferramenta. E a gente sempre está tentando abrir novas. Eu, principalmente, fico muito preocupado com isso, fico o tempo todo pensando como posso atingir outros grupos. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

⁹⁴ Referência ao Grupo Transporte Humano.

⁹⁵ Referência à iniciativa *Vizinhança rima com segurança*.

Apesar de todas as práticas da *Quinta da Videira* serem consideradas comunicativas, destaca-se que há uma preocupação em manter práticas expositivas – ainda que estas não envolvam um planejamento (no sentido da periodicidade e do uso de formatos determinados e padronizados, etc.), o que é evidenciado, por exemplo, pela baixa frequência de atualização das páginas e caráter informal das publicações feitas no Facebook. Por um lado, tais práticas são vistas como formas de compartilhar o conhecimento produzido pelo grupo, como indica a fala anterior. Nessa linha de pensamento, pode-se considerá-las como reflexo do perfil acadêmico dos integrantes, que têm envolvimento com as temáticas que perpassam a iniciativa no âmbito das universidades onde atuam, e da própria concepção da *Quinta da Videira* como um centro de pesquisas, que leva ao intuito de divulgar descobertas e resultados.

Do ponto de vista institucional, vê-se que, eventualmente, elas são direcionadas à divulgação de produtos e serviços que ajudam a manter a iniciativa, como os cursos e as lixeiras vivas, ou aos eventos, projetos e programas realizados pelo grupo, embora isso não apareça explicitamente nas falas dos entrevistados. Por outro lado, elas são tomadas pelos integrantes de uma perspectiva pessoal, de relacionamento e compartilhamento de novidades com sua rede de amigos e conhecidos, como indica um relato de Rene: “A vida foi feita para ser compartilhada. Quando acontece algo legal, você quer compartilhar: o filho que nasceu, o pão que você fez”.

Isso também pode ser visto em uma fala de Claudio, que argumenta ainda que, embora haja uma motivação em procurar inspirar por meio das práticas expositivas, isso não chega a constituir um objetivo da experiência.

P: Por que vocês têm uma preocupação de colocar foto no Facebook, falar sobre isso?

Claudio: Ah, porque é legal. Relacionamento, só isso.

P: Só isso?

Claudio: É. E porque não dá pra fazer sozinho. E quando as pessoas estão juntas fazendo as coisas elas falam, pô, eu também posso. Nossa grande palavra é a inspiração. E o Facebook pode inspirar algumas pessoas. E elas começam a fazer.

P: Mas há uma vontade de inspirar. É um dos objetivos?

Claudio: Diria que objetivo não, mas aí é por negação. Eu não estou aqui pra mobilizar, eu não estou aqui pra educar, eu não estou aqui pra conscientizar. Espero, se for possível, que alguém se inspire. Mas se ninguém se inspirar a gente vai continuar fazendo do mesmo jeito. Então não é um objetivo.

Observa-se, com isso, que essas práticas são compreendidas de diferentes formas pelos próprios integrantes. De todo modo, identifica-se junto ao grupo uma postura de “só falar do que se faz”, com base no que se faz ou enquanto se faz, como ilustram os depoimentos apresentados. Os entrevistados relatam que, mesmo entre as pessoas que se aproximam com o intuito de voluntariar, não é feita uma explicação sobre os fundamentos da Casa ou da *Quinta da Videira*.

Isso não é transmitido pra equipe. Assim, discursivamente. As pessoas chegam, querem voluntariar? Tá bom, vem. Não interessa da onde você é, no que você acredita ou deixa de acreditar. Mas durante o processo a gente acaba, nas nossas falas, nas conversas, nos porquês e tal, a gente vai lentamente evidenciando no que a gente acredita. Mas isso não é colocado assim como uma placa: você tá entrando num lugar assim, a regra é essa, a filosofia é essa. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Eu não derramo essas coisas na cabeça de ninguém. Se você me perguntar, eu digo. Quando, ao invés de ficar falando isso pro pessoal, eu falo “pega a enxada e vai fazer alguma coisa”, aquilo vai fazer alguma coisa em você. Essa atividade do corpo reconecta o pensar. É uma tradição judaico-cristã essa, ao contrário da tradição grega, que é mente separada do corpo. Alma e espírito, tudo separado. O pensador judaico obrigatoriamente tem que fazer uma atividade manual, porque é dali que vai vir. (Entrevista com Claudio Oliver. Curitiba, 2013).

Pode-se relacionar tal postura à orientação assumida pelo grupo, da prática para a teoria, como visto no Capítulo 4. Todavia, com base na observação das visitas técnicas, vê-se que, embora boa parte das explicações feitas pelos integrantes sejam voltadas justamente a questões técnicas, em meio às mesmas também são abordados alguns aspectos filosóficos da iniciativa. A seguir, apresentam-se, então, os relatos das duas ocasiões acompanhadas pela pesquisadora, nos dias 6 e 9 de dezembro de 2013 (Figuras 15 e 16).

As visitas foram conduzidas por Eduardo com participações de Claudio. Conforme foram apresentando o espaço, eles explicaram o funcionamento de cada etapa do sistema desenvolvido na experiência, forneceram dados de produtividade e citaram outros projetos que adotam como referência. Além disso, procuraram provocar a participação dos estudantes com perguntas e reflexões a respeito de assuntos como limites de escalas produtivas, sistemas de cultivo, produção orgânica, geração e tratamento de resíduos, manejo animal, biodiversidade alimentar, estilos de vida e possibilidades de pesquisa e atuação profissional na área de agricultura urbana. Eles também falaram sobre seus projetos pessoais de

pesquisa, as parcerias estabelecidas com outras instituições e o programa de voluntariado da *Quinta da Videira*, atrelando-o a seu posicionamento como centro de pesquisas aberto aos estudantes, como revela a fala de Eduardo: “Aqui é o espaço de fazer aquilo que não dá para fazer na universidade”.



FIGURA 15 – VISITA TÉCNICA I

FONTE: A autora (2013).

NOTA: Primeira visita técnica à *Quinta da Videira* acompanhada para a pesquisa, realizada no dia 06/12/2013.

Uma discussão bastante explorada foi a questão da integração animal-planta. Fez-se, então, um esclarecimento quanto à existência de restrições legais para a criação de animais na cidade. Eduardo relatou as notificações já recebidas por parte da Prefeitura e as negociações realizadas em decorrência, mas deixou clara a postura do grupo diante de tais regulamentações, qual seja, fazer um enfrentamento das mesmas (o que remete, mais uma vez, à intencionalidade comunicativa relacionada à *Quinta da Videira*).

Pode ter animal agrícola no meio urbano? Não. É proibido por lei municipal e estadual. Mas tem que ver o fundamento dessa lei. Os animais hoje chamados agrícolas sempre estiveram nas cidades. Eles não são problema, são solução. O que a gente tá fazendo aqui é confrontar essa lei. As leis só mudam se forem confrontadas. (Trecho de explanação em visita técnica ministrada em parceria por Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Outro assunto abordado foi o entendimento do grupo sobre algumas palavras, definidas por eles como “plásticas” – que se tornaram “da moda”, sendo ditas a

esmo – e os conceitos com que trabalham. Eles comentaram, por exemplo, que evitam o uso dos termos ‘sustentabilidade’, ‘natureza’ e ‘meio ambiente’, preferindo a noção de ‘Criação’. Quanto aos fundamentos filosóficos envolvidos na experiência, foram mencionados a busca por combinar inovação com tradição, a orientação da prática para a teoria, a tentativa de depender menos do sistema convencional, o trabalho colaborativo, a codependência entre os membros e o usufruto coletivo das produções, entre outros. Nesse ponto, em uma das visitas, uma estudante fez um questionamento quanto à viabilização financeira da iniciativa – “a *Quinta* não depende de dinheiro?” –, ao que se esclareceu que parte dos produtos são comercializados e que há uma rede de apoiadores nesse aspecto. Por fim, os integrantes ressaltaram a compreensão que o grupo tem a respeito da *Quinta da Videira* como um meio de inspiração.

Isso aqui é a minha vida – você quer vir e ver, venha. É assim que a gente vive, é assim que a gente faz. O que é comum é as pessoas verem isso aqui, olharem, observarem e tal, e a partir disso daqui elas criam coisas bem diferentes. Elas não têm que replicar o modelo, porque isso aqui não é um modelo. É um jeito que uma família vive. (Trecho de explanação em visita técnica ministrada em parceria por Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).



FIGURA 16 – VISITA TÉCNICA II

FONTE: A autora (2013).

NOTA: Segunda visita técnica à *Quinta da Videira* acompanhada para a pesquisa, realizada no dia 09/12/2013.

De outro modo, os vizinhos constituem o único conjunto de interlocutores que não tem, necessariamente, acesso às práticas expositivas – o que fica comprovado

junto a dois entrevistados contemplados na pesquisa. Cabe notar, contudo, que o estabelecimento da experiência no bairro gerou aproximações e distanciamentos ou mesmo conflitos junto a diferentes moradores. Como mencionado anteriormente, os vizinhos de propriedade, por exemplo, tornaram-se parceiros da iniciativa desde o início, ao passo em que outros romperam relações com o grupo ao longo do tempo, principalmente após a chegada dos animais.

Quanto a essas questões, os integrantes relatam ter havido uma preocupação em buscar saber se o manejo estava dando conta de evitar possíveis incômodos, como o cheiro e o barulho dos animais, mas que a partir de certo ponto a relação ficou “bastante complicada”, pois parte dos vizinhos atribui às práticas da *Quinta da Videira* problemas como a presença de moscas e odores desagradáveis no local. O grupo, por sua vez, argumenta que estes não são decorrentes de seu trabalho, mas de outros fatores presentes no bairro, relacionados ao esgotamento sanitário e à concentração de áreas verdes.

Quando a gente começou a trazer os animais, fomos conversar com o pessoal, avisar e pedir para que se tivesse algum problema, com cheiro, por exemplo, eles avisassem, pra gente poder solucionar. O que acabou acontecendo é que muitas vezes a gente não tinha esse *feedback*. Muitas vezes eu perguntava pra síndica do condomínio, ela falava “tudo bem, ninguém falou nada pra mim”. Perguntava pra vizinha aqui do primeiro condomínio, encontrava ela na rua, “tá tudo bem, sem problemas, tal”. Aí de repente chega a Prefeitura e fala que tem uma reclamação. Daí o problema das moscas do bairro virou nosso problema. E não é... Aqui no bairro, se você vai lá no prédio do Rene tem mosca. Qualquer lugar tem. Área verde, cocô de cachorro e tudo o mais... Mosca. Aí a relação começou a ficar muito complicada, as relações ficaram cortadas. Eles falam que tem cheiro de esgoto – cheiro de esgoto é o rio que passa aqui do lado que dá o cheiro, não são os animais. Em alguns momentos pode ser, mas o cheiro que eles tão reclamando muito é dali. A Prefeitura veio até arrumar. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Destaca-se ainda, no que tange à comunicação, que a aproximação da imprensa, com a frequente realização de reportagens a respeito da iniciativa, também é compreendida de diversas formas pelos próprios integrantes. Por um lado, acredita-se que isso se dá por conta da semelhança da experiência com outras desenvolvidas no exterior, ou em decorrência da atenção que a própria agricultura urbana vem ganhando em meio ao debate sobre saúde e segurança alimentar, por exemplo. Em outros termos, atribui-se tal visibilidade ao entendimento, nas palavras de Rene, de que “muitas pessoas estão vendo que este mundo não deu certo”.

O que me chama a atenção nisso virar reportagem é que a gente não faz nada de diferente do que se fazia até cerca de 40 anos atrás. Pão e cerveja, por exemplo, as pessoas faziam em casa mesmo. (Entrevista com Rene Seifert Jr. Curitiba, 2013).

Tais questões serão retomadas adiante, uma vez que são trazidas também pelos demais entrevistados. No que tange aos sentidos construídos pelos integrantes sobre a *Quinta da Videira*, então, pode-se afirmar que, além de a definirem como uma “casa de verdade” e um centro de pesquisas independente, eles a veem como a base de um modo de vida que permite aproximar as pessoas, “cuidar da Criação” e reduzir a dependência do sistema capitalista pela contraposição do consumo com a produção, e também como um meio de inspiração ou de mostrar que é possível viver dessa forma no contexto atual.

5.1.2. Participantes de visitas técnicas (estudantes)

Como exposto no Capítulo 4, integraram a pesquisa seis participantes de visitas técnicas, cujas entrevistas compõem o *corpus* de análise referente a este conjunto de interlocutores da *Quinta da Videira*. Tratam-se de jovens de 18 a 28 anos, em sua maioria do sexo feminino, estudantes dos cursos de graduação em Zootecnia, Medicina Veterinária e Ciências Biológicas, sendo que apenas um entrevistado mencionou ter uma ocupação paralela: o trabalho como garçom em um restaurante⁹⁶.

A título de caracterização em relação ao tema do estudo, observa-se que todos já tinham tido contato com algum tipo de prática de agricultura urbana, mencionando principalmente hortas de familiares e amigos – contudo, nenhum revelou ter conhecimento de outras experiências ligadas a organizações. Três entrevistadas apresentaram um envolvimento direto com tal prática, afirmando ter

⁹⁶ Uma vez que a amostra em questão é formada apenas por estudantes, deste ponto em diante, tais entrevistados são referidos dessa forma, de acordo com a identificação apresentada a seguir, que também descreve seus perfis. **Visita 1:** Estudante 1 (sexo feminino, 2º período do curso de Zootecnia, 21 anos); Estudante 2 (sexo feminino, 2º período de Medicina Veterinária, 20 anos); Estudante 3 (sexo masculino, 11º período de Ciências Biológicas, 24 anos). **Visita 2:** Estudante 4 (sexo feminino, 6º período de Zootecnia, 20 anos); Estudante 5 (sexo feminino, 2º período de Medicina Veterinária, 18 anos); Estudante 6 (sexo feminino, 8º período de Ciências Biológicas, 28 anos).

horta própria ou ajudar na da família em suas residências, sendo que uma mantinha também uma criação de galinhas.

Estudante 1: Lá em casa tem a plantaçãozinha lá. A gente tem alface, couve, rabanete e beterraba. Agora a gente tá abrindo mais espaço pra gente fazer mais coisa. É um cantinho bem bonitinho.

P: Vocês plantam por quê?

Estudante 1: Minha mãe começou por hobby mesmo, ela achava bonito e começou a plantar. Aí a gente viu que era mais gostoso, aí cada um cuida um pouco.

Estudante 5: A gente tem um pedacinho de quintal que a gente usa, tem umas árvores frutíferas, a gente planta alface, umas hortaliças. E a gente cria galinhas.

P: Sempre tiveram esse hábito?

Estudante 5: É costume do meu pai. Ele era mais velho, sempre teve esse costume, sempre teve quintal grande, ele cuidava bastante, gostava. A gente já teve criação de outros bichos.

P: Por que você planta?

Estudante 6: Porque eu gosto. Na verdade, a gente começou mais por um hobby, não só vendo a necessidade. No meu caso tinha a minha vó, que tem um quintal grande pra caramba e ela sempre plantou bastante coisa. Então, eu cresci vendo isso, mas começou mais como um hobby. Mas aí você começa a gostar daquilo, querer viver daquilo mesmo. Com certeza o dia em que eu tiver meu terreno, com espaço, eu vou plantar muita coisa.

Logo, entre as motivações que tais entrevistadas apontam para a prática de agricultura urbana em suas casas, aparecem principalmente o gosto pessoal por plantar – associado, em um caso, a uma questão estética –, o caráter de *hobby* que a atividade assume, a qualidade dos alimentos obtidos e o fato de se tratar de um costume da família. Estas diferem, portanto, daquelas que se sobressaem entre os integrantes da *Quinta da Videira*.

Duas das entrevistadas praticantes de agricultura urbana disseram também fazer aproveitamento total de alimentos, sendo este um hábito de suas mães, enquanto aquela que tem a criação de galinhas (por costume do pai) afirmou direcionar a estas alguns tipos de resíduos orgânicos, como restos de comida. Ressalta-se, assim, a centralidade do costume familiar para a adoção de tais manejos. Junto a uma delas, identificou-se também a prática de compostagem, com uma motivação relacionada à melhoria da qualidade das plantas. Destaca-se que, neste caso, a entrevistada afirma ter adotado tal atividade a partir de um contato anterior com a *Quinta da Videira*, por meio de uma palestra, relatando também que passou a fazer o manejo do espaço de seu cachorro com a técnica ensinada na ocasião.

Estudante 1: Minha mãe é daquelas mães antigas, tem coisa que ela reaproveita, pica e faz um refogado. E casca que dê pra jogar a gente enterra, faz adubo. [...] A gente faz o adubo igual eles ensinaram, com o café. Tive uma palestra com o Claudio nas primeiras semanas de aula, aí eu fui e ensinei pra minha mãe. A gente joga casca de ovo, fica muito mais gostoso e muito melhor.

P: Antes disso vocês já usavam adubo orgânico?

Estudante 1: Não.

P: Começaram a fazer pela ideia que ele deu, então?

Estudante 1: Sim. Daí o pó de café lá... Tinha um cachorro na época e a gente começou a forrar a caminha dele e ficou muito melhor. Para o próximo que vier, a gente já sabe.

Outras falas também indicam alguma preocupação com a questão dos resíduos, expressa sobretudo por meio do hábito da separação para a reciclagem. Todavia, há um entendimento de que os resíduos orgânicos poderiam ser melhor aproveitados, lamentando-se o fato de “jogá-los fora” ou “no lixo”.

Jogo no lixo, mas separo, tem separação no prédio entre orgânicos e recicláveis. (Entrevista com Estudante 2. Curitiba, 2013).

Infelizmente, eu tenho muita dó de fazer isso, mas vai tudo pro lixo. (Entrevista com Estudante 3. Curitiba, 2013).

Por sua vez, a preocupação com a procedência dos alimentos não aparece em meio aos estudantes como uma questão central. O local de compra de alimentos mais comum é o mercado, seguido das feiras e das quitandas/mercearias de bairro. Apenas uma pessoa, que frequenta feiras de orgânicos, afirmou buscar informações sobre a origem dos produtos junto aos feirantes, e outra disse dar preferência aos pequenos comerciantes do bairro onde mora. Uma respondeu que “não faz ideia” de onde vêm os alimentos comprados, e outra, que “não se informa”. Todavia, de modo geral, identificam-se nas falas dos entrevistados noções a respeito do funcionamento do sistema alimentar convencional – vê-se, por exemplo, que os produtos encontrados no mercado são associados ao uso de agrotóxicos e à prática de monocultura.

P: Você sabe de onde vêm esses alimentos? Como eles são produzidos?

Estudante 2: Diretamente não, eu sei mais ou menos como funciona o sistema de produção, mas não sei exatamente da onde.

P: O que sabe desse sistema?

Estudante 2: Sei que é monocultura, envolve agrotóxicos, essas coisas e tudo o mais. Não sei explicar direito.

A carne é industrial, é de frigorífico, das empresas. As verduras que a gente acaba comprando no mercado também são de grandes empresas, não são orgânicos. (Entrevista com Estudante 5. Curitiba, 2013).

Tais dados mostram justamente o que se discutiu em meio à literatura, no Capítulo 2: há um distanciamento e um relativo desconhecimento em relação à origem da comida – o que, neste caso, chama a atenção, uma vez que a maior parte dos entrevistados são estudantes de áreas profissionais envolvidas com a produção alimentar. Registra-se ainda que, em meio a esta amostra, nenhum adepto de práticas alternativas de alimentação foi identificado – duas pessoas disseram apenas que já haviam feito experiências com o vegetarianismo por razões espirituais.

Em relação ao conhecimento da experiência da *Quinta da Videira*, constatou-se que todos os entrevistados já haviam ouvido falar na mesma, ao menos por conta da menção feita pelo professor responsável pela atividade ao promovê-la. Metade deles conhecia a iniciativa também por outros meios, a exemplo da estudante que relatou ter participado de uma palestra ministrada por Claudio. Uma pessoa havia participado de uma visita técnica dois anos antes, e outra havia conversado com um amigo que tem contato com o grupo, tendo visitado o site da Casa da Videira no dia anterior à atividade. Uma delas também contava com o perfil pessoal de Claudio em sua rede no Facebook e afirmou que eventualmente acompanhava as publicações feitas por ele.

Todavia, vê-se que, para a maioria dos entrevistados, as visitas representaram o primeiro contato com a experiência *in loco*, e que em nenhum caso se tomou conhecimento da mesma a partir da intencionalidade do próprio estudante. Logo, as principais fontes de informação sobre a iniciativa em meio a estes interlocutores foram as explicações feitas pelos integrantes durante a atividade e aquilo que os estudantes puderam observar na ocasião.

Quando questionados sobre o que observam que o grupo faz, todos eles falam, então, nas práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos. Duas pessoas se referem às práticas de comensalidade e cozinha artesanal, em relação à produção de macarrão e derivados de leite. As práticas expositivas também são apontadas por dois estudantes, associadas à oferta de cursos e à divulgação da iniciativa no meio acadêmico. Observa-se, então, que mesmo entre aqueles que haviam tido algum tipo de interação com a iniciativa na

internet, a manutenção do site ou as publicações no Facebook não emergem como parte do trabalho desenvolvido. O mesmo ocorre com as práticas de troca e comercialização, que são mencionadas, em especial no que se refere a esta última, porém não diretamente como uma atividade observada, mas em meio a reflexões sobre outros pontos. Em geral, os estudantes consideram que a comercialização não se trata de uma finalidade primordial da iniciativa, mas de algo que ajuda na sua manutenção.

Eles vendem pra manter o que tão fazendo ali e pro próprio consumo. (Entrevista com Estudante 2. Curitiba, 2013).

É a necessidade deles, e como ele falou, eles também produzem coisas pra poder vender. Eles também adquirem produtos. Porque, como o Eduardo falou, “a gente veste, a gente vai no médico, a gente pega ônibus”. Sem aquela questão de ecochato. (Entrevista com Estudante 3. Curitiba, 2013).

Em relação ao que mais lhes chama a atenção na *Quinta da Videira*, parte das respostas se referem a questões técnicas, como o aproveitamento do espaço, a produtividade, a diversidade de vegetais e alguns experimentos ou ações em específico, como o manejo dos viveiros, as armadilhas de controle de vetores e a atuação dos animais como “cortadores de grama vivos”.

P: O que mais te chamou a atenção no trabalho da *Quinta da Videira*?

Estudante 1: Acho que o cuidado com os animais, o cheiro não ser tão exposto, o espaço pequeno, mísero, e tanta coisa, a diversidade gigantesca de frutas e verduras, e todas boas, dá pra ver que são bem cuidadas mesmo. O espaço também. Tá amontoadinho, mas tem coisa, dá pra viver muito bem ali.

P: Teve alguma coisa que viu a mais ou diferente do que já tinha ouvido falar?

Estudante 1: Aquele negócio de pegar mosca. Achei muito bem sacado aquele negócio da mosca. O negócio dos porquinhos-da-Índia, achei muito bacana aquilo lá. Dos coelhos eu sabia, da cabra também, das frutas.

Estudante 4: Acho que eles produzirem tanto sem ter que comprar coisas, sem ter que usar fertilizantes, agrotóxicos, essas coisas.

P: Alguma outra coisa que chamou a atenção?

Estudante 4: A forma como eles se ajudam né, a cooperação lá, achei bem interessante.

Logo, também se fala do caráter colaborativo do trabalho e das relações de cooperação entre os integrantes, embora não haja nenhuma menção ao trabalho dos voluntários.

Eles trabalham todo mundo junto. Aquela união de família, de amigo. Como ele disse, a maior riqueza é ter amigos. (Entrevista com Estudante 5. Curitiba, 2013).

Outra parte das respostas diz respeito à atitude do grupo ao adotar um modo de vida alternativo.

P: O que mais te chamou a atenção no trabalho da *Quinta da Videira*?

Estudante 6: Eu acho que é a coragem, a iniciativa, ter vencido essa resistência, sabe, e por em prática mesmo, implementar aquilo e mostrar, “olha, isso é possível, olha aqui, a gente tá fazendo”. Então isso é o que mais me chamou a atenção. E principalmente por tar num bairro ali que do outro lado da rua tem gente que não tem contato com isso, nem um pouco.

Emergem, portanto, alguns aspectos que indicam o entendimento da iniciativa como um ato comunicacional, que envolve suas práticas como um todo, destacando-se, contudo, as de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos, que são as de maior visibilidade no local. Para a estudante citada acima, por exemplo, a simples presença do grupo no bairro pode colocar os vizinhos “em contato com a natureza” ou chamar a atenção para algo que não faz parte de sua realidade.

Estudante 6: (Eles trabalham com divulgação em vários âmbitos), mas acho que principalmente com os vizinhos, que não teriam contato com esse tipo de coisa se não fosse eles. Gosta de falar da natureza, que é linda, maravilhosa, mas não teria coragem, ou nunca teve contato assim. Não precisa estar na roça pra fazer parte da natureza. Pessoas que não têm mesmo esse contato, ela não conseguiria largar aquele conforto que ela tem pra viver numa situação mais simples. [...] A meu ver isso é o mais importante, trabalhando com os vizinhos imediatos.

P: Então só de ver eles fazendo...

Estudante 6: Sim, já é um contato. Já é um diferencial. Já pode inspirar mesmo a pessoa, só de ver aquilo.

Para outro entrevistado, o grupo “responsabiliza a população no cuidado com o meio ambiente” por meio de suas atitudes.

Estudante 3: Uma coisa importante que ele falou é que a ideia não é mudar o mundo. Se conseguir mudar a cabeça de três vizinhos tá ótimo. Ele falou, não é à toa que eles tão no Mossunguê, Ecoville, ser aquele grande contraste com a vida que eles têm ali.

P: Você acha que eles tão tentando mudar a cabeça dos vizinhos?

Estudante 3: Tão, tão. Acho que de uma forma não muito radical, mas sim, tão.

P: O que seria uma forma radical?

Estudante 3: Parem o consumo de carne, com combustíveis fósseis, convencer milhões de pessoas a parar. Isso é radical. Não dá né? Se todo mundo convencer as pessoas próximas, tá ótimo.

P: De que forma você acha que eles estão chegando nos vizinhos?

Estudante 3: Talvez não só nos vizinhos. A própria turma, os estudantes vão contar pros pais, que vão passar adiante. Teoria e prática, o que eles tão falando e o que a pessoa tá vendo ali. Eu acho que eles responsabilizam a população no cuidado com o meio ambiente, mas isso tá implícito, eles não precisam falar e você já saca. Quando eles separam o lixo e usam como adubo, é um exemplo. Se eles não fizessem isso, teriam que comprar, não é natural e prejudica o meio ambiente. Eu acho que toca as pessoas. Não todas, mas as pessoas se sentem... Peraí. Se já tava pensando, a partir daquilo intensifica uma ideia. O fato deles morarem lá é importante, pra você provar pras pessoas que elas podem ter aquela vida.

A partir de tais relatos, pode-se levantar uma série de questões. Há, por exemplo, uma percepção sobre a intencionalidade dos integrantes em fazer frente à transição rural-urbana vivida no bairro do Mossunguê, que é vista de forma positiva pelos entrevistados. Outro ponto que se destaca em relação ao caráter comunicativo da experiência é a importância atribuída ao fato de uma das famílias participantes efetivamente morar no local, o que confere legitimidade ao discurso do grupo no sentido de mostrar que é possível/inspirar. Tal questão aparece também entre as discussões que serão abordadas no próximo capítulo.

Constata-se, então, que esta é a principal motivação atribuída à *Quinta da Videira* pelos estudantes, ao lado da busca por obter qualidade de vida, em que figuram aspectos como o prazer de plantar, inclusive como hobby, o contato com a natureza, a liberdade e a possibilidade de estar perto da família e dos amigos a maior parte do tempo.

P: Por que você acha que eles fazem isso?

Estudante 5: Primeiro a necessidade de não viver naquele mundo fechado, pensar dentro da caixinha só. Perceber que o contato com a terra e o contato com as pessoas é melhor que você viver numa salinha fechada, trabalhando. Eu acho que é mais uma sensação de liberdade. Além de você produzir o próprio alimento, você ter uma diversão, os amigos perto, a família perto. O cultivo, entre aspas, a natureza, mais perto. Eu acho que é o principal motivo. Não é comercial, não é subsistência.

Como se vê em meio a várias falas citadas, os entrevistados também associam a experiência a uma preocupação ambiental.

Eu acho que é a preocupação com o ambiente que a gente vive, porque querendo ou não o ser humano tá aprendendo só a degradar, tirar os recursos da natureza e não de uma forma como ciclo, como eles tavam explicando hoje lá. Só usar usar usar, consumir consumir consumir, e ali não, você usa, você recicla, você mantém um ciclo de sobrevivência, sem explorar tanto, só explorar os benefícios. (Entrevista com Estudante 2. Curitiba, 2013).

Outras motivações apontadas são a filosofia de vida/idealismo (relacionados à visão de mundo ou espiritualidade dos integrantes, não necessariamente envolvendo a intenção de mostrar algo), a pesquisa e divulgação de métodos domésticos de produção alimentar e manejo de resíduos, a busca por uma alimentação saudável e a economia de dinheiro.

P: Por que você acha que eles fazem isso?

Estudante 6: Seria uma filosofia de vida mesmo. Você parar um dia e pensar: “nossa, eu tô vivendo desse jeito porque todo mundo vive assim, mas será que é assim mesmo que tem que ser?”, né.

Primeiro pela saúde, porque aí não tem tanto agrotóxico que agrida o organismo. Depois também o consumo, o dinheiro. Porque no mercado você compra uma alface, hoje em dia tá 1,50 o pé, e ali você gasta 1 real na muda e vem bastante. Por ter bastante, acho que é por isso que as pessoas plantam em casa. Pelo dinheiro, pelo cuidado com a natureza. Por prazer, por bem-estar, terapia, também por isso. Acho que é uma terapia, estar ali mexendo nas coisas bem ou mal te traz uma paz, uma coisa boa, você tá ali fazendo e sem tanto estresse, aguentar fila do mercado, essas coisas, você tá lá, tá cuidando das suas coisas. (Entrevista com Estudante 1. Curitiba, 2013).

Tais questões se refletem nos sentidos construídos junto aos estudantes sobre a *Quinta da Videira*. Esta é então definida como um “exemplo prático” de “um estilo de vida simples”, um “experimento para tentar ter uma vida diferente”, um “espaço de inspiração” e um “grupo de amigos que vivem em harmonia com o meio ambiente”.

P: O que é a Quinta da Videira?

Estudante 3: Eu acho que é um bom exemplo de que você pode ter uma vida simples, se manter disso sem prejudicar o ambiente. É um exemplo prático.

Estudante 4: Acho que é um experimento que eles fazem pra tentar ter uma vida diferente, de forma diferente, da forma que eles acreditam, só que eles tão fazendo o experimento antes pra ver se é viável pra eles isso ou não.

P: Então você acha que depois da *Quinta* tem uma outra fase, que é a implementação?

Estudante 4: Eu acho que sim, tanto pra eles quanto pra outras pessoas.

Eu acho que é, não um modelo, mas uma inspiração de futuro que a gente poderia adotar. É um espaço, como ele disse várias vezes, que inspira. É pra inspirar mesmo. (Entrevista com Estudante 5. Curitiba, 2013).

Antes eu diria que é um grupo que trabalha com agroecologia, com agricultura de forma que agrida menos o ambiente. Mas agora acho que posso melhorar essa definição: seria um grupo de amigos que vivem em harmonia com o meio ambiente. (Entrevista com Estudante 6. Curitiba, 2013).

Vê-se, portanto, que tais sentidos se referem sobretudo a uma comunicação, dada por meio de um exemplo, a respeito de um estilo de vida simples, que envolve o contato e o cuidado com a natureza. Quanto ao quadro relacional dos interlocutores, destaca-se que, em comparação com os demais entrevistados, estes são os que têm a vivência mais pontual na *Quinta da Videira* – apenas uma manhã – e, como mencionado, conhecem-na sobretudo a partir das falas dos integrantes durante as visitas técnicas. Isso fica visível nos relatos dos entrevistados, em que constam conceitos presentes no discurso dos integrantes, como a própria questão da inspiração. De todo modo, essa inspiração parece se efetivar, ao menos junto a algumas pessoas, dado o apontamento de mudanças de hábitos relacionadas ao contato com a experiência. Além do caso da estudante que aderiu à compostagem e às técnicas de manejo de viveiros divulgadas pelo grupo, outra entrevistada, praticante de agricultura urbana, afirmou ter pedido dicas a um dos integrantes sobre hortas móveis, com a intenção de expandir seus cultivos em casa.

5.1.3. Equipe

Em meio aos interlocutores da equipe da *Quinta da Videira*, foram consideradas as entrevistas de uma bolsista e de cinco voluntários, sendo dois destes intercambistas: um espanhol e uma equatoriana⁹⁷. Eles são referidos sob o título de “Equipe”, numerados de 1 a 6. De modo a evitar a identificação imediata dos entrevistados por conta de seus perfis, os demais dados de caracterização da amostra são apresentados de forma geral.

As idades dos membros contemplados variaram entre 19 e 55 anos, com maior concentração na faixa etária de até 30 anos. Apenas um deles ainda não havia ingressado no ensino superior, pois havia acabado de concluir o ensino médio. Dois estavam cursando a graduação e um tinha ensino superior incompleto, enquanto outros dois possuíam pós-graduação (concluída ou em curso). Dentre as áreas de formação, sobressaem-se as Ciências Agrárias (Medicina Veterinária,

⁹⁷ A entrevistada era estudante da L'Institut d'études politiques de Paris (Sciences Po), que veio a constituir parceria de intercâmbios com a *Quinta da Videira*.

Zootecnia), constando também os cursos de Gestão Ambiental, Física, Ciência Política, Filosofia, Psicologia e Computação/Informática⁹⁸.

Destaca-se que, durante a realização da pesquisa, a maior parte dos membros da equipe eram mulheres, o que se reflete na composição da amostra: só um terço dos entrevistados é do sexo masculino. Quanto às ocupações, apenas um dos entrevistados possuía emprego formal fixo na época, como bancário, mas estava em período de licença; quatro eram estudantes e um trabalhava como professor particular. As fontes de renda variavam, então, entre economias pessoais, bolsas, trabalhos autônomos e apoio da família. Dois deles moravam no bairro do Mossunguê – a intercambista equatoriana na própria Casa da Videira, junto com a família de Eduardo, e o espanhol, na mencionada “Casa 2” da própria Casa da Videira. Os demais residiam em bairros cuja distância até o Mossunguê variava de sete a 15 quilômetros, a saber: Santa Quitéria, Juvevê, Boa Vista e Jardim das Américas.

A maioria dos membros contemplados tinha entre quatro e 12 meses de atuação junto à *Quinta da Videira*; apenas um participava há dois anos e meio (de modo sazonal) e outro havia chegado na semana anterior à realização da entrevista. As frequências de participação variavam bastante, de acordo com a disponibilidade dos voluntários e das próprias demandas da iniciativa. Os dois intercambistas atuavam em tempo integral; já entre os demais, havia uma pessoa com frequência diária, uma, semanal (ambas de meio período) e duas, esporádica (período integral ou parcial).

Em geral, os entrevistados da equipe também tinham contato com algum tipo de prática de agricultura urbana anterior ou paralelo à *Quinta da Videira*, destacando-se as hortas pessoais de familiares e amigos, e projetos comunitários em universidades e bairros de periferia. Além dos intercambistas, pelo fato de morarem nas unidades da Casa da Videira, três entrevistados contavam também com hortas domiciliares – dois deles já o faziam antes de conhecer a iniciativa e um passou a cultivar depois de se envolver com a mesma. Registra-se, contudo, que os dois intercambistas também já eram praticantes de horticultura antes de ingressar na *Quinta da Videira*. A única pessoa que não possuía horta domiciliar na época afirmou ter passado a ter essa intenção depois de começar o voluntariado. Com

⁹⁸ O número de cursos citados é maior que o de entrevistados contemplados, considerando que alguns iniciaram ou possuíam mais de uma graduação.

base em tais dados, é possível perceber, de saída, que a participação na experiência resulta em uma série de mudanças de hábitos junto aos entrevistados da equipe.

Quanto às motivações iniciais para cultivar alimentos, parte das justificativas não difere daquelas encontradas junto aos estudantes, como o costume de família e o gosto pessoal pela atividade.

Eu planto os temperos porque quando eu quero cozinhar eu já tenho, e a flor porque eu gosto. Mais por um hábito, já tinha na minha casa desde sempre. (Entrevista com Equipe 2. Curitiba, 2013).

Outra questão identificada, portanto, é a facilidade de acesso aos alimentos. Contudo, em meio a estes interlocutores aparecem também motivações ligadas a questões ambientais. Logo, entre alguns entrevistados da equipe a adesão à prática de agricultura urbana envolve uma postura pessoal de engajamento em relação a diferentes questões, como a do manejo de resíduos.

Equipe 1: Eu já tinha tido contato, não participado muito, mas já tinha visto amigos fazendo coisas assim na cidade, uma estufa no quintal, uma espiral de ervas. E na faculdade fazíamos compostagem e tínhamos duas hortinhas, foi uma iniciativa nossa, dos estudantes. A primeira coisa foi a composteira e com isso fizemos as hortas. Era um projeto, tínhamos que fazer alguma coisa, e aí resolvemos fazer isso.

P: Por que escolheram compostagem e horta?

Equipe 1: Eu sempre gostei dessas coisas de meio ambiente. Naquela época, muito era vontade de fazer e ver como que é. Isso aí, aproveitar um espaço que tava largado pra fazer uma coisa onde as pessoas pudessem aproveitar, mexer com a terra e com os produtos. E aí fomos percebendo que era fácil. Pra mim foi muito importante mostrar isso pra outras pessoas, que nem se importam muito com essas coisas ambientais, que não têm ligação com a terra, mostrar que dá pra fazer alguma coisa, que às vezes são pequenas que você faz. Pra verem que têm opções.

Consta, assim, uma apropriação da agricultura urbana como forma de comunicação, no sentido de mostrar algo, já anterior ao contato com a *Quinta da Videira*. Outro fato que emerge é a associação da horticultura com a compostagem. De fato, tal prática foi identificada junto a quatro entrevistados, sempre combinada à primeira – dois deles passaram a fazê-la após a vivência na *Quinta da Videira*, enquanto dois já a faziam antes. Assim como no caso das hortas, os dois entrevistados não praticantes declararam ter intenção de adotar tal atividade. Logo, diferente do que se encontrou junto aos estudantes, as motivações associadas ao manejo doméstico de resíduos não eram referentes a costumes e tradições, mas

sobretudo à preocupação com a questão do lixo, que também aparece como uma constante entre estes interlocutores.

Equipe 6: A primeira vez que eu vi essa composteira foi pelo Eduardo, na feira. Engraçado que já tinha conhecido o Eduardo de lá, mas não sabia que tinha a Casa da Videira. Achei caro, mas queria desde aquela época. Aí (depois de começar o voluntariado) fui perguntar como que faz. Ele explicou, tem uns vídeos na internet. Daí consegui os baldes com uma conhecida e montei.

P: Por que você estava preocupada em ter uma composteira?

Equipe 6: Porque eu fico muito triste cada vez que eu encho um saquinho de lixo. Eu penso: “isso aqui não é lixo”.

Ao mesmo tempo, junto à equipe foram encontradas duas pessoas adeptas de práticas alternativas de alimentação: uma vegetariana e uma vegana, que estava tentando se tornar crudívora⁹⁹, sendo que a primeira também já havia feito experiências com o crudivorismo e o frugivorismo¹⁰⁰. Ressalta-se ainda que, em um dos casos, a adesão ao vegetarianismo levou em conta reflexões oriundas da vivência na *Quinta da Videira*.

Meu pensamento mudou bastante quanto à criação animal. Antes eu só conhecia uma maneira de fazer, então pra mim era normal. Mas aí quando eu vejo um negócio diferente, aí começou a ampliar, eu comecei a pesquisar outras formas e vi que não era bem assim. Por que a gente faz isso com os animais? Isso começou a pesar bastante. (Entrevista com Equipe 2. Curitiba, 2013).

Por sua vez, a preocupação com a procedência da comida aparece nas falas de todos os entrevistados da equipe. Alguns indicam, igualmente, que passaram a se preocupar mais com essa questão depois do envolvimento com a *Quinta da Videira*. Como local de aquisição de alimentos, a maioria indica preferência pelas feiras, mas também são mencionados os mercados e quitandas/mercearias de bairro. Duas pessoas lembraram ainda que eventualmente levam para casa hortaliças e temperos colhidos na *Quinta da Videira*, ou então produtos que sobram do “giro”. Cabe notar que, no caso dos intercambistas, a organização e provisão da maioria das refeições era feita em conjunto com os integrantes – logo, eles costumavam frequentar os mesmos estabelecimentos.

⁹⁹ Pessoa que se alimenta exclusivamente de alimentos crus.

¹⁰⁰ Regime de alimentação baseado apenas em frutas.

Equipe 1: A gente vai na feira, é uma escolha. Não tem jeito de ir no mercado.

P: E por que escolher a feira?

Equipe 1: Porque dá pra você conhecer o produtor, ou o atravessador, ter um pouco mais de certeza sobre os produtos, se é orgânico, se é socialmente justo. Até relacionamento com as pessoas.

Equipe 3: (Compro) no mercado, Mercado Municipal.

P: Você sabe de onde vêm esses alimentos? Como eles são produzidos?

Equipe 3: Não, mas muita coisa agora vem com o rótulo do produtor. Agora, depois da *Quinta*, eu tenho essa preocupação: qual é o produtor. De vez em quando pego algumas coisas lá também. Toda vez que eu vou lá eu saio com um galhinho de alecrim, manjerição, semana passada não aguentava mais ver espinafre.

Em relação a como tomaram conhecimento da iniciativa, identificam-se basicamente quatro situações: comentário/indicação de alguém que já a conhecia, busca na internet por assunto correlato, contato com reportagem feita a respeito e participação em palestra ministrada por um integrante. Uma vez sabendo de sua existência, os entrevistados relatam que foram buscar mais informações a respeito no site da Casa da Videira ou no Facebook, que entraram em contato para agendar uma visita ou conversa, presencial ou via internet, e que viram vídeos e fotos.

Em três casos, a pessoa estava buscando um lugar para voluntariar/estagiar e encontrou a *Quinta da Videira*, e nos outros três, foi o fato de conhecê-la que levou à decisão de voluntariar. Destaca-se que, na primeira situação, os entrevistados já tinham trabalhado em hortas urbanas ou rurais anteriormente, ou mesmo ajudado a organizar uma. Uma pessoa também já tinha sido voluntária em outras instituições, porém não ligadas à questão da agricultura urbana.

Como motivações para o voluntariado na *Quinta da Videira*, aparecem uma série de questões objetivas: precisava-se fazer um estágio ou desejava-se realizar um intercâmbio e, dentre as opções viáveis, foi a que mais agradou; desejo de aprender e/ou experimentar técnicas de produção de base ecológica e manejo de resíduos; gosto pessoal pelas atividades. Todavia, tanto entre os que procuravam um local para atuar quanto para aqueles que decidiram se tornar voluntários pelo contato com o projeto, observam-se características em comum, como a presença de questionamentos sobre o sistema alimentar convencional e o modo de vida hegemônico, bem como a vontade de “fazer diferente”. Nenhum dos membros contemplados afirmou ter iniciado o voluntariado para ajudar a *Quinta da Videira*.

No meu curso a gente aprende que pra bicho a gente tem que dar ração sempre, e lá eu posso provar que não, porque os animais, na natureza, eles não comem ração. Eles comem o que tem no ambiente, é mato. Então, eu quero provar que eles comem mato. É isso. No meu curso, eles já falam que só ração vai fazer o animal produzir, produzir, produzir. Só que a gente não precisa dessa produção tão grande, absurda né. (Entrevista com Equipe 2. Curitiba, 2013).

Vê-se, ainda, que a aproximação de pelo menos um dos entrevistados se deu, em alguma medida, por afinidades e/ou reflexões espirituais, sendo que este afirma ter pensado, ao ficar sabendo da experiência por meio de uma notícia de jornal indicada por uma amiga, que esta “parecia ser a resposta para suas perguntas”.

P: Que perguntas eram essas?

Equipe 5: Por que as coisas não fazem diferença mesmo? O que seria fazer alguma diferença? Como você pode ser antissistema mas estar no meio disso tudo? Questões mais próprias da religião, entre aspas: o que realmente é ser um cristão, essas coisas assim. Eu tava meio de saco cheio desse lance de ser... onde eu participava a gente se dizia cristão, mas era muito abstrato e teórico, e fica nesse ciclo assim, você faz as coisas muito internamente. Falta aquela ação, a expressão exterior disso.

P: O que estava ou está te incomodando no sistema?

Equipe 5: A programação básica do ser humano: você nasce, cresce, estuda, trabalha e financia a casa própria. Parece que ninguém foge disso. E você é programado e cobrado para querer ser alguém, alguma profissão, com 12 anos, às vezes, você já fala assim: ah, eu quero ser tal coisa. Você nem sabe o que é isso, que função você tem no mundo, às vezes aquilo não faz sentido nenhum. E muitas vezes você pauta a tua escolha pelo que vai dar mais dinheiro, o que vai te pagar melhor. Eu fiz minha escolha de profissão assim. [...] Daí eu fiquei pensando, nossa, que escolha mais... O que mais sobre o sistema... Isso envolve várias coisas né? Tem o lance de governo, as leis, o direito. Tudo isso é um pacote só né? Pra você fazer parte, estar incluído. Tanto que não faz sentido, às vezes, você tar incluído no sistema, a própria questão de inclusão social, você quer que as pessoas sejam mais uma engrenagem do bagulho, pra fazer girar, pra acumular em alguma outra ponta que você não tem nada a ver com isso.

A existência de uma postura questionadora em meio aos entrevistados é percebida também nos seus relatos sobre o que mais lhes chamou a atenção na *Quinta da Videira*. Uma pessoa fala, por exemplo, do cultivo de hortaliças não convencionais e nativas e das parcerias com instituições de pesquisa, que, para ela, atribuem seriedade ao trabalho.

Teve várias coisas que eu achei bem legais. No dia que eu cheguei lá ele falou das hortaliças não convencionais. Porque eu acho que nossa alimentação é muito cultural, o que a gente aprendeu a gente come, a gente não explora a terra de um jeito otimizado, coisas que dão nessa região, nesse clima, quanta variedade de coisas poderia ter, mas não, a gente consome aquelas mesmas hortaliças porque sei lá, a gente aprendeu.

Também achei legal o fato deles terem parceria com a Embrapa, fazerem pesquisa, não é de qualquer jeito, é uma coisa séria. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

Todavia, vários outros aspectos são destacados, como a preocupação em manter o ciclo dos nutrientes, o tratamento dado aos animais e o caráter colaborativo e relacional do grupo.

(No primeiro contato) Vi que era bem forte a coisa da reciclagem, de tentar usar tudo, todos os vegetais, qualquer coisa que tenha, tentando fazer o ciclo completo com os animais. (Entrevista com Equipe 4. Curitiba, 2013).

Eu vi principalmente o comportamento dos animais, eles são super mansos, pedem carinho pra você e têm essa relação muito próxima, como se fosse alma com alma. Não é um bicho que você pode tratar de qualquer jeito, como eu vi muito nos estágios que eu fiz, que as pessoas não tinham respeito nenhum pelos animais. Era uma... coisa. [...] Me chamou a atenção a variedade de coisas num espaço pequeno. E também a amizade, o companheirismo, as pessoas, todas elas abertas pra receber você, todo mundo legal. [...] E isso que eu gostei de lá, que todo mundo se ajuda. Como se fosse uma família mesmo. (Entrevista com Equipe 2. Curitiba, 2013).

Embora quase todos os entrevistados tenham tomado conhecimento da *Quinta da Videira* por meio de alguma prática expositiva na internet, constata-se que sua interação com as mesmas é relativamente baixa. No Facebook, por exemplo, só uma pessoa estava inscrita no grupo “Quinta da Videira” e apenas uma outra tinha curtido a página da Casa da Videira durante o período de coleta de dados. Todavia, alguns membros participavam de outros grupos relacionados, como “Agricultores Urbanos de Curitiba” e “Do Meu Lixo Cuido Eu”, e todos contavam com os perfis pessoais dos integrantes entre seus contatos na rede social.

Por outro lado, os entrevistados parecem valorizar bastante as conversas ocorridas no dia-a-dia do trabalho, que, além de sua vivência em si, acabam sendo para estes a maior fonte de conhecimento sobre a iniciativa, tanto no aspecto técnico quanto filosófico.

Eu pergunto tudo. Aí eles falam assim, vem cá, você quer fazer isso aqui? E eu digo quero, quero mexer em tudo. Eles foram muito simpáticos na primeira vez que eu fui lá. E eu já cheguei arregaçando as mangas, eu cheguei lá e perguntei: o que você quer que eu faça? (Entrevista com Equipe 3. Curitiba, 2013).

P: Como foi o primeiro contato com o pessoal?

Equipe 6: Eu adorei, a gente ficou o dia inteiro conversando. O Eduardo contou que eles não davam razão pros bichos, que eles pegavam resto de

legumes, de quitandas e mercados, foi contando toda a rotina. E lá no fim do dia a gente sempre toma café com eles, então sempre acaba conversando sobre essas coisas, que é possível viver de um outro jeito, ou compartilhando indignações, tipo, nossa, por que que as coisas são desse jeito. Sempre teve esse tipo de conversa sobre essas questões ideológicas e políticas.

Nesse ponto, emerge claramente a orientação da prática para a teoria assumida pelo grupo, assim como a questão da comensalidade: além do trabalho, as refeições constituem um momento importante de conversa e de troca entre a equipe e os integrantes. A exemplo do relato anteriormente trazido sobre os questionamentos que levaram um dos membros a aderir ao vegetarianismo, os entrevistados apontam uma série de reflexões que surgem ao efetivamente participarem da experiência de agricultura urbana da *Quinta da Videira*.

Essa semana eu voltei com reflexões a respeito do desperdício. E é o desperdício da vida urbana. Eu fico indignada com o que eu não posso fazer, tipo, que vontade de sair por aí pegar o desperdício da sobra não utilizada nos supermercados, nas quitandas, na quitanda do bairro. Porque lá eles fazem o giro do bairro pra alimentação dos animais. Semana passada chegaram cerejas! Chegaram tomates-cereja de boa qualidade que iam ser jogados fora. Eu virei pra menina e falei, gente, é quatro reais a caçambinha! Então você começa a pensar assim, meu Deus do céu, como a cidade desperdiça. Depois que eu vi o pessoal da Casa da Videira fazer o giro e trazer uma quantidade absurda de alimento que iam jogar fora e nós lá aproveitamos... Semana passada todo mundo levou batata pra casa. Ela fez almoço, todo mundo comeu e ainda sobrou. Fruta. Maçã fuji! As cabras tão comendo maçã fuji, cereja, tomate-cereja. (Entrevista com Equipe 3. Curitiba, 2013).

Logo, assim como visto junto aos estudantes, também os membros da equipe ressaltam o caráter comunicativo de todas as práticas do grupo, inclusive no que se refere às de troca e comercialização. Estas são vistas como algo educativo, ou como uma forma de gerar relacionamentos, “mostrar que é possível” e inspirar.

Eu sei que eles vendem algumas coisas, tipo lá naquela feira. Mas acho que aquela feira tem um propósito mais de conscientização e educação da população, de conhecer e comprar alguma coisa diferente, do que fonte de renda. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

(O dinheiro) É só uma ferramenta... De troca. Mas não é uma coisa muito importante pra eles. A troca justamente é mais importante. Na feira do sábado, os produtos da nossa horta às vezes custam um real ou qualquer coisa, porque o objetivo não é ganhar dinheiro, é fazer com que esse outro mundo possível aconteça. É se relacionar com outras pessoas, é talvez mostrar que tem um jeito de produzir seus próprios alimentos, motivar a outros. Ou inspirar, eu acho que é isso que eles falam. Inspirar a outros, não promover, não nada. Inspirar, se alguém vê nas suas ações alguma coisa

legal e quer reproduzir isso com os recursos que tem no seu ambiente, muito legal, que bom. (Entrevista com Equipe 1. Curitiba, 2013).

Por outro lado, uma pessoa fala na questão da geração de renda, referindo-se também às práticas expositivas, que teriam, além de um caráter relacional, o intuito de agregar parceiros para o projeto e garantir sua manutenção.

Equipe 3: Eles estão abertos a ensinar, a compartilhar. Esse é o grande segredo da Casa da Videira também. Aquele mundinho não é só deles, eles querem compartilhar, pra multiplicar essas reflexões, esse estilo de vida deles. Tem uma intenção em passar isso adiante.

P: Para quem?

Equipe 3: Acho que começa ali né. A própria vizinhança já vai lá comprar as coisas, porque sabe que eles têm esse cuidado de plantar naturalmente. Eles fazem questão das pessoas conhecerem isso, uma porque é uma geração de renda. Compartilha-se o estilo de vida, compartilha-se as produções, até pra gerar renda. Isso agrega relações humanas também né. Eu, por exemplo, a gente não ia ter se conhecido de outra forma. É uma proposta socioambiental ali também, você aumenta o círculo de pessoas que vão contribuir com teu projeto.

De todo modo, assim como se viu em meio aos estudantes, também para a equipe o fato de se “viver a experiência” é um aspecto importante da comunicação gerada pela *Quinta da Videira*.

Percebo que lá é um projeto bem concreto. Porque o que eu tô acostumada a ver são pessoas falando, “ah, o sistema é ruim”, “ah, não tá bom”, “ah, gostaria de fazer tal coisa”. Lá não, eles vivem aquilo lá, foi o primeiro lugar na vida que eu vi isso acontecer, é a experiência mais real que eu tenho. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

Tem aquilo que o Claudio fala bastante, que a melhor crítica do mal é o melhor. Com certeza na *Quinta da Videira* tem muita mensagem política que você poderia tirar, mas eles não ficam falando assim, “ah, revolução, nós somos alternativos”, ou “nós somos subversivos”. Até eu não percebi isso antes, porque era bem tranquilo, é você ir fazendo as coisas. Até quando você começa a ver, eu tinha ideias assim, mas tem muita coisa que você não percebe quando você tem uma primeira visão deles. Eu acho que muitas coisas eu comecei a entender mais trabalhando junto. Convivendo no dia-a-dia você percebe. Eles não estão gritando assim, nós acreditamos num criador, por exemplo. Eles são cristãos, mas eles não ficam falando disso, o que eles acreditam, nem procurando que você acredite, mas as ações deles falam muito, pelo menos pra mim, olhando como eles se relacionam entre eles, ou como recebem outras pessoas. Eles não ficam falando, “ah, viu isso?”. Mas você percebe. Uma coisa que eu acho que é bem profunda e bem básica do que eles fazem é que eles tão fazendo acontecer um outro mundo com outros valores, eu acho. Isso mesmo de não ficar falando o tempo inteiro, de fazer. (Entrevista com Equipe 1. Curitiba, 2013).

Vê-se que o trecho acima se refere a algumas máximas do grupo, como “a melhor crítica do pior é a prática do melhor” e “um outro mundo acontece”, slogan da Casa da Videira, bem como a mensagens políticas que estariam ligadas à *Quinta da Videira*. De fato, nota-se que os entrevistados da equipe se referem à iniciativa por um viés mais político e filosófico, provavelmente como um reflexo de seus próprios perfis questionadores. Outro ponto que se nota, como exemplifica o trecho acima, é que as falas de alguns entrevistados se mostram bastante alinhadas às dos integrantes, enquanto outras apresentam um maior distanciamento.

Assim, entre as principais motivações atribuídas à iniciativa pelos entrevistados da equipe, constam a filosofia de vida/idealismo – havendo maior destaque à tentativa de libertação do sistema convencional e à questão espiritual –, a preocupação ambiental ou quanto ao “futuro do planeta”, a busca pela qualidade de vida e a intenção de mostrar que é possível/inspirar.

P: Por que você acha que eles fazem o que fazem?

Equipe 6: Acho que são várias coisas. Um incômodo com o jeito que as coisas são, que a nossa sociedade funciona né, de você ter que consumir uma coisa que vem de uma produção intensiva, com agrotóxico, e você não tem opção, porque vai precisar comer. Acho que o incômodo por não ser a gente mesmo que faz, ter que comprar de um lugar que você não sabe de onde veio, ter um espaço, ter uma terra e não usar, então é um desperdício, ter lixo e jogar fora, não usar. De ver que podia ser de outro jeito e não é. Outra coisa que eu acho é o amor por isso, por tentar mostrar pras pessoas que dá pra fazer de um outro jeito. Pra colocar em prática o que aprendeu. Pra tentar fazer uma diferença. Acho que são essas duas coisas, a indignação e a vontade de melhorar. Eu acho que eles têm uma motivação ética, política, de preocupação com a saúde, com o meio ambiente, com o futuro do planeta. Só pelo fato deles darem um destino pro lixo orgânico, já mostra uma preocupação com o meio ambiente. Acho que tem outras coisas. Preocupação com o próximo, com os outros seres humanos que tão vivendo de uma maneira pior, então se a gente desenvolve uma maneira, a gente pode mostrar pra eles. Preocupação com o futuro, o Eduardo tem filha, provavelmente ele se preocupa com que o que vai ficar, que tipo de planeta a gente vai deixar. Com a qualidade de vida né, se podemos viver de uma maneira melhor. E acho que tem também questões políticas, pra não usar esse sistema intensivo de exploração do meio ambiente, dos animais.

Acho que começa numa questão de princípios, dos valores das vidas. Acho que isso muito tem a ver com o que eles chamam de tradição e fé. Que é o jeito como eles entendem que o mundo funciona melhor, ou que era o plano inicial. Embora esse pessoal que é ligado a meio ambiente entenda que a Terra não é algo pra ser sugado só, a ideia de um Deus que fez as coisas todas e você como parte disso, tendo um papel nisso, acho que isso gera um fundamento para essas relações com a terra, com a comida, com os próprios animais. E esse papel seria o de cuidar. (Entrevista com Equipe 5. Curitiba, 2013).

A fala acima mostra, ainda, um entendimento da *Quinta da Videira* sob a perspectiva do “cuidado com a Criação”, que é central para os integrantes, como visto anteriormente. Tal questão também será aprofundada junto à segunda categoria de análise; por ora, cabe notar que essa interpretação emerge apenas em meio aos interlocutores da equipe, que são os únicos a abordar a questão da espiritualidade. Para o entrevistado citado acima, cuja aproximação com o grupo envolveu, como mencionado, reflexões de ordem espiritual, a *Quinta da Videira* é definida, então, de uma perspectiva existencial, como algo que “faz sentido”:

É um lugar onde as coisas têm mais a ver, fazem mais sentido. É um lugar onde acontecem coisas que a gente anseia de diferente no mundo. (Entrevista com Equipe 5. Curitiba, 2013).

Por outro lado, a maioria dos entrevistados apresenta definições sobre a *Quinta da Videira* que remetem à questão da pesquisa e divulgação de métodos domésticos de produção alimentar e manejo de resíduos – talvez porque muitos deles se aproximaram do grupo com o intuito de pesquisar e aprender. Assim, eles a descrevem como um “centro de pesquisas”, uma “experiência de agricultura urbana”, um “ecossistema” e um “laboratório que é uma casa”. Todavia, aparecem também sentidos semelhantes aos encontrados entre os estudantes, como uma “proposta de estilo de vida”.

Na minha visão é um centro de pesquisas onde você pesquisa o que você tem vontade. É um lugar onde você abre sua mente para outras coisas. Tudo o que você tem vontade de pesquisar e o mundo fecha as portas, eu acho que lá eles abrem, porque eles acreditam em algo diferente. (Entrevista com Equipe 2. Curitiba, 2013).

É uma experiência muito legal. Quando eu entro lá na *Quinta da Videira* parece que eu tô num outro mundo. É interessante que é dentro de um bairro de classe média/alta. Engraçado, aquele bairro ali chamado Ecoville, que de “eco” não tem nada – aliás eles derrubaram todas as árvores pra construir os prédios e os condomínios –, mas a Casa da Videira é um oásis no meio disso tudo. É uma proposta de estilo de vida que eu acho que muitas pessoas tão indo buscar, não às vezes 100% como eles praticam lá. O que eu entendo é que eles têm o ciclo fechado de tudo o que você come, seus resíduos, o ciclo completo de vivência, pra não depender do meio externo. Pra mim aquilo ali é um ecossistema. Fechadinho. Infelizmente eles tão dentro de uma cidade, então dependem de algumas coisas da cidade. Mas o máximo que eles tentam não depender, eles ali conseguem fazer isso. (Entrevista com Equipe 3. Curitiba, 2013).

É uma experiência prática de agricultura urbana. Ele usa a casa dele como um laboratório, então lá ele testa tudo o que ele leu e aprendeu sobre aquilo

pra ver se dá certo. É um laboratório que também é uma casa. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

Ao longo dos depoimentos, nota-se que, por estarem diretamente envolvidos com a iniciativa, os entrevistados da equipe demonstram uma noção mais ampla do trabalho desenvolvido do que os demais tipos de interlocutores no geral. Como se apontou inicialmente, são também notáveis as várias mudanças de hábitos relacionadas a esse envolvimento. Além da adoção das práticas de horticultura e compostagem doméstica, identificam-se mudanças na alimentação, como no caso da adesão ao vegetarianismo. Por sua vez, um dos intercambistas relata que passou a comer menos carne – neste caso, não por uma opção, mas por realizar as refeições junto com o grupo, que nem sempre incluem este item ou incluem em quantidades moderadas, já que se busca suprir o máximo das necessidades com a produção própria. Os dois intercambistas também dizem que começaram a acordar mais cedo. Constam, ainda, mudanças de ordem mais subjetiva, a exemplo da pessoa que diz ter assumido uma postura mais crítica quanto ao desperdício e a procedência da comida.

5.1.4. Vizinhos

Das nove entrevistas realizadas com vizinhos, foram consideradas as seis referentes às residências mais próximas à *Quinta da Videira*, que envolveram nove entrevistados – três homens e seis mulheres. Suas idades variaram de 16 a 82 anos, sendo a maioria compreendida na faixa entre 40 e 60 anos. Cabe ressaltar que, em todos os casos, a pesquisadora conversou com pelo menos um dos proprietários das casas, que tinham em média três moradores. Quanto à escolaridade, a maior parte tinha ensino superior – três pessoas com graduação completa, uma em andamento e duas com pós-graduação. Outros três entrevistados haviam cursado até o ensino médio. Em relação às ocupações, foram citadas as profissões de assistente social, corretor de imóveis, sociólogo, terapeuta ocupacional, médico, artesão e vidraceiro, além de haver um estudante, da área de

direito, e uma pessoa aposentada. Registra-se ainda que um dos entrevistados era tecnólogo em meio ambiente, mas não estava atuando na área¹⁰¹.

Assim, vê-se aqui um perfil geral um pouco diferente daqueles encontrados junto aos demais interlocutores, principalmente em relação à faixa etária e às ocupações, uma vez que nenhum dos entrevistados apresentou envolvimento profissional com áreas ligadas à produção alimentar. Por outro lado, constatou-se que todos tinham contato com a prática de agricultura urbana em suas próprias casas, ou ao menos já haviam tido. A horticultura estava presente em quatro residências e em um dos condomínios contemplados, que mantinha uma horta coletiva, embora esta estivesse desativada no período de coleta de dados.

Nesse aspecto, destacam-se os depoimentos dos vizinhos da Residência 1. Tendo vivido a transição rural-urbana ocorrida no bairro como parte de sua própria história, eles relatam que, quando se mudaram para a região, trouxeram consigo o hábito de cultivar hortas, criar animais, fazer compostagem e produzir grande parte de sua comida em casa – assim como os poucos vizinhos que havia na época costumavam fazer.

Vizinho 2: Quando a gente veio morar aqui, era só mato, só tinha essa casa e a casa do lado. Onde hoje tem o condomínio aqui na frente, era mato. A gente tinha a horta na frente, com batata doce, milho, feijão, árvores frutíferas, jardim. E vivia do que tinha no quintal, a gente ia uma vez por mês no mercado. Tinha porcos, codornas, coelhos, galinhas. E foi assim por um bom tempo, daí diminuiu bastante. Nas outras casas também, os donos antigos foram morrendo, os filhos não deram continuidade, foram vendendo.

Vizinho 1: O que eles queriam era a herança.

Vizinho 2: É porque bem nessa fase, trabalhar com horta era uma coisa cafona, era uma coisa assim de pobre, de colono, sei lá, deram várias denominações. Isso mais ou menos nos anos 80. Depois gradativamente foi voltando. Agora eu acho que tá uma valorização, assim, mais adequada. Tá voltando o interesse das pessoas em ter a sua horta, por menor que seja, mas tem interesse.

P: Então vocês sempre tiveram esse hábito de plantar.

Vizinho 2: A mãe se criou assim, participava em casa das plantações, sempre, diariamente. E com animais. Então, isso é uma coisa enraizada.

¹⁰¹ A caracterização proposta para estes interlocutores é feita, então, a partir das residências, correlacionadas ao tempo de moradia no local, sendo a Residência 1 referente aos vizinhos que alugam a propriedade da *Quinta da Videira* e colaboram com as atividades. **Residência 1:** Vizinho 1, Vizinho 2, moradores desde 1961 (52 anos); Vizinho 3, morador desde que nasceu, em 1964 (49 anos). **Residência 2:** Vizinho 4, Vizinho 5, moradores desde 2009 (cinco anos). **Residência 3:** Vizinho 6, morador desde 2009 (cinco anos). **Residência 4:** Vizinho 7, morador desde 1957 (56 anos). **Residência 5:** Vizinho 8, morador desde 2000 (14 anos). **Residência 6:** Vizinho 9, morador desde 2004 (dez anos).

As falas retratam, assim, como se deu a configuração do cenário onde mais tarde veio a se estabelecer a *Quinta da Videira*, e denunciavam a construção de um sentido para a agricultura como algo “cafona” ou “de pobre” em meio a esse processo. Tal questão voltará a ser abordada junto à segunda categoria de análise, no próximo capítulo, em meio às discussões que emergem no processo de comunicação da *Quinta da Videira*. Por ora, cabe notar que, apesar das mudanças ocorridas no bairro, a agricultura urbana, como “uma coisa enraizada”, nunca deixou de existir. Outro ponto que vale destacar é que, para esses vizinhos, a chegada da *Quinta da Videira* levou a uma retomada e reintensificação dessa prática, a exemplo de outras mudanças de hábitos, que serão vistas adiante.

P: Como foi pra vocês quando vieram o Eduardo e a Débora, ou o Claudio, antes, e vocês viram essas pessoas de uma outra geração voltando a plantar?

Vizinho 1: Foi muito bom. Eu achei. Porque eu não podia continuar. Os filhos trabalhavam fora...

Vizinho 2: Quando eles chegaram ali, só tinha grama. Mas antes ainda tinha peras, parreiral. Mas não foram replantadas, foram morrendo. Assim acaba. Hoje em dia é gostoso de ver lá as maçãs, o pessegueiro, as amorinhas.

Vizinho 3: O Claudio fala assim que tudo o que meu pai fazia antigamente, estamos fazendo agora de novo. Que nem as frutíferas, que foram acabando e agora estão de volta. Isso daí é gostoso de ver. É uma coisa que, infelizmente, o mundo de hoje tá acabando com isso daí, né.

Vizinho 1: Isso é uma vida, né.

A permanência e/ou reemergência da agricultura urbana aparece também nas falas de outros vizinhos, que afirmam ter conhecimento de outras hortas domiciliares na região, além das suas próprias. A exemplo do que se encontrou junto aos demais interlocutores, foram indicadas como motivações para cultivar em casa a qualidade dos alimentos obtidos (sabor, cor, durabilidade, frescor e ausência de insumos químicos), a facilidade de acesso aos mesmos, o costume e o gosto pessoal por plantar.

(Planto) Porque eu acho que é melhor ter direto da nossa casa, comer sem agrotóxico e tudo mais. Se eu pudesse eu teria alface, couve. E se a gente vai comprar fora, é tudo contaminado. Se a gente puder ter é melhor. (Entrevista com Vizinho 4. Curitiba, 2013).

Eu planto porque gosto, gosto de mexer na terra, e pra comer também, eu como o que eu planto, alface às vezes, moranguinho. Sempre tive, mesmo em apartamento, plantava os chazinhos que meus filhos tomavam, por hobby, sempre gostei. Eu tomo chimarrão, gosto de ter uma ervinha também. (Entrevista com Vizinho 6. Curitiba, 2013).

Ressalta-se, todavia, que aqui aparece ainda um caráter de resgate e manutenção de valores associado aos cultivos domiciliares – que é, por sua vez, relacionado à questão da tradição, por envolver “pessoas com mais idade”. Outra questão associada é o prazer de presentear alguém com os itens produzidos. Tais pontos são vistos principalmente entre os vizinhos da Residência 1.

P: Para vocês, qual é a importância de produzir comida em casa?

Vizinho 2: Eu acho que a manutenção de valores. É o prazer de você mesmo cultivar.

Vizinho 1: É o prazer, você come com gosto. Essas coisas compradas...

P: Que valores?

Vizinho 2: Respeito com a natureza, com a família, nesse sentido. É que sempre tem pessoas com mais idade envolvidas. Sempre sempre sempre. É enraizado.

Eu planto ali, é muito pra nós, daí eu dou pros meus vizinhos, conhecidos, eu levo lá, é “nooossa”, daí querem me pagar. É gostoso. Você tá fazendo uma carne, eu gosto de cozinhar. Você vai ali e colhe o seu tempero na horta. Isso é muito gostoso. (Entrevista com Vizinho 3. Curitiba, 2013).

Por sua vez, a compostagem também se faz presente na maior parte das residências contempladas. Destaca-se que, no condomínio que conta com a horta, os entrevistados mencionam a existência de composteiras coletivas, adquiridas junto à *Quinta da Videira*, e que na Residência 1 utilizavam-se as próprias composteiras da *Quinta*, em parceria. Aqui também, vê-se que essa prática aparece associada à de horticultura. Todavia, apenas junto a uma residência a obtenção de adubo parece ser a motivação primordial para essa atividade, como indica a seguinte fala de Vizinho 4: “Casca de banana eu uso nas plantas, porque é bom pra fortalecer flor, né?”.

Nos demais casos, aparentemente, sobressai-se a preocupação com a questão do lixo, que também emerge em meio aos vizinhos. É o que se vê, por exemplo, em relatos sobre o cuidado em descartar corretamente o óleo de cozinha e fazer a separação de materiais para reciclagem.

Eu separo, azeite boto numa garrafinha. Procuro descartar adequadamente. (Entrevista com Vizinho 6. Curitiba, 2013).

A gente vive fazendo campanha de lixo, de reciclagem. Eu acho que (aqui no condomínio) a gente tem uma comunidade que é bem consciente. (Entrevista com Vizinho 9. Curitiba, 2013).

Destaca-se que, junto à Residência 1, a prática de compostagem se trata também de um costume, tendo sido ampliada e adaptada com a chegada da *Quinta da Videira*. De acordo com os entrevistados, o contato com o grupo levou ainda a uma maior preocupação com o manejo de resíduos em geral, despertando hábitos como o da reciclagem.

Vizinho 3: Eu vou no Gabriel comprar alguma coisa, só se for muita coisa que eu pego uma sacola, se eu não tiver. Senão eu pego uma caixinha que esteja ali fora, ou trago na mão. Até vieram me perguntar se eu sou parente do Claudio, porque eles nunca querem sacola.

P: Mas o fato do Claudio falar fez mudar algum hábito?

Vizinho 3: É, hoje nós estamos separando mais o lixo. Às vezes a gente até jogava lá na horta antes, mas não era sempre. A gente tá reciclando mais, né. Tem o lixo que não é lixo, a gente separa. Então nosso lixo aqui na frente reduziu muito do que era antigamente. Antigamente não passava lixeiro aqui. Era tudo... Enterrava na horta. E era queimado. Era errado né, mas queimava tudo ali.

Em meio a estes interlocutores não foram encontrados adeptos de práticas alternativas de alimentação – apenas uma pessoa disse evitar produtos industrializados. A exemplo desta, a maioria demonstrou preocupação com a procedência da comida e a forma como é produzida, relacionando-a diretamente à questão da saúde. Somente em duas residências os entrevistados não sabiam informar de onde vinham os produtos que compram ou não ter interesse em sabê-lo. Quanto aos locais de compra de alimentos, o que prevalece é o mercado, seguido do ônibus-feira que permanece no bairro semanalmente. Houve uma referência a quitandas/mercearias de bairro e uma a feiras de orgânicos. Um vizinho também afirmou frequentar uma frutaria orgânica, além de contratar um sistema de entrega de cestas de produtos orgânicos em casa.

P: Onde vocês costumam comprar alimentos?

Vizinho 4: A gente procura evitar comprar no mercado, porque não tem confiança.

Vizinho 5: Eles fazem por quantidade, não por qualidade, no mercado, né. Daí não fica muito bom.

Vizinho 8: Supermercado, feira. Procuro sempre os livres de agrotóxicos.

P: Você sabe de onde vêm esses alimentos? Como eles são produzidos?

Vizinho 8: Quando é na feira própria, que nem tem no Passeio Público, a gente até conversa com o feirante, mas quando vai no mercado, ali diz que é né, a embalagem é diferente, o preço é diferente, mas não tem a origem.

Assim, identifica-se entre os vizinhos uma proximidade com aspectos relacionados ao sistema alimentar alternativo ou pós-fordista (MORGAN, MARSDEN e MURDOCH, 2006), abordado no Capítulo 2, também encontrada, anteriormente, entre os membros da equipe da *Quinta da Videira* e dos próprios integrantes. Contudo, vê-se que essa proximidade se dá por diferentes formas e motivos. Enquanto estes parecem priorizar questões como a relação com o produtor e os impactos ambientais da produção de alimentos, o que se sobressai entre os vizinhos é uma preocupação com a saúde (associada à ausência de agrotóxicos) e a qualidade dos produtos (em termos de sabor e durabilidade, por exemplo).

Os níveis de conhecimento da *Quinta da Videira* por parte deste conjunto de interlocutores variam bastante. Ao contrário do que se imaginava inicialmente, além da Residência 1, apenas três outras têm possibilidade de contato visual com o quintal dos fundos, onde é feita a maior parte do trabalho, e ainda assim, trata-se de um ângulo de visualização parcial (Figura 18). Além disso, em duas dessas residências os entrevistados afirmaram que costumam ficar em casa apenas à noite, o que se reflete em uma menor possibilidade de observar as atividades desenvolvidas no local.



FIGURA 17 – A QUINTA DA VIDEIRA VISTA DE PROPRIEDADE VIZINHA

FONTE: Fotografia cedida por vizinha da *Quinta da Videira* (2013).

NOTA: Além do muro, é possível ver o telhado do capril, colado ao mesmo, e parte da horta maior, situada nos fundos da sede da Casa da Videira.

Da mesma forma, variam entre os vizinhos os níveis de aceitação da iniciativa, mas se salienta uma perspectiva negativa. Enquanto os entrevistados das Residências 1 e 2 se mostram favoráveis à mesma e a veem como algo benéfico, todos os demais se revelam desfavoráveis – o que, para duas pessoas, resulta inclusive no desinteresse em saber mais detalhes sobre o trabalho. Nota-se, assim, como antecipado em meio aos relatos dos integrantes, que o processo comunicacional relativo a esses interlocutores é marcado por conflitos e resistências – mas também por aproximações e parcerias.

Justamente por conta destas, os entrevistados da Residência 1 apresentam mais informações sobre a iniciativa e as práticas desenvolvidas. São, por exemplo, os únicos a mencionar o “comer junto”, em relação às práticas de comensalidade e cozinha artesanal, e o “giro”. Quanto às práticas de troca e comercialização, destaca-se que eles mesmos realizam trocas com os integrantes e a equipe.

Hoje em dia a gente troca. O Eduardo faz aquele pãozinho e dá pra nós, eu faço doce e dou pra eles. E isso não existe mais hoje. Lá no apartamento, tem cara que é vizinho e não sabe quem é. (Entrevista com Vizinho 3. Curitiba, 2013).

No que diz respeito às práticas expositivas, tais entrevistados falam nos cursos, palestras e, especialmente, nas visitas técnicas, das quais porventura participam, sendo também os únicos a demonstrar conhecimento sobre o trabalho dos voluntários. Aparentemente, o aspecto relacional do grupo é algo que chama bastante a atenção.

Vizinho 3: Ah, eu acho isso muito bonito. A união, né.
Vizinho 1: E eu? Nossa mãe... Como eu acho isso bonito, me dá até vontade de chorar. Aquela união. Você não vai embora sem comer, porque sabem que tão com fome, né? E de repente dão cada risada gostosa. É gostoso de ver, de ouvir.

Entre os demais vizinhos, em geral, sabe-se que se trata de uma “ONG”. Um entrevistado fala que “vê muitos jovens” e outro menciona que muitas pessoas trabalham ali, mas não fica claro se há ciência de que se tratam de voluntários ou do caráter colaborativo do trabalho. Quando se questiona o que notam ou sabem que o grupo faz, as práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos são comentadas por todos, embora o “giro”, o banco de sementes e o plantio das cultivares tradicionais não sejam, aparentemente, de seu conhecimento. Vê-se

também que aparecem atrelados a esses relatos as opiniões dos entrevistados sobre a *Quinta da Videira*, tanto em termos de aprovações quanto de queixas.

P: Vocês conhecem, sabem de alguma horta aqui no bairro?

Vizinho 4: Ah, tem essa aqui do lado!

Vizinho 5: É, daqui dá pra ver. Ish, ali tem um monte de árvore frutífera, bem aqui do lado.

Vizinho 4: Uma ONG né?

Vizinho 5: É, poxa, eles têm muito.

P: Vocês veem mais ou menos o que eles fazem?

Vizinho 4: Eu acho bem legal. Aí reclamam muito por causa do cheiro, de vez em quando eu sinto o cheiro, agora até deu uma melhorada, mas de vez em quando eu sinto o cheiro, acho que da lavagem, não sei o que eles têm ali, eles criam animais ali né? Mas pra mim é um cheiro bom, não tem... Parece que eu tô num sítio. Não me importo, sinceramente.

Vizinho 5: Nem eu.

P: E o que vocês sabem que eles fazem?

Vizinho 4: É, criam bicho, sei que é uma ONG. A vizinha aqui do lado fez um protesto, foi lá ver quem que era, tal, pra poder fechar, pra acabar com tudo lá, mas falou que tem gente grande. Falei, ah, deixe gente grande então. Não tem como a gente deixar de ter. Isso aí é pro nosso benefício, não tão causando mal pra nós.

Vizinho 8: Eu sei que eles têm um projeto, até esse nosso... Esse negócio de fazer o adubo lá...

P: Composteira?

Vizinho 8: Isso, a gente comprou deles. Eu acho que eles têm um projeto muito bom – não me pergunte, porque eu nunca procurei saber exatamente o que é o projeto. O rapaz me falou algumas vezes que ele tava fazendo mestrado, que isso daí era pra tese dele e quando ele terminasse o mestrado ia terminar com os bichos. Que era um estudo pra mestrado da Federal. E daí, sei lá... Sei que é uma ONG, que tem um trabalho bonito por trás disso. O que nos incomoda é o cheiro e as moscas. Quem está mais inteirado do trabalho deles diz que é realmente fantástico. Eu não sei, eu nunca me inteirei, nunca perguntei muito, até porque eu já tava meio bronceada.

P: Chegou a observar, já, se eles fazem alguma outra coisa?

Vizinho 8: É, eu acho que é a compostagem, que daí eles plantam, usam o próprio resíduo dos animais. Eu não sei o que eles têm mais. Eu não sei se eles têm algum outro trabalho, eu vejo muitos jovens por aí, vejo Federal por aí, mas não sei exatamente.

Em alguns casos, nota-se confusão a respeito do que se tratam as práticas percebidas, principalmente quanto a quais animais estão presentes – fala-se em carneiros, bode e cachorros. Há também várias referências às visitas técnicas.

Vizinho 4: E o barulho dos animais, antes a gente tava ouvindo. Acho que tem carneirinho, eu escuto. Mas é gostoso ouvir os bichos aqui. Porque se a gente vai pra um apartamento, a gente não tem essa vantagem. Então graças a Deus a gente tem esse privilégio ainda.

P: Já viram quem são as pessoas que estão fazendo essa horta da ONG?

Vizinho 4: Não.

Vizinho 6: Conheço e acho isso um absurdo. O cara acorda às seis horas da manhã, os cachorros dele não são adestrados, eles gritam enlouquecidamente e todo o bairro acorda. O bode grita o dia inteiro. Nós temos um volume de moscas aqui... Se você olhar, minha casa tá toda telada, porque o cara faz adubo orgânico de estrume, então assim, é um absurdo! Você passou ali pra ver a quantidade de toneis de adubo? Isso cheira. [...] É desproporcional: dez pessoas que têm uma ONG que incomodam um bairro inteiro, eu não sei quantas pessoas tem no bairro. Né?
P: O que mais observa que eles fazem?

Vizinho 6: Olha, eles fazem visitas também, que às vezes final de semana você quer descansar, eles trazem 50 pessoas que fazem uma baderna, que grita, que solta foguete. Você trabalha a semana inteira, não pode dormir no sábado à tarde, pela barulheira generalizada.

P: Conhece as pessoas?

Vizinho 6: Não, não conheço.

O que tem que planta é esse aí ó, uma porcaria danada aí que os caras têm como casa altamente sustentável. Pra mim não é nada, pra mim é um monte de lixo. Tanto é que hoje de manhã chegou um ônibus, se você tá falando da onde você veio, talvez esteja lá, mas pra mim não interfere nada. Veio um ônibus da Federal com... Pra mim é um monte de burro ver um monte de coisa que não tem nada a ver. Fico indignado. Mas eles têm. Eu não discordo, não tenho nada. Só pra você ter uma ideia, eu tenho quatro cachorros. Eles têm os bichinhos lá, contra bicho não tenho nada. Eu tenho contra sujeira. Quando é época de calor você não aguenta o cheiro. (Entrevista com Vizinho 7. Curitiba, 2013).

Assim, quando eles se mudaram pra cá, eles começaram com uma horta orgânica super bacana, que eu acho que é uma coisa bem interessante. Depois eles começaram com a criação de galinhas e coelhos. A coisa foi ficando complicada. Até que um dia chegaram as cabras. Eu já cheguei em casa na hora do almoço, minha empregada tava fechada, no verão, com tudo fechado, porque não dava pra aguentar as moscas e o cheiro. [...] Só que ele (Eduardo) fica na frente, os animais ficam aqui pra trás. A gente já pediu pra ele trocar os animais, colocar lá na frente, ele não põe. Então você dorme com o barulho da cabra, com o cheiro da cabra. (Entrevista com Vizinho 9. Curitiba, 2013).

De modo geral, vê-se que as críticas que emergem são direcionadas, sobretudo, à presença dos animais e à compostagem, mas apenas à que inclui esterco animal. Destacam-se as reclamações sobre odores e a presença de insetos, que são atribuídas por esses entrevistados a tais práticas da *Quinta da Videira*. Fala-se também do barulho, que emerge de forma secundária e não apenas ligada aos animais, e da estética/organização do arranjo. Por outro lado, vê-se que os mesmos fatores que geram incômodo para alguns vizinhos são vistos como benefícios por outros. Tais questões serão exploradas com maior profundidade junto à segunda categoria de análise do estudo, no próximo capítulo.

Observa-se, ainda, que a maioria dos vizinhos percebe o envolvimento do grupo com o meio acadêmico, associado à realização de pesquisas. Algumas

peessoas acreditam que a iniciativa se trata de um trabalho ligado à UFPR, como se vê na fala anterior de Vizinho 8, que diz entender que o projeto se trata de “um estudo pra mestrado da Federal”. Outra pessoa afirma ter recebido a informação de que a iniciativa envolveria, inclusive, investimento financeiro da instituição.

Ele recebe uma verba da Universidade Federal, né? Até onde eu sei, o que me disseram, é que ele recebe uma verba e que isso era um trabalho da Federal. Por isso que tinha tanta gente interessada e a mídia tava dando tanta atenção pra eles. (Entrevista com Vizinho 9. Curitiba, 2013).

Vem à tona, portanto, a questão da cobertura da imprensa sobre a experiência, que é comentada por grande parte dos entrevistados. Todavia, em geral, acredita-se que é o próprio grupo que chama a imprensa, de modo a divulgar seu trabalho. Com isso, entende-se entre os vizinhos que existe uma intenção de compartilhar o que é feito, e tais ações são associadas quase que exclusivamente à presença de profissionais da comunicação e dos ônibus da UFPR. A exemplo do que revela o relato supracitado, para alguns, é justamente o apoio da universidade que contribui para chamar a atenção da mídia. Todavia, há, novamente, confusão: algumas falas dão a impressão de que se acredita que a *Quinta da Videira* tem um programa próprio na TV ou contribui regularmente para um.

Vizinho 1: A gente vê, outro dia eles tavam aí.

Vizinho 2: É, é uma forma de estimular. Por isso que tem o programa sábado. Ajuda a divulgação aqui do local, pra cursos, enfim.

Vizinho 1: Valoriza.

Vizinho 2: E ajuda no programa.

Se você entrar lá, eles têm programa na RIC¹⁰² aí, mostra tudo como se planta, como faz, de que maneira faz, ou pra que serve uma casa autossustentável. [...] Eles vêm filmar, tirar fotografia, como se fosse coisa de outro mundo! (Entrevista com Vizinho 7. Curitiba, 2013).

Vizinho 8: Eles que fazem esse oba-oba aí.

P: O que seria esse oba-oba?

Vizinho 8: Ah, eu acho que querem divulgar um projeto imenso, uma coisa maravilhosa, isso aí não existe.

P: Tem uma intenção de divulgar então?

Vizinho 8: Ah, tem. Aqui a RPC¹⁰³ tá direto. Eles gostam, eles chamam muito a mídia. Na época de política, era (nome do candidato em questão) que tava desfilando por ali.

¹⁰² Rede Independente de Comunicação, emissora local de TV afiliada da Rede Record de Televisão.

¹⁰³ Rede Paranaense de Comunicação, posteriormente intitulada Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom): emissora local de TV afiliada da Rede Globo de Televisão.

P: Já viu alguma das reportagens?

Vizinho 8: Vi, assim, pela internet, até alguém avisou, olhe lá... Vi, vi algumas chamadas.

P: E o que tá sendo divulgado?

Vizinho 8: Olha, não quis nem olhar. É isso aí que você falou, a produção urbana, não sei o que, os animais, mas não tão vendo o problema que tá causando. É muito irritante ver, mas é eles que chamam. É uma forma de chamar a atenção sim. Pra um projeto que, não sei, o ego deles, acham um mega projeto, gente do céu, um quintalzinho aí.

Como se vê no trecho acima, outro ponto associado à questão da divulgação é a visita feita por um então candidato à Prefeitura de Curitiba na época das eleições municipais de 2012, que foi noticiada pela assessoria de imprensa do mesmo. Dessa forma, alguns vizinhos também relacionam a presença de políticos e da universidade com uma suposta proteção ou influência exercida pelo grupo. Reclama-se que a vizinhança não é consultada nas reportagens e que só se mostra “o lado bom” da iniciativa. Uma pessoa chega a afirmar que teve comentários apagados junto a notícias na internet.

Vizinho 9: Vira e mexe tem uma enorme de uma reportagem na mídia falando super bem, só que ninguém vem ver como é.

P: Já chegou a ver essas reportagens?

Vizinho 9: Já, já li, já fiz comentários no site da Gazeta e foram todos apagados. Na Gazeta Online, fiz comentário na página do (nome do candidato em questão) na época da eleição. Misteriosamente todos sumiram. Eu até colocava, não apague né, tava no Facebook, né? Tô dando minha opinião. Todos foram apagados, todos foram retirados. Então só tem comentário favorável, só positivo.

Nota-se, com isso, que os vizinhos valem-se da própria mídia para expressar seus incômodos e queixas a respeito da iniciativa – talvez como uma tentativa de obter maior respaldo do poder público, este também acusado de proteger o grupo. Alguns moradores relatam que fizeram reclamações junto à Prefeitura para a retirada dos animais do local, apontando a ilegalidade dessas criações, e que a eles foi dada a razão. Os comentários indicam revolta, pois a tolerância à sua permanência, mesmo que temporária, também é associada a algum tipo de influência política – tendo em conta, ainda, que são mencionados casos conhecidos de outros produtores no bairro que foram obrigados a encerrar suas atividades.

A Prefeitura nos disse que eles foram intimados a retirar os animais. Que o problema é os animais, né? Até não sei quando, mas eles vão ficando por aí. Aí eles aproveitam, chamam a mídia, nesse ínterim de sair e não sair e acabam ficando. (Entrevista com Vizinho 8. Curitiba, 2013).

Eles podem fazer o que quiser. Só que eu não concordo, né? Não concordo porque, eu, se eu quiser criar uma galinha aqui, mil anos atrás a gente tinha, porco, tudo, eu não posso criar. Agora como os outros têm poder, os outros podem. [...] Eu conheço aqui perto uma senhora que tem um terreno, não digo muito, mas que dá uns cinco desse daí, e os caras tão forçando ela a sair de lá. E se alguém um dia quiser... Eu provo que tão tentando tirar ela, ela tem um monte de galinha, cachorro, lá. Não pode. Lá não pode porque não é ONG, não é não sei o quê, não sei o quê. (Entrevista com Vizinho 7. Curitiba, 2013).

Várias vezes eu fui pessoalmente conversar, mandei e-mails, fizemos reclamação pra Vigilância, pro Meio Ambiente, todo mundo deu parecer favorável à gente, só que ninguém faz nada. (Entrevista com Vizinho 9. Curitiba, 2013).

Fica clara, nesse cenário, a existência de um verdadeiro “muro” entre os vizinhos. Vê-se que, para a maioria dos entrevistados, duas importantes fontes de informação sobre a *Quinta da Videira* são o que eles percebem e inferem a partir de suas casas (visualizações, sons, cheiros) e as conversas dadas, possivelmente, entre os moradores do bairro – o que se nota por conta do uso de expressões como “ouvi dizer”. Contudo, com exceção da Residência 1, apenas duas pessoas dizem já ter falado com os integrantes sobre o trabalho, e somente uma delas declarou já ter ido até o local pessoalmente, relatando que preferiu não entrar. A mesma pessoa afirma que convidou um dos integrantes para ir até a sua casa, e que este não o fez.

P: Já conversaram com eles?

Vizinho 4: Não, nunca conversei.

P: Chegou a ver algo além das reportagens?

Vizinho 8: Não, tanto que eu nunca fui nem lá. Às vezes que eu falei com o Eduardo foi porque eu encontrava na rua. Ele perguntava: como é que estão as moscas lá, né. Ele é muito educado. [...] Uma pena que não sei te dizer o projeto deles do que é que realmente, de querer me afastar, não queria me envolver muito. Só ouvi dizer que é muito interessante. Até o nosso síndico foi lá: “olha, é muito bom o projeto deles”. Mas não justifica esse transtorno que eles tão criando aqui. Então talvez eu esteja falando besteira, eu vejo daqui como uma coisinha de nada, talvez seja um projeto de amplitude, mas foi uma estratégia minha de não me incomodar.

P: Nunca chegaram a conversar, por exemplo, sobre por que há uma insistência em manter os animais?

Vizinho 9: Eles acham que existe uma possibilidade de fazer esse tipo de criação, porque na Europa existe criação de animais na cidade e que tá comprovado que isso não dá cheiro nenhum. Daí eu chamei ele pra vir fazer uma visita na minha casa. Ele não veio. De jeito nenhum. E a última mensagem que eu mandei pra ele, ele não respondeu. No Facebook. Mandei mensagem privada, não vou expor a ONG dele nem nada, nem vou ficar me expondo também. [...] Às vezes, quando eles viram o esterco ali, que eles usam o próprio esterco dos animais na horta, quando eles reviram, a gente

sabe aqui em casa. E dá cria os bichos ali, não basta ter um casal. Tão dando cria agora.

P: Tem um casal então?

Vizinho 9: Eu não sei, eu nunca fui ver os bichos. Ele até perguntou se eu queria entrar. Falei: não precisa, não quero ver. Não gosto. Não quero ir lá pisar em cocô de bicho.

Em relação a essa fala, destaca-se ainda uma nova menção ao Facebook. Chama a atenção, portanto, que diante do conflito estabelecido, eventuais interações entre os moradores passam a se dar de forma indireta, por meio de uma mídia.

Com base no que foi apresentado, nota-se que as motivações atribuídas pela maioria dos vizinhos à experiência da *Quinta da Videira* remetem principalmente à pesquisa e divulgação de métodos domésticos de produção alimentar e manejo de resíduos. Aparecem comentários como “é pra mostrar”, a exemplo da fala anterior de um vizinho em relação à presença da imprensa, com o suposto propósito de “mostrar uma casa autossustentável”. Neste ponto, uma pessoa menciona as práticas de comensalidade e cozinha artesanal, em referência à produção de queijo, que também seriam feitas com o intuito de “ensinar as pessoas”, relacionando-as à preocupação ambiental.

A relação (do trabalho com o meio ambiente) que eu vejo é que eles estão tentando melhorar alguma coisa e ensinar o pessoal. Fazer um adubo em casa, cuidar de um animal, tirar leite de cabra, fazer queijo de cabra. [...] Ensinar as pessoas a fazer um adubo orgânico, fazer uma plantinha orgânica na casa delas. (Entrevista com Vizinho 6. Curitiba, 2013).

Vizinho 7: É pra mostrar pros outros, que se planta. É pra mostrar, só mostrar.

P: Qual o perfil dessas pessoas que trabalham ali, pelo que dá para observar?

Vizinho 7: Não, não, nível alto.

P: E o que levaria essas pessoas a fazer isso?

Vizinho 7: Vamo lá, isso daí eu acredito que eles querem adquirir um aprendizado.

P: Pra quê?

Vizinho 7: Porque eles acham que, isso é uma coisa que é colocado na cabeça das pessoas, que mais tarde elas vão poder usar isso em benefício próprio. Vão morar em algum lugar, fazer uma plantinha lá no muro. Põe lá uma plantinha, uma hortelã, uma erva-doce, um boldo, salsinha. Mais ou menos isso. [...] A pessoa vai fazendo aquilo ali, se tornou um *hobby* pra eles. Eles não vivem disso. Eles não precisam disso, tirar o sustento dali.

Observa-se que o entrevistado citado acima associa a iniciativa também a um caráter de *hobby*, ao passo em que não enxerga junto à mesma uma finalidade

comercial ou de subsistência. Por outro lado, uma pessoa afirma ter a impressão de que uma das motivações do grupo seria justamente a venda de produtos, referindo-se à feira que este promovia no bairro.

Eu nunca comprei nada, mas a impressão que dá é que é pra vender, porque eles tentam, pelo menos. É, tinha aqui na esquina, um negócio de frutas e verduras, a gente via que de vez em quando eles chegavam com uma caixinha ali, acho que a tentativa é de vender, mas aqui a vizinhança não soube... Eu pelo menos não comprei nada. (Entrevista com Vizinho 8. Curitiba, 2013).

Outra pessoa, contudo, também enfatiza não ver motivações econômicas no projeto, mesmo que haja a venda de alguns produtos – como as próprias composteiras adquiridas junto ao grupo. Esta destaca, então, a questão do idealismo, que associa a um “discurso anticonsumista”.

P: Pelo que você observa, o que leva eles a fazerem isso?

Vizinho 9: Idealismo. Ele (em referência a Claudio) acha lindo, isso que eu te falei. Ele acha lindo ser alternativo, porém é muito simples ser alternativo de butique. Isso é ser alternativo de butique: você continua morando super bem, daí aluga uma casa de madeira em frente ao seu condomínio e bota as cabras pra morar? Ele mora no condomínio enorme do lado lá, então é idealista de butique. É o famoso punk de butique. Vai contra o sistema mas tá bem inserido nele.

P: Você falou em um discurso anticonsumista... O que seria esse discurso?

Vizinho 9: Ah, pra você reaproveitar... Até a gente faz a compostagem e a gente usa a composteira deles, que ele revende né? Ele estimula isso, você reciclar, isso eu acho que é uma tendência mundial, é uma coisa que a gente tenta passar pros filhos, que eles aprendem na escola e que você tenta viver. Então isso eu acho bacana. Agora dizer que é super despojado e desprovido de necessidades da cidade, isso é mentira.

P: O que mais te chama a atenção nesse trabalho que eles fazem?

Vizinho 9: Qual é o objetivo de tanta repercussão numa coisa que não vai trazer dinheiro. Não é o dinheiro que tá movendo. Porque isso não vai dar dinheiro, você criar seis cabras. Dá repercussão, mas dinheiro não. Motivo econômico não é o forte, é mais idealismo. Eu acho que é mais pra mostrar que é possível, mesmo todo mundo dizendo que não.

Vê-se que emergem, nesse trecho, uma série de questionamentos em relação ao discurso do grupo, sobretudo quanto à questão do consumo. Tal discussão também será abordada junto à segunda categoria de análise, apresentada no próximo capítulo. Por sua vez, aparece o “mostrar que é possível”, associado ao referido idealismo.

Ressalta-se que, mesmo junto à Residência 1, as falas revelam não ter havido muitas conversas sobre a motivação dos integrantes para dar início à iniciativa. Além da questão da pesquisa e divulgação, tais vizinhos mencionam,

então, as motivações que eles mesmos relatam para adotar essas práticas: o gosto pessoal por produzir a própria comida, a busca pela alimentação saudável e a facilidade de acesso aos alimentos, bem como a economia.

Vizinho 3: Eu imagino que foi essa da agropecuária urbana, que não existe mais, tudo é química, tudo faz mal à saúde. Eu acho que a necessidade pra eles, levou eles a fazer isso daí.

P: Qual necessidade?

Vizinho 3: Pra ter a tua horta e expandir, quanto mais conhecimento melhor pra eles, e melhor pra nós também. Eu acho que é isso daí, eu nunca perguntei pra eles. Lá eles faziam, era bem pequeno, na Vila Fanny.

P: Essa necessidade que você diz, é pra evitar de comprar ou algum outro motivo?

Vizinho 3: Tanto pra evitar de comprar quanto economia, quanto saúde.

Vizinho1: Eu acho que a saúde da gente.

Vizinho 3: Tá tudo super caro, um alface antes você comprava por 20 centavos, hoje tá 1,50, 2 reais. [...] É natural e saudável, o alimento que você tira aqui na horta. Alimento, animal saudável. Natural, sem agrotóxico.

A referência à produção de conhecimento encontrada na fala acima, vista como um benefício tanto para os integrantes da *Quinta da Videira* quanto para os vizinhos parceiros, remete ao relato sobre outras mudanças de hábitos, além das já mencionadas, que são atribuídas ao contato com o grupo. Os entrevistados ressaltam que o processo de aprendizado foi mútuo, sobretudo quanto à produção vegetal.

Vizinho 1: Eu cheguei a conhecer muita coisa diferente que eles plantaram ali, que eu não conhecia.

Vizinho 2: E eles também aprenderam, né? É recíproco.

Vizinho 1: Ah, eles quando não sabiam alguma coisa, eles vinham chamar, vinham perguntar se eu sabia.

P: Além das plantas que não conheciam, teve mais alguma coisa que aprenderam com eles?

Vizinho 2: Não tirar todos os matos do canteiro na hora de limpar.

Com certeza, a gente aprendeu com eles, eles também aprendem com a gente, é uma troca. Meu pai colocava NPK¹⁰⁴, falava, “ô, que planta bonita”. Só que não tinha noção né? Hoje a planta fica bonita sem adubo químico nenhum, só adubo nosso, orgânico né. Tem uns alfaces gigantes que dá ali! (Entrevista com Vizinho 3. Curitiba, 2013).

Entre os demais vizinhos, não foram encontradas mudanças de hábitos relacionadas à *Quinta da Videira*. Apesar de um dos condomínios do entorno ter

¹⁰⁴ Insumo agrícola sintético composto pelos chamados “macronutrientes do solo”: nitrogênio, fósforo e potássio.

adquirido lixeiras vivas do grupo, os dados não permitem inferir se a adoção da prática de compostagem pode ser atribuída ao contato com o mesmo.

No que se refere às análises e resultados obtidos junto a esta categoria como um todo, vê-se que foi possível identificar os perfis gerais dos interlocutores que fazem parte do processo de comunicação estudado. Observa-se uma quantidade significativa de praticantes de agricultura urbana em meio a todos os tipos de interlocutores – embora tal conceito não seja de conhecimento da maioria, como se discutirá junto à segunda categoria de análise, no próximo capítulo. Entre as motivações relatadas para tanto, emerge sobretudo a questão do costume e/ou do gosto pessoal por cultivar os próprios alimentos, que assume, para muitos entrevistados, o caráter de *hobby*. Constam, ainda, a busca por uma alimentação mais saudável e/ou saborosa e questões ideológicas e éticas associadas a uma preocupação ambiental, no caso de alguns membros da equipe.

Já para a prática de compostagem, quando presente, as motivações prioritárias ficam mais em torno da reciclagem, sendo que alguns a fazem por costume e outros para obter adubo. Nota-se também que, embora a preocupação com a procedência da comida não seja uma constante em meio aos entrevistados, em geral, eles demonstram conhecimento sobre o funcionamento do sistema convencional, bastante associado à presença dos agrotóxicos. Cabe destacar, ainda, que entre todos os tipos de interlocutores foram relatadas mudanças de hábitos relacionadas ao contato com a experiência, especialmente no caso dos membros da equipe.

Por fim, salienta-se que os diferentes níveis de afinidade e conhecimento em relação à *Quinta da Videira*, bem como os próprios perfis dos interlocutores, são determinantes para as construções de sentidos feitas a respeito da mesma, que perpassam os sentidos atribuídos às suas diversas práticas – especialmente as de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos, que parecem ser as que mais chamam a atenção, e que são, de fato, as mais amplas e acessíveis para todos os tipos de interlocutores. Com base no cruzamento dos dados coletados, é possível identificar três principais associações feitas à iniciativa: um estilo de vida simples, uma forma de negação do sistema convencional e um projeto de pesquisa, sendo que junto a todas aparece, de diferentes modos, a questão do “mostrar que é possível”. Identifica-se, também, uma série de simpatias e resistências em relação à experiência, conforme previsto nas hipóteses e na literatura.

Cabe, então, analisar as construções de sentidos que possivelmente estão ligadas a essas posturas, que partem essencialmente do entendimento que os interlocutores fazem sobre a experiência e a própria agricultura urbana. A segunda categoria de análise se volta, portanto, à apreciação das cinco grandes discussões que emergem nesse processo de comunicação, levando em conta as questões abordadas na primeira categoria, como se verá a seguir, no Capítulo 6.

6 AGRICULTURA URBANA: SENTIDOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DA QUINTA DA VIDEIRA

O capítulo anterior descreveu como se deu a apreciação dos dados obtidos no presente estudo, com base no referencial da Análise de Conteúdo, e trouxe o desenvolvimento da primeira categoria de análise, voltada à construção de sentidos sobre a experiência da *Quinta da Videira* pelos diversos tipos de interlocutores contemplados, situando também seus perfis e quadro relacional. Com isso, pôde-se verificar a emergência de cinco grandes discussões em meio ao processo de comunicação estudado, que estão fundamentalmente relacionadas à construção do sentido de agricultura urbana. Assim, delineou-se a segunda categoria de análise do estudo – “Agricultura urbana: sentidos construídos a partir da *Quinta da Videira*” –, que é desenvolvida, então, neste capítulo.

De modo a abordar tais discussões, esta categoria foi dividida em cinco subcategorias. A primeira diz respeito à caracterização e entendimento da agricultura urbana de modo geral, envolvendo a reflexão sobre suas finalidades e escalas de produção, os perfis dos praticantes, os tipos de atividade envolvidos e os próprios sentidos atribuídos à agricultura e à pecuária. Isso encaminha à segunda discussão/subcategoria: a criação animal pode fazer parte da agricultura urbana? A terceira, por sua vez, volta-se para os aspectos de cuidado ambiental atribuídos à agricultura urbana na experiência da *Quinta da Videira*, envolvendo os sentidos de meio ambiente, sustentabilidade e Criação. A quarta gira em torno da negação do sistema convencional, remetendo ao sentido de consumo, e de seu caráter de contestação do mesmo: em que sentidos a agricultura urbana é compreendida, a partir da *Quinta da Videira*, como uma crítica? Por fim, a quinta discussão/subcategoria diz respeito ao possível entendimento dessa crítica, ao mesmo tempo, como uma alternativa a tal sistema ou não.

6.1. OUTRA FORMA DE AGRICULTURA?

Como visto junto à primeira categoria de análise, apresentada no Capítulo 5, os integrantes da *Quinta da Videira* se apropriam do conceito de agricultura urbana num sentido quase antagônico ao da agricultura convencional. Para eles, portanto, a inexistência ou a secundariedade da finalidade comercial é uma das marcas dessa atividade, o que implica na pequena escala de produção e no seu caráter de “cuidado com a Criação”. Logo, a agricultura urbana é entendida em meio ao grupo como qualquer tipo de cultivo ou criação animal no espaço urbano, em consonância com os conceitos apresentados na literatura (SMIT, NASR e RATTA, 2001a, 2001b; FAO, 2013a).

P: O que você entende por agricultura urbana?

Eduardo: É a prática de cultivar vegetais e criar animais num espaço urbano, dentro da cidade, independente de escala. Para mim, mesmo quem só tem um jardinzinho de ervas ou um balcão na sacada com meia dúzia de hortaliças também pratica agricultura urbana. Não é a escala, mas a prática que caracteriza. Assim também com os animais. Acho que a produção dos animais agrícolas no meio urbano também se enquadra na agricultura urbana, a pecuária urbana também se enquadra. O agricultor urbano é a pessoa que tem a prática de cultivar vegetais ou criar animais para sua alimentação – não tem uma figura profissional. Enquanto a agricultura urbana tá preocupada em produzir pra si, o agricultor comercial tá preocupado em produzir para os outros. Ou produzir para transformar a produção em dinheiro. O agricultor urbano produz para transformar a produção em comida.

P: Mas todos os agricultores urbanos produzem só para si?

Eduardo: Alguns têm excedentes.

Entretanto, vê-se que tal noção deriva, para o grupo, do próprio sentido atribuído à agricultura (e à pecuária), aproximando-se da reflexão proposta por Schumacher (1983). Segundo o autor, no contexto moderno, tal atividade é entendida sobretudo por seu caráter utilitário de obtenção de alimentos e geração de lucro, e o mundo, por sua vez, “[...] não tem significação alguma além de uma pedreira a ser explorada” (SCHUMACHER, 1983, p. 116).

Em uma perspectiva mais ampla, contudo, a terra é vista como um recurso inapreciável, cujo “trato e conservação” é a missão e felicidade do homem. Podemos dizer que a administração da terra pelo homem deve ser orientada primordialmente para três metas – saúde, beleza e permanência. A concepção cruamente materialista vê a agricultura como “essencialmente voltada para a produção de alimentos”. Um enfoque mais aberto vê a agricultura como tendo de preencher no mínimo três tarefas: manter o

homem em contato com a natureza, de que ele é e continua sendo parte muito vulnerável; humanizar e enobrecer o habitat mais vasto do homem; e propiciar os alimentos e outros materiais necessários a uma vida condigna. Não creio que uma civilização que reconheça somente a terceira destas tarefas, e que a busque com tamanha implacabilidade e violência que as outras duas sejam não só negligenciadas como sistematicamente contratacadas, tenha a menor possibilidade de sobreviver a longo prazo. (SCHUMACHER, 1983, p. 117).

Entre os demais entrevistados, embora todos tenham contato ou ao menos conhecimento de alguma experiência de agricultura urbana fora do âmbito da *Quinta da Videira*, especialmente no que se refere à horticultura, vê-se que muitos desconhecem este conceito ou só vieram a conhecê-lo por conta da iniciativa. Alguns ressaltam, também, que nunca tinham visto uma experiência com o tamanho ou o perfil da *Quinta da Videira*.

P: Já ouviu falar em agricultura urbana? O que entende por isso?

Vizinho 6: Não. Mas eu acredito que seja você plantar alguma coisa, me reunir aqui com a minha turma, pegar esse quintal e resolver fazer disso uma horta, tenho impressão que é isso.

Eu nem sabia que existia esse conceito de agricultura urbana. Conhecia permacultura e agroecologia só, quando eu conheci a Casa da Videira que eu fui conhecer. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

P: Conhece outras experiências de agricultura urbana?

Estudante 5: Desse tipo não. Tenho vários amigos que têm quintal grande, com produção de hortaliças, mas acho que mais por um divertimento próprio.

Há, portanto, certo nível de dúvida a respeito do que pode ser considerado agricultura urbana – ou, de forma essencial, agricultura – inclusive entre alguns praticantes, justamente em relação à escala e à finalidade da produção. Para algumas pessoas, por exemplo, se a plantação é pequena, como quando é feita em vasos, não há certeza se essa prática se caracteriza como agricultura.

P: Você se considera uma agricultora urbana?

Estudante 6: Não, ainda não, porque não coloquei em prática nada.

P: Você não planta cebolinha?

Estudante 6: Sim, mas é muito pequeno... É, talvez sim. Pode ser.

P: O que você entende por agricultura urbana?

Estudante 3: Produzir alimento dentro do ambiente urbano, pra vender.

P: Se não tiver a venda, não é agricultura urbana?

Estudante 3: Não, agricultura pra mim tem isso, infelizmente.

P: Conhece outras experiências de agricultura urbana?

Estudante 3: Não.

P: Conhece alguém que planta em casa?

Estudante 3: Minha mãe está com pimentinhas, manjerição.

Como se vê no trecho acima, a exemplo do que é indicado pelos autores abordados nos Capítulos 2 e 3, muitos entrevistados associam os termos ‘agricultura’ e ‘pecuária’ à finalidade da comercialização – embora alguns falem na questão da produção para uso próprio em paralelo – e ao trabalho no meio rural. A figura do agricultor é mais frequentemente relacionada à uma noção de “vida simples”, trabalho árduo e ganho de renda para sustento familiar; já a do pecuarista aparece mais ligada à de um grande empresário e à ideia de lucratividade, assim como se entende pelo agricultor enquanto dono de fazenda. Em outros casos, o termo é associado à figura do criador de animais, da pessoa que trata diretamente dos mesmos, aproximando-se da noção mais frequente de agricultor.

P: Como você definiria um agricultor? Um pecuarista?

Estudante 1: Agricultor é quem planta soja, milho, algodão. Agricultor é mais simples, aquele homem do campo, que tá preocupado em cuidar, fazer as coisas. Pecuarista é quem cria vaca, boi, essas coisas. Pecuarista é mais pra dinheiro, é aquele que quer explorar o animal até a última gota, tudo que ele puder e não tá nem aí. No agricultor também, alguns usam transgênico em tudo, mas a maioria acho mais simples.

É o homem do campo, o homem simples. Que não precisa de tanta coisa. Se bem que hoje você vai nos confins do Brasil e a pessoa tem uma parabólica e uma TV de plasma. Mas o agricultor pra mim é o cara que optou por uma vida mais simples. Já o pecuarista pra mim é o grande empresário. O cara que trabalha com os bichos é o homem de vida simples. (Entrevista com Equipe 3. Curitiba, 2013).

Vizinho 8: É aquele que vive da terra, tem o pequeno, o grande, não sei de qual você tá falando. Mas é aquele que realmente vive da terra, explora a terra pra sua sobrevivência. (E o pecuarista) é aquele que fica criando bicho, mas que não venha criar aqui perto de mim (risos).

P: Mas cria o bicho pra vender?

Vizinho 8: É, pra vender, pro abate, pra leite, pra vender.

Por outro lado, vê-se em alguns depoimentos de membros da equipe e no de uma estudante, praticante de agricultura urbana, uma compreensão mais próxima à dos integrantes a respeito do que seriam a agricultura e a pecuária, não necessariamente associadas à finalidade comercial, às grandes escalas de produção ou ao meio rural. Nesses casos, tais atividades, ou ao menos a agricultura, são vistas amplamente como formas de produzir alimentos.

P: Como você definiria agricultura?

Equipe 1: O mais simples eu acho que seria a produção de alimentos. Só. Daí tem muitas variantes. Pode ser a grande escala, pode ser muito menor, num quintal, em muitos hectares, pendurado, no chão. Como uma forma de ter recursos econômicos ou como uma forma de ter alimentos e fazer comida, que é diferente.

Equipe 2: É a arte de plantar. A finalidade eu acho que é a gente plantar pra se alimentar, só que hoje em dia o pensamento das pessoas é alimentar o mundo né, então por isso que tem essa produção de monocultura, que na verdade não é a agricultura né, você planta uma cultura só.

P: Como você definiria um agricultor, então?

Equipe 2: Alguém que planta. Na cidade ou no campo, indiferente.

P: E um pecuarista?

Equipe 2: Já é quem cria o animal né? O ideal seria um agricultor pecuarista, que tem os dois.

Todo mundo é um pouquinho agricultor né? Mexendo com a terra, plantando, eu acho que todo mundo é ou tem um pouquinho de agricultor. (Entrevista com Estudante 5. Curitiba, 2013).

De todo modo, a maioria dos entrevistados considera que os integrantes da *Quinta da Videira* são agricultores e pecuaristas. Contudo, aqueles que acreditam que essas atividades envolvem finalidade comercial os enquadram assim por verificarem a existência de práticas de comercialização, ainda que não como um propósito principal. Nesse caso, a experiência da *Quinta da Videira* não gera um rompimento com o sentido construído de agricultura ou pecuária como uma atividade voltada à geração de renda. O mesmo ocorre junto a um vizinho e a uma estudante, para quem os integrantes não se caracterizam como agricultores ou pecuaristas justamente pelo fato do trabalho não visar o lucro.

P: Eles ali, seriam agricultores? Pecuaristas?

Estudante 6: Pra mim já não seriam, porque não tão visando o lucro. São pessoas comuns, como a gente, só que tiveram a coragem de plantar, de viver da produção deles.

Não sei te dizer, porque eu só vejo daqui. Vejo meia dúzia de plantas, olha, o meu pai era muito mais... Nossa, não. Não vejo não. (Entrevista com Vizinho 8. Curitiba, 2013).

Em relação à pecuária em específico, tal constatação se aplica, ainda, ao caso de uma estudante e de um membro da equipe, que acreditam que, por efetivamente criarem os animais, os integrantes não são pecuaristas, remetendo à associação com a figura do grande empresário. A escala, portanto, também é utilizada como parâmetro de avaliação.

Acho que pecuarista é quem mexe com carne, com boi, com criação. Quem cria animal em casa eu acho que é criador, pecuarista eu acho que é grande produtor. (Entrevista com Estudante 5. Curitiba, 2013).

Todavia, tais compreensões não se aplicam, na maioria dos casos, quando se questiona o que os entrevistados entendem por agricultura urbana. Neste ponto, muitos citam a *Quinta da Videira* como exemplo para essa definição – mesmo aqueles que não consideram que os integrantes são agricultores. Infere-se, então, que apesar da experiência não romper, em muitos casos, com a ideia de agricultura com a finalidade de venda ou grande escala, aponta, por outro lado, para a construção do sentido de que o praticante de agricultura urbana é uma outra figura, não necessariamente profissional, como também entendem os integrantes.

P: O que você entende por agricultura urbana?

Estudante 2: Que é um modo de produção simples nas cidades, terrenos pequenos, é o que a gente viu hoje lá.

Basicamente isso que eles fazem. Talvez não imaginava que produzisse tanto. Mas você produzir no espaço que você tem, no meio urbano em que você vive. (Entrevista com Estudante 6. Curitiba, 2013).

P: Dá pra dizer que eles são agricultores, pecuaristas?

Estudante 3: Eu acho que dá, mas é difícil de você associar a imagem deles com um agricultor e pecuarista. Agricultor dá a ideia de larga escala. Grande produção.

Contudo, ainda sobre os sentidos relacionados à agricultura em si, percebe-se em algumas falas uma associação desta com a questão da pobreza, a exemplo do que trazem os relatos anteriormente citados sobre a transição rural-urbana vivida no bairro do Mossunguê, indicando que há algumas décadas “mexer com horta era considerado coisa de pobre”. Assim também se vê no depoimento de um dos vizinhos, quando arguido sobre como definiria um agricultor:

É o que trabalha e ganha pouco. Na rocinha dele, no cantinho dele lá. O agricultor mesmo não existe, existe lá que nem tem pra São José dos Pinhais, essa senhora que eu conheço, mas o resto é tudo coisa mecanizada. Tem empregado, lucro. Agora, o cara que trabalha sozinho pra ele mesmo... É um coitado. Não tem, uma geada que nem deu esses tempos, acaba tudo. Aí o cara vai viver, vai tentar pagar a conta mais um mês e tentar se recuperar. (Entrevista com Vizinho 7. Curitiba, 2013).

Sendo o morador mais antigo da rua contemplado pela pesquisa, este mesmo vizinho se refere à situação anterior do bairro, essencialmente rural, em termos de um cenário de pobreza. Quando questionado a respeito de eventuais mudanças observadas na região, ele afirma o seguinte:

Só tem um pedacinho aqui que tem uns pobres que ainda tão resistindo. O resto aí já tá tudo relativamente vendido, os condomínios aí né. (Entrevista com Vizinho 7. Curitiba, 2013).

De fato, emerge entre alguns entrevistados a noção de agricultura como algo que remete a um passado superado pela modernidade urbana, como indica a afirmação de Porto-Gonçalves (2006, p. 62, grifos do autor) de que “[...] ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria”.

Conforme apresentado no Capítulo 3, embora a agricultura urbana venha sendo retratada como uma tendência mundial na atualidade, negando sua possível compreensão como uma prática antiga propensa a desaparecer, vê-se também que grande parte dos incentivos e legitimações institucionais que ela vem recebendo podem corroborar com seu entendimento como algo destinado às populações de baixa renda. Isso vem ao encontro de outro aspecto identificado entre as intencionalidades comunicativas da *Quinta da Videira*: construir o sentido de que produzir a própria comida, lidar com as plantas e os animais e assumir a responsabilidade pelo manejo dos resíduos no âmbito doméstico é algo “bacana”.

Enquanto a gente for lá fazer agricultura urbana embaixo da linha de luz, a gente vai reforçar a ideia de que isso é coisa de pobre. Quando a gente, classe média, educado, que mora bem, faz isso, eu passo a passar uma imagem de que isso é uma coisa bacana, isso é coisa de gente bacana. Eu acho que a gente cria uma outra possibilidade dentre as várias que as pessoas podem seguir. Pô, legal andar vestido igual ao doutor Claudio, igual a um mendigão. (Entrevista com Claudio Oliver. Curitiba, 2013).

Tal sentido é encontrado principalmente entre os membros da equipe e alguns vizinhos, cujas falas sugerem que a chegada do grupo significou uma revalorização de atividades que haviam, no passado, causado constrangimento, e hoje trazem satisfação. Observa-se, por exemplo, o orgulho de ter conhecimentos que atualmente a maioria das pessoas não têm, de ver uma série de voluntários, principalmente jovens, interessando-se por aprender essas atividades, bem como o

reconhecimento que elas ganham da comunidade acadêmica e da imprensa por conta da iniciativa.

Eles querem mostrar pro mundo que é bom ser assim, não precisa ter preconceito pra você plantar. Porque tem muita gente que, nossa, agricultor, que nojo, mas não tem nada a ver, é super bom. E é bom mexer na terra, é bom ter essa relação. É a coisa mais importante pra sobrevivência: você planta o que você come. (Entrevista com Equipe 2. Curitiba, 2013).

Vizinho 3: Eu desde pequenininho ajudei meu pai, depois quando comecei a jogar bola, comecei a sair, pra eu carpir alguma coisa ali... eu não queria nem a pau. Carpir, sujar a mão. Se um amigo meu me visse ali carpindo, eu me escondia, não queria que visse. O sarro, o *bullyng*, era uma espécie de um *bullyng*: “ô, passei lá, você tava carpindo”. “Ó lá o caipirão carpindo”. “Ajudando o papai”. E a gente tinha vergonha. Todo mundo fazia, mas fazia escondido, com medo que algum amigo visse você carpindo, varrendo, lavando uma calçada. Eu era o marceneiro do meu pai, fui sempre autodidata. Fazia galinheiro, fazia um monte de coisa. Eu também tinha um orgulho de fazer aquilo ali, tinha vergonha mas também tinha orgulho. Hoje em dia, vish... Tem piazada que vem aí não sabe o nome da ferramenta. Não sabe serrar, pregar, não sabe nada.

Vizinho 1: Não sabem nem cortar grama, os rapaz...

P: Você acha que hoje ainda tem esse constrangimento?

Vizinho 3: Tem, nossa... Aqui mesmo. Veja se você encontra alguma criança, algum vizinho varrendo uma calçada, ajudando a mãe a recolher a roupa. Mas você não vê é nunca! Tanto é que hoje tem máquina que só falta pendurar a roupa. Tem cara que chega ali, quando tem aula eu vejo que, vamos colocar em porcentagem: 30% presta atenção, e 10 ou 20 que se interessam, perguntam. Os outros ficam lá no canto, celularzinho na mão. Não sei se eu tô exagerando, mas acho que não. Quando troca a aula por trabalho... Eu tenho que sair de perto, porque eu dou risada! Eu tenho isso de berço, e eu acho engraçado a pessoa não saber o que é um martelo, não saber serrar. Eu acho super engraçado esse negócio (risos). Agora coloca na ponta dos dedos, quantas pessoas vêm aqui, olham, querem ser voluntário, mas quando vê que tem que pegar no esterco do cabrito, limpar o coelho... Tchau! É difícil achar gente que queira sujar a mão. E hoje eu vejo o pessoal ali, no começo era difícil, hoje vão lá sem dó, não têm medo, não têm nojo. Isso eu acho muito legal, a parte dos voluntários.

Por outro lado, alguns vizinhos relacionam a paisagem do quintal com sujeira, remetendo, mais uma vez, à ideia de que tais atividades não são coerentes com o espaço urbano ou com um bairro como o Mossunguê em seu atual perfil.

Vizinho 7: O que os caras têm aí é brincadeira. É uma coisa. Bonito é limpinho, que nem eu tenho meu terreno (em referência ao gramado), tenho tudo aí atrás, tenho minhas plantinhas. Tenho uma aroeira ali, até meus vizinhos do condomínio do fundo pedem se pode cortar, eu digo, posso cortar. Se vocês forem lá na Prefeitura e ver quantos protocolos eu tenho pra tentar cortar aquilo lá, é uma aroeira. Eles não permitem que eu corte um galho. Pra mim é indiferente. Quer dizer, se eu pudesse cortar, era um mato a menos, mas eles também não permitem.

P: O senhor acha que ainda tem espaço pra agricultura na cidade?

Vizinho 7: Eu acho que uma plantaçãozinha, que nem, eu tenho rosa, uma florzinha, um negócio, vai. Agora não tem como você fazer uma plantação. Pode até fazer uma hortinha, eu tenho umas cebolinhas, tenho salsinha, tenho pé de couve.

Vizinho 8: Parece uma favela olhando daqui. Cheio de lata com planta dentro, bem feio ainda por cima.

P: A questão estética é um incômodo?

Vizinho 8: Eu acho feio. Ah, não ligo muito, mas que não é bonito não é. Mas quanto a isso não vem a incomodar. Acho que o que incomoda sim é a situação dos bichinhos e tudo o mais, e dizer que tem uma agricultura ali. Não... Isso aí é uma meia dúzia de alface. Eu não vejo, não vejo como um projeto desse é tocado aqui. Pela característica do bairro, pelos bichinhos, que tão presos, tão confinados, e pelo incômodo aos vizinhos também. Está deslocado, aqui não é o local pra isso. Talvez haja uma grande vontade deles para isso, mas que eles aluguem uma chacinha, aí dá pra desenvolver.

Imagina, é uma região que é cara, super valorizada, e você tem que dividir a sua casa com uma cabra? Se eu quisesse dividir eu tava morando lá no, sei lá, Campo Magro. Zona rural. Não na zona urbana. (Entrevista com Vizinho 9. Curitiba, 2013).

Pode-se inferir, portanto, que parte da perspectiva desfavorável à experiência encontrada junto a estes vizinhos tem a ver com como se entende que deve ser o espaço da cidade, separado das práticas ditas “rurais”.

6.2. OS ANIMAIS NA AGRICULTURA URBANA

As falas acima se desdobram acerca da segunda discussão identificada: a criação animal faz parte da agricultura urbana? Para os integrantes, a presença de animais de produção na cidade não só é uma possibilidade como algo de extrema relevância. Por outro lado, vê-se que a maior parte dos incentivos ou projetos voltados à agricultura urbana na atualidade excluem a criação animal, a exemplo da postura adotada pela FAO (2012b) ao direcionar programas para a horticultura urbana, como relatado no Capítulo 3.

Deste modo, identifica-se junto à *Quinta da Videira* uma tentativa de consolidar a noção de agricultura urbana incluindo a atividade pecuária – o que envolve o enfrentamento da proibição legal às criações animais. Tal postura leva em conta uma série de motivações: a obtenção de produtos e “serviços” animais, a importância destes para fechar o ciclo de nutrientes na propriedade e o

entendimento de que o cuidado com os mesmos faz parte do “cuidado com a Criação”. Dessa forma, a agricultura urbana é relatada, ainda, como um meio de preservar raças e espécies da extinção, assim como a iniciativa busca fazer em relação às hortaliças tradicionais e não convencionais.

Pra gente (a inclusão dos animais) é fundamental, porque a relação animal-planta é importante. Um dos grandes caos que a agricultura causou foi separar animal de planta. Aí você tem propriedades especializadas em produção de planta que são deficientes em nutrientes de solo e têm que ficar importando insumo, e propriedades de pecuária que têm tanto esterco que se torna um passivo ambiental. Só que o imaginário das pessoas urbanas com os animais agrícolas é impensável. Isso é uma coisa que me surpreende, ou me assombra. A velocidade com que a gente conseguiu passar por cima de uma tradição, uma coisa tão cotidiana, corriqueira, como tão rápido o animal agrícola foi rechaçado da área urbana. Com justificativas absurdas, que animal agrícola é transmissor de doença. Sendo que cachorro e gato são os que têm mais patógenos, por isso que você nem usa o esterco na agricultura. O cuidado com a Criação envolve os animais. E aí quando a gente fez a divulgação do curso de criação de galinhas, os vegetarianos caíram matando. Essa é uma debilidade do nosso meio de comunicação (em relação ao Facebook), que acaba chegando em um monte de gente que não tem o menor interesse em criação animal, porque acham um absurdo você usar o animal na produção. E aí é a tal loucura... Por que criar um animal pra comer é diferente de criar alface pra comer? A história da evolução humana tá diretamente relacionada com a desses animais. A gente coevoluiu, assim como as plantas. É uma relação de troca mesmo, de contribuição mútua. Tem muitos animais desses que nem mais sobrevivem no meio natural. Galinha, boi, porco, a gente. Joga numa floresta, esqueça. Esses animais criaram uma dependência de viver junto com o ser humano e o ser humano criou uma dependência de viver com eles. É uma codependência. A questão é até que ponto essa codependência é opressiva pra um dos lados. Quando eu forço um animal a produzir, eu tô oprimindo esse animal. Eu acredito que, do mesmo modo, quando eu pego um animal desse e tiro ele dessa relação com o ser humano, eu tô do mesmo modo oprimindo ele. Porque eu tô rompendo essa relação de codependência. Então o que eu faço? Eu destruo essa genética e extingo uma espécie? Ou eu assumo que a gente fez isso, e já que eu tirei esse animal do seu meio natural e domestiquei ele, eu assumo a responsabilidade por essa genética pra que não deixe de existir? O que é pior? Quando a gente pega um coelho, uma galinha, a gente criou as condições para que esses animais não vivessem mais. O que a gente faz aqui com as cabras, por exemplo, com as galinhas, a gente tá cuidando dessa genética. A gente sempre fala isso, isso aqui é um banco genético. A gente tá cuidando dessa raça para que ela não se perca como se perderam outras. A gente tá reintroduzindo uma cabra que foi extinta no Paraná. E se continuar nesse processo maluco de melhoramento genético, ou pioramento genético, daqui a pouco não vai ter nem essa. Por exemplo, a cabra selvagem não existe mais. E nunca mais vai existir. E como é que eu observo e cuido disso? Essa é a nossa pergunta. E a resposta muda. Pode ser coerente num momento fazer uma coisa, depois você fez e refletiu e viu que não era isso. Pra gente mesmo, em algum momento era mais coerente deixar os animais aí. Vamos ser vegetarianos. E depois, continuando a observação, na lógica do cuidado, a gente se perguntou: e se todo mundo virar vegetariano? Essa genética vai deixar de existir. E aí como é que eu tenho esse animal ao meu lado, de maneira respeitosa? Eu ajudo ele, ele me ajuda. A gente tá tentando, não é ideal. (Entrevista com Eduardo Feniman. Curitiba, 2013).

Nota-se, dessa forma, que as críticas em relação à inclusão dos animais no arranjo ocorrem não só por parte dos vizinhos, mas também de pessoas ligadas ao vegetarianismo. Por sua vez, como mencionado no Capítulo 2, os integrantes afirmam que sua busca é por estabelecer uma relação de troca com os animais, sem tomá-los como “bichos de estimação”, numa tentativa de reproduzir os ciclos da natureza.

Olha, os animais aí são pra mim unidades processadoras de resíduos. Só isso. Não são *pet*¹⁰⁵, não são animais de produção que eu tenho que botar grana pra eles produzirem. Eles são excelentes ferramentas naturais. O que eu tento fazer aqui é reproduzir os ciclos naturais do mundo. Na natureza não tem lixo por quê? Porque tem alguém que come. A gente tem lixo por quê? Porque não tem alguém que come, a não ser rato, barata, urubu, cachorro. Não tem floresta fedida. Porque tem bichinho comendo. Então a gente tenta reproduzir isso, o mais possível. É longe né. Não sei se eu vou conseguir reproduzir a beleza da natureza. A abundância. Os índios já sacaram isso, eles fazem uma agricultura bacana, muito interessante. Mas é a longo prazo, 500 anos, mil anos. (Entrevista com Claudio Oliver. Curitiba, 2013).

Do ponto de vista da maioria dos estudantes, dos membros da equipe e de alguns vizinhos, entende-se que a criação animal faz ou pode fazer parte da agricultura urbana, desde que se faça o manejo adequado – e a *Quinta da Videira* é, nesse caso, apontada como uma prova de que isso é possível (embora um estudante pondere sobre a questão legal). Uma estudante, por exemplo, incorpora a criação animal ao próprio entendimento que faz do conceito de agricultura urbana. Nota-se também que a iniciativa se trata, para muitos entrevistados, da primeira experiência conhecida envolvendo animais.

P: O que você entende por agricultura urbana?

Estudante 4: Criar tanto animais quanto plantar, também, dentro da cidade.

P: É possível incluir os animais na agricultura urbana?

Equipe 4: Ah, sim. Se tem cuidado com a higiene, com não incomodar os vizinhos, eu acho que sim. Não tem problema nenhum.

Algumas pessoas falam, ah, eu não vou criar porque incomoda, incomoda a gente, incomoda o vizinho, tem cheiro, tem barulho, e eles tão conseguindo provar que não. (Entrevista com Estudante 5. Curitiba, 2013).

Estudante 3: Eu acho que esse ponto é muito delicado. Eu procuro sempre ver os dois lados. Existe uma lei que não permite que ele tenha animais lá, mas eu vi que não prejudica muito né. Eu acho que apesar de ser proibido

¹⁰⁵ Animal de estimação (tradução livre).

eles tão fazendo pra provar. Que nem o Claudio brincou: “tá fedendo”? A parte dos animais não tá fedendo.

P: Você não sentiu nenhum cheiro?

Estudante 3: Não, achei até bem engraçado, porque se for comparar, né, com outros tipos de produção, é bem diferente.

Contudo, uma estudante e dois membros da equipe levantam dúvidas e questionamentos a respeito do espaço que pode ser proporcionado aos animais nesse tipo de arranjo. Segundo eles, a área dedicada aos mesmos na *Quinta da Videira* é muito pequena. Surgem ponderamentos, então, sobre as condições para manter criações animais na cidade, devido a essa questão.

No caso dos animais, se você for pensar em bem-estar animal, até seria o ideal não ter tanto animal em um espaço pequeno. (Entrevista com Estudante 6. Curitiba, 2013).

Na verdade eu acho que ali o espaço é muito pequeno pros animais. Eu entendo que tem essa relação dos animais com as plantas, com a compostagem, mas eu acho ainda que uma cabra deveria ficar solta. Ainda mais que a cabra é um animal super ativo, eles precisam tar fazendo alguma coisa todo o tempo, então acho que eles precisavam de um espaço. E os outros bichos também, as galinhas, os coelhos, é muito pequeno. Só que ali não tem espaço mesmo pra você por. Então acho que ou eles deveriam diminuir a quantidade de animais, ou procurar um espaço maior pra colocar os animais mesmo. (Entrevista com Equipe 2. Curitiba, 2013).

Eu não concordo com uma coisa: eu não concordo com as cabras ficarem presas, vai contra os meus princípios, eu sou totalmente a favor dos animais livres. Mas tudo bem, eu sei que as pessoas querem consumir os produtos, então se vai criar, pelo menos que seja de um jeito menos impactante. Mas eu acho que o espaço das cabras é pouco, tinha que ser um cercado maior. De todos, do coelho também. Eu acho que lá eles são mais focados nessa parte de hortaliças, parece que eles se preocupam mais. Eu não consegui sentir uma preocupação exata com bem-estar animal. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

Como visto na fala anterior de Eduardo, os integrantes, por sua vez, dizem fazer “o que é possível”.

Eu não tenho nenhum compromisso de ser ideal. O tempo inteiro eu falo, pra mim isso é ser o possível. O ideal, essas cabras seriam selvagens morando numa montanha do Irã. E nem ia ter cabra porque no Brasil não tem cabra, porque esse animal é europeu. No Brasil eu ia tar criando capivara. Não ia tomar leite porque aqui não tem leite. Agora, eu não trabalho num mundo ideal, eu trabalho num mundo possível. E num mundo possível eu ando de carro, eu compro roupa, eu vou no shopping pagar conta, eu fui no banco hoje. Isso é o que me enche o saco de vegano, de vegetariano, dessas ideologias todas aí. Porque os caras dédédé. Pô meu irmão, esse é o mundo real. Então, olha, eu faço o possível, eu tô me movendo, eu tô andando. Eu adoraria perder conta de banco, não queria mais sair de casa, eu não quero viajar. Aliás eu odeio toda vez que eu tenho que fazer isso. É

super agressivo pra mim entrar no carro, ir no banco, viajar. Se eu pudesse eu andava pelado, mas não dá pô, eu vou ficar inventando, vou impor a minha vontade à dos outros? Eu estou nesse mundo, mas eu não sou desse mundo. (Entrevista com Claudio Oliver. Curitiba, 2013).

Todavia, para alguns vizinhos, a criação dos animais na *Quinta da Videira* é interpretada como uma imposição, na medida em que o grupo as mantém, apesar de haver uma proibição às mesmas e diversas reclamações de outros moradores.

Não vejo necessidade, todos esses bichos pra meia dúzia de pé de alface. Realmente, eles tão agredindo. Tem um monte de gente reclamando e não importa. Tão impondo uma coisa deles. (Entrevista com Vizinho 8. Curitiba, 2013).

Por outro lado, as falas dos vizinhos da Residência 1 indicam que as reclamações feitas por moradores mais recentes do bairro a respeito da “sujeira” associada às práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos, em detrimento do histórico rural do local, também são vistas como algo agressivo.

Vizinho 2: Tem um pessoal aí que reclama.
P: Que impressão isso gera pra vocês, que viram essa mudança toda, de um bairro que era rural, ficou urbano e de repente tem essas reclamações?
Vizinho 2: É agressivo... É agressivo, né?
Vizinho 1: Claro que é agressivo.
Vizinho 2: Eu vejo isso como uma ignorância, assim. [...] Tudo sempre tem que tar muito limpo, muito em ordem, mas a perspectiva o que que é? É o aqui e agora. Não é o amanhã.

Vê-se que as criações animais da *Quinta da Videira* são bastante criticadas por três dos vizinhos contemplados. O mesmo ocorre com a compostagem de resíduos incluindo esterco, à qual um quarto vizinho também se opõe. Logo, nestes casos, o contato com a experiência não ajuda a construir uma noção de agricultura urbana que envolva a criação animal; pelo contrário, esses vizinhos se apropriam de aspectos da própria *Quinta da Videira* para argumentar que esse tipo de atividade é descabida no ambiente urbano, a exemplo do espaço destinado aos viveiros dos animais.

É difícil avaliar até que ponto esse incômodo poderia se dar pelo possível fato da *Quinta da Videira* se contrapor à visão de mundo ou ao sentido atribuído à cidade por essas pessoas, comprovando o que sugere o trabalho de Bouvier (2013), por exemplo, ou apenas por fatores objetivos como os odores e a presença de insetos, cujas fontes ou causas não são oficialmente constatadas. Como visto anteriormente,

os integrantes da *Quinta da Videira* atribuem tais problemas à poluição de um rio que passa entre as propriedades, entre outros fatores do bairro. De fato, um vizinho faz referência a um “problema no esgoto”, mas ainda assim, associa-o às práticas do grupo.

Eu acho que é coisa que não deve ser feita (em referência à compostagem com esterco). Eu acho que, pra região, pelo imposto que eu pago aqui, quando é calor você sentir cheiro... Tanto é que ali foi mexido esses tempos, dava problema no esgoto. (Entrevista com Vizinho 7. Curitiba, 2013).

De todo modo, considera-se que pode haver uma combinação de ambos os pontos. Com base na vivência na *Quinta da Videira*, não se descarta a eventual ocorrência de cheiros e barulhos característicos dos animais. Cabe refletir, contudo, que o mesmo cheiro ou barulho que causa incômodo para alguns vizinhos é aceito por outros como um benefício, por lhes lembrar a atmosfera de um sítio ou retomar um hábito que eles mesmos tinham, como se viu anteriormente nos depoimentos das Residências 1 e 2. Logo, pode-se inferir que os níveis de tolerância ou receptividade às criações animais têm alguma relação com os sentidos estabelecidos para cidade e campo – naturalmente, quem gosta dos animais tende a ter uma tolerância maior à sua presença em qualquer local, enquanto que, no caso contrário, reivindica-se a manutenção da cidade como um espaço afastado ou livre dos mesmos. É o que se verbaliza numa fala anterior do Vizinho 9, ao afirmar que se quisesse conviver com animais iria morar na área rural.

Outro ponto identificado, conforme se vê na fala acima, é que tais vizinhos dizem não compreender qual é a necessidade ou importância da presença dos animais e/ou da compostagem com esterco no meio urbano, uma vez que, a seu ver, isso “não vai dar dinheiro”, tampouco é relevante no trabalho de cunho ambiental que dizem perceber junto à iniciativa. Nestes casos, a relação com os animais parece ser compreendida de forma negativa – cabendo lembrar, contudo, que não se constata entre eles uma observação de como é feito o trato dos mesmos.

P: O que você entende por isso (agricultura urbana)?

Vizinho 8: Eu pensava talvez assim pra consumo, plantar alguma coisa, como eu gostava de fazer, de plantar uma meia dúzia de alface, uma cenoura, uns rabanetes, um pé de couve, cheirinho verde, salsa, alecrim, tal, umas coisinhas pro teu consumo. Mas pra isso eu não precisaria tar com bicho, fazendo o adubo. Não, é aquela que você mesma faz com seu

adubinho, suas casquinhas. Dá até pena ver esses cabritos aí tudo preso numa gaiolinha. Eu vejo dessa maneira. Eu cresci em chácara, nunca a gente teve bichinho preso numa gaiolinha dessas, eu não acho legal não. Façam suas plantinhas e tal, mas criem esses animais em outro lugar.

Vizinho 9: Eles aumentaram, ele conseguiu mais dois lugares ali pra colocar os bichos. Esses animais podem transmitir doenças pra gente, e até doenças de difícil diagnóstico, porque não são doenças humanas. E eu procurei até, como disseram que era coisa que existia na Europa, eu fui atrás pra me informar. Mas a maneira como as coisas são feitas é diferente. Você não vai ver no meio de Paris um monte de cabra. Não pesquisei profundamente, mas não vi nada em centro de cidade.

P: O fato de estarem na cidade não faz sentido então?

Vizinho 9: Pra mim nenhum. Se a gente morasse no Japão, que não tem terra, talvez eu até entendesse. Mas aqui... Não faz sentido. Ele tem uns projetos que são super bacanas, da compostagem, de lixo, do lixo orgânico, da própria agricultura orgânica. Isso eu acho super bacana, uma coisa que realmente tem que investir. Porém, criação de animal não entra. Eu não entendo o que a criação de animal tem a ver com isso. Meu problema não é a horta, aliás de todos aqui, não é a horta. As plantas não vão trazer problema algum, ao contrário, é um benefício né.

P: Você acha que é possível falar numa agricultura urbana?

Vizinho 9: Desde que envolva só plantas. Agricultura pra mim envolve planta, não animal.

Além da questão do espaço dos viveiros, aparece na fala de um vizinho o entendimento de que os animais estariam presentes para “chamar a atenção” para o projeto.

Eles tão mostrando os bichinhos, eu não sei o que que leva a pessoa a ter os bichinhos pra mostrar os bichinhos. Pra chamar a atenção das pessoas? Então, as pessoas sentem um afeto por aquilo ali e se interessam. (Entrevista com Vizinho 7. Curitiba, 2013).

Todavia, aparentemente, o ponto que gera maior incômodo pode não ser tanto a presença das criações animais em si, mas a sua escala, disposição na propriedade e regulamentação – o que provavelmente envolve a compreensão de que tal prática foi proibida porque pode causar problemas sanitários. Uma vizinha afirma que vê um caráter benéfico nas atividades, desde que sejam normatizadas.

A quantidade de abaixo-assinado que nossa vila fez pra tirar esses caras daqui é imensa, daí diz que é vinculado à Prefeitura, não pode. Então tá bom, pode ficar, mas então vamos normatizar. Adestra os animais, tira esse orgânico ou coloca de uma forma que não fique fedendo. Assim, aleatoriamente, largadamente, eu acho terrível. Minha opinião é a seguinte: você tem que fazer isso e até na cidade, mas talvez não nesse nível. Você pode fazer, você deve fazer, tem que cuidar do meio ambiente, mas tá faltando alguém botar regras. Dependendo de como centralizar isso, não vai vir cheiro pra ninguém, não vai vir mosca pra ninguém. Porque se você tem

isso super bem condicionado, não vai dar mosca. (Entrevista com Vizinho 6. Curitiba, 2013).

Tal concepção não deixa de estar em consonância com a perspectiva da *Quinta da Videira* de enfrentar a proibição, no intuito de que as criações animais sejam reintroduzidas no ambiente urbano, salvaguardando o manejo adequado.

Quanto ao porquê da presença dos animais, entre os estudantes, entrevistados da equipe e parte dos vizinhos, compreende-se, em geral, que se trata de uma troca de produtos e serviços e uma forma de fechar o ciclo dos nutrientes na propriedade.

P: Por que você acha que eles fazem questão de ter os animais ali?

Estudante 2: Porque esses animais vão contribuir pro consumo deles, por bem-estar deles também, os animais fornecem alimento e contribuem com outros fatores, tipo os porquinhos-da-Índia que comem a grama, eles não precisam cortar grama daí. Porque ajuda. A interação né, um ajuda o outro.

Eu acho que se eles tirarem os animais não vai dar a ideia da relação com o ambiente. Acho que perde um pouco a lógica. (Entrevista com Estudante 3. Curitiba, 2013).

Todo mundo fala, ai, bicho dá incômodo. Pra eles, bicho dá solução. Em forma de carne, de leite, de cortador de grama, de companhia, de componente pra adubo. Daí eles conseguem manter uma relação entre os animais e o que eles produzem sem gerar nenhum incômodo. Nem entre eles, nem entre os animais. (Entrevista com Estudante 5. Curitiba, 2013).

O Claudio falou pra gente que eles tão tentando fazer um ciclo, em que o primeiro predador é o humano, que tá lá cuidando deles. Depois tem os ruminantes, que é a cabra, depois os menores, que são os coelhos, e o que já nem o coelho come, tem as galinhas que comem. E ainda o cocô das galinhas, as minhocas comem. É pra fazer um ciclo completo. E o cocô das minhocas é bom para as plantas, que as pessoas vão comer. É tentar fazer uma convivência o mais útil, que se ajudam um ao outro. É o que tão tentando fazer, um ciclo que ninguém fique fora. (Entrevista com Equipe 4. Curitiba, 2013).

Junto a esses interlocutores, observa-se, então, a construção de um sentido de importância para tal prática. Uma pessoa fala também na questão da preservação de raças ou espécies.

É, o adubo né. Ajuda na preservação, na produção do leite, na continuidade aí dos bichinhos. É uma forma de continuidade também. (Entrevista com Vizinho 2. Curitiba, 2013).

Vê-se, portanto, que para a maioria dos entrevistados a presença dos animais é considerada importante no que se refere à sustentabilidade da *Quinta da Videira* – a qual, por sua vez, remete principalmente à questão da agricultura urbana como forma de cuidado ambiental, mas também à de redução da dependência do sistema convencional.

No caso da cabra, por causa do leite. Porque eles querem ser autossuficientes, autossustentáveis. Eu acho que eles têm os animais por isso, porque eles têm benefícios, então eles têm leite disponível, os ovos das galinhas, o coelho tem a carne. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

Por outro lado, junto a alguns entrevistados, a presença dos animais e a forma como são tratados chama a atenção para uma postura de respeito ou de amizade das pessoas perante os mesmos. Para um membro da equipe, isso se reflete inclusive sobre os hábitos alimentares do grupo, no que tange à redução da quantidade de carne incluída nas refeições, como relatado anteriormente.

Tem o cuidado com os animais, o respeito com os bichos. Eles não são o principal prato, que é o que muita gente come né, a carne é o principal sempre. Aquilo que você vai comer não é uma coisa. Você tem que ver que existe um sacrifício nisso tudo. Então é uma coisa pra se honrar. Os bichinhos têm nome, as plantas têm nome. (Entrevista com Equipe 5. Curitiba, 2013).

A exemplo de uma fala de Equipe 2 constante na categoria anterior, mencionando a relação com os animais “como se fosse alma com alma”, vê-se também, principalmente nas falas de Estudante 6 e Vizinho 3, que o contato com a experiência leva a uma compreensão do ser humano como um “integrante da natureza” e a uma reflexão e/ou mudança de perspectiva sobre como pode se dar a relação humana com os animais envolvidos na alimentação. Algo que parece chamar bastante atenção são os modos de abate (embora nenhum dos estudantes tenha efetivamente presenciado uma destas ocasiões – logo, suas respostas são baseadas no que dizem os integrantes).

Eu acho que respeito, talvez, é uma palavra que define bastante. De respeitar os animais, de fazer um método de abate que não cause muita dor neles. (Entrevista com Estudante 3. Curitiba, 2013).

Minha tia tinha cabra também, o quintal era muito grande, ela morava na região metropolitana. E as cabras eram muito nervosas, eu morria de medo, porque a gente chegava perto e elas saiam correndo atrás da gente. Aí

quando eu vi as cabrinhas ali quietinhas, pensei, bom, é um tratamento bem diferente mesmo. Nem lembro como minha tia tratava as cabras, mas ali dá pra ver que bem-estar animal existe mesmo, não só na alimentação, mas no contato do ser humano com o animal, nada abrupto. Fiquei pensando... Tudo bem que a gente escolheu alguns animais, inclusive cachorro e gato, desde o início a gente pegou esses animais pra gente mesmo, para o nosso bem e mais nada. Aí eu pensei, é verdade, mas não quer dizer que hoje a gente precise tratar com frieza, como se a única função daquele animal fosse nos fornecer carne, leite, nos proteger de alguma coisa. E ali não existe esse sentimento frio, vou criar isso aqui só porque eu quero a carne, ou o leite. Não, é uma relação mesmo, como dois integrantes da natureza, o ser humano e a cabra, o ser humano e a galinha, e o coelho. (Entrevista com Estudante 6. Curitiba, 2013).

Vizinho 3: O dia em que eu vi o Claudio matando, primeiro ele agradece. Agrada o bichinho, agradece o que ele fez e pelo que ele vai fazer de novo né, vai sustentar. Achei muito bonito, nunca tinha visto. É só você ver ali como que é o tratamento, os animais são todos queridos né. Tivemos a oportunidade de acompanhar o nascimento das cabrinhas.

P: Tem alguma diferença desse jeito de plantar, de criar bicho, daqueles que a gente compra no mercado?

Vizinho 3: Seria o ciclo normal da vida de um animal. Nas granjas, a vida de uma galinha é 35, 40 dias. Socada de comida, com luz na cara ali, não tem vida. E ali, como eu falei, é bonito você ver eles agradecerem o animal, deixar o animal viver o ciclo de vida dele ali, produzindo ovo, produzindo esterco. E a gente tratando eles bem. E você ter aquela carne do mercado, que é tudo ligeiro. Essa convivência, é quase uma amizade. Você não cria como um animal doméstico, mas vê o bicho crescer, vê tudo o que ele dá pra você, e quando vai pro abate, aí tem aquele agradecimento, pelo que já deu e ainda vai dar. Isso daí é muito bacana. Antigamente eu não pensava assim.

Entre os interlocutores da equipe e estudantes, apenas uma pessoa faz uma leitura mais crítica quanto à relação estabelecida com os animais na experiência, compreendendo que esta é melhor que a encontrada no sistema convencional, mas ainda assim, de exploração. A mesma pessoa também se refere às implicações que adotar uma relação de igualdade com os animais teria nos hábitos alimentares, mas afirma não perceber isso na *Quinta da Videira*.

Eu acho que é uma relação mais de tirar proveito do que viver harmonicamente. Pelo menos eu não senti essa preocupação mais humanitária, mais compassiva, tipo vamos conviver com os animais em harmonia e se possível a gente tira proveito dessa relação. Pegar o leite da cabra, tudo bem, a cabra vai produzir bastante leite, mais do que ela vai precisar. Dá pra usar o excedente. Só que isso envolveria uma mudança muito de cultura, não tomar leite todos os dias, consumir menos. E acho que isso não é tanto o objetivo deles. Mas lá as cabras têm contato saudável com o ser humano. Porque no sistema convencional, os animais não têm contato saudável com o ser humano, eles têm um contato traumático, sempre, sempre, vai chegar perto dos animais quando precisa vacinar, fazer um curativo, alguma coisa assim que incomoda, que causa estresse, e é sempre com grito, com machucado, bastão elétrico. Eu acho que é saudável a relação, eles tratam bem, não é aquela coisa do sistema de produção que tanto me incomoda, por exemplo. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

Ressalta-se que, na maioria dos casos, o cuidado com os animais não é entendido como um objetivo do grupo – eles são trazidos para o âmbito doméstico por outras motivações, e o tratamento “mais natural” ou afetivo parece ser visto quase como uma consequência da experiência ou das convicções pessoais dos integrantes. Apenas dois entrevistados da equipe, que demonstram conhecimento e/ou afinidade com o referencial espiritual do grupo, referem-se à tomada de postura dos integrantes como “cuidadores da Criação”, o que vale também para outros aspectos.

Equipe 1: Acho que tem a ver com a Criação. Uma coisa importante na *Quinta da Videira* é o ciclo dos nutrientes. É acreditar que a gente, como ser humano, vem da terra. Eles explicam assim que a gente não é um bonequinho de barro, que a gente é humus, vem da terra, ser humano, da matéria orgânica mesmo. Então, se pensando como uma criação de Deus, uma a mais, mas uma criação importante, onde Deus, sei lá, colocou vontade e outras capacidades que não colocou em outras espécies, fazer com que a responsabilidade e o privilégio de você cuidar, observar e conservar, fazer isso na sua vida inteira. Então daí o trabalho deles de recuperar o descarte de hortifrúti, que isso também é vida. O lixo vira vida, adubo, comida pras cabras ou pras galinhas e faz parte de todo o ciclo da vida, dos nutrientes, e você se serve daqueles produtos também. Então dos valores que a gente tava falando, é uma ligação com a terra, pensando na nossa origem, deixar de lado a individualidade, trabalhar em conjunto, não se pensar como autossuficiente, mas interdependente.

P: O que é a Criação?

Equipe 1: Pode ter a ver com meio ambiente, mas Criação é tudo que tem na terra, no céu e no mar... É diferente, pode ter a ver, mas difere.

P: No que difere?

Equipe 1: Criação é uma coisa transcendental, quase mais como um sentido, assim, na vida. Se você considera como Criação, então você considera que tem um criador. Que fabricou isso tudo, com um propósito talvez, onde você tem um papel. E onde tem muita diversidade, muita coisa pra admirar mas também pra observar e pra cuidar. Meio ambiente talvez é até um conceito fabricado, mais uma coisa que está aí e que poderia estar sem um criador. Você também faz parte dele, mas você é tipo o ator principal... No meio ambiente. Não sei.

P: Você já conhecia esse conceito de Criação antes?

Equipe 1: Sim, já conhecia, mas o legal é que eu nunca tinha visto, ou tinha visto poucas vezes, pessoas tão coerentes. Então eu acho que já conhecia demais (risos), já tinha ouvido falar muito desse jeito de pensar como Criação, criador, mas poucas pessoas que faziam mesmo, que faziam com que sua vida inteira fosse dedicada pra isso.

Todavia, vários entrevistados também percebem na iniciativa da *Quinta da Videira* uma motivação e/ou caráter de cuidado associado à noção de meio ambiente – o que encaminha à terceira discussão identificada.

6.3. A AGRICULTURA URBANA COMO FORMA DE CUIDADO AMBIENTAL

De modo geral, a questão do cuidado ambiental na *Quinta da Videira*, ou na agricultura urbana como um todo, é associada pelos entrevistados principalmente à manutenção de áreas verdes, à prática da agricultura orgânica (e, portanto, ao não uso de agrotóxicos) e à reciclagem de resíduos, que evita a geração de lixo e poluição. Uma pessoa também se refere à redução da necessidade de transporte, e outra à preservação da biodiversidade, com o banco de sementes.

A gente conhece muito pouco. Ele perguntou quantas espécies a gente conhece, a gente conhece três, quatro, de 1500... Eles tãem preservando isso é muito interessante. (Entrevista com Estudante 5. Curitiba, 2013).

Resgatam-se ainda duas declarações apresentadas na categoria anterior, que remetem à questão da comunicação: a de Estudante 3, no sentido de que os integrantes “responsabilizam a população no cuidado com o meio ambiente” por meio de suas atitudes, e a de Estudante 6, que vê o trabalho do grupo como uma forma de colocar a vizinhança “em contato com a natureza”. Logo, emergem neste ponto uma parte das funções indicadas na literatura para a agricultura urbana como possível resposta para a melhoria da qualidade ambiental nas cidades, como visto no Capítulo 3 – contudo, não são mencionadas a redução da impermeabilidade dos solos e o equilíbrio da temperatura.

Vê-se que, em geral, as associações da iniciativa com o cuidado ambiental estão diretamente relacionadas ao sentido que se atribui a meio ambiente. Em alguns casos, nota-se uma correlação do termo com problemas ambientais; em outros, com um espaço, um lugar, ou “áreas verdes”, e em outros, com a noção de “recursos”.

Vizinho 4: É que eles tão preservando o meio ambiente. Se eles utilizassem veneno, alguma coisa assim, até poderia reclamar, mas acho que não tem nada disso.

P: O que você entende por meio ambiente?

Vizinho 5: Meio ambiente é o meio em que vivemos, independente de área.

P: O que você entende por meio ambiente?

Vizinho 3: Não é isso aqui mais. Meio ambiente era o que tinha aqui na frente. Isso aí é uma selva de pedra. O cara deixa 10% do terreno com mato e fala que é ecologicamente correto. Quando a gente tinha um córrego ali

que tinha peixinho, aquilo ali era meio ambiente. Hoje, acabou. Meio ambiente não existe mais. Meio ambiente só tem uma secretaria agora.

P: E quando vem a horta, tem alguma coisa a ver com meio ambiente? Muda esse cenário?

Vizinho 3: Essa parte de reciclagem ajuda, essa horta, com o ciclo envolvendo o animal, ajuda o meio ambiente. Você não tá poluindo, você não tá jogando no lixão e deixando misturar o azeite da cozinha com o vaso que quebrou com a fralda da criança, que sai aquele chorume. O nosso chorume aqui ajuda, aquele lá, por mais correto que eles queiram fazer, falar que é, mas não é. Hoje você não calcula, não imagina o quanto o “giro” faz, de transformar aquela folha que ia lá pro lixão, você dar pra um bicho comer, transformar em adubo, em terra boa pra plantar, de onde você vai tirar uma alface natural, coisa linda, eu vejo esse lado.

O ambiente é o que dá o que eles precisam né? Eles vivem daquilo. A partir do momento que eles tão prejudicando... Tem a questão do exemplo também. Que o Eduardo comentou, o planeta já era, entendeu? A gente não vai conseguir reverter isso. O Claudio falou que a geração dele, acho que foi a última que ainda pegou uma fase boa no planeta. Agora, a nossa geração tem que se acostumar com os recursos que tem. E daí vem a sustentabilidade. (Entrevista com Estudante 3. Curitiba, 2013).

Como se vê, de modo geral, os entrevistados associam a relação entre meio ambiente e alimentação basicamente de duas formas, que são interligadas: a alimentação “vem” do meio ambiente ou faz parte dele – logo, a qualidade do meio ambiente afeta a da alimentação –, e a forma como se produz a alimentação afeta o meio ambiente.

P: Para você, a alimentação tem a ver com meio ambiente?

Equipe 4: Da natureza, do meio ambiente, você pode tirar a alimentação, para os humanos e para os animais. Foi sempre assim e ainda é. Tá relacionado completamente. (Entrevista com. Curitiba, 2013).

Acho que tem tudo a ver, a alimentação vem do meio ambiente. E dependendo da forma de cultivo, interfere no meio ambiente, na vida dos animais diretamente, basicamente isso. (Entrevista com Estudante 2. Curitiba, 2013).

Contudo, a primeira associação parece ser mais forte, já que, ao abordar essa relação, muitas falas remetem imediatamente à questão dos agrotóxicos, que, por sua vez, são relacionados com a “perda do sabor” dos alimentos e com a questão da saúde.

P: Para você, alimentação tem a ver com meio ambiente?

Equipe 3: Lógico. Um amigo da Casa da Videira falou que o arroz que se usa na grande produção tem selênio, mas com quantidades controladas. Frango também tem selênio. Selênio é cancerígeno. Então a gente acha que tá fazendo o máximo comendo arroz com frango e tá tomando doses homeopáticas de selênio. Eu tou impressionada, como tem gente com

câncer. Aí volta lá na plantação de arroz, na criação dos animais. Tem a questão econômica, que você tem que abastecer o mundo, tem muita gente que tem que comer. Mas de que forma que você tá fazendo o plantio, de que forma que você tá cuidando dessa comida pras pessoas? Então, o econômico tá se sobrepondo sobre à qualidade de vida, sobre a saúde, sobre uma série de coisas. É como se a gente tivesse minando a nossa própria vivência no planeta. Tudo bem que a gente avançou, que há um tempo atrás se morria de dor de barriga, mas... A gente podia tar muito melhor!

Acho que tem tudo a ver, porque a partir do momento que usa um exagero de agrotóxicos, você tá envenenando uma população inteira. (Entrevista com Vizinho 6. Curitiba, 2013).

Todavia, alguns entrevistados também dão destaque à questão dos impactos ambientais da produção de alimentos.

A maneira como a gente se alimenta, se for nos moldes em que se come hoje, o nosso meio ambiente não daria conta de dar comida pra essa gente toda. Tem gente até defendendo o controle demográfico! Aí vem o comentário de um cara falando dos transgênicos, que aumentam a produção e blablablabla, e cita o agronegócio como uma fonte muito importante de abundância nesse mundo. Aí eu perguntei assim, “tá, mas quem vive de soja, cana e milho?”. No máximo o milho, mas soja e cana serve pra fazer ração. Então se a gente come desse jeito, não vai dar conta mesmo. Por outro lado, se a gente entende que existe muito mais no meio ambiente em termos de abundância e variedade, por exemplo, um gramado desse pode virar salada pra muita gente, comida pra muita gente. Só que se for comer carne disso aqui, isso aqui não dá nem pra um bife, eu acho. Se colocar um bicho pra pastar aqui não dá pra um dia de comida. Então o jeito como você come afeta diretamente o meio ambiente. Fora toda a questão de veneno que se usa, patentes de sementes. (Entrevista com Equipe 5. Curitiba, 2013).

Assim, quanto aos entendimentos sobre a relação da *Quinta da Videira* com o cuidado ambiental, algo que emerge com força, além da produção orgânica, é a manutenção do ciclo dos nutrientes. Por sua vez, esta aparece, como abordado anteriormente, bastante ligada à noção de sustentabilidade. De fato, considerando os aportes de Cavalcanti (2012), por exemplo, um sistema só pode ser considerado sustentável se for cíclico e mantiver sua massa constante, sem depender de *inputs* externos e nem gerar *outputs* na forma de resíduos, como o próprio sistema da natureza.

P: O que é sustentabilidade?

Equipe 4: É o que não precisa gerar mais lixo ou mais gastos. Aqui, só com as coisas que tão fazendo, eles já tão criando uma coisa nova. Aproveitando o que outra pessoa já usou. Se fica num ciclo, não gasta nada. Não polui. Eles tentam fazer tudo o mais natural possível e o mais aproveitável, sustentável. Nem todas as pessoas que tão produzindo têm tanto cuidado pra que tudo seja útil pra outro animal ou pessoa. Eles cuidam muito disso

aqui. Estão preocupados com a continuidade do ciclo, as coisas naturais vão ficar seguindo um ciclo que, em teoria, é o natural, que existe em natureza faz muito tempo.

Estudante 6: Seria você usufruir daquilo que a natureza lhe oferece mas de forma a preservar, para que você sempre possa usufruir daquilo, e não só você como seus filhos, netos, bisnetos. Usufruir com consciência, com responsabilidade, e não pensar que aquilo é inesgotável.

P: Conhece alguma coisa que seja efetivamente sustentável hoje em dia? Que você olha e fala: “isso aqui é sustentável”?

Estudante 6: A Casa da Videira acho que é um exemplo. Mesmo o pessoal não gostando dessa palavra, “sustentável”. Fora a Casa da Videira... não saberia dizer um exemplo grande.

Por outro lado, um membro da equipe questiona se a *Quinta da Videira* pode se enquadrar na noção de sustentabilidade, uma vez que depende dos insumos externos provenientes do “giro” – o que indica, em sua concepção, que por mais que a tentativa da experiência seja “negar o sistema”, é justamente o fato do sistema convencional gerar tantos resíduos que a mantém.

P: O que você entende por sustentabilidade?

Equipe 2: Eu já li várias vezes essa palavra, mas nunca parei pra pensar o que quer dizer. Será que é o sistema que se sustenta, será que ele depende de alguma coisa? Porque querendo ou não, a *Quinta da Videira*, dizem que é um negócio sustentável, mas aí eu parei pra pensar: mas e se eles não tivessem as verduras que vêm do giro, isso vem do sistema, então, poxa, e se eles não tivessem, como iam fazer isso? Aí eu fico pensando, será que é sustentável, que não é, será que tem como alguma coisa ser sustentável? Não sei. Eu acho que tudo sempre depende alguma coisa do sistema. Acho que o sistema consegue fazer a gente depender dele sempre de alguma forma. Acho que inserido nesse sistema não tem como ser sustentável.

Vê-se também que a partir do contato com a experiência, alguns estudantes e membros da equipe passam a questionar o conceito de sustentabilidade – por vezes em decorrência direta da fala dos integrantes durante as visitas técnicas. Em dois casos, tal questionamento diz respeito à associação do termo com algo “da moda” ou algum tipo de militância.

P: O que você entende por sustentabilidade?

Estudante 2: Depois de hoje... sei lá! Eu diria que é se conviver de uma forma menos agressiva do que pode ser pro meio ambiente, pra natureza, praquilo que você precisa, porque você precisa da natureza. É você conviver de uma forma que não agrida tanto aquilo, porque de certa forma vai afetar sua vida no futuro. Acho que é isso.

P: Antes e depois de hoje, mudou alguma coisa na sua percepção de sustentabilidade?

Estudante 2: Mudou sim, porque eles falaram que tem várias definições pra sustentabilidade e que eles nem utilizam muito isso, então não sei... Depende. Hoje eu não conseguiria definir exatamente o que seria.

P: Você acha que o que eles fazem é sustentabilidade?

Estudante 2: Acho que é uma forma de sustentabilidade sim. Porque justamente isso, eles convivem ali, fazem as coisas pro próprio consumo, exploram a natureza mas não só, ajudam também a natureza de certa forma.

P: Para você, o que alimentação tem a ver com meio ambiente?

Estudante 3: Cadeia trófica entre os animais. Eu ia falar sobre sustentabilidade, mas depois da Casa da Videira fiquei pensando sobre o conceito de sustentabilidade.

P: O que entendia antes por sustentabilidade?

Estudante 3: Eu acho que é você utilizar bem os recursos de uma forma correta, sem danificar o ambiente. Utilizar os recursos de uma forma consciente.

P: E por que mudou? Ou, o que mudou?

Estudante 3: Na Casa da Videira a gente vê que com pouco, como o Eduardo comentou, todo mundo pode ter um papel nisso. Você não precisa ter aquele estereótipo de biochato, geralmente o termo sustentabilidade vem junto com coisas como, ah, vegetariano, ou até coisas políticas assim, até comunista. E tem o exemplo do Eduardo lá, que são pessoas simples que conseguem ter uma vida com sustentabilidade. Você pode ter uma vida sustentável sem fazer parte desses estereótipos.

P: Você viu sustentabilidade na *Quinta da Videira*?

Estudante 3: Com certeza, a questão de aproveitar tudo, conseguir gerir todos os seus resíduos. De uma forma natural, sem danificar o ambiente.

Eu meio que deixei esse conceito (de sustentabilidade) pra trás, porque ele é um conceito meio da modinha, eu nem sei se ele faz algum sentido nisso tudo. Ah, você tem que viver e causar o menor impacto no planeta terra, é uma teoria, não sei se tem muita prática. De certa forma ainda tô preocupado com a sustentabilidade, mas não como antes, que era uma bandeira de guerra. Sustentável mesmo eu acho que é um estilo de vida um pouco anterior, mais antigo, eu acho. Como dizem, que nossos avós tinham vidas mais sustentáveis que a gente, e essa palavra nem existia naquela época. A palavra não é necessária quando você tem um modo de vida que é mais coerente com um consumo menor, uma produção maior, uma relação melhor de comunidade, essas coisas todas. (Entrevista com Equipe 5. Curitiba, 2013).

Nota-se que, no caso dos vizinhos que têm uma perspectiva contrária à iniciativa, há uma percepção sobre a relação da mesma com a questão da sustentabilidade, mas de uma sustentabilidade que não diz respeito ao meio urbano, ou só diz respeito de forma parcial, quanto à reciclagem dos resíduos orgânicos, por exemplo, o que gera ou aumenta a dificuldade em compreender qual seria a finalidade da *Quinta da Videira*. Eles demonstram uma compreensão de que os agrotóxicos são um problema e reconhecem que o grupo quer fazer uma crítica a isso ao “incentivar a produção orgânica e a reciclagem”, mas a impressão é de que, no entendimento de alguns desses entrevistados, embora as pesquisas feitas na *Quinta da Videira* deem-se na cidade – talvez pela ligação com a UFPR –, sua aplicação seria voltada para o meio rural.

A gente depende do meio ambiente pra nossa alimentação, né? Da terra, do solo, da água, da chuva. Com certeza. [...] Talvez eles abordem isso aí, que é um desenvolvimento mantendo toda essa coisa né, a sustentabilidade. E eu vejo que nós temos que estar conscientes, todos nós temos que fazer nosso papel, mas eu não vejo necessidade, o porquê disso aí deles, não vai ajudar tanto nessa tal de sustentabilidade. Aqui dentro da cidade não. Nessa questão do adubo, porque nós falamos do lixo, isso faz parte. É uma das regras da sustentabilidade. Então vamos lá, vamos aproveitar nossas cascas e tal. Mas não como eles tão fazendo. (Entrevista com Vizinho 8. Curitiba, 2013).

Vizinho 9: Se ele fosse pra zona rural, perfeito. Agora, eu não vejo nem sentido pra eles tarem aqui. Não vejo sentido nenhum. [...] O que me disseram é que um trabalho para a Federal, e que daí ele ia tirar esses bichos daqui pra colocar numa área rural cedida pela Federal inclusive.

P: Para você, qual é a relação entre alimentação e meio ambiente?

Vizinho 9: A gente procurar diminuir o número de agrotóxicos, procurar usar mais os orgânicos, evitar industrializados, temperos prontos, essas coisas que a gente já faz no dia-a-dia.

Vizinho 6: Eu não sou tão písica com esse negócio de orgânico, mas acho importante. Todo excesso, pra mais ou pra menos, é questionável. [...] Eu acho que você tem que ensinar as pessoas a fazer um adubo orgânico, fazer uma plantinha orgânica na casa delas, se você quer ter um jardimzinho, acho bacana. Mas acho o local totalmente inadequado.

P: Qual seria o espaço?

Vizinho 6: Acho que em chacinhas, condomínios de chácaras, até pra orientar os agricultores, você veja, que hoje tão fazendo orgânicos, eles devem usar esse tipo de adubo. Então, não precisa desenvolver aqui no meio do Ecoville.

P: Para você, o que alimentação tem a ver com meio ambiente?

Vizinho 7: Daí já não tem muito com o meio ambiente né? Daí se não trabalha com agrotóxico, é a única coisa que pode ter contato. Se é que eles não trabalham com agrotóxico, já é uma coisa boa. É aquela coisa, o que é ensinado pras pessoas é o adubo, a parte química, tirando a parte química você tá ajudando o meio ambiente. Claro, isso é mais que certo.

Para este vizinho, por outro lado, o discurso relacionado à sustentabilidade que ele identifica junto à *Quinta da Videira* é considerado apenas uma forma de autopromoção.

Vizinho 7: Eu acho que o que eles tão fazendo é sustentável, pra eles é. Agora, dizer que qualquer um pode fazer, que nem é feito, que você pode ter uma hortinha ali, não é o caso. Não tem, a pessoa que trabalha, que tem o que fazer, ou a pessoa que é aposentada, que não tem uma condição... De cortar esse capim tudo aí... O que me incomoda é os caras falarem que é sustentável, que é não sei o quê, que é uma coisa do outro mundo. Isso aí não é nada do outro mundo.

P: O que você entende por sustentabilidade?

Vizinho 7: É uma maneira que você vai ter o que comer a hora que você quiser ali, uma verdurinha, uma couve, um alface, um brócolis, tem até um pezinho de maçã ali, um pezinho de amora.

Tais questões levam à quarta discussão identificada: em que sentidos a agricultura urbana é compreendida, a partir da *Quinta da Videira*, como uma crítica?

6.4. UMA CRÍTICA ÉTICA AO SISTEMA ALIMENTAR CONVENCIONAL

Com base nos diversos relatos coletados, pode-se dizer que todos os entrevistados percebem um caráter de crítica assumido pela iniciativa diante do sistema convencional. Em alguns casos, além de ser vista como uma forma de obter ou incentivar a produção orgânica, por exemplo, ela envolve também a questão de “não dar dinheiro para a indústria”.

Equipe 2: Eu acho que você plantar alguma coisa já significa alguma coisa. Se eu tenho minha horta em casa eu não compro no mercado. Se você comprar no mercado, você tá estimulando a venda dos produtos de indústria, né. De monocultura, de herbicida, tudo isso, produtos com agrotóxicos. Você plantando em casa, tem um produto orgânico. Dependendo da pessoa e do que ela põe, mas a maior parte eu acredito que não.

P: E qual é o limite da escala da indústria?

Equipe 2: Olha, eu tô começando a achar que não tem limite. Ontem eu descobri que tão fazendo uma pesquisa pra tirar leite de boi. Eu tô achando que, meu Deus, eles não vão parar até acontecer um dilúvio, sabe?

Se eles têm o leite lá eles não precisam comprar. Legal, porque você não tá dando dinheiro pra indústria, você mesmo que tá fazendo, então você trata bem os animais, e na produção intensiva não. Se eu mesma plantar eu não tô contribuindo com o agronegócio, eu não tô consumindo coisa com agrotóxico, daí seria por saúde, mas no caso dos animais, eu tô vivendo harmoniosamente com os animais e não comprando de uma empresa que explora. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

Nota-se, então, que essa crítica opera também em termos de quantidades e limites de produção e consumo. Logo, a contraposição da *Quinta da Videira* ao sistema convencional não é vista apenas do ponto de vista dos métodos de produção (orgânico x agrotóxico), mas também da escala. Assim, o conceito de sustentabilidade aparece associado, ainda, a essa questão. Entre os estudantes, membros da equipe e vizinhos da Residência 1, o fato de ser voltada para as necessidades das famílias participantes é o que permite que tal produção “gere menos impacto e mais cuidado” se comparada à do sistema convencional.

P: O que você entende por sustentabilidade?

Estudante 5: Acho que é uma forma da gente conseguir consumir sem exagero, produzir sem excesso, pra não jogar fora aquilo que você utilizaria de outras formas. Parar de desgastar o nosso meio, parar de desgastar o planeta, e conseguir consumir sem ficar sobrando, sem ficar jogando muita coisa fora. Tudo tá meio supérfluo né?

P: Você viu isso ali?

Estudante 5: Bastante. Porque eles não dependem tanto do mercado. Eles produzem ali, eles guardam, eles trocam. Tem essa relação com os amigos. O ciclo deles é mais sustentável.

Ressalta-se um entendimento de que, para manter essas características, é importante que o arranjo seja pequeno (da mesma forma que entende um dos vizinhos, ao falar na questão da normatização, porém por outros motivos). Cabe notar, ainda, que a exemplo da fala anterior de Equipe 2, a questão da dependência dos insumos do “giro” também aparece aqui, como um limitante da produção, assim como o espaço e a disponibilidade de pessoas para trabalhar.

Acho que o sistema que eles têm é útil na pequena escala. Se tentassem fazer numa escala grande, pra vender, não ia ser tão fácil esse sistema. Você não pode plantar duas abobrinhas, dois disso, daquilo, teria que ter mais. E teria que ter uma área muito maior, e teria que usar outro sistema. Esse sistema tá muito bom para um grupo pequeno ou médio de pessoas, num bairro, tá bem. Mas acho que não dá pra fazer uma grande produção, tinha que fazer outros métodos. [...] Se tentasse fazer o mesmo só com as pessoas que tão vivendo (sem os voluntários), acho que não ia dar certo. E também precisa de algum lugar pra pegar o alimento para os animais. Se não tem um estabelecimento que dá o descarte pra eles, não vão conseguir tanto alimento quanto precisa. Isso também é uma casa, numa rua. É um sistema que é bom, mas não dá pra fazer muito. (Entrevista com Equipe 4. Curitiba, 2013).

Com isso, a produção alimentar própria é vista com mais relevância e/ou como algo que pode ser coerente com o meio urbano, dependendo de qual é a motivação envolvida. Um vizinho da Residência 1 e alguns entrevistados da equipe consideram que a causa/crítica envolvida na agricultura urbana, ou em qualquer tipo de produção própria, não é apenas acerca dos modos ou escalas de produção e consumo, mas também de reduzir a dependência da estrutura econômica que marca o modo de produção capitalista como um todo, resgatando os “saberes básicos do ser humano” – o que também remete a um boicote, porém de forma mais ampla.

Sem dúvida é diferente você usar o que planta e usar o que compra. Tem muito menos coisas envolvidas, quando você planta é direto, você plantou e vai usar. Quando você compra, tem um monte de pessoas envolvidas, você tá pagando por várias outras coisas, pelo produto, pelo transporte, imposto. Vejo outra diferença, não só econômica. Talvez política também, sabe? Se

you can do something for you and you buy, or it's because you don't have time, or because you are lazy, or because you don't know how to do. Always there is lack of knowledge, or of time, or of will. It is a difference... see there, maybe moral, like that, too. Ethics maybe. Enters the style of life. In my case for example, if I had space to plant, and I spent more time and more money planting than if I bought, still like that I would prefer to plant, because there are ethical motivations. (Interview with Team 6. Curitiba, 2013).

In this sense, urban agriculture is described by a member of the team as a “tool for emancipation”, demonstrating quite proximity with the meanings that the members attribute to this practice.

Equipe 1: Muitas vezes, ou pelo menos agora, eu acho que a agricultura mais rural é uma escala bem maior e muitas vezes já nem é pra subsistência, consumo próprio das famílias que estão ali, mas pro mercado mesmo, pra comercializar. Agricultura urbana pode ser, mas acho que muito menor, envolve mais razões de saúde talvez, de um costume, mais tradição, algumas, não todas. E outras eu acho que é quase militância mesmo, de uma crítica a um sistema que faz com que você coma mal, ou que faz com que você não tenha as ferramentas pra ter as coisas básicas, como a alimentação. Às vezes até a saúde, que tem a ver com plantas medicinais, ou legumes que você não conhece. Acho que são várias coisas. A agricultura mais rural é maior, mais ligada com o comércio, até com exportações. E a agricultura urbana que eu conheço, a que eu mais conheço é isso, como uma crítica. Hoje eu acho que a agricultura urbana é uma ferramenta de emancipação.

P: Em relação a que? Vai se libertar do quê?

Equipe 1: Tem a ver com soberania alimentar, onde você escolhe o que você produz, como você produz e quando. A gente é meio que escravo de um sistema que faz com que – vamos falar só de comida, mas tem muitas outras coisas que têm a ver com isso – mas, é, onde você tem poucas opções para escolher, que dependem não só da variedade mas também do preço e do acesso que você tenha àqueles mercados. Tem a ver com um estilo de vida na verdade. As opções que você tem economicamente, às vezes de tempo, até de conhecimento. Então é emancipador você produzir os seus próprios alimentos porque você tem uma margem de escolha maior. Com certeza você tem limitantes de espaço também, tem que pensar muito mais nos vizinhos, ou nas condições que você tem, mas pelo menos pode saber que sua comida vai ser fresca, ou mais saudável.

Contudo, observa-se em poucos casos que a produção própria remete ao não entendimento das pessoas como consumidoras, como fazem os integrantes da *Quinta da Videira*, a partir das leituras de Illich (1979) e da etimologia da palavra em si – do latim *consumere* (desgastar, usar até o fim). Talvez isso se deva à própria questão cultural que demarca a “sociedade de consumo”, em que este termo foi naturalizado como uma etapa dos sistemas alimentares, como se vê nas definições apresentadas no Capítulo 2, ou de qualquer sistema. Barbosa (2010) destaca que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, os entendimentos que se tem da

atividade do consumo dizem respeito tanto a satisfazer “necessidades básicas” quanto “supérfluas”, que remetem à questão do consumismo.

Assim também reflete Bauman (2008), admitindo que, se pensado em sua “redução arquetípica”, o consumo faz parte do metabolismo, enquanto ingestão, digestão e excreção. “Visto dessa maneira, o fenômeno do consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos [...]” (BAUMAN, 2008, p. 37). Para o autor, contudo, o que se vê na sociedade contemporânea, ou na sociedade de consumidores, é uma passagem do consumo ao consumismo, em que o consumo deixa de ser algo necessário para se tornar um fim em si, um propósito de vida.

Tais questões se mostram presentes junto aos entrevistados. Para a maioria deles, consumir é comprar, mas também usar; logo, quando alguém produz alguma coisa para o próprio uso, continua sendo um consumidor. Nota-se, entretanto, que vários entrevistados ficam em dúvida quanto a isso e dizem nunca ter pensado a respeito.

Estudante 2: Consumidor todo mundo é, você precisa comprar coisas pra sobreviver, pro seu dia-a-dia, então todo mundo é consumidor, não tem como dizer que alguma pessoa não é consumidora.

P: Então consumidor é aquele que compra?

Estudante 2: Sim. É... Na verdade, na verdade, não. Acho que poderia ser assim, aquele que utiliza. Não necessariamente comprar.

P: Mesmo quando planta, na hora que você come, está sendo consumidor?

Estudante 2: Sim.

Equipe 6: É a pessoa que compra produtos.

P: E se não comprar?

Equipe 6: Nossa, não sei. É que pra mim consumo tava muito ligado a comprar, mas não né? Dá pra consumir sem comprar, você planta, você vai consumir o que você plantou. Não sei, não sei.

Vizinho 8: É a nossa alimentação né?

P: Consumir é comer, então?

P: Sim. Eu tô olhando o consumo como alimentação. Porque até quando você vai comprar as frutas e legumes, qual é a finalidade? Comer é consumir.

Observa-se um reflexo de tal compreensão sobre o entendimento da crítica que os integrantes fazem à questão do consumo, enfraquecendo seu discurso. Isso fica claro na fala do único vizinho que afirmou observar no grupo um “discurso anticonsumista”, no sentido de “ser desprovido de necessidades da cidade”, considerando-o inconsistente, uma vez que “o problema não é o consumo”.

Eu posso dizer que não tô consumindo nada mas eu tô comendo de qualquer forma, posso não tar comprando e tar plantando, mas é consumo igual. Mesmo que seja um escambo. É consumidor igual, tá trocando mas é consumo. O problema não é o consumo. (Entrevista com Vizinho 9. Curitiba, 2013).

Outras pessoas apresentam uma visão mais crítica do sentido de consumo, remetendo à questão do consumismo, mas ainda assim, consideram que o termo também se refere ao uso de algo. Destaca-se a fala de um membro da equipe, que menciona o sentido etimológico de consumo enquanto “gastar”, mas, diferente dos integrantes, não vê isso como algo negativo – pelo contrário, “gastar”, como comer, seria algo natural.

Estudante 6: Todos nós somos consumidores. Só que quando você usa essa palavra, a mim remete a você não querer produzir nada e sempre querer ir atrás daquilo que já está pronto. Definitivamente não tá interessado em saber como produz ou não produz, é ir lá e só pegar aquilo que já está pronto.

P: Quando que você consome? O que é consumir, na prática?

Estudante 6: Ao pé da letra da palavra, seria você comer, tomar, enfim. Daí nesse caso toda vez que eu tô me alimentando, eu tô consumindo. Mas quando eu penso em consumidor... Daí já separa um pouco do significado puro da palavra né, seria ingerir o alimento.

P: E com outras coisas?

Estudante 6: No amplo... Quando eu compro roupa, celular, computador... Isso seria o consumista.

P: Comprar também é consumir então?

Estudante 6: Comprar, sim.

P: E quando você usa algo que não comprou, que ganhou, produziu, já tinha e continuou usando?

Estudante 6: É né? Bom... Eu acho que daí... Acho que ainda seria consumo.

Equipe 3: (Consumidor) É aquele que não trabalha com seus bens, então precisa comprar de outrem.

P: Comprar é consumir?

Equipe 3: Pra mim é. É esse paradigma que a gente tem que quebrar né, porque se você for analisar o verbo, consumir é gastar. Então eu posso consumir uma alface que eu plantei. Mas normalmente se associa a figura do consumidor à do gastador, aquele que compra e não produz. Mas quem produz também consome.

P: Tem como chamar de outra coisa?

Equipe 3: Pois é, teria que ver um outro verbo.

P: Teria alguma diferença entre comer e consumir?

Equipe 3: Aí é que tá... Essa reflexão é boa.

Equipe 5: (Consumir) É ir lá e comprar. Você não tem nada a ver com como foi feito aquilo, com quem trabalhou naquilo, com quem produziu. Você simplesmente tira o seu dinheiro de alguma fonte de serviço e vai lá e compra. Você tem acesso pelo dinheiro e não pelo trabalho. Isso pra mim é o consumo, é ir lá e pegar. Lógico, você paga, mas você não participa de nada.

P: E quando você participa, produz, ganha, quando tá disponível de graça, você consome?

Equipe 5: Consome, mas acho que não é a mesma ideia do consumismo. Uma coisa é consumir e outra é fazer o consumismo. No consumismo você compra coisas que você não precisa. Mas claro, existe o consumo, ele faz parte do ciclo, digamos, mais nobre, você produz e consome. Usar é consumir, comer é consumir.

Entre um vizinho da Residência 1 e um membro da equipe, todavia, encontra-se uma maior aproximação com o entendimento que se tem entre os integrantes da *Quinta da Videira* sobre o sentido de consumo. No segundo caso, isso pode ser diretamente atribuído ao contato com a experiência, tendo em vista que o entrevistado fala que aprendeu com o grupo sobre a origem da palavra e a questão do limite.

P: Quando que você se torna um consumidor?

Vizinho 2: Quando a gente não vai plantar o trigo e preparar pra fazer um pão. Isso é um consumidor. Quando tenho que comprar, quando não produzo em casa. Porque a produção é pouca.

Equipe 1: Também aprendi que a origem da palavra tem a ver com devastar, com esgotar alguma coisa, algum recurso, alguma coisa que você tenha. Então consumir talvez tenha a ver com você utilizar um produto ou um material, alguma coisa, demais. Passar do limite do certo. Mais do que você precisa, até esgotar.

P: Você consome comida?

Equipe 1: Não sei. De verdade... Pode ser, às vezes.

P: Quando?

Equipe 1: Eu acho que eu consumo quando eu compro ou uso produtos, ou como, no caso de comer, que fazem parte de um sistema que esgota os recursos. Sabe? Pode ser até recursos humanos, mas também recursos da terra. Posso consumir, mas posso não consumir também.

P: Quando você não é consumidor, o que você é?

Equipe 1: Pode ser parte de um processo de produção, uma cadeia, que faz parte de um ciclo de vida... Tem um sinônimo de consumir? Porque faz parte. Quando eu como, se eu tô produzindo, se eu tô devolvendo o que eu peguei no ciclo da vida e dos nutrientes, isso é importante. Você extrai da terra, das plantas, dos animais, mas sempre tem que ter um retorno. Isso talvez seria não consumir.

Consequentemente, entre todos aqueles a quem se perguntou se consideram que os integrantes da *Quinta da Videira* são consumidores, a resposta foi unânime: sim, não só pelo conhecimento de que os membros precisam comprar as coisas que não produzem, mas por se entender que eles consomem aquilo que produzem. Todavia, vê-se também que vários entrevistados consideram o consumo realizado na *Quinta da Videira* diferenciado ou mais “responsável”. Infere-se, com isso, que poucas pessoas percebem a *Quinta da Videira* como uma crítica à “perda do saber

fazer”, mas a entendem como uma crítica ao consumo “irresponsável” ou ao consumismo.

Eles são consumidores, eles consomem o que eles produzem. E algumas coisas eles precisam comprar. (Entrevista com Equipe 3. Curitiba, 2013).

Acho que são (consumidores), mas de uma forma diferente né, porque a maioria das coisas, eles não compram, eles ganham de outras pessoas. Consomem também né, então. Acho que seria também uma forma de consumidores. (Entrevista com Estudante 4. Curitiba, 2013).

Acho que sim né. Um consumidor bem mais responsável. (Entrevista com Estudante 6. Curitiba, 2013).

Com isso, chega-se à quinta discussão identificada: em que medida a apropriação da agricultura urbana como crítica ao sistema convencional feita pela *Quinta da Videira* é vista também como uma alternativa ao mesmo? Em suma: é possível viver de forma diferente do padrão predominante na atualidade? Ou, antes disso, é necessário fazê-lo?

6.5. UMA (POSSÍVEL) ALTERNATIVA

Assim como o entendimento da própria crítica feita pela *Quinta da Videira*, vê-se que compreendê-la como uma alternativa depende do que se percebe e considera como um problema e uma possibilidade. Do ponto de vista socioambiental, por exemplo, resgatando o que afirmam Hannigan (2009) e Cox (2009), assim como o sentido de meio ambiente é uma construção, a noção de problema ambiental também o é. Como visto junto à primeira categoria de análise do estudo, para os integrantes da *Quinta da Videira*, o entendimento de que “este mundo acabou” é uma das motivações essenciais para a experiência, que é vista por eles como uma resposta e um meio de inspiração para outras possibilidades.

Entre os vizinhos que têm uma perspectiva negativa sobre a iniciativa, observa-se, como também já mencionado, uma compreensão de problema ambiental no sistema alimentar moderno relacionada aos agrotóxicos e, por sua vez, bastante ligada à questão da saúde. Contudo, resgatando as motivações que estes indicam para seus próprios cultivos, quando praticantes de agricultura urbana,

percebe-se que eles são vistos muito mais como um *hobby*, um costume e/ou um meio de obter diretamente alguns itens livres de agrotóxicos, como temperos e pequenas hortaliças, do que como uma possibilidade real de suprir a própria alimentação, ao passo em que a agricultura em si aparece relacionada a uma atividade profissional voltada ao lucro ou ao sustento e, por vezes, associada à pobreza e à sujeira, especialmente se envolver a pecuária. O “discurso anticonsumista” do grupo, no caso em que é identificado, não é ligado à autoprodução, e esta parece não fazer sentido, pois não se vê um problema relacionado ao consumo em si. Além disso, o fato de um dos integrantes residir no condomínio em frente à *Quinta da Videira* enfraquece esse discurso.

Logo, a questão não seria deixar de ser consumidor – inclusive porque consumir é entendido como usufruir, mesmo que não seja algo comprado –, mas ser consumidor de um sistema de produção adequado e descartar corretamente os resíduos. De fato, alguns desses entrevistados relatam em suas falas uma preocupação com a procedência da comida e com a separação e a reciclagem. Pode-se inferir que, no entendimento destes, cabe ao cidadão urbano “fazer a sua parte” nas etapas em que se encontra no sistema alimentar moderno: aquisição de alimentos, preparação, consumo e descarte, cabendo as questões da produção e da gestão de resíduos a outros atores. Esses entrevistados reconhecem alguma importância no trabalho do grupo, especialmente no sentido de pesquisar de técnicas de produção orgânica e compostagem vegetal, mas a experiência como um todo não é vista como algo necessário ou pertinente ao ambiente urbano. Mais que isso, para duas pessoas, é considerada impossível no que se refere às criações animais e compostagem com esterco, como se vê na seguinte fala:

Se fosse possível não tava nos incomodando. Se não incomodasse ninguém seria possível, né? Mas incomoda muito. (Entrevista com Vizinho 9. Curitiba, 2013).

Lembra-se ainda que, para um vizinho, tais atividades são potencialmente possíveis, dependendo de sua regulamentação.

Outro entrevistado indica que a experiência é interessante “como uma mostra”, mas que não é aplicável para a maioria das pessoas, dadas as demandas de trabalho fora de casa e a necessidade de ajuda. Logo, em meio aos vizinhos que têm uma perspectiva desfavorável sobre a experiência, não há uma associação da

Quinta da Videira com a possibilidade de um estilo de vida diferente, mas muito mais com a realização de pesquisas.

Vizinho 7: Eu acho interessante, pra mostrar pra pessoas que nunca viram, de onde sai um leite, quem que bota o ovo, conhecem o ovo só do mercado ou lá uns filmes que eles vejam, eles irem lá e ver o barulho da galinha, isso eu acho interessante. Pra isso eu acho interessante. Como uma mostra. Agora, como sustentabilidade, existência, vida, maneira disso num...

P: Acha que seria possível aplicar esse conhecimento?

Vizinho 7: Alguns sim, vai do gosto da pessoa, porque se ela tiver um trabalho, não vai conseguir. Acho que a pessoa não vai viver... Não tem tempo. Tem várias pessoas que trabalham aí.

Já entre alguns estudantes e outros vizinhos, as motivações associadas à *Quinta da Videira* e as próprias definições que tecem sobre a experiência dizem respeito sobretudo a um estilo de vida simples, ou à qualidade de vida, com a possibilidade de estar perto da família e dos amigos, ter acesso a uma alimentação mais natural e contato com a natureza, e “viver com menos”. Neste caso, para um dos entrevistados, a crítica feita pela *Quinta da Videira* ao modo de vida hegemônico é validada justamente pelo fato de pelo menos parte dos integrantes morarem ali – estes são considerados o verdadeiro “exemplo”. Embora reconheçam um caráter de preocupação ambiental na iniciativa, a questão do estilo de vida parece sobressair-se, estando bastante ligada ao resgate de valores, costumes e tradições “antigos”. É também o que se observa entre os praticantes de agricultura urbana em meio a estes entrevistados: todos relatam como motivações para tanto o costume de família, a questão do *hobby* e o gosto pessoal, sendo a saúde mencionada em menor escala, e o cuidado ambiental, visto mais como uma consequência dessa prática do que como uma motivação. Aparentemente, por conta dessa questão e também pela da escala, os integrantes são tidos como consumidores “diferentes” ou “responsáveis”.

A questão da pesquisa também aparece junto a estes, mas, da mesma forma, bastante ligada ao estilo de vida; pesquisa-se para poder aprimorá-lo. Assim, a importância ou necessidade da produção alimentar própria está mais relacionada à qualidade de vida, sendo ela vista, em geral, como algo aplicável caso a pessoa esteja interessada em viver assim – os vizinhos da Residência 1 de fato já o fazem. De todo modo, há uma percepção quanto à relevância de desenvolver métodos de produção diferentes daquele encontrado no sistema convencional, mas ressalta-se que a preocupação com a procedência da comida não se fez marcante.

Estudante 3: Eu acho que foi uma lição de vida, que eu vou levar pra vida. Você só precisa ter as coisas básicas pra ter qualidade de vida. Eu já vim com essa ideia na cabeça. Depois que eu visitei a *Quinta*, você vê a prática daquilo né? Vê que as pessoas conseguem realmente ter uma vida muito simples, com qualidade de vida, sem chegar ao extremo. (Entrevista com Estudante 3. Curitiba, 2013).

Eu acho que, até quando o professor fala, isso aqui é a agricultura do futuro, eu espero que seja porque senão... estamos ferrados. (Entrevista com Estudante 6. Curitiba, 2013).

Alguns vizinhos demonstraram pequeno nível de conhecimento da iniciativa, de modo que não foi possível fazer inferências mais profundas sobre tais questões. Contudo, vê-se que também entre eles, que são praticantes de agricultura urbana e de compostagem e que demonstram preocupação com a questão do lixo, a “horta vizinha” ou seus próprios cultivos são vistos como uma forma de manter contato com a natureza, de obter alimentos sem agrotóxicos e de promover a preservação ambiental.

Junto à equipe, a questão da qualidade de vida, da saúde e da pesquisa também aparecem, porém evidencia-se uma compreensão da agricultura urbana como forma de ação política ou manifestação de ética socioambiental. Observa-se entre esses entrevistados um maior incômodo ou uma atribuição mais ampla de problemas ao sistema convencional, na medida em que parecem compartilhar do entendimento dos integrantes da *Quinta da Videira* de que tal sistema não é bom por essência, não só pelos modos ou escalas de produção, mas por toda a sua lógica, fazendo-se necessárias mudanças mais profundas. De fato, vê-se, pelo perfil dos entrevistados, pelas motivações que atribuem às próprias práticas de horticultura e compostagem e pelas justificativas que os levaram a ingressar na iniciativa, que ela é vista por eles de uma perspectiva mais política e/ou existencial. Cabe lembrar, ainda, que apenas em meio a estes interlocutores foram encontrados adeptos de práticas alternativas de alimentação, também ligadas a um protesto e/ou renúncia ao sistema convencional, ao passo em que a preocupação com a procedência da comida e o manejo doméstico de resíduos também se apresentaram constantes. Logo, pode-se inferir que, apesar de haver dúvidas sobre o sentido do termo consumo, a *Quinta da Videira* ganha junto a estes um caráter mais enfático de anticonsumo simbólico. Assim, a experiência é vista como uma alternativa possível e necessária ao sistema convencional ou ao modo de produção capitalista.

Equipe 1: Eu acho sim (que outro mundo é possível). Eu acho muito. Mas acho que essa frase tem muita idealização, muita utopia, é muito mais simples do que a frase poderia fazer pensar.

P: É necessário?

Equipe 1: É necessário porque tá tudo errado. Eu acho que tem muitas coisas muito erradas, assim, no mundo. E eu acho que é necessário porque cada vez mais percebo que tem muitas pessoas procurando. Só que às vezes a gente fica gastando essa energia de fazer diferente com coisas que não têm muito resultado. Você brigando com o mundo e com o sistema como ele é pode ajudar alguma coisa, pode mudar a vida de algumas famílias, mas o que está motivando isso, você não está mudando. Pode ficar brigando, mas com aquela força, com aquele tempo e até com aquele dinheiro, se tem a ver com dinheiro, você pode fazer com que outro mundo aconteça. Mas é uma forma diferente de brigar. É porque tem muito individualismo e muito produtivismo e muito só vontade de correr atrás da grana que tá motivando muitas pessoas no mundo, mas que são perdidas, que nunca olharam outras opções.

Eu acho que a gente tá tentando fazer isso. Necessário com certeza, né? Porque as pessoas estão cada vez mais mortas. Elas pensam nas coisas, mas simplesmente deixam pra lá e vão vivendo. É necessário a gente retomar a vida, digamos assim, sabe? E eu acho que tá começando a acontecer. A gente só vai saber fazendo. (Entrevista com Equipe 2. Curitiba, 2013).

Acho que faz mais do que sentido. É quase que uma necessidade quando se fala de cidade, repensar a cidade, uma coisa que é muito falada hoje em dia. Uma cidade mais humana, tem tudo a ver com isso, com você plantar no seu quintal, fazer sua horta, ter um planejamento melhor de cidade, pensar o imóvel, a área. (Entrevista com Equipe 5. Curitiba, 2013).

Eu acho que agricultura urbana é você desenvolver uma cultura em que as pessoas que moram nas grandes cidades, médias cidades, comecem a se conscientizar do espaço que têm e a produzir seu próprio alimento. Na verdade, a gente passa a vida trabalhando pra comprar o que precisa. E até o que não precisa! É essa angústia de ter que tá trabalhando, buscando uma ascensão profissional, pra ter um status, pra ter coisas, pra pagar por tê-las. Eu acho que a gente tem que aprender a dar valor a viver com qualidade de vida. Qualidade de vida assim, dentro do meio ambiente. (Entrevista com Equipe 3. Curitiba, 2013).

Vê-se, então, que há também em meio à equipe perspectivas mais moderadas, aproximando-se dos entendimentos encontrados entre os estudantes e parte dos vizinhos.

Se tudo é igual, não é divertido, eu acho (risos). Quanto mais igual tudo é, não evolui. Pra ter coisas novas, tem que investigar. E se eles tão investigando novos tipos de produção, é melhor. Se você tem mais opção pra escolher, melhor. Você pode conhecer eles, trabalhar uns dias e ver como é. Mas se você não gosta, você volta à vida que tinha antes, e pronto. Mas se você gosta, tem a oportunidade de fazer outra coisa, então é bom. Oportunidade sempre é bom! (Entrevista com Equipe 4. Curitiba, 2013).

De todo modo, mesmo entre os entrevistados que reagem com simpatia à experiência, que a consideram relevante e/ou possível, emerge uma série de ponderações sobre sua possibilidade de replicação ou de adaptação para diferentes realidades, especialmente quanto ao provimento da alimentação dos animais e dos itens para o manejo destes, em referência ao trabalho feito com o “giro”, e sobre a variedade de alimentos que é possível obter com a produção própria, sobretudo em áreas reduzidas. Uma entrevistada reflete sobre a implicação política que poderia haver caso muitas pessoas resolvessem viver dessa forma, no sentido de provocar uma “quebra no sistema”.

P: Você acha que é possível viver só com autoprodução?

Estudante 6: Com o exemplo de hoje, eu diria que sim. Apesar de que, não sei se teria que ver mais exemplos ou começar a fazer. Porque, que nem o Eduardo falou, ele não conseguiria se tivesse sozinho, né. Precisa de ajuda. Talvez seja isso: é possível, mas tem que ter mais gente envolvida, pra poder dar um apoio. Acho que é possível. É difícil. Quando for tentar expandir isso politicamente é óbvio que isso vai causar um... Como se fosse uma falha no sistema: quando perceberem, “putz, mas eles conseguem produzir sem ter grandes latifúndios, então, pô, eles vão quebrar o nosso sistema”. É óbvio que podem querer impedir isso, porque é óbvio que eles vão sair perdendo. A não ser que criem impostos em cima disso, aí pode ser. Mas acho que é possível. Algumas coisas eu fico meio na dúvida... Por exemplo, arroz, não sei se todo tipo de alimento poderia ser cultivado assim. Em relação ao ambiente mesmo, né. Até eu achei interessante ver o cultivo da maçã, que é uma fruta europeia, crescendo tão bem, imaginei que ficariam muito pequenas ou nem dariam frutas. Daí teria que levar em consideração a região, ver o que vai plantar. (Entrevista com. Curitiba, 2013).

Se muitas pessoas aderissem à ideia, você conseguiria fazer uma cooperativa, talvez. Cada um produz um tipo de alimento. (Entrevista com Estudante 3. Curitiba, 2013).

Eu até faria em casa, se eu tivesse espaço eu faria. Pela forma como eles falaram, não parece ser tão complicado. O mais difícil é conseguir os resíduos de fora né, que você tem que ir atrás. Se todo mundo fizer o mesmo, eu acho que não vai ter como, não teria de onde eles tirarem essa borra do café, eles alimentos que vêm lá pros animais. Acho que seria mais complicado se todo mundo fizesse a mesma coisa. (Entrevista com Estudante 4. Curitiba, 2013).

Outras questões bastante comentadas, portanto, são a disponibilidade de pessoas para ajudar e a necessidade de espaço. Um membro da equipe aponta, inclusive, que mesmo na *Quinta da Videira* essas questões já despontaram, devido ao crescimento da iniciativa e às proporções que tomou:

Tá começando a ficar apertado. A coisa tomou um tamanho, que tá faltando braço pra deixar a coisa mais organizada. Às vezes eles não dão conta de fazer tudo, não dá tempo de cuidar de detalhes. (Entrevista com Equipe 3. Curitiba, 2013).

Por sua vez, essas questões se desdobram em reflexões sobre o estilo de vida que esse tipo de experiência implica. Uma pessoa fala sobre o trabalho em conjunto não só como uma necessidade objetiva, mas também como uma forma de apoio, caso se trate de uma apropriação da agricultura urbana como forma de “militância”.

Acho que não é possível você plantar tudo que você tem. Agora que eu já mexi mais, uma das primeiras coisas que eu percebi foi isso, que se você quiser mexer com terra, produzir os seus próprios alimentos, mesmo se for agricultura urbana e um espaço pequeno, você precisa trabalhar com outras pessoas. Talvez dependa do quanto você quer plantar. Porque tem muita coisa pra fazer. E também talvez a ideia não é você fazer tudo sozinho. Porque você como ser humano precisa de outros seres humanos, é legal você ter amigos e uma rede de pessoas que talvez estejam no mesmo caminho. Isso que é interessante, você achar outras pessoas que estejam fazendo coisas diferentes, daí o que eu tenho ele não vai ter. Dá pra trocar. Trabalhar junto, se apoiando. Porque também, quando é mais politizado e quando são razões assim quase de militância, eu acho que vai contra um sistema mais normal, convencional, daí é sempre bom ter uma rede. Depende também se você tem uma vida dedicada só a isso, se tem um trabalho à parte também. Tem muito a ver com estilo de vida. (Entrevista com Equipe 1. Curitiba, 2013).

Ainda em referência à questão do estilo de vida e das mudanças que decorreriam do mesmo, alguns entrevistados dizem que o consideram possível, mas que acreditam que a maioria das pessoas não estaria disposta a fazê-lo no contexto atual – um, inclusive, assume que “isso não é a sua praia”.

Não tem como, né. Praticamente impossível. Claro que se eu morasse numa chácara, resolvesse plantar tudo, podia colocar uma usina, até era possível. Mas isso não é a minha praia. (Entrevista com Vizinho 6. Curitiba, 2013).

Vê-se ainda que tal estilo de vida é descrito como “voltar atrás”, e que isso, talvez, seja impossível ou muito difícil, implicando inclusive numa discussão sobre o que pode ser considerado uma necessidade ou algo supérfluo, ou o que, afinal, pode ser tido como suficiente.

Eu acho que se cada um produzisse o que come, o que consome, essa alta produção não existiria, só que hoje isso é impossível, porque as pessoas têm preguiça de fazer as coisas, elas querem tudo pronto. Na verdade, tem muita

coisa em jogo aí né, todo esse sistema, é impossível a gente conseguir anular ele. Mas se uma pequena parte da população começa a nadar contra a correnteza, a plantar a sua alimentação, isso já vai com certeza dar uma balanceada. (Entrevista com Equipe 2. Curitiba, 2013).

Eu sou um pouco pessimista porque eu acho que é muito difícil as pessoas quererem mesmo implementar aquilo. Algumas não vão querer, e pensando numa cidade que tem muito mais prédios do que casas... As pessoas iam ter que repensar isso. Não que não seja possível, mas vão ter que repensar e usar bastante a criatividade pra poder cultivar dessa forma. Às vezes eu penso assim: nós não vamos conseguir voltar. Com tudo o que tem hoje, não vamos conseguir deixar de ter isso. Eu não tenho carro, não tenho vontade de ter carro. Mas eu tenho chuveiro em casa e eu não vou querer deixar de ter chuveiro em casa, porque eu gosto de tomar banho quente no frio. Então... Essas coisinhas assim. Pra mim, só um chuveiro quente já é o suficiente, mas pra outras pessoas não, outras pessoas vão querer ter muito mais coisa, ar condicionado, muito mais. É difícil conseguir tirar aquilo porque você cresceu com aquilo, é um conforto, você não consegue deixar de ter esse conforto. (Entrevista com Estudante 6. Curitiba, 2013).

Equipe 4: Com as verduras ou as frutas que a gente pega lá, como tem menos produtos químicos, menos produção, você não pode escolher só as melhores. Tem que pegar o que tem. Isso, eu não tenho muito problema, mas entendo que tem muitas pessoas que não gostam. Se eu não acho importante de onde vem, e posso comprar no mercado uma mais bonita e maior, por que eu vou trabalhar pra conseguir uma que é menor de tamanho e que pode estragar mais fácil? Então depende do que você pensa que é importante e não é importante.

P: E você acha importante (produzir a própria comida)?

Equipe 4: Acho que sim. Mas também, eu gosto de fazer isso, mas não vou deixar de comprar no mercado. Eu, pessoalmente, posso encontrar um equilíbrio entre as duas coisas, de comprar menos e comer do que a gente produz. Porque tem muita coisa que... Você não pode fazer tudo, entendeu?

Observa-se que surgem, então, reflexões sobre a possibilidade de criar um “equilíbrio” ou “meio termo” entre o que se vive na *Quinta da Videira* e o modo de vida hegemônico, como é possível ver também na fala a seguir, fazendo referência ao que ocorre com os integrantes que não moram na *Quinta da Videira*.

Eu acho que eles são um caso que é um exemplo, mas não vejo como um caso que pode se tornar uma unanimidade, pra todo mundo. Vamos supor, o Claudio. Ele acompanha, ele é um mentor, ele faz parte da *Quinta da Videira*, mas ele tem a casa dele lá, com o estilo de vida dele. Se levou os cabritos pro quintal dele é outra história. Tá faltando espaço. Mas eu vejo, o Claudio é professor, ele tem o trabalho dele, a família dele, e onde ele mora, ali perto da Casa da Videira, num condomínio urbano, o que acontece? Ele usufrui da Casa da Videira. O que ele come é da Casa da Videira. E ele faz parte dessa engrenagem. Mas ele não abriu mão de tudo. Ele tá lá na casa dele, no condomínio dele. Quem abriu mão de tudo foi o Eduardo. O Eduardo e a Débora abriram mão de tudo. E mesmo assim não abre mão de tudo, porque a menininha (filha do casal) precisa de assistência médica. Pra eles darem conta de todo o trabalho, a menina usa fralda descartável. A gente vive, repensa, faz essas reflexões, mas algumas coisas, pra nós que somos urbanos, a gente não abre mão. Então, a *Quinta* mostra que existe o plano B:

a gente não tem que ficar conformado só com essas coisas pré-estabelecidas que tão aí. E por que não um plano A-B? Dá pra equilibrar. O Claudio é o plano A-B. Ele tem as duas coisas. Mas o plano B é possível. Às vezes não dá pra você radicalizar, mas dá pra fazer alguma coisa, dá pra mexer na tua qualidade de vida e dá pra mexer em você enquanto pessoa. Você não mexe só na horta. Você mexe em você também. (Entrevista com Equipe 3. Curitiba, 2013).

O que, por fim, remete à questão da inspiração e às mudanças de hábitos relatadas pelos próprios entrevistados a partir do contato com a *Quinta da Videira*.

Hoje eu fiz o minhocário, eu tava me enrolando pra fazer achando que ia dar um super trabalho e fiz em 15 minutos. É muito fácil, tudo mundo poderia fazer. Todo o lixo que você joga fora você poderia não jogar. Além de atrapalhar menos no processo de manejo de resíduos, é um adubo que você tem ali. Esse é só um exemplo de uma coisa que eles fazem, que eles ensinam. E todo mundo pode aproveitar, tem muita gente que tem jardim, planta flor só, poderia plantar alguma coisa comestível. (Entrevista com Equipe 6. Curitiba, 2013).

Como se vê, aparece a compreensão de que, a despeito de uma mudança ampla de estilo de vida, é possível aplicar ao menos algumas das práticas promovidas pelo grupo – que constituem, em si, alternativas a algum aspecto do sistema convencional.

De modo geral, a partir das discussões abordadas junto à presente categoria de análise, foi possível observar o processo de comunicação da experiência da *Quinta da Videira* acerca da construção do sentido de agricultura urbana, o que envolve o tensionamento de uma série de outros sentidos estabelecidos no sistema alimentar convencional, como os de agricultura, pecuária, sustentabilidade e consumo. Vê-se que tal processo contribui para a associação dessa atividade com diversas instâncias de cuidado ambiental, especialmente no que se refere à importância da manutenção do ciclo dos nutrientes, da preservação da biodiversidade alimentar e da integração animal-plantas em vários aspectos, inclusive quanto à construção de uma relação mais harmônica e respeitosa com os animais envolvidos no sistema alimentar. Outra questão que se observa é a associação da agricultura urbana com um modo de vida baseado em pequenas escalas de produção e consumo.

Com isso, pode-se afirmar que o contato com as práticas comunicativas da experiência da *Quinta da Videira* revela, junto a vários entrevistados, traços de um rompimento, ou ao menos de um questionamento, da racionalidade econômica que

se estabelece na atualidade. Por outro lado, vê-se também que é na própria racionalidade econômica que a experiência encontra resistências. De todo modo, fica evidenciada a atuação do caráter comunicativo das diferentes práticas envolvidas no processo estudado, que pode não levar a uma radicalização, mas gera, em alguns casos, mudanças de hábitos e posturas, sendo, assim, transformador.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Quinta da Videira* representa um caso singular para analisar a conformação de um processo de comunicação a partir da agricultura urbana, dado por um conjunto de práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos, de comensalidade e cozinha artesanal, de troca e comercialização e de compartilhamento e divulgação da experiência (aqui caracterizadas como práticas expositivas), todas consideradas comunicativas. Neste caso, tal atividade é apropriada principalmente por motivações existenciais, que partem de uma reflexão teológica e envolvem a questão da ética socioambiental, além de uma perspectiva crítica ao modo de produção capitalista, à sociedade de consumo e ao sistema alimentar convencional moderno.

O estudo demonstrou a predominância de um perfil acadêmico entre os integrantes do grupo, os quais atuam como professores e pesquisadores e revelam um embasamento teórico em consonância com uma série de autores críticos do sistema capitalista. Assim, definida ao mesmo tempo como uma “casa de verdade” e um centro de pesquisas independente, a *Quinta da Videira* assume para o grupo o sentido de um modo de vida que permite aproximar as pessoas, “cuidar da Criação” e reduzir a dependência do sistema capitalista pela contraposição do consumo com a produção, e também de um meio de inspiração ou de mostrar que “outro mundo acontece”.

Nota-se, portanto, uma apropriação da agricultura urbana com uma intencionalidade comunicativa em dois sentidos, a exemplo do que sugere o trabalho de Bouvier (2013): fazer uma crítica ao sistema alimentar convencional ou ao modo de vida hegemônico e, ao mesmo tempo, oferecer uma alternativa a ele – o que se resume em uma das máximas adotadas pelo grupo, de que “a melhor crítica ao pior é a prática do melhor”. Uma vez que o trabalho da *Quinta da Videira* diz respeito sobretudo à agricultura domiciliar, e não necessariamente à agricultura urbana, como os próprios integrantes assumem, entende-se que seu estabelecimento na cidade envolve mais do que uma questão de conveniência ou oportunidade. Do ponto de vista da comunicação, pode-se compreendê-lo como uma forma de dar visibilidade às questões abordadas pelo grupo e, ao mesmo tempo, questionar a própria urbanização e a separação campo-cidade ou produção-consumo, que são

marcas do sistema alimentar convencional. Por sua vez, isso se desdobra na discussão de uma série de sentidos estabelecidos sob a ótica economicista na atualidade, como os de agricultura, pecuária, consumo e sustentabilidade, e de outros que se encontram em construção, sob o risco de se consolidar a partir de tal ótica, como o de agricultura urbana.

Nesse aspecto, viu-se que a *Quinta da Videira* também busca construir um sentido para tal atividade como algo “bacana” e não reservado a populações de baixa renda ou à periferia da cidade – que são os tipos de agricultura urbana que mais têm ganhado respaldo e legitimação institucional nos últimos anos –, e também defender que ela pressuponha, ou ao menos inclua, as criações animais. Embora parcela considerável dos conceitos de agricultura urbana encontrados na literatura incluam a pecuária, na prática, vê-se um movimento contrário. Ao mesmo tempo em que os programas de incentivo a essa atividade geralmente se limitam à horticultura, muitas cidades têm legislações restritivas às criações animais, como no caso de Curitiba. Daí a tomada de postura do grupo em fazer um enfrentamento de tais leis.

A importância atribuída à presença dos animais diz respeito a outro aspecto do sentido gerado em torno da agricultura urbana que se busca construir com a experiência da *Quinta da Videira*: a combinação da produção alimentar de base ecológica com o manejo de resíduos, de modo a “reproduzir os ciclos da natureza”, que envolvem a integração animal-plantas. O que remete, por sua vez, ao princípio de “cuidado com a Criação” e à mencionada ética socioambiental, buscando construir relações de troca, inclusive entre as pessoas, que demarcam o caráter colaborativo do trabalho.

Junto aos demais tipos de interlocutores contemplados para o estudo do processo de comunicação da *Quinta da Videira* – participantes de visitas técnicas (estudantes), equipe e vizinhos –, observa-se a atuação do caráter comunicativo das práticas da iniciativa em vários níveis. Estas de fato chamam a atenção para diversas questões relacionadas à agricultura urbana, sejam elas técnicas, políticas ou ideológicas, e geram variados entendimentos sobre a mesma, revelando, como previsto nas hipóteses e na literatura, simpatias e resistências. Nota-se especialmente que, embora muitos entrevistados tenham contato ou conhecimento de algum tipo de prática de agricultura urbana, há um relativo desconhecimento sobre tal conceito, e neste aspecto o contato com a experiência gera uma referência

ou desperta a busca por saber do que se trata, inclusive para poder contestá-la, como se vê no caso de alguns vizinhos.

Em relação à primeira face da intencionalidade comunicativa da *Quinta da Videira* – a crítica –, todos os entrevistados observam tal sentido para sua apropriação da agricultura urbana. Essa crítica é entendida basicamente de quatro formas: como contraposição a técnicas de produção (incentivo à produção orgânica e à reciclagem); como contraposição às escalas de produção e consumo (produção voltada para a satisfação de necessidades e não do lucro, “viver com menos”); como boicote à indústria (recusa a financiar a indústria que degrada) e como emancipação do modo de produção capitalista como um todo (negação da identificação como consumidor e resgate do “saber fazer”).

Logo, percebe-se que há uma compreensão geral de que o sistema convencional ocasiona inúmeros problemas e degradações. Isso é identificado em meio aos entendimentos que os entrevistados constroem sobre a relação entre meio ambiente e alimentação. Em geral, compreende-se que a alimentação “vem” do meio ambiente ou faz parte dele – logo, a qualidade do meio ambiente afeta a da alimentação – e de que a forma como a alimentação é produzida, por sua vez, afeta o meio ambiente. Nesse aspecto, emerge especialmente a questão dos agrotóxicos, que, por sua vez, remete na maioria dos casos à da saúde (de quem come); em alguns, há também uma associação mais específica com as questões ambientais da poluição e perda da biodiversidade, por exemplo.

Com relação à segunda face da intencionalidade comunicativa da *Quinta da Videira* – mostrar uma alternativa –, vê-se que há basicamente três cenários. No primeiro, a experiência não é entendida como uma alternativa relevante e/ou interessante ao sistema convencional – pelo contrário, é vista como algo desnecessário e descabido. Nos outros dois, ela se constitui como uma alternativa relevante e/ou interessante ao sistema convencional – porém, por diferentes motivos.

No primeiro cenário, encontra-se o entendimento de que esse tipo de experiência é incoerente com o meio urbano, ou mesmo inviável. As motivações atribuídas à mesma remetem principalmente a um “projeto de pesquisa de produção orgânica e reciclagem”. Neste caso, os entrevistados entendem que há uma tentativa do grupo em desenvolver técnicas de reciclagem de resíduos e de produção alimentar menos degradantes do que as do sistema convencional (crítica

pela contraposição a técnicas de produção), bem como de ensinar as pessoas, associando seu trabalho a uma preocupação ambiental, mas não veem necessidade para um experimento de tal porte e para a inclusão dos animais e da compostagem com esterco no meio urbano. Parece haver uma compreensão de que tais pesquisas seriam aplicadas no meio rural, não havendo sentido para serem desenvolvidas na cidade, uma vez que não são vistas como uma necessidade real, “não vão ajudar na sustentabilidade da cidade” e tampouco “dão dinheiro”. Cabe ressaltar que esses entrevistados valorizam o trabalho do grupo em relação aos cultivos orgânicos e à compostagem de resíduos vegetais, mas não compreendem o arranjo como uma opção por um estilo de vida ou mesmo como uma forma de anticonsumo. Neste cenário, encontra-se a maior parte vizinhos da *Quinta da Videira* contemplados na pesquisa.

No segundo cenário, vê-se um entendimento das motivações para o arranjo justamente pela questão do estilo de vida, que permite estar perto da família e dos amigos e ter contato com a natureza, obter uma alimentação mais natural e saudável e “viver com menos”, o que remete ao resgate de um modo de vida “antigo” ou tradicional. Aqui, além da crítica pela contraposição a técnicas de produção, encontra-se a de contraposição às escalas de produção e consumo. Embora não haja uma compreensão marcante de que esse tipo de iniciativa seja uma necessidade no contexto atual, ela se constitui como uma alternativa interessante ou relevante do ponto de vista da qualidade de vida, e é considerada viável, uma vez que “era como as pessoas viviam até pouco tempo atrás”. Percebe-se uma preocupação ambiental no trabalho, mas ela é vista mais como uma consequência desse estilo de vida do que como uma motivação, assim como as próprias críticas envolvidas. Este cenário engloba a maior parte dos entrevistados: os estudantes, os demais vizinhos e parte dos membros da equipe.

No terceiro cenário, observa-se uma postura mais crítica em relação ao sistema convencional; as motivações associadas ao arranjo remetem sobretudo a questões éticas, políticas e ideológicas. Aparentemente, compartilha-se da visão dos integrantes de que o sistema convencional é ruim por essência e requer mudanças profundas. Neste caso, dá-se a compreensão das quatro formas de crítica identificadas, inclusive como boicote à indústria e emancipação do modo de produção capitalista como um todo. Logo, a experiência é considerada não só como

uma alternativa plausível, mas como uma necessidade. Aqui, encontra-se a maior parte dos membros da equipe.

No primeiro cenário, vê-se, portanto, uma reação desfavorável à experiência, e nos demais, uma reação favorável. Com isso, fica comprovada a hipótese previamente colocada. No primeiro caso, que envolve a maioria dos vizinhos contemplados, relata-se uma série de incômodos associados à iniciativa: odores dos animais e da compostagem, presença de insetos, barulho dos animais e das atividades (como as visitas técnicas), questão estética. Isso está ligado justamente do fato da iniciativa ser considerada inviável ou desnecessária, e os entrevistados valem-se dela mesma como um exemplo de que o arranjo não é possível (espaço reservado aos animais, irreplicabilidade, etc.). Observa-se aqui o choque de sentidos, associado à compreensão da agricultura e da pecuária como atividades em grande escala voltadas ao lucro, ou então ligadas à referência da sujeira, da pobreza e de um passado rural superado pela modernidade urbana. Logo, é na própria racionalidade econômica que se pretende desconstruir que a experiência encontra resistências.

Nos outros dois casos, tem-se uma reação favorável. Visto como algo necessário ou não, o arranjo é considerado possível e relevante justamente pelo exemplo da *Quinta da Videira*, que aparentemente contribui para uma relativa desconstrução da racionalidade econômica. Cabe notar que a maioria dos entrevistados afirma acreditar que poucas pessoas estariam dispostas a adotar o estilo de vida construído na iniciativa, tido como uma radicalização; por outro lado, emergem reflexões sobre possibilidades de adaptação do mesmo ou de uma adesão parcial, pela adoção de alguma(s) de suas práticas. Aqui, portanto, o tensionamento dos sentidos que permeiam o sistema alimentar convencional, especialmente no que se refere à atividade pecuária e ao tratamento dado aos animais, gera confluência – algumas pessoas relatam mudanças de perspectiva a partir do contato com a experiência. Resgatando, ainda, as mudanças de hábitos relacionadas à *Quinta da Videira* relatadas em meio aos diversos interlocutores, verifica-se o que afirmam Coutinho e Costa (2011), assim como Deelstra e Girardet (2000): a agricultura urbana contribui para a emergência de uma nova relação dos cidadãos urbanos com o seu meio e com a comida.

Vale ressaltar, contudo, que a aceitabilidade alcançada pela *Quinta da Videira* em meio à maioria dos entrevistados não significa que, nestes casos, não emergam

críticas, questionamentos e apontamentos quanto a necessidades de ajustes. De todo modo, tanto junto a estes quanto aos entrevistados que têm uma perspectiva desfavorável, uma questão central parece ser a proporção tomada pelo arranjo. Um membro da equipe relata que, mesmo contando com a ajuda dos voluntários, “falta braço” para cuidar de tudo, comprometendo a atenção aos detalhes, inclusive na questão estética. Outro ponto polêmico é a grande quantidade de animais em um pequeno espaço. Do ponto de vista da comunicação, conclui-se que, se a questão é mostrar que é possível, a impecabilidade técnica e estética, bem como a reserva de um espaço maior aos animais – talvez mais distante da divisa com as propriedades vizinhas – torna-se algo importante. Registra-se, também, a importância atribuída ao fato de uma parcela dos integrantes efetivamente morarem no local.

Cabe apontar, ainda, que o conflito – ou o verdadeiro muro – estabelecido entre os vizinhos indica um problema de falta de informação, que também diz respeito à ambiguidade da postura do poder público em relação à presença dos animais. Alguns moradores relatam que fazem reclamações junto ao mesmo e a eles é dada a razão, mas decorre uma tolerância que fica incompreendida, levando-os a acreditar que o grupo tem alguma influência política, o que gera ainda mais resistência. Pelo que se pôde constatar, o fato da *Quinta da Videira* receber visitas periódicas de peritos da Vigilância Sanitária é desconhecido entre os vizinhos. Um diálogo nesse sentido poderia ajudar a esclarecer, por exemplo, que medidas vêm sendo tomadas para garantir a segurança sanitária de todos os moradores.

Em suma, conclui-se que o estudo responde às perguntas previamente colocadas, ainda que estas reflexões constituam apenas aproximações à grande complexidade da realidade, especialmente em se tratando da construção de sentidos, campo tão amplo, dinâmico e subjetivo. Destaca-se, ainda, a importância de adotar uma perspectiva relacional/praxiológica da comunicação na abordagem do fenômeno, de modo a possibilitar uma compreensão ampla do processo comunicacional estudado como ação transformadora e constitutiva da realidade.

Finalmente, cabe relatar que, ao longo dos primeiros meses de 2014, enquanto era finalizada a presente dissertação, a Casa da Videira iniciou um processo de mudança de parte de seus integrantes e atividades para uma propriedade rural em um município próximo a Curitiba. Tal transição se deu em decorrência de uma combinação de fatores. De um lado, tem-se as pressões que o grupo vinha sofrendo, especialmente em relação às criações animais; de outro,

entende-se que a atuação no meio rural faz parte da continuidade da discussão proposta pelo mesmo acerca da agricultura domiciliar, como mencionado no decorrer do trabalho. De todo modo, fica feito o registro da experiência da *Quinta da Videira*, no que possa valer à discussão sobre as potencialidades e os desafios que permeiam o tema da agricultura urbana na realidade contemporânea.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S.; CERQUEIRA, J. F. Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos. **Comunicação e Inovação**, São Caetano do Sul, v. 13, n. 24, p. 11-20, 2012.

AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.11, n.1, p. 13-21, jan./jun. 2008.

AQUINO, A. M. de; MONTEIRO, D. Agricultura urbana. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 186-198.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007.

AQUINO, A. M. de. **Agricultura urbana de Cuba: análise de alguns aspectos técnicos**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002.

AS-PTA: Agricultura Familiar e Agroecologia. **Programa de Agricultura Urbana**. Disponível em: <<http://aspta.org.br/programas/programa-de-agricultura-urbana/>>. Acesso em: 2 mai. 2014.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.

BARBOSA, L. **Sociedade de Consumo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, J. D'A. Delineamentos para uma compreensão da cidade medieval. **Alétheia**, Natal, v.1, n.1, p. 12-32, 2013.

BARZ, E. L.; BOSCHILIA, R.; HLADCZUK, A. M.; SUTIL, M. S. **História de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba – Casa da Memória, 2000. Disponível em: <http://www.casadamemoria.org.br/index_historiadecuritiba.html>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

BEACON FOOD FOREST: Permaculture Project. **About**. Disponível em: <<http://beaconfoodforest.weebly.com/>>. Acesso em: 30 set. 2013.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism**: perspective and method. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

BOFF, L. Ecologia e espiritualidade. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio ambiente no século 21**. 5 ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008. p. 35-43.

BOUGNOUX, D. **Introdução às ciências da informação e da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2 ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2006.

BOUVIER, J. M. The Symbolic Garden: an intersection of the Food Movement and the First Amendment. **Maine Law Review**, Portland, v. 65, n. 2, p. 425-457, 2013.

BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, vol. XXV, n. 58, p. 62-77, 2011.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6. p. 11-28, jul./dez. 2002.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Código Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 19 ago. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608compilado.htm>. Acesso em: 2 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm>. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Operação investiga fraude em leite transportado no RS. **MAPA**, Brasília, DF, 8 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/noticias/2013/05/operacao-investiga-fraude-em-leite-transportado-no-rs>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Pesquisa redefine o conceito de rural no Brasil. **MDA**, Brasília, DF, 10 dez. 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/nead/noticias/item?item_id=11097969>. Acesso em: 20 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Agricultura Urbana**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/regiao-metropolitana/gestor/agricultura-urbana>>. Acesso em: 20 set. 2013.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 9-19.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.

CARNEIRO, H. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 42, p. 71-80, 2005.

CARNEIRO, H. Estudos sobre alimentação: entre saberes da vida cotidiana e impasses agroindustriais. **Contextos da Alimentação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-21, 2012.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, C. de M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

CIDADES SEM FOME. **Organização Cidades Sem Fome**. Disponível em: <<http://cidadessemfome.org/pt/>>. Acesso em: 20 set. 2013.

COMASSETTO, B. H.; SOLALINDE, G.; SOUZA, J. V.; TREVIZAN, M.; ABDALA, P. R. Z.; ROSSI, C. A. V. **Nostalgia, anticonsumo simbólico e bem-estar: a agricultura urbana e o resgate da tradição**. Trabalho apresentado no XXXV Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sga/Agricultura%20Urbana%20-%20Anais%20EnANPAD%202011.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

CONTE, C. Ovo Emagrece!. **Saúde é Vital**, São Paulo, 9 set. 2013. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/saude/reportagem/alimenta-saude/ovo-emagrece-753164.shtml>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 2, n. 7, p. 81-97, jul./dez. de 2011.

COX, R. J. **Environmental communication and the public sphere**. 3. ed. Thousands Oaks: Sage Publications, 2009.

CURITIBA. Lei nº 9.000, de 27 de dezembro de 1996. Institui o Código de Saúde de Curitiba, dispõe sobre a proteção à saúde no âmbito do município e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Curitiba**, Curitiba, 31 dez. 1996. Disponível em:
<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&nor_id=9925&pesquisa=>. Acesso em: 28 abr. 2014.

CURITIBA. Lei nº 13.914, de 23 de dezembro de 2011. Disciplina o comércio de animais de estimação no município de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Curitiba**, Curitiba, 27 de dez. 2011. Disponível em:
<<http://www.curitiba.pr.gov.br/multimidia/00122629.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2014.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Agricultura Urbana**. Disponível em:
<<http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/agricultura-urbana/445>>. Acesso em: 29 set. 2013.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Imigração**. Disponível em:
<<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia-imigracao/208>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DALLA COSTA, R. M. C.; MACHADO, R. C.; SIQUEIRA, D. **Teoria da comunicação na América Latina**: da herança cultural à construção de uma identidade própria. Curitiba: Ed. UFPR, 2006.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DEELSTRA, T.; GIRARDET, H.. Urban agriculture and sustainable cities. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. de (Ed.). **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda**. Feldafing: DSE, 2000. p. 43-65.

DEL VECCHIO, M.; LOOSE, E. B.; SILVA, P. J.; DUARTE, V.; SCHNEIDER, T. C.; MEI, D. S. A comunicação ambiental como forma de enfrentamento dos dilemas

socioambientais. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL, 2., 2013, Sergipe. **Anais EICA 2013...** Sergipe: UFS, 2013. p. 1-13.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N.G. (Coord.). **Brasil rural em debate**. Brasília, DF: MDA/CONDRAF, 2010. p. 319-360.

DRESCHER, A. W.; JACOBI, P.; AMEND, J. Urban Agriculture, a response to crisis?. **Urban Agriculture Magazine**, Leusden, n.1, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/sites/default/files/Urban%20food%20security%20-%20UA%20response%20to%20crisis.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.

FACEBOOK. **Glossário de termos**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/219443701509174/>>. Acesso em 4 abr. 2014.

FENIMAN, E.; OLIVER, C. Contribuições da agricultura urbana para o manejo de resíduos orgânicos: a casa como uma refinaria biológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8., 2013, Porto Alegre. Resumos. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 2. p. 1-5, 2013.

FERREIRA, G. M. As origens recentes: os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 99-118.

FOLADORI, G., MELAZZI, G. **Economía de la sociedad capitalista y sus crisis recurrentes**. Montevideo: UDELAR/CSEAM, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Responding to the food crisis: synthesis of medium-term measures proposed in inter-agency assessments**. Rome: FAO, 2009a. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/ISFP/SR_Web.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Alimento para as cidades**. Roma: FAO, 2009b. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/ak824pt/ak824pt00.htm>>. Acesso em: 20 set. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Global food losses and food waste: extent, causes and prevention.** Rome: FAO, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/mb060e/mb060e.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The state of food insecurity in the world: economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition.** Rome: FAO, 2012a. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e00.htm>>. Acesso em: 3 set. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Criar cidades mais verdes.** Roma: FAO, 2012b. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/015/i1610p/i1610p00.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Hunger Portal.** Disponível em: <<http://www.fao.org/hunger/en/>>. Acesso em: 30 set. 2013a.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Urban and peri-urban agriculture.** Disponível em: <<http://www.fao.org/unfao/bodies/COAG/COAG15/X0076e.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2013b.

FRANÇA, V. V. Objeto da comunicação/ a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis: Vozes, 2001a. p. 39-60.

FRANÇA, V. V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?. **Ciberlegenda**, Niterói, n. 5, 2001b. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/314/195>>. Acesso em: 24 set. 2013.

FRANÇA, V. V. L. Queré: dos modelos da comunicação. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. V, n. 2, p. 37-51, 2003.

GARCÍA, A. C. E. Agricultura peri-urbana: las chinampas de la Ciudad de México. In: OSORIO, I. S.; MURILLO, D. (Ed.). **Agua y diversidad cultural en México.** Montevideo: UNESCO, 2008. p. 67-73.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, Philadelphia, v. 19, p.1-7, 2003.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 7, p. 43-81, mai. 1997.

GRIFFIN, E. **A first look at communication theory**. 8. ed. New York: McGraw-Hill, 2012.

GROWING POWER. **About us**. Disponível em:
<http://www.growingpower.org/about_us.htm>. Acesso em: 31 mar. 2014.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HIRTUM, M. Van; GOEWIE, E.; GETACHEW, Y.; VAN VEENHUIZEN, R. Transition to ecological urban agriculture: a challenge. **Urban Agriculture Magazine**, Leusden, n. 6, p. 1-4, 2002.

HOHLFELDT, A. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 61-98.

HOLMER, R.J.; CLAVEJO, M.T.; DONGUS, S.; DRESCHER, A. Allotment Gardens for Philippine Cities. **Urban Agriculture Magazine**, Leusden, n. 11, p. 29-31, 2003.

HOLMGREN, D. **Os Fundamentos da Permacultura**. Santo Antônio do Pinhal: Ecosistemas, 2007. Disponível em:

<<http://permacoletivo.files.wordpress.com/2007/08/holmgren-fundamentos-da-permacultura.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

ILLICH, I. **O direito ao desemprego criador**: a decadência da idade profissional. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico**: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). **Investimentos publicitários de 2013**. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Investimentos-publicitarios-de-2013.aspx>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **População, Crescimento Absoluto e Taxa Média de Crescimento Anual para os Bairros de Curitiba_2000 e 2010**. Curitiba: IPPUC/Banco de Dados, [ca 2010]. Disponível em: <<http://curitibaemdados.ippuc.org.br>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Valor do rendimento nominal médio e mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, segundo os bairros de Curitiba – 2010**. Curitiba: IPPUC/Banco de Dados, 2010. Disponível em: <<http://curitibaemdados.ippuc.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Censo 2010 – Análise dos bairros de Curitiba**: densidade populacional. Curitiba: IPPUC/Banco de Dados, 2012. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarPagina.php?pagina=131>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

INTERNATIONAL VEGETARIAN UNION (IVU). **Definitions**. Disponível em: <<http://www.worldvegfest.org/index.php/definitions>>. Acesso em: 2 mai. 2014.

KANIAK, T. Famílias urbanas preferem vida simples a facilidades modernas. **G1 Paraná**, Curitiba, 20 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/10/familias-urbanas-preferem-vida-simples-facilidades-modernas.html>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

KITCHEN GARDENERS INTERNATIONAL (KGI). **About KGI**. Disponível em: <<http://kgi.org/about-KGI>>. Acesso em: 30 set. 2013a.

KITCHEN GARDENERS INTERNATIONAL (KGI). **Our Successful White House Kitchen Garden Campaign**. Disponível em: <<http://kgi.org/white-house-kitchen-garden-campaign>>. Acesso em 30 set. 2013b.

KURZMAN, C. Meaning-making in social movements. **Anthropological Quarterly**, Washington, DC, v. 81, n. 1. p. 5-15, 2008.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, M. I. V. de. O campo da comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 1, n. 30, p. 16-30, 2006.

LOPES, M. I. V. de. Reflexividade e Relacionismo. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V. de; MARTINO, L. C. (Org.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 27-49.

LOYN, H. R. (Org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

MACHADO, A.; MACHADO, C. T. T. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

MACHADO, A.; MACHADO, C. T. T. **Agricultura de base ecológica em sistemas urbanos**: potencialidades, limitações e experiências. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2005.

MAFRA, R. L. M. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 10, p. 107-118, 2010.

MAINES, D. R. Charting futures for sociology: culture and meaning – the social constructing of meaning. **Contemporary Sociology**, Washington, DC, v. 29, n. 4, p. 577-584, 2000.

MARTINO, L. C.. De qual comunicação estamos falando?. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11-26.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 9-18, jul./dez. 2006.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORENO, J. **O futuro das cidades**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. **Worlds of food**: place, power and provenance in the food chain. New York: Oxford University Press, 2006.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

MOUGEOT, L. **Urban agriculture**: definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. Trabalho apresentado no International Workshop Growing Cities, Growing Food, Havana, 1999. Disponível em: <<http://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/26429/12/117785.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

MUNIZ, G. B. Domingo é dia de cuidar da horta da Avenida Paulista. **Época São Paulo**, São Paulo, 9 nov. 2012. Disponível em: <<http://epocasaopaulo.globo.com/vida-urbana/domingo-e-dia-de-cuidar-da-horta-na-avenida-paulista>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

MURDOCH, J; MARSDEN, T., BANKS. J. Quality, nature, and embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector. **Economic Geography**, Worcester, v. 76, n. 2, p. 107-125, 2000.

NEVES, M. C. P.; MEDEIROS, C. A. B.; ALMEIDA, D. L. de; DE-POLLI, H.; RODRIGUES, H. da R.; GUERRA, J. G. M.; NUNES, M. U. C.; CARDOSO, M. O.; AZEVEDO, M. dos F. R.; VIEIRA, R. de C. M. T.; SAMINÉZ, T. C. de O. **Agricultura Orgânica**: instrumento para a sustentabilidade dos sistemas de produção e valoração de produtos agropecuários. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2000.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

NOLASCO, C. L. **A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de Juiz de Fora/ MG**. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada a Conservação e Manejo de Recursos Naturais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

NUGENT, R. The impact of urban agriculture on the household and local economies. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. de (Ed.). **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda**. Feldafing: DSE, 2000. p. 67-97.

NUNES, C. Desenho de jardins históricos. **Convergências**, Castelo Branco, n. 6, nov. 2010. Disponível em: <<http://convergencias.esart.ipcb.pt/artigo/82>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

OLIVER, C. ; FENIMAN, E. Quinta da Videira, a casa como espaço de viver. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 43-43, set. 2012.

OLIVER, C. F. Caprinocultura urbana: A tradição como inovação – Programa Bruschi de caprinocultura urbana. In: WORKSHOP SOBRE PRODUÇÃO DE CAPRINOS NA REGIÃO DA MATA ATLÂNTICA, 9., 2012, Coronel Pacheco. **Anais...** Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2012. p. 11-22.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Voluntariado**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/faca-parte-da-onu/voluntariado/>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

OTTMANN, M. M. A.; FERRIANI, A. P.; BORSATTO, R. S.; CIDADE JÚNIOR, H.; OLIVER, C. F.; FENIMAN, E.; FIDELIS, L.; FONTE, N. N. da. Agricultura urbana na Vila Fanny, Curitiba, PR: Agroecologia fomentando uma atividade transdisciplinar de educação ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 5., 2007, Guarapari. Resumos. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v. 2, n. 2, p. 510-513, 2007.

OTTMANN, M. M. A.; FERRIANI, A. P; BORSATTO, R. S; CIDADE JUNIOR, H; OLIVER, C.; FENIMAN, E.; FONTE, N. N. da. O paisagismo produtivo como uma atividade transdisciplinar de fomento a educação ambiental e a materialização da paisagem pelas crianças e adolescentes do bairro Vila Fanny, em Curitiba, PR. In: SEMINÁRIO DE PAISAGISMO SUL-AMERICANO, 3., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008, p. 267-275.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde (SESA). **Código de Saúde do Paraná**. Curitiba: SESA, 2002. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Codigo_Saude.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2014.

PERUZZOLO, A. C. **A comunicação como encontro**. Bauru: Edusc, 2006.

POLICIANO, R. S. **Análise sócio-histórica da prática de gestão**: um estudo sobre a Casa da Videira. 155 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

POLLAN, M. **O Dilema do Onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

POLLAN, M. **Em defesa da comida**: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

POLUCHA, R. S. **Ecoville**: construindo uma cidade para poucos. 164 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 199-224, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POULAIN, J. P. **Sociologias da Alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004. cap. 2.

POUW, M.; WILBERS, J. Urban Agriculture in the Netherlands: multifunctionality as an organisational strategy. **Urban Agriculture Magazine**, Leusden, n. 15, p. 32-33, 2005.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, London, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (REDE). **Cidades Cultivando para o Futuro (CFF)**. Disponível em: <<http://www.redemg.org.br/?iid=68>>. Acesso em: 20 set. 2013.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, London, v. 35, p. 393-411, 2003.

RESOURCE CENTRES ON URBAN AGRICULTURE AND FOOD SECURITY (RUAF). **What is urban agriculture?**. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/node/512>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RIGON, S. do A.; DINIZ FILHO, L. L.; BRANDENBURG, A.; CASSARINO, J. P. A alimentação como forma de mediação da relação sociedade natureza: um estudo de caso sobre a agricultura ecológica e o autoconsumo em Turvo – PR. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília. **Anais...**Brasília, DF: ANPPAS, 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA284-04032006-140823.PDF>. Acesso em: 29 jan. 2014.

SACCO DOS ANJOS, F.; CRIADO, E. A.; CALDAS, N. V. Estrategias de valorización de productos locales en España y Brasil. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2011.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: MDS, 2007.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

SANTOS, C. A. A. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005.

SANTOS, D. V. C. dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 3, n. 6, p. 27-53, 2011.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 100-121, fev. 2003.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SILMON, G.; MATTOS, T. Hortas urbanas produzem de couve a feijão a poucos metros do asfalto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mai. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/comida/2013/05/1286142-hortas-urbanas-produzem-de-couve-a-feijao-a-poucos-metros-do-asfalto.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

SILVA, D. M. da; LOPES, R. **O campo na cidade**: uma interpretação a partir da prática da agricultura em espaços considerados urbanos. Trabalho apresentado no 8. Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT1-Dione-Melo-da-Silva.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

SISTEMA DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS. Curitiba: Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/MainMenu.jsp>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

SLOW FOOD BRASIL. **Movimento Slow Food**. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>>. Acesso em: 2 mai. 2014.

SMIT, J.; NASR, J. Urban agriculture for sustainable cities: using wastes and idle land and water bodies as resources. **Environment and Urbanization**, London, v. 2, n. 4, p. 141-151, 1992.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTI, A. Urban agriculture yesterday and today. In: _____. **Urban Agriculture**: food, jobs and sustainable cities. 2 ed. New York: UNDP, 2001a. p. 1-31. Disponível em: <<http://jacsmi.com/book/Chap02.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTA, Cities that feed themselves. In: _____. **Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities**. 2 ed. New York: UNDP, 2001b. p. 1-29. Disponível em: < <http://jacsmiit.com/book/Chap01.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, São Paulo, n. 87, p. 40-49, dez./fev. 2000/2001.

SOUSA, M. T. de. Bakhtin, Mead E Goffman: contribuições para uma perspectiva praxiológica da comunicação. **Temática**, João Pessoa, n. 4, p. 1-15, abr. 2013.

TARDIDO, A. P.; FALCÃO, M. C. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 117-24, 2006.

THE URBAN FARMING GUYS. **About**. Disponível em: <<http://theurbanfarmingguys.com/about>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

THE URBAN HOMESTEAD. **About & who we are**. Disponível em: <<http://urbanhomestead.org/about>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 82-103.

TRISOTTO, F. Verduras fresquinhas made in quintal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 set. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1408793&tit=Verduras-fresquinhas-made-in-quintal>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

UNITED NATIONS (UN). **World urbanization prospects: the 2011 revision**. New York: UN, 2012. Disponível em: <http://esa.un.org/unup/pdf/FINAL-FINAL_REPORT%20WUP2011_Annextables_01Aug2012_Final.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

UNITED NATIONS (UN). **World population prospects: the 2012 revision**. New York: UN, 2013. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/Documentation/pdf/WPP2012_Volume-I_Comprehensive-Tables.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). **The challenge of slums**: global report on human settlements. London: Earthscan Publications, 2003. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=1156>>. Acesso em: 9 set. 2013.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). **People's Gardens**. Disponível em: http://www.usda.gov/wps/portal/usda/usdahome?navid=GARDEN_RT1&parentnav=PEOPLES_GARDEN&navtype=RT>. Acesso em: 30 set. 2013.

VEIGA, J. E. da. A agricultura no mundo moderno: diagnósticos e perspectivas. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio ambiente no século 21**. 5 ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008. p. 199-213.

VILLAGELIM, A. S. B.; PRADO, S. D.; FREITAS, R. F.; CARVALHO, M. C. da V. S.; CRUZ, C. O. da; KLOTZ, J.; FREIRE, G. de B. A vida não pode ser feita só de sonhos: reflexões sobre publicidade e alimentação saudável. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 681-686, 2012.

WOLTON, D. **Pensar a Comunicação**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Obesity and overweight**. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/>>. Acesso em: 30 jul. 2013a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Pesticides**. Disponível em: <http://www.who.int/topics/pesticides/en/>>. Acesso em: 29 jul. 2013b.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **20 questions on genetically modified foods**. Disponível em: <http://www.who.int/foodsafety/publications/biotech/20questions/en/>>. Acesso em: 29 jul. 2013c.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTREVISTA – INTEGRANTES.....	241
APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA – PARTICIPANTES DE VISITAS TÉCNICAS.....	242
APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA – EQUIPE.....	243
APÊNDICE 4 – ROTEIRO ENTREVISTA – VIZINHOS	244

APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTREVISTA – INTEGRANTES

ENTREVISTA: _____ DATA: ____/____/____
 NOME: _____ IDADE: _____
 PROFISSÃO: _____ CARACTERIZAÇÃO NA QUINTA: _____

- O que você entende por meio ambiente?
- Para você, o que alimentação tem a ver com meio ambiente?
- Onde você costuma comprar alimentos?
- Você sabe de onde vêm esses alimentos? Como eles são produzidos?
- O que você entende por agricultura urbana?
- Qual foi o seu primeiro contato com agricultura urbana/ produção alimentar?
- O que agricultura urbana tem a ver com meio ambiente?
- Como você definiria um agricultor, um pecuarista?
- O que você entende por consumo?
- E por lixo?
- E por sustentabilidade?

- O que é a Casa da Videira?
- Antes da *Quinta*, já tinham projetos anteriores de agricultura urbana na Casa?
- Como começou a *Quinta da Videira*? Qual foi a motivação?
- O que é a *Quinta da Videira*?
- Por que fazem o que fazem?
- Em que medida a Quinta se diferencia de outras experiências de agricultura urbana? De quais elas se aproxima? Quais são suas referências?
- Qual a importância da presença dos animais no arranjo?
- Como se formou a equipe? Como é a relação com os voluntários?
- Como os fundamentos da iniciativa são comunicados à equipe?
- E para o público externo? Há uma preocupação em comunicar? Por quê?
- A quem se direciona a comunicação da *Quinta*?
- Que mensagens entende que a iniciativa pode gerar? De que forma?
- Como é a relação com os vizinhos? Já receberam algum retorno ou comentário?
- E de algum outro grupo ou pessoa?
- A que você atribui a grande atenção que a agricultura urbana vem ganhando no meio político, científico e midiático?
- E à *Quinta*?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA – PARTICIPANTES DE VISITAS TÉCNICAS

ENTREVISTA: _____ DATA: ____/____/____

NOME: _____

CURSO/ PERÍODO: _____ IDADE: _____

- O que você entende por meio ambiente?
- Para você, o que alimentação tem a ver com meio ambiente?

- O que você entende por agricultura urbana?
- Conhece outras experiências de agricultura urbana?
- Onde você costuma comprar alimentos?
- Você sabe de onde vêm esses alimentos? Como eles são produzidos?
- Costuma cozinhar e comer em casa?
- Como lida com os restos, cascas, caroços, etc. em casa?
- Como definiria lixo? Sabe para onde vai esse material?
- Planta alguma coisa em casa? Por quê?

- Já tinha tido contato com a *Quinta*? Como?
- O que é a *Quinta da Videira*?
- O que mais lhe chama a atenção nesse trabalho?
- Que práticas observa que eles desenvolvem?
- No seu entendimento, o que leva essas pessoas a fazerem o que fazem?

- Como você definiria um agricultor, um pecuarista?
- O que entende por consumo, consumidor?
- Diria que na *Quinta* o pessoal é agricultor, pecuarista, consumidor?
- O que entende por sustentabilidade?
- Conhece algum exemplo de algo que seja sustentável?
- Percebe aspectos de sustentabilidade em relação à *Quinta*?
- O que determina a escala da *Quinta da Videira*? (E a do mercado?)
- Acha que é possível viver com base na autoprodução?
- O que percebe, nesse trabalho, em relação à presença dos animais? Por que incluí-los?
- Ao longo da sua vivência na *Quinta*, ocorreu-lhe algum questionamento?

- Acompanha o trabalho do grupo de alguma outra forma?
- É adepto de alguma prática alternativa de alimentação?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA – EQUIPE

ENTREVISTA: _____ DATA: ____/____/____
 NOME: _____ PROFISSÃO: _____
 ESCOLARIDADE: _____ IDADE: _____
 BAIRRO ONDE MORA: _____ VOLUNTÁRIO(A) HÁ: _____

- O que você entende por meio ambiente?
- Para você, o que alimentação tem a ver com meio ambiente?

- O que você entende por agricultura urbana?
- Já tinha contato com agricultura urbana antes de conhecer a *Quinta*?
- Conhece outras experiências de agricultura urbana?
- Como definiria lixo? Sabe para onde vai esse material?
- Onde você costuma comprar alimentos?
- Você sabe de onde vêm esses alimentos? Como eles são produzidos?
- Como lida com os restos, cascas, caroços, etc. em casa?
- Planta alguma coisa em casa? Por quê?

- O que é a *Quinta da Videira*?
- Como ficou sabendo da *Quinta*?
- Como foi o primeiro contato com o grupo?
- Por que decidiu trabalhar no projeto?
- No seu entendimento, o que leva essas pessoas a fazerem o que fazem?
- Já conversaram sobre isso? Como foram essas conversas?
- De que formas acompanha o trabalho do grupo?
- Mudou algum hábito em sua rotina depois de ter contato com a *Quinta*? Por quê?

- Como você definiria um agricultor, um pecuarista?
- O que entende por consumo, consumidor?
- Diria que na *Quinta* o pessoal é agricultor, pecuarista, consumidor?
- O que entende por sustentabilidade?
- Conhece algum exemplo de algo que seja sustentável?
- Percebe aspectos de sustentabilidade em relação à *Quinta*?
- O que determina a escala da *Quinta da Videira*? (E a do mercado?)
- Acha que é possível viver só com autoprodução?
- O que percebe, nesse trabalho, em relação à presença dos animais? Por que incluí-los?
- Ao longo da sua vivência na *Quinta*, ocorreu-lhe algum questionamento?

- É adepto de alguma prática alternativa de alimentação?

APÊNDICE 4 – ROTEIRO ENTREVISTA – VIZINHOS

ENTREVISTA: _____ DATA: ____/____/____
 NOME: _____ PROFISSÃO: _____
 ESCOLARIDADE: _____ IDADE: _____
 MORADOR DESDE: _____ PROPRIETÁRIO: S () N ()
 QUANTOS MORADORES: _____ COSTUMA FICAR EM CASA: D () N ()

- O que você entende por meio ambiente?
- Tem notado mudanças no bairro nos últimos anos/meses? Quais?
- Para você, o que alimentação tem a ver com meio ambiente?

- Sabe da existência de alguma horta no bairro? Onde?
- Qual a sua impressão sobre a horta vizinha?
- Conhece a iniciativa? E o pessoal? Já conversou com eles?
- Que práticas observa que eles desenvolvem?
- O que mais lhe chama a atenção nesse trabalho?
- No seu entendimento, o que leva essas pessoas a fazerem o que fazem?

- Como você definiria um agricultor, um pecuarista?
- O que entende por consumo, consumidor?
- Diria que na *Quinta* o pessoal é agricultor, pecuarista, consumidor?
- Já ouviu falar em agricultura urbana? O que entende por isso?
- Conhece outras experiências de agricultura urbana?
- O que entende por sustentabilidade?
- Conhece algum exemplo de algo que seja sustentável?
- Percebe aspectos de sustentabilidade em relação à *Quinta*?
- O que percebe, nesse trabalho, em relação à presença dos animais? Por que incluí-los?
- Acompanha o trabalho do grupo de alguma forma? Quais?

- Costuma cozinhar e comer em casa?
- Como definiria lixo? Sabe para onde vai esse material?
- Onde você costuma comprar alimentos?
- Você sabe de onde vêm esses alimentos? Como eles são produzidos?
- Como lida com os restos, cascas, caroços, etc. em casa?
- Planta alguma coisa em casa? Por quê?
- É adepto de alguma prática alternativa de alimentação?